

**Jorge Pedro Sousa
Mário Pinto
Gabriel Silva**

**Colaboradores
Mônica Delicato
Nair Silva**

**A Génese do Jornalismo Lusófono
e as *Relações* de Manuel Severim de Faria
(1626 - 1628)**

**Universidade Fernando Pessoa
2007**

Agradecimentos

*Os autores agradecem à Fundação Fernando Pessoa
o apoio financeiro concedido à investigação,
sem o qual, provavelmente,
este projecto não teria sido concretizado.
Agradecem também o excelente acolhimento que tiveram
na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra,
exemplar a todos os níveis na ajuda à pesquisa.*

Índice

Sumário.....	4
Introdução.....	5
Capítulo I.....	8
O contexto histórico português e internacional na época das <i>Relações</i> : conjuntura europeia no primeiro quartel do século XVII.....	8
1.1. Portugal sob domínio dos Filipes e a situação de Espanha.....	10
1.1.1 Portugal sob domínio espanhol.....	13
1.2 As Províncias Unidas.....	16
1.3 A situação em França.....	17
1.4 A situação em Inglaterra.....	19
1.5 O início da Guerra dos Trinta Anos e a situação na Europa central e oriental.....	21
Capítulo II.....	24
O jornalismo no início do século XVII.....	24
Capítulo II.....	25
O jornalismo no início do século XVII.....	25
2.1 As publicações noticiosas ocasionais.....	25
2.2 O aparecimento das folhas periódicas – as gazetas.....	31
Capítulo III.....	38
Manuel Severim de Faria, autor das <i>Relações</i>	38
Capítulo IV.....	47
As <i>Relações</i> : estudo de caso.....	47
4.1 Marco teórico para análise das <i>Relações</i>	56
4.2 Análise qualitativa do discurso das <i>Relações</i>	60
4.2.1 A intenção noticiosa das <i>Relações</i> e as representações discursivas do mundo.....	61
4.2.1.1 Os títulos das <i>Relações</i>	69
4.2.1.2 A revelação das intenções do autor.....	69
4.2.1.3 O conteúdo das <i>Relações</i> : notícias.....	72
4.2.2 Dispositivos jornalísticos nas <i>Relações</i>	74
4.2.3 As fontes das notícias nas <i>Relações</i>	81
4.2.4 Um aspecto intrigante nas <i>Relações</i>	82
4.3 Análise quantitativa do discurso das <i>Relações</i>	82
4.4. Discussão global dos resultados.....	92
Capítulo V.....	99
Análise morfo-sintáctica, léxico-semântica e estilística das <i>Relações</i> de Manuel Severim de Faria.....	99
5. Morfo-sintaxe.....	101
5.1. Verbo.....	101
5.2 Adjectivo.....	103
5.3. Construção frásica.....	104
5.4 Léxico-semântica.....	106
5.5 Estilística.....	108
5.6 Considerações finais.....	110
Conclusões.....	111
Bibliografia.....	115
Apêndices.....	123
Transcrição das <i>Relações</i>	123
de Manuel Severim de Faria.....	123
Nota metodológica sobre as transcrições.....	124
Apêndice 1.....	125
Transcrição da primeira edição do primeiro número das <i>Relações</i> , impresso em Lisboa.....	125
Apêndice 2.....	149
Transcrição da segunda edição do primeiro número das <i>Relações</i> , impresso em Braga.....	149
Apêndice 3.....	174
Transcrição do segundo número das <i>Relações</i> , impresso em Évora.....	174

Sumário

Este trabalho consiste numa apresentação e análise contextualizadas das *Relações* de Manuel Severim de Faria, publicações noticiosas do início do segundo quartel do século XVII. Foi intenção dos autores evidenciar o contributo dessas *Relações* para a génese e desenvolvimento do jornalismo lusófono, enfatizando, em especial, as suas características noticiosas e de difusão pública de informação, consideradas pelos autores como sendo das mais pertinentes valências identificadoras do jornalismo. Concluiu-se, ainda, que a retórica das *Relações*, embora reflectisse a estrutura social e o domínio filipino, relevava a identidade nacional portuguesa, nunca diluída no seio da Monarquia Dual que uniu os povos ibéricos entre 1580 e 1640.

Palavras-chave: *Relações*; Manuel Severim de Faria. História do Jornalismo. Portugal. Jornalismo Português.

Introdução

No final do primeiro quartel do século XVII, numa época em que o Mundo Ocidental vivia os tempos conturbados de entrada na Idade Moderna e em que Portugal tinha perdido a sua independência, diluindo-se no Império Espanhol dos Filipes, um erudito português, chamado Manuel Severim de Faria, usando o pseudónimo Francisco de Abreu, mandou imprimir duas *Relações* multitemáticas de notícias, extraídas de uma série de 31 relações manuscritas intituladas *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações*. A primeira foi impressa em Lisboa, em 1626, e reimpressa em Braga, em 1627. A segunda foi impressa em Évora, em 1628.

Numa altura em que, beneficiando da invenção tipográfica de Gutemberg, o jornalismo impresso dava os primeiros passos, ainda num contexto pré-industrial, essas *Relações*, uma espécie de *anuários*, podem ser consideradas os primeiros *jornais* portugueses noticiosos e multitemáticos impressos, ou pelo menos são os mais antigos entre aqueles de que se conservam exemplares e registos documentais. Todavia, as *Relações* de Manuel Severim de Faria não podem ser consideradas como os primeiros *jornais periódicos portugueses*, pois a sua publicação foi ocasional, opinião partilhada, entre outros, por Tengarrinha (1929: 29).

Há que dizer que o jornalismo pré-industrial, em Portugal e noutros países, não vivia apenas de compilações pluritemáticas de notícias, ocasionais ou periódicas. Estava-se numa época em que também proliferavam publicações que relatavam um único acontecimento, que podemos considerar como antepassadas dos livros-reportagem. Esses relatos, de maior ou menor extensão, foram, frequentemente, apelidados de *relações*, em Portugal, e muito terão contribuído para a edificação da reportagem como género jornalístico.

De facto, quando Manuel Severim de Faria deu à estampa as suas *Relações*, há pelo menos 70 anos que em Portugal se consumiam essas pré-reportagens, sendo conhecidas, em particular, as chamadas “relações de naufrágios”, que relatam casos de naufrágios de naus portuguesas desde meados do século XVI¹ e que foram coligidas por Bernardo Gomes de Brito, na sua *História Trágico-Marítima*, publicada, pela primeira vez, em 1735. As relações monotemáticas não eram periódicas, mas os seus propósitos (lucro através da venda de informação), o tipo de discurso (informativo, mesmo que dramatizado, configurando-se como “reportagem”) e a distribuição (dentro do contexto da época, “massiva”, sendo mesmo, muitas vezes, lidas em voz alta em lugares públicos para vários ouvintes) eram estruturalmente similares ao que encontramos no jornalismo contemporâneo. As *Relações* de Manuel Severim de Faria têm sido referidas em vários textos historiográficos do jornalismo (por exemplo: Pereira, 1895: 1; Pereira, 1897: 128; Cunha, Setembro de 1898: IV; Bessa, 1904: 144-146; Cunha,

¹ Lanciani (1979: 4-5) afirma que ainda hoje não se sabe com exactidão qual das relações de naufrágios que se conservam foi a primeira a surgir em Portugal. Lanciani (1979) defende a primazia da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, eventualmente impressa em Lisboa, entre 1555 e 1556. Há que realçar, no entanto, que Carlos Passos (1928) refere folhas ocasionais portuguesas de 1527, talvez mesmo anteriores, sobre o naufrágio de várias naus (São Pedro, São Sebastião, Santo António e Conceição). Tengarrinha (1989: 29), contra a opinião de Lanciani, afirma que a primeira folha ocasional portuguesa foi a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, hipoteticamente impressa em Lisboa, também em 1556. Lanciani (1979: 22-23), citando Boxer, explica, porém, que a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição* poderá ser de cerca de 1620, pois nela são referidas obras de 1613 (*Crónica de Dom João III*, de Francisco de Andrade) e de 1616 (*Década VII*, de Diogo do Couto). Aliás, uma outra questão se releva desta obscura situação. É que no primeiro número da primeira das *Relações* de Manuel Severim de Faria se diz que se acabou de saber do que sucedeu ao galeão São João. Ora, sendo essa *Relação* de 1626, então, logicamente, nem o naufrágio nem a publicação do respectivo relato poderiam ser de 1555/1556.

1914: 260-261 e 281; Cunha, 1929/1930: 358-367; Cunha, 1939: 3-25; Cunha, 1941: 37 e 43-45; Martins, 1942: 13-17; Cunha, 1942: 8-19; Cunha, 1932: 220-232; Neves, 1989: 23 e 26; e Tengarrinha, 1989: 29). Têm sido, igualmente, referidas em histórias da literatura portuguesa (por exemplo Remédios, 1914: 386-387; Saraiva e Lopes, 1985: 573-574), em catálogos bibliográficos e bio-bibliográficos (por exemplo: Machado, 1752: 372; Matos, 1878: 267; Fonseca, 1896: 31; Figanière, 1850: 42; Silva, 1862: 108; Arouca, 2003: 96-97) e em bibliobiografias do autor (por exemplo: Vasconcelos, 1914; Silva, 2003; Jorge, 2003). No final do século XIX e na primeira metade do século XX, as *Relações* mereceram mesmo empolgantes discussões sobre se teriam ou não primazia sobre as chamadas *Gazetas* da Restauração na génese do jornalismo lusófono (por exemplo: Cunha, Setembro de 1898: IV; Bessa, 1904: 143-146; Cunha, 1929/1930: 358-367; Cunha, 1939: 3-25; Cunha, 1941: 37 e 43-45; Cunha, 1942 a: 8-19; Cunha, 1932: 220-232). No entanto, tanto quanto pudemos apurar, nunca foram estudadas com profundidade nem sob a perspectiva comunicológica. Este trabalho procurou, assim, dar um contributo para o estudo das *Relações* de Manuel Severim de Faria sob o ponto de vista dos Estudos Jornalísticos, que se inserem, naturalmente, na macro-área interdisciplinar das Ciências da Comunicação, que têm como objecto as actividades e estratégias de comunicação social. A nossa perspectiva de investigação não foi, portanto, a das Ciências Históricas nem a das Ciências Literárias, pelo que não foi nossa ambição preocupar-nos, por exemplo, com a exactidão histórica dos factos narrados nas *Relações* ou com considerações de natureza eminentemente literária, embora reconheçamos que essas disciplinas tocam as Ciências da Comunicação em vários pontos, pelo que se tentaram aproveitar alguns dos contributos que elas poderiam dar ao estudo das referidas *Relações*.

Os principais objectivos do presente trabalho de investigação foram (a) discutir o contributo das *Relações* de Manuel Severim de Faria para o desenvolvimento inicial do jornalismo lusófono e (b) procurar descrever e entender os conteúdos e formatos dessas publicações, debatendo-os à luz do que convencionalmente podemos considerar como o campo dos Estudos Jornalísticos, no seio das Ciências da Comunicação, entendidas, sobretudo, como *medialogia*.

As perguntas de investigação que orientaram, genericamente, a investigação foram as seguintes:

- 1) Podem considerar-se as *Relações* de Manuel Severim de Faria dispositivos jornalísticos impressos, em concreto, jornais?
- 2) Quem foi Manuel Severim de Faria, considerado por Joaquim Palminha Silva (2003) “o mais douto português do seu tempo”?
- 3) Que conexão as *Relações* estabelecem com outras obras de Manuel Severim de Faria, em particular com outras obras historiográficas do mesmo autor, bem como com outros exemplos de jornalismo “pré-industrial” do século XVII ou anteriores?
- 4) Como se apresentavam as *Relações* (aspecto físico, design, conteúdos e formato dos conteúdos)?
- 5) Como as *Relações* reflectem discursivamente a conjuntura da época? Quais os “ecos do mundo” que se encontram nas *Relações*?

6) Quais os aspectos linguísticos de especial interesse nas *Relações*?

Para o desenvolvimento da investigação, fez-se um levantamento bibliográfico exaustivo dos materiais que se referem às *Relações* nas principais bibliotecas portuguesas, elaborou-se uma história de vida de Manuel Severim de Faria, assente num perfil bio-bibliográfico, e desenvolveu-se uma análise do discurso das *Relações*, qualitativa e quantitativa.

O leitor encontrará neste trabalho um primeiro capítulo de contextualização histórica, um segundo capítulo dedicado à aparição do jornalismo impresso, um terceiro capítulo que relembra a vida e obra de Manuel Severim de Faria, um quarto capítulo em que se analisam as *Relações* e se dissecam o seu discurso e, finalmente, um quinto capítulo de análise linguística das *Relações*. O leitor encontrará, ainda, diversos índices que o auxiliarão a compreender o trabalho, localizar notícias, bem como pessoas e lugares referidos nas *Relações*.

É de justiça, finalmente, que se advirta o leitor sobre as responsabilidades na investigação e redacção. O projecto, direcção, interpretação de dados, autoria e edição da generalidade do texto são da responsabilidade de Jorge Pedro Sousa, com alguns contributos pontuais de Gabriel Silva e Nair Silva. Exceptua-se o capítulo sobre Manuel Severim de Faria (capítulo III), elaborado por Gabriel Silva, com pormenores acrescentados por Jorge Pedro Sousa, e o quinto capítulo, da exclusiva autoria de Mário Pinto. A pesquisa documental e bibliográfica e a consequente recolha de material foram feitas nas bibliotecas portuguesas por Jorge Pedro Sousa, Gabriel Silva e Nair Silva. As transcrições das *Relações* são da responsabilidade de Mónica Delicato. Os índices foram construídos por Gabriel Silva e Nair Silva, que também tiveram a seu cargo o levantamento dos dados quantitativos do discurso das *Relações*.

Capítulo I

O contexto histórico português e internacional na época das *Relações*: conjuntura europeia no primeiro quartel do século XVII

Capítulo I

O contexto histórico português e internacional na época das Relações: conjuntura europeia no primeiro quartel do século XVII

Quando as *Relações* foram escritas, Portugal começava a sua lenta decadência, depois da época dourada do início dos Descobrimentos. Perdida a independência, em 1580, os interesses do Reino foram subordinados aos interesses de Espanha e dos Filipes, reis de Espanha e de Portugal. Os inimigos de Espanha e dos Filipes tornaram-se inimigos de Portugal e os conflitos de Espanha e dos Filipes tornaram-se conflitos de Portugal. Era grande o contraste com a época dourada portuguesa do início da epopeia dos Descobrimentos, entre o final do século XV e meados do século XVI. A situação dos navios portugueses, que muito tinham contribuído para a riqueza do país, pode ser vista como um indício da situação vivida em Portugal. As embarcações portuguesas eram frequentemente atacadas por corsários ao serviço de nações estrangeiras inimigas de Espanha, quando não naufragavam por falta de manutenção, excesso de carga, tripulações inexperientes e desafio insensato às melhores épocas para navegar e às regras de navegação.

A Europa, no seu conjunto, também mudava. Terminados os tempos áureos do Renascimento, a importância de Itália, no seu conjunto, e do Papado ia-se desvanecendo com o tempo. Novas potências apareciam, como as Províncias Unidas (Holanda), uma república liderada por protestantes calvinistas. A economia modificava-se, tornando-se, crescentemente, capitalista e industrial (ainda que manufactureira). A agricultura dava, gradualmente, espaço económico ao comércio internacional e às pequenas indústrias manufactureiras, como a tipográfica e a têxtil. A ascensão social da burguesia provocava uma revolução quer nas mentalidades quer na estrutura da sociedade. A urbe sucedia cada vez mais ao campo como espaço de fixação das populações. Por outro lado, a Reforma Protestante tinha colocado em causa a supremacia da Igreja Católica, instituição que, após a queda de Roma, conferira unidade e identidade à Europa. Estendendo o conflito religioso às rivalidades políticas, a Guerra dos Trinta Anos e outros confrontos menores agitavam o Velho Continente. A França, a Inglaterra e as Províncias Unidas (Holanda) contrapunham-se ao expansionismo espanhol e do Sacro-Império (domínios dos Habsburgos). O Império Otomano, por seu turno, ameaçava as fronteiras sul do Sacro-Império na Europa Central e os piratas magrebins deixavam insegura a costa mediterrânica e atlântica do Sul da Europa e de Portugal. A Inglaterra, que se consolidava como grande potência marítima da época, apesar das guerras com irlandeses e dos seus conflitos políticos e religiosos internos, também procurava ter uma palavra a dizer nos assuntos continentais. O mesmo faziam os reinos protestantes do Norte da Europa (Suécia e Dinamarca), que intervieram directamente numa Europa Central dividida em múltiplos reinos e principados, maioritariamente germânicos (e que haveriam de se unificar no século XIX para formar a Alemanha contemporânea). A Rússia dos czares (os Romanov, com Miguel III, ascenderam ao trono em 1613) expandia-se lentamente para leste, para a Sibéria, embora, a Oeste, tivesse necessitado de conceder território à Suécia e à Polónia, que ameaçavam o país e a estabilização conseguida pela nova dinastia dos Romanov (que haveria de durar até à Revolução de 1917). Por vezes ocorriam grandes massacres provocados pela intolerância religiosa. Quando os cristãos não se matavam uns aos outros, faziam os judeus de vítimas. Estes, expulsos e fugidos de Portugal e de Espanha entre o final do século XV e o início do século XVI, tinham partido para as Províncias Unidas, para Inglaterra e para outros países mais tolerantes, estimulando a economia dos estados de acolhimento (principalmente Holanda e Inglaterra) com o seu espírito empreendedor.

Duas ordens de valores políticos também começavam a rivalizar intensamente no começo do século XVII. De um lado, os valores do parlamentarismo, cultivados, sobretudo, pela burguesia em ascensão, que queria participar cada vez mais activamente nos negócios dos estados. Do outro, os valores da monarquia absoluta “de direito divino”, suportada, em particular, pelos grandes aristocratas, que desde o final da Idade Média viam diminuir os seus privilégios, o seu poder e a sua influência. A Inglaterra do século XVII foi o país em que estas posições contrárias mais abertamente se digladiaram, mas o conflito interno entre o Parlamento e o Rei abriu fendas sociais e de mentalidades em todo o mundo ocidental.

Em Inglaterra, os absolutistas estavam congregados em volta de Carlos I, que tinha ascendido ao trono em 1625. Os parlamentaristas, incluindo os puritanos, uniram-se em torno das facções parlamentares que queriam reduzir e controlar o poder do Rei. O conflito político, vários anos depois da publicação das *Relações*, conduziu à guerra civil, à decapitação do Rei e à implantação da República. Quando se deu a restauração da monarquia, em 1660, com a ascensão de Carlos II ao trono inglês, já não se tratava de uma monarquia absoluta, mas sim de uma monarquia em que o poder do Rei era controlado e contrabalançado pelo poder do Parlamento.

1.1. Portugal sob domínio dos Filipes e a situação de Espanha

No início do século XVII, Portugal, embora conservasse um estatuto de Reino independente, estava integrado no império espanhol. A perda da independência tinha-se verificado em 1580. Nesse ano, Filipe II² (Filipe I de Portugal), filho do imperador Carlos V e de D. Isabel de Portugal (filha de D. Manuel I), tio de Dom Sebastião, fez valer os seus direitos ao trono após a morte do cardeal-rei D. Henrique, que tinha sucedido a D. Sebastião no trono português e que também não tinha descendentes. Apesar das Cortes aclamarem Rei de Portugal D. António, Prior do Crato, as tropas de Filipe II, comandadas pelo Duque de Alba, invadiram o país, derrotaram o pequeno contingente militar afecto a D. António, em Alcântara, e fizeram com que o Rei aclamado tivesse de procurar refúgio no Norte de Portugal, aí vivendo clandestinamente quase durante um ano até conseguir exilar-se em França e Inglaterra, onde desenvolveu uma forte propaganda contra o domínio espanhol de Portugal e pelos seus direitos ao trono português. Não obstante, Filipe II dirigiu-se a Portugal, em Dezembro de 1580, e foi proclamado Rei, em 1581, como D. Filipe I de Portugal. A União Ibérica estava concretizada e Portugal entrou no império espanhol dos Habsburgos.

De fortes convicções católicas, cheia de orgulho nacional e enriquecida pelo ouro e pela prata que afluía das colónias na América, a Espanha do final do século XVI estava no zénite do seu poder e como grande potência que era procurava interferir nos destinos da Europa e do mundo. Tendo como aliado preferencial o Sacro Império Romano (cujas fronteiras coincidiam genericamente com a actual Alemanha), liderado pelo ramo alemão dos Habsburgos, o império de Filipe II (Filipe I de Portugal), no cume do seu poderio, abarcava possessões na Índia e na América Central e do Sul, a Península Ibérica, o Reino de Nápoles (todo o centro e sul de Itália), o Reino da Sardenha, o Franco Condado e outros territórios na actual França e Itália (Milão...), os Países Baixos (parte da Bélgica e da Holanda actuais) e ainda territórios que confinavam com os do Sacro Império (cujos limites, grosso modo, coincidiam com os da actual Alemanha), compreendendo vastas zonas da Europa Central, que correspondem hoje em dia a partes da Áustria, Hungria, República Checa, Eslováquia, Croácia, Eslovénia, Polónia, Itália e Alemanha. Era verdadeiramente um império onde “o sol nunca se punha”.

² Filipe II tinha sido casado com a infanta D. Maria, filha de D. João III e da rainha D. Catarina e falecida em 1545.

Mas Filipe II era essencialmente um espanhol, que não falava nem compreendia bem outras línguas que não o espanhol e que centralizou o governo em Madrid (depois de trasladar a Corte de Valladolid), circunstância que, obviamente, desagradava aos seus súbditos de outros países. Os seus sucessores, nesse aspecto, também não foram melhores, o que contribuiu para minar o poder de Espanha.

O poder de Espanha era, aliás, ameaçado de vários lados. O primeiro desafio veio dos Países Baixos, um conjunto de 17 províncias, parte delas de maioria católica, outras de maioria protestante. Apesar de fazerem parte do império de Filipe, parte dos holandeses não queriam ficar sujeitos a governantes espanhóis nem ter tropas espanholas no seu território e muito menos a Inquisição ou bispos nomeados por Filipe II. A insurreição que se seguiu, liderada, a partir de certo ponto, por Guilherme de Orange, acabou por conduzir à independência de sete das províncias, sob a denominação Províncias Unidas. A repressão espanhola, inspirada no fanatismo católico, foi, no entanto, feroz. Guilherme de Orange foi assassinado, em 1584, a mando de Filipe II. No entanto, a morte de Guilherme não fez mais do que colocar à frente das Províncias Unidas o seu filho, Maurício, e o lugar-tenente deste, van Oldenbarnevelt. Em 1598, Filipe II morreu e a acção de Filipe III foi totalmente irrelevante, pelo que, em 1609, Espanha foi obrigada a concluir a Trégua dos Doze Anos, onde reconhecia implicitamente as sete províncias neerlandesas como um estado independente. As 17 províncias dos Países Baixos de Carlos V tinham-se dividido em duas. O sul dos Países Baixos continuou na esfera dos Habsburgos de Espanha, mas o norte tornava-se independente e formou o embrião da actual Holanda.

Por outro lado, depois de vários anos de intensa rivalidade, a protestante Inglaterra e a católica Espanha (e por arrastamento Portugal) entraram em guerra aberta. Inglaterra, porém, venceu a Invencível Armada mandada por Filipe II para invadir o país, em 1588. A França de Richelieu também chocou com os objectivos de Espanha. Em consequência, as Províncias Unidas, a Inglaterra e a França tornaram-se as potências que mais rivalizaram com os espanhóis (e, por arrastamento, com os portugueses) no jogo político e estratégico internacional. Os corsários desses três países ameaçavam o fluxo de riquezas provenientes das Américas para a Península Ibérica. Os holandeses tentaram apoderar-se de alguns dos domínios espanhóis e portugueses nas Américas, no Atlântico e no Oriente, tendo escorraçado os portugueses de Malaca e de outras possessões. Em 1606, uma armada holandesa infligiu uma primeira derrota a uma armada hispano-portuguesa nas Índias Orientais. Em 1624, os holandeses capturaram Salvador da Baía, no Brasil, aos portugueses. No Extremo Oriente as coisas também não corriam de feição para espanhóis e portugueses. Nesse mesmo ano, os japoneses baniram portugueses (e espanhóis) do seu território e ilegalizaram os contactos com as Filipinas. Pelo meio, os próprios espanhóis tinham tirado as Molucas a Portugal, em 1615, e em 1622 os ingleses cercaram Ormuz para tomar a cidade aos portugueses.

O Império Otomano em expansão também se revelou um problema para os espanhóis. Apesar de derrotados em Lepanto, em 1571, por uma frota constituída essencialmente por navios espanhóis, venezianos e pontifícios, os turcos rapidamente se recompuseram e ameaçaram o sul de Espanha e as possessões espanholas do Norte de África e do Mediterrâneo. Aliás, ao contrário dos espanhóis, os venezianos reconciliaram-se, posteriormente, com os turcos, que começavam, por seu turno, a experimentar dificuldades nas suas fronteiras com a Pérsia e tiveram de desviar as atenções da Europa. No entanto, as cidades magrebina muçulmanas, que pertenciam ao Império Otomano, lançaram-se numa guerra sem quartel e em empreendimentos de pirataria contra as costas e as naus de Espanha e Portugal, criando enormes problemas de segurança que o governo de Madrid não foi capaz de solucionar, pois a política de conservação de praças-fortes no Norte de África revelou-se inútil e dispendiosa.

Inclusivamente, uma expedição, como a que D. Sebastião tinha organizado, era orçamentalmente incomportável para Espanha, já envolvida em múltiplos conflitos, e comportava riscos imensos, como os portugueses bem tinham experimentado com a derrota de D. Sebastião em Alcácer Quibir, em 1578.

Há que dizer que Espanha não aproveitou as imensas riquezas que obteve da exploração colonial para se modernizar. A prata e o ouro pouco tempo permaneciam no país, pois eram usados para pagar os produtos manufacturados que os espanhóis adquiriam à Flandres, às Províncias Unidas, à França, a Inglaterra e a Itália (algo que Manuel Severim de Faria se apercebeu e comenta nas *Relações*). Inclusivamente, o afluxo imenso de riquezas provocou um aumento incontrolável dos preços, que se alargou, aliás, à Europa no seu conjunto e que provocou forte agitação social até ao final da primeira metade do século XVII. Devido aos altíssimos preços praticados, os espanhóis não conseguiam exportar os seus produtos industriais, o que agudizou ainda mais a crise da indústria manufactureira espanhola emergente. Muita gente deixou os campos e a agricultura para se aventurar nas colónias ou para se instalar nas urbes, onde afluía o dinheiro. Assim, apesar do afluxo de metais preciosos, o Estado espanhol, quer por falta de organização, quer devido à crise comercial, industrial e agrícola, não conseguia cobrar impostos suficientes e o seu orçamento tornou-se crescentemente deficitário (o que também não passou despercebido a Severim de Faria nas *Relações*). Os conflitos em que Espanha se via envolvida apenas contribuía para agravar o défice orçamental.

Ao défice orçamental somou-se o défice demográfico. As doenças, as guerras e a emigração para as colónias deixaram Espanha e Portugal desfalcados de gente, a ponto de se terem verificado fenómenos de imigração de franceses para a Catalunha, Valência e Andaluzia. Além disso, a imprudente venda de terras pela Coroa a baixo preço, para equilibrar o orçamento, teve por consequência o cultivo de terras improdutivas, sem bons resultados. Aliás, essa política representou um golpe para a pastorícia de ovinos, pois as terras cedidas pela Coroa aos novos agricultores eram boas para pasto, apesar de não o serem para a agricultura. Sem o estrume dos ovinos e enfrentando o arrefecimento do clima, as terras, já de si más para as práticas agrícolas, tornaram-se ainda mais improdutivas. Os agricultores independentes viram-se rapidamente na miséria, sem lucros suficientes para viverem e tendo de pagar os empréstimos e as crescentes taxas e impostos exigidos por um Estado sempre envolvido em novos conflitos. Rapidamente começaram a vender as suas terras, o que acentuou a crise do mundo rural e o êxodo para outras paragens.

A indústria naval, que poderia ter florescido, também não o conseguiu, por estar demasiado dependente de madeira e outros materiais provenientes dos países protestantes do Báltico e do Norte da Europa, que punham entraves ao comércio com a Espanha católica.

No seu conjunto, pode dizer-se que Filipe II deixou um império em crise aos seus sucessores. As guerras (normalmente mal sucedidas), as revoltas, o afastamento dos súbditos não espanhóis, as más práticas governativas, a centralização burocrática (o Rei foi incapaz de descentralizar o governo do império, o que retardava o processo de tomada de decisão), a imensa carga fiscal, os juros dos enormes empréstimos contraídos pela Coroa e a bancarrota sempre iminente, a intolerância religiosa e as perseguições da Inquisição não foram contrabalançados pelas pontuais tentativas de proteger o comércio com as colónias e os navios, modernizar a indústria, favorecer a agricultura extremamente produtiva da região de Valência e melhorar as vias de comunicação que permitiriam o crescimento do mercado interno.

Os sucessores de Filipe II continuaram a política centralista. Foram incapazes de resolver os problemas do império e em alguns casos até os agravaram, acoitados por inimigos por todos os lados e pela pressão

independentista de muitos dos povos que faziam parte do Império, apesar da política de paz e conciliação empreendida pelo Duque de Lerma, valido de Filipe III, um Rei indolente. No entanto, o Duque de Lerma foi afastado do poder por uma conspiração palaciana urdida pelo próprio filho, o Marquês de Uceda, que, no entanto, procurou seguir a política do pai. Todavia, o esgotamento das alternativas aos meios bélicos para resolver os diferendos políticos e religiosos e as escolhas do primeiro-ministro, Baltasar de Zuñiga, marcaram o regresso da guerra à Europa, em que Espanha e o Sacro-Império Romano coligados procuraram contrapor-se às pressões independentistas e político-religiosas e aos interesses rivais de França, Inglaterra e Províncias Unidas.

Filipe IV deu uma machadada final no Império. O seu valido Gaspar Filipe de Guzmán, conde-duque de Olivares, procurou subalternizar as províncias e centralizar ainda mais o governo, mas a perda de controle das comunicações marítimas e terrestres entre os domínios europeus dos Habsburgos, devido às derrotas militares de Espanha, minou a posição espanhola e permitiu, entre outras coisas, a Restauração da independência de Portugal, em 1640.

Apesar de tudo, o esplendor do Império Espanhol transbordou para a filosofia e para as Artes e Letras, que conheceram, no final do século XVI e primeiro quartel do século XVII, um período de prosperidade. Na filosofia, autores como Francisco Suarez (que chegou a ensinar em Coimbra) e Juan de Mariana tiveram um papel fundamental no movimento conhecido por Segunda Escolástica ou Escolástica Tardia, precursor das correntes liberais e iluministas e do direito do homem a afastar os tiranos e os governantes injustos, incluindo – defendeu Mariana – aqueles que atentassem directa ou indirectamente contra a propriedade privada (por exemplo, através dos impostos e da inflação provocada pelo aumento da moeda em circulação). O dramaturgo Pedro Calderón reinventou o teatro espanhol, depois de Lope de Vega, mas seria Miguel de Cervantes, com o seu esplendoroso D. Quixote, a sobressair nas letras hispânicas. A primeira parte do livro foi publicada em 1605 e a segunda em 1615, portanto uns meros doze anos antes de Manuel Severim de Faria escrever as *Relações*. No mesmo período, El Greco e Velásquez sobressaíram na pintura.

1.1.1 Portugal sob domínio espanhol

Manuel Severim de Faria nasceu entre finais de 1582 e princípios de 1583, em Lisboa (Jorge, 2003: 31), portanto um ou dois anos depois de D. Filipe II (D. Filipe I de Portugal) ter sido proclamado Rei de Portugal. Assim, Manuel Severim de Faria não experimentou mais do que o regime de Monarquia Dual até à época a que as suas *Relações* se reportam (Março de 1625 a Agosto de 1627). Os textos das *Relações* reflectem esse constrangimento. A união das coroas de Espanha e Portugal, que conduziu à Monarquia Dual, era acalentada por ambas as Casas Reais desde o reinado de D. Afonso V em Portugal e dos Reis Católicos em Espanha. Materializou-se na pessoa de D. Filipe II (D. Filipe I de Portugal), mas poderia ter tido como protagonista um príncipe português, pois D. João II desejou que o seu filho D. Afonso, marido da princesa D. Isabel de Espanha, herdasse as duas coroas. Só que D. Afonso morreu prematuramente, contrariando as intenções do monarca. O filho de D. Manuel I e da mesma princesa D. Isabel, o príncipe D. Miguel, chegou a ser designado herdeiro das Coroas de Portugal, Castela e Aragão, mas morreu na infância. O filho de D. Filipe II e da infanta D. Maria, D. Carlos, também morreu, em 1568. Se a morte prematura dos príncipes não se tivesse verificado, talvez o curso da história tivesse sido diferente. A Restauração da independência, em 1640, poderia não ter ocorrido e ainda hoje Portugal poderia estar unido a Espanha.

Apesar da resistência militar à invasão espanhola oferecida inicialmente pelo Rei aclamado D. António, a ascensão de D. Filipe II (D. Filipe I de Portugal) ao trono português acabou por ser aceite com resignação, quer por causa da legitimidade sucessória, quer porque, em grande medida, a integração no vasto Império Espanhol terá representado um “horizonte de salvação” para Portugal depois do desastre de Alcácer Quibir e do início da decadência do Reino. D. Filipe II também se apresentava como paladino da fé católica contra o avanço do protestantismo, o que corresponderia ao sentido colectivo de “missão no mundo” dos portugueses da época. D. Filipe II teve, no entanto, de enfrentar alguma contestação ao seu reinado desde o início. Os Açores, com excepção das ilhas de São Miguel e de Santa Maria, rebelaram-se contra o novo soberano, mas depois de várias derrotas a oposição a Filipe II cessou nessas ilhas atlânticas. O monarca aclamado pelas Cortes portuguesas, D. António, também desenvolveu, no exílio, intensa actividade diplomática contra a ascensão de Filipe II ao trono português, mas sem grandes consequências.

Pela Carta Régia de 12 de Novembro de 1582, D. Filipe II (D. Filipe I de Portugal) comprometeu-se a manter uma administração nacional própria, embora o primeiro governador tivesse sido o cardeal-arquiduque Alberto de Áustria, e todos os demais privilégios portugueses, como, por exemplo, o de dar os títulos vagos aos nacionais. Portugal perdia, essencialmente, o direito a ter uma política externa e uma política militar independentes. O sistema ficou conhecido por Monarquia Dual e já tinha sido ensaiado em Espanha, com o Reino de Aragão, durante o reinado dos Reis Católicos, e na generalidade dos domínios europeus dos Habsburgos. Todavia, a perda da independência representou para Portugal a submissão a Espanha e foi um duro golpe para o desenvolvimento do país, acentuando o seu declínio. A conflituosa política externa e militar espanhola levou Portugal a tornar-se inimigo de Inglaterra e da Holanda, perdendo, em consequência, parte das suas possessões coloniais e o domínio do comércio com as Índias. Em 1589, D. Filipe II (D. Filipe I de Portugal) mandou fechar o porto de Lisboa aos mercadores ingleses e em 1594 fez o mesmo aos mercadores holandeses, o que apenas intensificou o comércio directo entre ingleses, holandeses e os povos orientais, com consequências desastrosas para os comerciantes nacionais. Bom sintoma dessa conjuntura foi a fundação, em 1600, da Companhia das Índias Orientais inglesa, a que se seguiu a fundação da Companhia das Índias Orientais holandesa, em 1602. Em acréscimo, Portugal viu os seus navios comerciais serem sistematicamente atacados pelos corsários franceses, ingleses e holandeses. Os ingleses tentaram mesmo tomar os Açores aos portugueses, em 1591 e em 1597.

A morte de Filipe II (Filipe I de Portugal), em 1598, agravou os problemas portugueses, pois o novo soberano, Filipe III (Filipe II de Portugal) ainda teve menos preocupação que seu pai em respeitar os princípios da Monarquia Dual. O valido do Rei, D. Francisco de Sandoval, Duque de Lerma, ficou encarregue do governo do império e promoveu uma política não só centralista mas também integradora.

De facto, o Duque de Lerma tentou integrar os dois reinos, desrespeitando os acordos de D. Filipe II (D. Filipe I de Portugal). A intenção era clara e significaria, na prática, que Portugal ficaria reduzido à categoria de província de Espanha. O Conselho do Reino de Portugal foi votado ao ostracismo. Foram nomeados ministros espanhóis para Portugal, foram concedidos títulos, cargos e honras a espanhóis em Portugal e foram lançados novos impostos sem as Cortes portuguesas serem ouvidas³. Esses acontecimentos aumentaram o clima de descontentamento e resistência entre os portugueses. A visita do Rei a Portugal, em 1619, não alterou esse estado de coisas, e registaram-se, inclusivamente, vários confrontos entre portugueses e a soldadesca espanhola que

³ Em boa verdade, também foram nomeados portugueses para cargos em Espanha, pois a ideia era efectivamente integrar os dois reinos e não agir como se fosse um conquistador a absorver o conquistado.

acompanhava o soberano. As cortes de 1619 pediram ao Rei a nomeação de um membro da Casa Real para governador, mas o soberano nomeou a sua prima D. Margarida, infanta de Sabóia e duquesa de Mântua, que embora tivesse sangue português não era portuguesa de nascimento, o que violava os acordos firmados por D. Filipe II (D. Filipe I de Portugal), em 1581.

A conjuntura económica e demográfica também foi desfavorável a Portugal. A peste, detectada em 1599, em Lisboa, alastrou a todo o país, diminuindo a população. A agricultura estava em crise, por causa das perdas populacionais, do arrefecimento do clima, do sobre-endividamento dos agricultores, do cultivo de terras inapropriadas e do abandono da pastorícia, que deixava as terras sem fertilizantes naturais. A carga fiscal era brutal. O comércio externo e interno ia de mal a pior. Começaram a detectar-se sinais de revolta contra o domínio castelhano, havendo rixas entre a soldadesca espanhola e os civis portugueses. O perdão geral régio aos cristãos novos, em 1601, a troco de grandes quantias de dinheiro para a Coroa, intensificou a revolta contra o Rei, pois muitos portugueses tinham ódio aos judeus. Estes, aliás, cedo se aperceberam da exaltação dos ânimos, que nada lhes agorava de bom, e dirigiram-se a países religiosamente mais tolerantes, como a Inglaterra e as Províncias Unidas (Holanda).

Em 1612, uma esquadra francesa atacou o Maranhão. Os franceses só foram expulsos do Brasil em 1615. As possessões orientais de Portugal foram atacadas. Os ingleses cercaram Goa e ameaçaram Ormuz e Malaca, praça-forte também cobiçada pelos holandeses (que a conquistariam em 1639, a que se seguiu o Ceilão, em 1641).

Alguns portugueses tentaram contrabalançar a situação de declínio do país, propondo a transferência da capital de Madrid para Lisboa. O próprio Manuel Severim de Faria, na obra *Discursos Vários Políticos*, de 1624 (edição de 1999: 9), explicita que a transferência da capital do império para Lisboa promoveria “a conservação e aumento da Monarquia de Espanha”. Todavia, essas tentativas foram infrutíferas. Mais do que isso, para além das revoltas e motins, durante todo o tempo de domínio filipino em Portugal existiram fenómenos de resistência cultural, expressos quer num “anticastelhanismo, visceral e unânime no povo” (Cidade, 1940:42-43), quer no mito do sebastianismo (Dom Sebastião regressaria para salvar Portugal), quer ainda em obras de cariz intelectual, como a *Monarquia Lusitana*, de Frei Bernardo de Brito e de Frei António Brandão, obra em vários volumes. Esses livros, que resgatam a memória dos primeiros 150 anos de Portugal e das lutas que foi preciso travar para firmar e salvaguardar independência, teve, presumivelmente, objectivos patrióticos e independentistas, contribuindo, também, para alimentar a consciência e memória de um longo passado independente.

Filipe IV (Filipe III de Portugal) ascendeu ao trono em 1621. Seguindo o exemplo do seu antecessor, também ele delegou a tarefa de governar a um dos seus favoritos, o conde de Olivares, Gaspar Filipe de Guzmán, que prosseguiu a política centralista e de integração ibérica, subalternizando as províncias do império e Portugal enquanto Reino individualizado. Para Portugal foram nomeados governadores da sua confiança, em substituição do conde de Salinas, feito marquês de Alenquer. Mas a situação financeira de Portugal e de Espanha era catastrófica. As Leis Sumptuárias, publicadas por Filipe IV, a pedido do conde de Olivares, com o objectivo de imporem a austeridade, acalentaram mais ódios aos espanhóis. O Estado exigia cada vez mais dinheiro aos cidadãos e à própria Igreja para financiar a repressão militar face às revoltas e guerras que eclodiam um pouco por todo o lado. A nomeação de D. Duarte, irmão de D. Filipe IV, para vice-rei de Portugal, poderia ter acalmado os ânimos nacionais, mas D. Duarte não chegou a vir por razões relacionadas com a política externa de Espanha.

O reacender das hostilidades entre Espanha e as Províncias Unidas contribuiu para o agravamento da situação portuguesa. Em 1624, os holandeses capturam Salvador, no Brasil, que se manteve na sua posse durante um ano. Os espanhóis deixaram exauridos os cofres do Reino para financiar as suas guerras. Portugal ficou sem defesas. Há relatos de que os pescadores de Lisboa nem sequer se atreviam a sair do Tejo, tão acoissados eram pelos navios inimigos. Em 1628, o conde de Olivares contraiu um empréstimo para financiar a defesa das colónias ultramarinas portuguesas, mas nem isso evitou a perda de Olinda para os holandeses, em 1630 (que a partir dessa base conquistaram outras terras no Nordeste brasileiro, tendo sido expulsos somente catorze anos depois da Restauração, em 1654). A partir daí, a situação deteriorou-se e começou uma década de revoltas que culminou na Restauração da Independência, a 1 de Dezembro de 1640. Mas as *Relações* de Severim de Faria, obviamente, já não falam disso.

1.2 As Províncias Unidas

As Províncias Unidas (Holanda) foram a potência que do seu nascimento mais rapidamente ascendeu ao zénite do seu poderio.

Apesar de mergulhadas num sangrento conflito com Espanha pela independência, as Províncias Unidas inauguraram uma era de prosperidade quando se lançaram no comércio internacional marítimo. Em 1595, após a interdição do porto de Lisboa aos mercadores holandeses, quatro navios das Províncias Unidas rumaram à ilha de Java (actual Indonésia), onde estabeleceram uma feitoria e regressaram cheios de especiarias. A partir desse momento, os holandeses desenvolveram uma série de acções destinadas a colonizar territórios, a controlar o comércio internacional e a expulsar portugueses e espanhóis das suas possessões na América do Sul, Índico e Atlântico. Em 1598, uma frota de oitenta navios, enviada para vários lugares no mundo, deu início a essa aventura. Em 1602, Oldenbarnevelt fundou a Companhia das Índias Orientais holandesa, que se tornou uma espécie de estado dentro do estado. Amesterdão sucedeu a Antuérpia como principal centro económico e financeiro europeu. Em 1612, os holandeses fundaram Nova Amesterdão na foz do Rio Hudson, cidade que mais tarde se transformaria em Nova Iorque. Em 1621, foi fundada a Companhia das Índias Ocidentais holandesa. Em 1623-1624, sob comando de Piet Hein, uma força holandesa assediou e conquistou Salvador da Baía aos portugueses. No entanto, a partir do meio do século XVII, o poderio das Províncias Unidas, cuja unidade, ademais, era constantemente ameaçada pelas querelas religiosas internas (Oldenbarnevelt, por exemplo, foi executado em 1619 por causa delas), começou a decair, ao mesmo tempo que Inglaterra e França ganhavam preponderância como principais potências europeias.

A Paz entre as Províncias Unidas e a Espanha foi, como se disse, assinada em 1609. Porém, após uma trégua de doze anos, a Espanha voltou a pegar em armas contra a República das Províncias Unidas (Holanda), em 1621. A eclosão da Guerra dos Trinta Anos, que tinha começado em 1618, na Alemanha⁴, tornava praticamente impossível evitar outro confronto hispano-holandês. Aliás, a Espanha terá visto na divisão dos holandeses, em particular no conflito entre a Casa de Orange, cujos objectivos eram tornar as Províncias Unidas um reino sob o seu ceptro, e as províncias, um bom prenúncio para voltar às hostilidades. A desaparecimento do líder holandês Oldenbarnevelt, executado por causa de um conflito político-religioso, e a falta de envergadura dos seus sucessores só contribuíram para agravar o problema.

⁴ Ver o subcapítulo dedicado à situação na Europa Central e à Guerra dos Trinta Anos.

Os espanhóis tinham no terreno um excelente general, Ambrogio de Spinola, enquanto no plano político o ministro plenipotenciário de Filipe IV (Filipe III de Portugal) para os Países Baixos, o conde-duque de Olivares, movia poderosas influências. Porém, os espanhóis cedo tiveram de contar com a oposição de Richelieu e da França aos seus planos.

Os holandeses colocaram à cabeça do seu exército o príncipe Maurício de Nassau, em 1621, mas este nunca teve grandes sucessos contra as tropas espanholas de Spinola e morreu em 1625, numa altura em que as divisões no campo holandês, em grande medida provocadas pelas diferenças religiosas, se faziam sentir com maior acutilância. Um exemplo disso foi a descoberta, em 1623, de uma conjura para matar Maurício, fomentada por Guilherme de Stoutenburg, filho mais novo de Oldenbardevelt. Quinze conspiradores foram mortos, mas Stoutenburg conseguiu escapar e foi acolhido no exército espanhol de Spinola, após se converter ao catolicismo. Frederico Henrique de Nassau, irmão mais novo de Maurício, foi nomeado comandante do exército das Províncias Unidas após a morte deste, em 1625, e teve muito mais êxito do que o irmão na guerra com o Império Espanhol de Filipe IV (Filipe III de Portugal). Em 1627, Frederico conquistou a fortaleza de Grol; em 1629, foi a vez de Bois-le-Duc, até então uma praça-forte considerada inexpugnável; e em 1631 conquistou a cidade de Maastricht. Os territórios conquistados foram colocados sob a autoridade dos Estados Gerais das Províncias Unidas.

No mar, as coisas também corriam bem para os holandeses, que em 1628, sob comando de Piet Hein, destruíram uma frota espanhola carregada de prata perto de Cuba, numa altura em que a Espanha enfrentava graves problemas financeiros. Aliás, uma dezena de anos depois da publicação da segunda das *Relações* de Manuel Severim de Faria, a capacidade de projecção de força naval por parte de Espanha foi quase totalmente aniquilada, quando uma nova armada espanhola foi destruída, em 1639, na baía de Duins, na Mancha (facto que veio a ter importância na Restauração da independência de Portugal, em 1640).

Finalmente, no plano político, Frederico de Nassau também foi brilhante, conseguindo fazer uma aliança com a França, onde Richelieu manejava as rédeas do poder. Essa aliança viria a dar alguns frutos a partir de 1635, com a reconquista aos espanhóis de parte dos Países Baixos.

1.3 A situação em França

No primeiro quartel do século XVII, a França tomou o caminho que a tornou, talvez, a principal potência europeia do século XVII. No entanto, esse caminho não foi fácil. O regicídio de Henrique IV (um protestante que se tinha convertido ao catolicismo), em 1610, e a anarquia provocada pelas guerras político-religiosas e contra Espanha tinham assombrado o país. Além disso, a morte do Rei deixou o trono nas mãos de Luís XIII, uma criança com apenas 9 anos. A viúva de Henrique IV, a rainha-mãe Maria de Médicis, assumiu a regência, mas para governar rodeou-se de favoritos impopulares e incompetentes, muitos deles italianos. O principal deles foi Concini, que tinha conseguido obter os favores da rainha-mãe casando com uma das damas de honor da soberana. Primeiramente ministro, Concini conseguiu guindar-se à posição de marechal de França e, nessa posição, tiranizou a Corte e o país e acumulou enormes riquezas. A autoridade do governo era posta em causa devido à cólera da população e ao deteriorar da situação económica, o que levou, inclusivamente, o duque de Sully, ministro das Finanças que já vinha do tempo de Henrique IV, a demitir-se. Além disso, os franceses não viam com bons olhos a crescente influência de Espanha nos assuntos do Reino, consolidada com os casamentos de Filipe XIII com Ana, filha de Filipe III (Filipe II de Portugal), e da princesa Isabel, irmã de Luís XIII, com o

futuro Filipe IV (Filipe III de Portugal). No plano internacional, a aliança de França com a Espanha esfriou as relações franco-britânicas.

Aos 13 anos, Luís XIII foi formalmente emancipado, mas a sua mãe continuou a exercer a regência e os seus favoritos, nomeadamente Concini, continuaram a governar o Reino. Porém, vários fidalgos franceses, encabeçados pelos três irmãos De Luynes, que tinham sido colocados por Henrique IV ao serviço do Delfim (futuro Luís XIII), instigaram no jovem rei suficiente auto-estima para este compreender que era tempo de tomar as rédeas do poder. Assim, em Abril de 1617, por ordem do Rei, foi dada voz de prisão a Concini. Este tentou defender-se e foi morto no local. A sua mulher, através de quem Concini manipulava a rainha-mãe, foi presa na Bastilha e acabou por morrer na fogueira, acusada de feitiçaria. A rainha-mãe, que chegou a temer pela própria vida, foi afastada para o castelo de Blois, mantendo, porém, todas as honras reservadas à sua condição de Rainha de França. O povo exultou. O principal dos irmãos De Luynes foi nomeado ministro e ascendeu à condição de que tinha gozado Concini. Tornou-se, igualmente, um pequeno tirano, mas morreu em 1621. Luís XIII governou sozinho durante algum tempo, mas cedo compreendeu que precisava de ter ao seu lado um homem capaz de governar o Reino. Encontrou-o no cardeal Armand de Richelieu, um homem que teria sido amante da rainha-mãe Maria de Médicis e que já tinha exercido o cargo de secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros durante a regência desta.

Quando Concini morreu e a rainha-mãe caiu em desgraça, Richelieu, não obstante ter participado nas negociações secretas com De Luynes e o jovem Rei, afastou-se para o seu bispado. Aí esteve durante um ano, mas, um dia, Luís XIII pediu-lhe para ir para a Corte da sua mãe, devido a um pedido directo de Maria de Médicis. Aí chegado, Richelieu dedicou-se a reconciliar mãe e filho, o que aumentou a sua popularidade entre a população. Aliás, as relações entre Luís XIII e a sua mulher, Ana de Áustria, iam de mal a pior (até porque Ana conservava sentido de lealdade para com os Habsburgos, que Luís XIII, tal como o seu pai, Henrique IV, viam como inimigos), o que muito terá contribuído para a reconciliação entre Luís XIII e Maria de Médicis. Assim, a rainha-mãe convenceu o filho a tornar Richelieu ministro do Rei, em 1624. Nesse mesmo ano, a França e a Inglaterra assinaram o tratado que permitiu o casamento de Carlos de Inglaterra com a princesa Henriqueta Maria, irmã de Luís XIII. Assim, quando Manuel Severim de Faria escreveu as *Relações*, Richelieu iniciava o caminho que, não obstante cheio de perigos para o brilhante cardeal, haveria de tornar a França, como se escreveu atrás, a principal potência europeia do século XVII.

Richelieu centralizou em si o poder, embora o soberano continuasse a intervir nos negócios do Estado. Modernizou a França, embora para isso tivesse de enfrentar a cólera e as ciladas dos aristocratas, que viam os seus poderes reduzirem-se a cada dia que passava. O velho castelo medieval da Bastilha foi transformado em prisão. Combateu os huguenotes, um movimento protestante que praticamente formava um estado dentro do estado e que, com o Édito de Nantes, firmado em 1598 por Henrique IV, tinha adquirido os mesmos direitos que os católicos. Para isso, invadiu as suas terras e cercou La Rochelle, porto atlântico florescente e fortaleza dos huguenotes, que poderia facultar o desembarque de tropas inglesas num hipotético conflito entre a Inglaterra e a França. A resistência dos huguenotes foi vencida e os franceses tomaram a cidade após um longo e penoso cerco. Antes do desfecho do episódio, uma expedição inglesa destinada a ajudar os huguenotes, comandada pelo Duque de Buckingham, terminou em desastre, o que é referido nas *Relações* de Severim de Faria. Uma segunda expedição inglesa apenas serviu para que os huguenotes negociassem melhores condições de armistício, mas o falhanço provocou tanta revolta em Inglaterra que Buckingham e o rei Carlos I começaram a preparar nova

expedição, mas o Duque foi assassinado em 1628 e o empreendimento constituiu mais um fracasso. Quando entraram na cidade tomada, em 1628, as tropas francesas dirigiram-se directamente aos aquartelamentos. A mensagem de Richelieu era clara: huguenotes ou não, eram franceses e o Exército francês não molestava franceses. A França estava unificada e os huguenotes, beneficiando, embora, de tolerância religiosa, deixaram de ter quaisquer privilégios políticos.

Richelieu não perdoou a Espanha não ter intervindo na guerra contra os huguenotes protestantes e várias vezes acusou o embaixador espanhol na Corte francesa de hipocrisia. Os espanhóis tinham, aliás, razões para estar satisfeitos com a divisão dos franceses, já que beneficiaria o seu próprio poderio. Assim, a rivalidade entre a França e Espanha aumentou. O governo de Richelieu ressuscitou, inclusivamente, o velho projecto do rei Henrique IV, pai de Luís XIII, procurando criar uma liga contra os Habsburgos. Mas Manuel Severim de Faria elaborou as suas *Relações* antes desses planos serem concretizados.

A governação de Richelieu também foi relevante em termos económicos. Protegeu a indústria francesa, em particular a indústria têxtil e a indústria naval, tendo, inclusivamente, mandado construir cem navios de guerra para fazer frente ao domínio inglês, holandês e (cada vez menos) espanhol nos mares. Aumentou as exportações agrícolas. Fomentou a colonização das Antilhas e do Canadá francófono. Mas o orçamento de Estado, que tinha de suportar uma cara política externa, era deficitário e Richelieu não conseguiu equilibrá-lo, apesar do aumento generalizado dos impostos, que provocavam a ira do povo. Devido à penúria económica, Richelieu teve mesmo de pagar do seu bolso às tropas em várias ocasiões, a primeira das quais em 1628.

Richelieu também foi um ditador e um férreo controlador da imprensa emergente, tendo “oficializado” o *Mercurio Français*, surgido em 1611, e em especial a *Gazette de France*, que apareceu em 1631. Assim, a situação política não era a melhor para os pensadores franceses. René Descartes, por exemplo, preferiu fixar-se na liberal Holanda (Províncias Unidas) em 1629, sendo lá que publicou, pela primeira vez, *O Discurso do Método*, em 1637, um texto sobre a forma de usar a razão na obtenção de conhecimento. À semelhança do que fez Lutero quando traduziu a *Bíblia* de latim para alemão, *O Discurso do Método* foi a primeira obra filosófica escrita não em latim, mas sim na língua materna de Descartes, o francês. A filosofia, para Descartes, também deveria ser acessível ao comum dos mortais.

Descartes pode ser considerado co-fundador da filosofia moderna, junto com o inglês Francis Bacon. No entanto, enquanto este último pode ser considerado o “pai da filosofia empírica moderna”, Descartes deve ser considerado o “pai da filosofia idealista moderna”, a partir do postulado fundamental “penso, logo existo”.

1.4 A situação em Inglaterra

Após o reinado de Isabel I, desaparecida em 1603, Jaime, Rei da Escócia, filho de Maria Stuart e descendente do Rei Henrique VIII, foi aclamado Rei de Inglaterra. Pela primeira vez, a Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e Gales) estava unificada legitimamente debaixo do mesmo ceptro. Porém, a concepção absolutista “por direito divino” que Jaime tinha da monarquia cedo arrefeceu o entusiasmo dos ingleses, habituados à contenção real da época isabelina. Jaime I, por exemplo, muito mal aconselhado pelo Duque de Buckingham, arrogou-se o direito de cobrar impostos, ignorando o Parlamento. Porém, a Câmara dos Comuns, em que tinham lugar, essencialmente, membros da baixa aristocracia e da burguesia endinheirada e com interesse nos negócios do Estado, moveu-lhe uma forte oposição. Os parlamentares defenderam energicamente os princípios de que a Lei está acima do soberano e de que o poder real não brota directamente de Deus, antes é confiado pelo Povo ao

soberano para que este cuide dos cidadãos e lhes dê segurança. O facto de a Inglaterra estar a sair, como outras nações, de uma economia agrícola para uma economia comercial e industrial capitalista e urbana, onde começou a pontificar a burguesia, aumentava a instabilidade, devido às transformações que isso provocava na estrutura social e nas mentalidades.

No início do século XVII, a marinha inglesa, vencedora da Invencível Armada espanhola (e portuguesa) em 1588, pontificava nos mares. A sua quase única rival era a marinha holandesa. Londres, subjugadas as principais revoltas na Irlanda (apesar do auxílio espanhol aos rebeldes irlandeses, que incluiu o desembarque de uma força espanhola em 1600, derrotada em 1602), também só encontrava rival em Amesterdão como centro da vida económica europeia. Nesse ponto, Inglaterra tirou grande proveito da guerra entre Espanha e as Províncias Unidas, que paralisou o comércio e diminuiu o protagonismo das pujantes cidades flamengas. A indústria têxtil inglesa também se fortalecia, fabricando e exportando, em especial, tecidos de lã. As regiões de Yorkshire e de Lancashire tornaram-se centros mundiais de produção de lã e fição.

Apesar do progresso económico, as divisões políticas que encontravam na sociedade inglesa eram espelhadas nas divisões que também se encontravam no território religioso. Os protestantes, maioritariamente membros da Igreja Inglesa (Igreja Anglicana), opunham-se a uma minoria católica, mas o campo protestante também se encontrava desunido. Os puritanos, uma corrente que se tinha formado dentro da Igreja Anglicana, defendiam que esta abandonasse todas as cerimónias “impuras” que recordavam o catolicismo. Alguns teólogos puritanos também condenavam a hierarquia anglicana, que diziam estar em desacordo com os divinos mandamentos, defendendo, ao invés, um sistema presbiteriano, em que cada comunidade elegia o seu presbítero, tal como Calvino tinha defendido e implantado na Confederação Helvética (Suíça).

Em 1620, um pequeno acontecimento talvez tenha passado despercebido, mas é hoje recordado como o ponto de partida de uma grande nação – os Estados Unidos da América, apesar de a colonização da América do Norte britânica se ter iniciado na Virgínia, ainda durante o reinado de Isabel. De facto, em 1620, o descontentamento dos puritanos levou uma centena deles a embarcar no Mayflower para fundarem do outro lado do Atlântico uma colónia onde pudessem pôr em prática os seus ideais religiosos sem constrangimentos. Partidos de Plymouth, desembarcaram na costa do actual Massachussets, onde ainda hoje se ergue uma segunda cidade de Plymouth. O primeiro Inverno reduziu os peregrinos a metade, mas com auxílio dos nativos conseguiram sobreviver. A esses primeiros “pilgrim fathers”, outros colonos se seguiriam, incluindo católicos britânicos descontentes com a sua situação em Inglaterra, que fundaram Maryland, já na década de trinta do século XVII, em homenagem à Rainha católica de Inglaterra, Henriqueta Maria, mulher do sucessor de Jaime I, Carlos I.

Parte significativa dos ingleses também não aprovou a política externa seguida por Jaime I, que deu a mão da sua filha Isabel ao chefe da União Evangélica alemã, Frederico, príncipe-eleitor do Palatinado, e pediu a mão de Maria, infanta de Espanha e irmã de Filipe IV (Filipe III de Portugal) para o seu filho e herdeiro Carlos, já que os espanhóis eram vistos pelos ingleses como inimigos económicos, políticos, religiosos e militares. Aliás, a desconfiança que a maioria dos ingleses nutria pelos católicos (embora estes fossem tolerados) era grande, sobretudo após a descoberta da conspiração de Guy Fawkes, que, em 1605, quis destruir o Parlamento à bomba quando o Rei e os ministros estavam presentes, para tomar o poder e reinstaurar o Catolicismo na Grã-Bretanha. Assim, houve muitas manifestações de repúdio quando Carlos, acompanhado pelo Duque de Buckingham, se dirigiu a Madrid, em 1623, para pedir a mão da infanta. Jaime I alimentava, porém, com esse acto, a esperança de ver a Espanha acorrer em socorro do seu genro Frederico, do Palatinado. Espanha, porém, recusou-se a fazê-

lo e Carlos e o Duque de Buckingham regressaram a Londres, ainda em 1623, sem a mão da bela infanta. A partir daí, Jaime I afastou-se de Espanha, pelo que a sua cotação voltou a subir entre os britânicos. Aliás, em 1624 o Parlamento votou favoravelmente a afectação de verbas do orçamento à defesa contra Espanha. Nesse mesmo ano, um pequeno exército inglês foi formado pelo general alemão Ernst von Mansfeld para ajudar os holandeses na guerra contra Espanha, o que acentuou a ruptura entre espanhóis (e portugueses) e ingleses.

Em 1625, Jaime I morreu, ascendendo ao trono Carlos I, então já casado com a princesa (e então Rainha) Henriqueta Maria, filha do Rei francês Henrique IV e irmã de Luís XIII. No início, o Rei teve um período de “estado de graça”, em que era grande a expectativa do seu Povo. Porém, a sua concepção da monarquia “por direito divino”, herdada do seu pai, chocou novamente com o Parlamento, em particular devido à pretensão de cobrança de impostos sem sanção do Parlamento, de que o novo rei também não abdicava. O Duque de Buckingham, que continuava a ser o principal conselheiro real, continuou a prestar ao Rei os mesmos funestos conselhos que tinha dado ao seu pai. O rancor ao Rei e a Buckingham aumentou, pelo que, quando este último foi assassinado, em 1628, muitos ingleses beberam à saúde do assassino e compuseram canções em sua honra, como herói da liberdade⁵.

A guerra surda entre Carlos e o Parlamento acabaria por conduzir à guerra civil, à destituição e execução do Rei Carlos I, à implantação da República, sob protectorado de Oliver Cromwell, e após morte deste, à restauração da monarquia, mas sob a forma de monarquia parlamentar, sob o ceptro de Carlos II. Mas as *Relações* foram escritas por Manuel Severim de Faria antes destes acontecimentos terem lugar.

À parte isso, é de dizer que o período de crescimento económico britânico teve paralelismo nas Artes, nas Letras, nas Ideias e nas Ciências. Em 1616, morreu William Shakespeare, um dos mais celebrados dramaturgos de sempre. John Milton defendeu, pela primeira vez, a ideia da liberdade de imprensa, num discurso ao Parlamento britânico, em 1644, intitulado *Aeropagítica*. Francis Bacon escreveu sobre a investigação científica empírica, sendo um dos progenitores da epistemologia da ciência, tendo produzido parte dos seus melhores escritos precisamente na fase final da sua vida, entre 1621 e 1625. Em 1628, William Harvey, fundador da moderna fisiologia humana, publicou as suas revolucionárias descobertas sobre a função do coração e a circulação do sangue.

1.5 O início da Guerra dos Trinta Anos e a situação na Europa central e oriental

A Guerra dos Trinta Anos começou com uma revolta em 1618, na Boémia. A revolta rapidamente alastrou a toda a Alemanha e ao Velho Continente, devido à participação das potências da época no conflito. As razões para o confronto foram religiosas, mas nesse tempo dificilmente se conseguia separar a política da religião.

O ódio religioso que dividia os alemães entre católicos, por um lado, e protestantes, por outro, foi agudizado pela propaganda. Os luteranos clamavam que o papa era o anticristo; os jesuítas, principal braço da Contra-Reforma católica, apregoavam, por seu turno, que o verdadeiro anticristo era Lutero. Os próprios protestantes não se encontravam unidos e os seus teólogos muitas vezes contribuía para inflamar os ânimos que crescentemente separavam os calvinistas dos luteranos. Além disso, o Sacro-Império Romano era um país dividido em múltiplos estados sob liderança mais formal que real do imperador, um Habsburgo, e ainda teria um longo caminho a percorrer até à verdadeira unificação.

⁵ As razões para o assassinio foram, contudo, pessoais, estando relacionadas com a recusa de uma promoção no Exército.

É certo que havia menos católicos do que protestantes na Alemanha do século XVII. A isto acresce que três quartos dos estados alemães eram governados por príncipes protestantes. Mas os protestantes estavam menos organizados do que os católicos, liderados pelos jesuítas, que apostavam numa excelente educação católica, em particular das elites, como veículo principal da Contra-Reforma, deixando a pregação quotidiana às ordens mendicantes. Os católicos também foram hábeis a explorar as divisões do campo protestante. Acusavam, em especial, os calvinistas, apregoando que o calvinismo estava proibido na Alemanha, pois não tinha sido expressamente citado nos acordos que tinham posto fim a conflitos anteriores.

Alguns principados protestantes do Sudoeste da Alemanha formaram, em 1609, a União Evangélica, liderada pelo príncipe-eleitor do Palatinado, Frederico. Os católicos, por seu turno, formaram a Santa Liga, dirigida por Maximiliano da Baviera. A Liga solicitou o apoio de Espanha, enquanto a União pediu o apoio de França, inicialmente, e depois dos reis protestantes de Inglaterra e da Suécia.

A Boémia⁶ pertencia aos domínios do Sacro-Império, liderado pelo ramo alemão dos Habsburgos, católicos e coligados com Espanha. No entanto, os protestantes desse Estado tinham conseguido do imperador Rodolfo II, em 1609, a chamada “Carta de Majestade”, que lhes garantia direitos religiosos. Porém, católicos e protestantes diferiam sobre a interpretação da Carta. O imperador Matias, católico, que tinha sucedido a Rodolfo II, em 1612, tomou o partido dos católicos. Por isso, a 23 de Maio de 1618, em Praga, um grupo de protestantes avistou-se com os representantes do imperador e, não vendo satisfeitas as suas reivindicações, atirou-os pela janela. Os governantes imperiais salvaram-se porque, apesar da queda de 17 metros, caíram sob um monte de estrume. De qualquer modo, tinha sido dado o sinal para a revolta protestante, que o sucessor de Matias, Fernando II, imperador a partir de 1619 e cognominado de “homem dos jesuítas” pelos protestantes, não conseguiu evitar. Os revoltosos aclamaram como Rei da Boémia o chefe da União Evangélica, Frederico, casado com a filha do Rei de Inglaterra, James I. Este estava convencido do auxílio inglês à sua causa, o que não aconteceu. Assim, em 1620, as forças protestantes de Frederico foram facilmente derrotadas pelas tropas imperiais, chefiadas pelo belga Serclaes de Tilly e coligadas com as da Santa Liga, acarretando o desmembramento da União Evangélica. Frederico fugiu para as Províncias Unidas (Holanda). Fernando II rasgou a “Carta de Majestade” e encetou ferozes perseguições aos protestantes, cujos líderes subiram ao cadafalso, em 1621. Além disso, o imperador iniciou um processo de germanização da Boémia e dos estados vizinhos, como a Morávia e a Silésia. Frederico perdeu a Boémia e também o Palatinado, oferecidos pelo imperador a Maximiliano da Baviera.

A revolta protestante, contudo, alastrou. Chefes mercenários vieram defender a causa protestante com as suas tropas. Pressionado por países protestantes como a Inglaterra e as Províncias Unidas (Holanda), bem como pela católica França, rival do Sacro-Império, o rei protestante da Dinamarca, Cristiano IV, interveio na Alemanha, apesar de ser um dos príncipes-eleitores do Império e, nessa qualidade, Duque de Holstein. Porém, dada a insuficiência dos seus efectivos e a falta de apoios internos, Cristiano IV foi batido por Tilly, em 1626.

No meio destes acontecimentos, entrou em cena Albrecht von Wallenstein, um homem que tinha enriquecido com a compra de terras aos protestantes expropriados e que se tornou o maior latifundiário da Boémia. A sua maior propriedade era Friedland, que o sacro-imperador Fernando II elevou à categoria de principado, em 1621, para agradecer a Wallenstein, tornado Duque de Friedland, as enormes somas que este lhe disponibilizava. Porém, este homem revelou-se um déspota nas suas terras. Para extrair delas o máximo proveito, explorou inclementemente o trabalho dos habitantes.

⁶ Actualmente região checa, cuja capital é Praga.

Em 1624, Wallenstein ofereceu ao sacro-imperador a organização de um exército de vinte mil homens. Fernando II aceitou e, em 1625, nomeou Wallenstein comandante-chefe das forças imperiais. Quando Manuel Severim de Faria escreveu as suas *Relações*, o novo comandante do exército do Sacro-Império, Wallenstein, Duque de Friedland, estreava-se nas operações militares, conquistando o Holstein e a Jutlândia à Dinamarca, numa tentativa de tornar os portos alemães no Báltico bases para uma futura marinha de guerra imperial. Porém, Stralsund, uma cidade hanseática da embocadura do rio Oder, auxiliada pela protestante Suécia, onde reinava Gustavo Adolfo II, resistiu ao cerco, impossibilitando a unificação imperial, sonho cultivado quer pelo imperador Fernando II quer pelo seu lugar-tenente Wallenstein.

Há que dizer ainda, a propósito da situação na Europa Central e Oriental, que os reinos da Suécia e da Polónia procuraram expandir-se para leste à custa da Rússia. No entanto, em 1617, uma guerra estalou entre a Polónia e a Suécia, que tinha estabelecido as pazes com os russos nesse mesmo ano e que tinha feito trocas territoriais com a Rússia, desfazendo a política expansionista polaca.

Capítulo II
O jornalismo no início do século XVII

Capítulo II

O jornalismo no início do século XVII

As *Relações* impressas de Manuel Severim de Faria surgiram numa altura em que, consequência directa do aparecimento da tipografia gutemberguiana, proliferavam publicações noticiosas impressas, quer relações de notícias do que tinha ocorrido num determinado período de tempo, quer relatos (“reportagens”) monotemáticos de acontecimentos. Durante algum tempo, as publicações jornalísticas impressas coexistiram com as manuscritas, mas já assinalam a passagem de uma época de “pré-jornalismo” a uma época de “jornalismo”. É certo que ainda não se pode falar de um jornalismo “industrial”, que apenas surgirá no século XIX. Mas pode falar-se um jornalismo “moderno”, que teve um papel importante na projecção da Europa para a Idade Moderna.

A proliferação de publicações impressas assinala, também, uma época em que a cultura escrita começa a adquirir uma importância superior à cultura oral, constituindo, precisamente, uma das marcas da Modernidade. A popularização do jornalismo foi decisiva para estimular essa transição, pois as novas publicações noticiosas impressas expandiram as potencialidades de difusão de informação das cartas, das crónicas historiográficas e de outros dispositivos informativos pré-jornalísticos.

No início do século XVII, época em que surgiram as *Relações*, existia, então, um panorama jornalístico em que coexistiam (1) *publicações manuscritas*, de pequeníssima tiragem e circulação extremamente restrita (por vezes unicamente entre uma rede de correspondentes), mas, usualmente, mais “livres” do que as publicações impressas (que passavam pelo crivo da censura e das licenças prévias), e (2) *publicações impressas*, com tiragens que poderiam chegar a várias centenas de exemplares. Essas publicações podiam ser (1) *monotemáticas* (relatos de um único acontecimento) ou (2) *pluritemáticas* (inseriam várias notícias, de diversos acontecimentos). Maioritariamente eram (1) *ocasionais*, mas algumas delas já eram (2) *periódicas*.

2.1 As publicações noticiosas ocasionais

As *publicações noticiosas ocasionais*, nomeadamente as pequenas *folhas volantes* ou *folhas ocasionais* ou ainda *folhetos ocasionais*, apareceram no Renascimento. Terão surgido em Itália, concretamente em Veneza e em Génova, mas espalharam-se rapidamente por toda a Europa, sendo vendidas em feiras e lugares concorridos. Com os *livros noticiosos* (colectâneas de notícias surgidos, presumivelmente, em 1587, com periodicidade semestral), as folhas volantes ocasionais perfazem o conjunto dos principais antepassados directos dos actuais jornais e constituem a principal novidade trazida pelo Renascimento ao jornalismo⁷.

Como o seu próprio nome indica, as folhas ocasionais, inicialmente, eram constituídas por uma única folha de pequena dimensão (dimensão de 4º, cerca de 15 x 20 cm) e apenas inseriam uma única “notícia”, “com grandes minudências, mas nem sempre com muita verdade” (Tengarrinha, 1989: 29). Em alguns casos, eram juntas duas ou três folhas, agrafadas umas às outras. Normalmente, não ultrapassavam oito folhas (Tengarrinha, 1989: 29). Habitualmente, apenas continham uma “notícia”, mas outras ofereciam mais do que um texto ao leitor. Neste último caso, uma folha ocasional podia juntar “notícias sérias” às “notícias populares” e “sensacionalistas”, ou ainda a “notícias” que, pelo seu conteúdo, tinham manifesto interesse público, apesar de se referirem a calamidades. Todavia, cedo apareceram outras publicações noticiosas ocasionais de maior dimensão, que se

⁷ Consideramos que as *gazetas*, posteriores aos livros e opúsculos noticiosos, já devem ser consideradas jornais.

formatavam como livros ou opúsculos, devido à sua extensão (mais de 20 páginas, podendo atingir uma centena), graças ao aprimoramento das técnicas de impressão, ao embaratecimento dos custos de produção e ao interesse do público, entre outros factores. Tengarrinha (1989: 29), por exemplo, afirma que as primeiras folhas ocasionais portuguesas de que se conservam exemplares apresentavam já o aspecto de um pequeno livro, com frontispício muitas vezes ilustrado.

Os mais variados temas serviram aos editores-tipógrafos de pretexto para o lançamento de publicações noticiosas ocasionais, que indiciavam, com as suas histórias, os mais diversos aspectos da vida colectiva. Política, comércio, descobertas, descobrimentos de novos lugares, acordos entre países, episódios da vida nas cortes, casamentos, divórcios, nascimentos, baptizados, funerais, falecimentos, maravilhas da natureza, fenómenos insólitos e curiosos, acontecimentos sociais, festas, celebrações, naufrágios, crimes e criminosos, calamidades, batalhas, descrições de lugares, etc. são exemplos de alguns dos muitos temas que serviram de pretexto para a elaboração de folhas volantes e outras publicações noticiosas ocasionais e que encontraríamos, sem surpresa, em qualquer meio jornalístico dos nossos dias. Afinal, os conteúdos não mudaram muito desde que os romanos focavam sobre a vida privada entre as informações políticas, sociais, comerciais e militares que serviam de tema às suas cartas e às *Actas Diurnas*, o que comprova a perenidade dos factores que dão valor noticioso e notabilidade aos factos (valores-notícia).

O jornalismo configurava-se, assim, entre os séculos XV e XVII, como a actividade de contar histórias sobre a vida quotidiana. Muitas dessas histórias eram (e são) publicamente úteis, enquanto outras se destinavam (e destinam) essencialmente a satisfazer a curiosidade humana. Mesmo estas últimas, porém, podem ser positivas para a vida de uma sociedade, já que, ao representarem as atitudes, comportamentos e cognições humanas e, ao delimitarem o que é considerado desvio, ajudam a definir as regras de convivência e as normas que asseguram a sobrevivência e a estabilidade da sociedade.

Tengarrinha (1989: 29) fez um levantamento das publicações noticiosas ocasionais portuguesas de que se tem conhecimento ou que ainda se conservam, publicadas entre 1555 e 1641 (ano em que surgem as *Gazetas* da restauração, primeiro periódico português estável), tendo chegado ao número de 32, abarcando as seguintes temáticas:

- Expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso: 14 (43,7%)

- Assuntos religiosos: 6 (18,8%)

- Notícias da Corte: 6 (18,8%)

- Acontecimentos gerais do País e o estrangeiro: 3 (9,4%)

- Batalhas: 2 (6,2%)

- Descrição de Lisboa: 1 (3,1%)

Como se observa, uma grande percentagem de *relações* reportam-se a experiências da realidade próximas das pessoas comuns, apesar de outras respeitarem às realidades vividas pelas elites. Marc Paillet (1974) lembra, a propósito, que o jornalismo contemporâneo foi, justamente, influenciado por esses dois registos: o das elites e o do resto das pessoas. Assim sendo, no jornalismo “antes do jornalismo” e no jornalismo contemporâneo encontram-se notícias mais voltadas para as elites, reportando acontecimentos relevantes para a preservação da sua memória histórica, e notícias voltadas para a população em geral, que dão conta das suas experiências directas da realidade e que também, em certo sentido, contribuem para a edificação da memória colectiva comum.

A mais antiga folha ocasional de que há registo foi editada em Itália (Bolonha, 1470) e relatava a queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), em 1453, e os subsequentes avanços dos turcos otomanos pelo Mediterrâneo oriental. Outras folhas faziam referência a factos como a descoberta da América por Colombo (1493), a queda de Granada e a expulsão dos mouros de Espanha (1492), a queda de um meteorito em Ensisheim (1492) ou a entrada de Carlos VIII em Florença (1494). Outras ainda ofereciam informação comercial e política aos mercadores. Uma das primeiras folhas que subsistiu é a que narra a batalha de Flodden Field, em Inglaterra, datada de Setembro de 1513. Pode dizer-se, conseqüentemente, que as notícias das folhas ocasionais já obedeciam a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia (negatividade, referência a fenómenos insólitos, novidade, referência a pessoas de elite, utilidade prática das informações, etc.).

Não se sabe exactamente qual foi a primeira publicação noticiosa ocasional portuguesa. Para Tengarrinha (1989: 29), a mais antiga de que se tem conhecimento é a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Perdeu nos Baixos de Pêro dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, impressa em Lisboa, hipoteticamente em 1556, com gravura na folha de rosto, que tinha 23 páginas de 15 x 20 cm e foi escrita, hipoteticamente, por Manuel Rangel. Giulia Lanciani (1979: 21-22) explica, porém, que esta *Relação* poderá ser apenas de cerca de 1620, pois nela são referidas obras de 1613 (*Crónica de Dom João III*, de Francisco de Andrade) e de 1616 (*Década VII*, de Diogo do Couto). Lanciani (1979: 11) indica que a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houveram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal* teria sido impressa entre 1555 e 1556, o que a tornaria a primeira publicação noticiosa ocasional surgida em Portugal, no caso de a *Relação do Lastimoso Naufrágio da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova* ser de cerca de 1620. Há que realçar, no entanto, que Carlos Passos (1928) refere folhas volantes portuguesas de 1527 e talvez mesmo anteriores, sobre o naufrágio de várias naus (São Pedro, São Sebastião, Santo António e Conceição). De qualquer modo, tendo em conta o objectivo da presente investigação, é irrelevante determinar qual foi a primeira folha ocasional portuguesa, pois interessa-nos, unicamente, fixar no século XVI a aparição documentada das folhas ocasionais em Portugal, havendo vários exemplares que, sem contestação, são desse período.

Os relatos patentes nas publicações noticiosas ocasionais portuguesas são um misto de crónica e reportagem, mas a narrativa tende sempre a ser cronológica, fazendo pontes com a literatura medieval e da época (Lanciani, 1979), independentemente da extensão do relato, como se pode observar no seguinte excerto da *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João*:

“Partiu neste galeão Manuel de Sousa, que Deus perdoe, para fazer esta desventurada viagem, de Cochim, a 3 de Fevereiro de 1552. E partiu tão tarde por ir a carregar a Ceilão e lá haver pouca pimenta (...) e veio a Cochim acabar de carregar (...) e ainda que a nau levasse pouca pimenta, nem por isso deixou de ir muito carregada de outras mercadorias, no que se havia de ter muito cuidado pelo grande risco que correm as naus muito carregadas (...) E tardaram muito em ver o Cabo por causa das ruins velas que traziam, que foi uma das causas, e a principal, da sua perdição (...) e tais eram as que traziam, que tanto tempo punham em as remendar como em navegar (...) e por o leme ser podre, um mar que então deu lho quebrou pelo meio [ficando] (...) sem leme, sem mastro, sem velas (...). E vendo Manuel de Sousa como o galeão se lhe ia ao fundo sem nenhum remédio, chamou ao mestre e ao piloto e disse-lhes que a primeira coisa que fizessem fosse pô-lo em terra com sua mulher e filhos, com vinte homens que estivessem em sua guarda. (...) A gente que estava na nau lançou sobre a caixaria e madeira à terra. Morreram em se lançando, mais de 40 portugueses e 70 escravos; a mais gente veio à terra por cima do mar, e alguma por baixo, como a Nosso Senhor aprouve, e muita dela ferida dos pregos e madeira.”

[A narração continua com as desventuras dos portugueses e escravos que chegaram a terra firme, mas foram, quase na totalidade, vítimas da fome, da doença e dos ataques dos indígenas, incluindo a mulher e filhos de Manuel de Sousa. Este último, desalentado com a perda da mulher e do último filho, internou-se sozinho pelo mato e nunca mais foi visto. O relato termina com a chegada de alguns portugueses sobreviventes às possessões lusas em Moçambique.]

A Relação Verdadeira dos Trabalhos que o Governador D. Fernando de Souto e Certos Fidalgos Portugueses Passaram no Descobrimento da Província da Florida, Agora Novamente Feita por Um Fidalgo de Elvas, impressa em Évora, em 1557, tem um interesse especial por ser uma extensa “reportagem” (mais de cem páginas), anónima, do envolvimento de portugueses na colonização da Florida, tendo também seguido a estrutura do relato cronológico. São desta última *Relação* alguns excertos a seguir inseridos. O primeiro dá conta da preparação da expedição por D. Fernando de Souto, que quis convencer companheiros como Cabeça de Vaca a acompanharem-no. O segundo procura construir a personagem de Dom Fernando de Souto (retardamento da acção para dar consistência psicológica à personagem). O terceiro narra um horrível massacre de indígenas pelos expedicionários capitaneados por Dom Fernando de Souto, de que os índios de Guachoya, aliados dos colonizadores, se aproveitaram para saquear as casas dos índios assassinados pelos portugueses:

[1]

“Desta relação feita por palavra de Cabeça de Vaca ao Imperador foi sabedor Marques de Astorga, e logo determinou de mandar com Dom Fernando de Souto a seu irmão Dom António Osório. E com ele se fizeram prestes dois parentes seus, a saber, Francisco Osório e Garcia Osório. Dom António se desfez de seiscentos mil reais de renda que tinha pela igreja (...) Souto fazia a Cabeça de Vaca grandes partidos e estando concertado para ir com ele (como se já disse) porque lhe não quis dar dinheiro para pagar hum navio que havia comprado, se desavieram, e foi por governador ao Rio da Prata” (pp. 66-67)

[2]

“(…) e por ser [o governador] homem rijo e seco de palavra, e ainda que folgava de escutar e saber o parecer de todos, depois que dizia o seu não queria que o contradissem e sempre fazia o que lhe a ele parecia (...)” (p. 113)

[3]

“Houve ali homens tão cruéis e carniceiros que velhos e moços e quantos topavam diante matavam sem pouco nem muito haverem resistido. E os que em si confiavam era para se mostrar em toda parte donde houvesse resistência, e que por tais eram havidos, rompiam os índios, derrubando muitos com os estribos e peitos dos cavalos (...). Os índios de Guachoya antes de chegar ao povo se detiveram e de fora estiveram olhando como os cristãos se debatiam com os [índios] de Anilco: e vendo-os desbaratados e que os de cavalo os iam alcançando, acudiram às casas a roubar. E do despojo encheram suas almadias de roupa e antes que os cristãos se fossem foram a Guachoya e muito admirados do que haviam visto fazer aos índios de Anilco, contaram tudo o que se passou, com grande espanto, ao seu cacique.” (p. 174).

As publicações noticiosas ocasionais impressas coexistiram com as manuscritas, pois a primeira folha volante manuscrita portuguesa que se conserva na Biblioteca Nacional data de 19 de Outubro de 1588, surgindo com o título *Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*⁸. Nela, em duas folhas, narrava-se a destruição da Armada Invencível.

As folhas ocasionais podiam ser escritas em *prosa* ou em *verso*. Garcia de Resende, por exemplo, elaborou, quase um século antes das *Relações* de Severim de Faria, a *Miscelânea* (1554), uma cronologia noticiosa em forma de verso, apropriadamente designada “Casos e Coisas” e “Novas Novidades”, onde num determinado excerto relembra, por exemplo, o horrível massacre dos cristãos novos (judeu convertidos ao Cristianismo), em Lisboa, a 20 de Abril de 1506 (dia de Pascoela):

Mudanças e grandes feitos,
em papas, reis, dignidades,
Em reinos, vilas, cidades...
(...)
Vi que em Lisboa se alçaram
povo baixo e vilãos
contra os novo cristãos,
mais de quatro mil mataram
dos que houveram às mãos:
uns deles, vivos queimaram,
meninos despedaçaram,
fizeram grandes cruezas,
grandes roubos e vilezas
em todos quantos acharam

⁸ BNL, Ms. Caixa 2, n.º 28.

Estando só a cidade
por morrerem muito nela
se fez esta crueldade;
mas el-rei mandou sobre'ela
mui mui grande brevidade;
Muitos foram justiçados,
quantos acharam culpados,
homens baixos e bargantes,
e dois frades observantes,
vimos por isso queimados.

El-Rei teve tanto a mal
a cidade tal fazer,
que o título natural
de nobre e sempre leal
lhe tirou e fez perder;
muitos homens castiou
e officios tirou;
depois que Lisboa viu
tudo lhe restituiu
e o título lhe tornou.

Também na *Miscelânea*, surge a alusão ao terramoto de 1522, em Lisboa:

Vi que em Lisboa caiu
da costa gran quantidade
duas ruas destruiu,
duzentas casas sumiu,
foi grão temor na cidade;
agrestes temores tais
e outros muitos sinais
vemos, sem termos lembrança
de Deus, nem fazer mudança
de nossas vidas mortais.

Entre nós, como se observa, as publicações noticiosas ocasionais eram designadas, muitas vezes, *relações*. Embora o termo “relações” tenha perdurado, essencialmente, para referenciar publicações pluritemáticas, no sentido de serem um *rol* de notícias, é de realçar, conforme os títulos de algumas delas indicam, que algumas publicações monotemáticas também se denominaram relações, no sentido de serem um “relato”.

Além da designação *relação*, vingaram, em Portugal, as denominações *notícia*, *carta*, *manifesto* e *cópia* para referenciar as publicações noticiosas ocasionais. Entre outros nomes, em Itália chamaram-se *avvisi*, *relazione*, *gazzeta*, *broglieti* e *fogli a mano*; em Inglaterra, *price-currents*; em Espanha, *cartas nuevas* (Espanha); na Alemanha (Sacro Império), *zeitungen*; em França, *occasionnel*, etc. Porém, em nenhum lugar tiveram título ou periodicidade regular. Na primeira página, normalmente, surgia o título da notícia a que se referiam, a data e o local de impressão. Algumas eram ilustradas com uma xilografia. Às vezes eram encadernadas como pequenos livros, devido ao número de páginas que continham.

As folhas volantes tiveram outra característica: frequentemente, as notícias que continham eram traduzidas em vários idiomas, ajudando a tornar a Europa o espaço de referência para os cidadãos do Velho Continente. Além disso, ao disseminarem-se por toda a Europa, levavam muitas vezes ao conhecimento dos europeus aquilo que se passava noutros países. A Europa forjava, assim, uma consciência geo-cultural unitária e identitária. Aliás, algumas das publicações noticiosas ocasionais eram escritas em latim, língua-franca dos intelectuais da época, visando já uma circulação o mais disseminada possível.

O bom acolhimento das folhas noticiosas pela burguesia urbana, pelos letrados e académicos e ainda pela pouca população alfabetizada e mesmo pela população analfabeta (os analfabetos pagavam para ouvir o que diziam as publicações noticiosas ocasionais, um fenómeno que, aliás, perdurará pelos séculos seguintes, com as gazetas) fizeram perceber a alguns empresários que as pessoas necessitavam e estavam ávidas de notícias regulares, pelo que essas folhas cedo evoluíram para os primeiros jornais, que com propriedade poderão ser considerados verdadeiramente “relações de notícias” (no sentido de que incluem várias notícias). As folhas volantes tiveram, assim, o mérito de preparar o mercado e a audiência para o jornalismo industrializado.

As folhas ocasionais contribuíram, igualmente, para a democratização do acesso à informação, do conhecimento e da cultura e ajudavam a forjar uma consciência europeia, até porque, como dissemos, frequentemente inseriam notícias de toda a Europa. Por outro lado, também contribuíram para a propaganda dos regimes, para a uniformização das línguas nacionais e para o reforço das nacionalidades (e, em última instância, dos nacionalismos), sendo mais ou menos toleradas pelos governantes.

De destacar que no Japão também se publicaram uma espécie de folhas volantes, os *Yomiuri* (“paga e lê”), mas apenas no século XVII, quando a Europa já enveredava por um jornalismo mais semelhante ao actual.

A proliferação incontrolada de notícias levou alguns governos a regular esse fluxo, datando ainda do Renascimento alguns éditos contra os “perigos” da elaboração e leitura de notícias, como os emitidos pela Universidade de Colónia (1475), pelo Arcebispado de Würburgo (1482), pelas autoridades de Basileia (1482) e de Maguncia (1485), etc. O papa Alexandre VI impôs, por seu turno, a censura prévia às notícias, na bula *Intermultiplices*, em 1488.

2.2 O aparecimento das folhas periódicas – as gazetas

No final do século XVI, as folhas noticiosas persistiram e começaram, gradualmente, a transformar-se em jornais, graças (1) ao progresso da tipografia, (2) às melhorias no sistema de comunicações, (3) ao aumento do interesse do público pelas notícias (Tengarrinha, 1989: 35), (4) à iniciativa privada de certos empresários que viram na imprensa jornalística a possibilidade de tirarem lucro de um negócio que ia ao encontro do clima cultural, social e político e das necessidades da época, bem como (5) à cobertura dada pelo poder político,

religioso e económico a determinadas publicações que contribuíam para a sua manutenção⁹. O mesmo ocorreu com as *newsletters* comerciais, como aquela que era mantida pela importante família alemã dos Fuggers, que continha informação sobre a disponibilidade e preços de vários bens e serviços, notícias políticas e militares susceptíveis de afectar os negócios, etc. (estas folhas noticiosas comerciais, pela sua exactidão, podem ser consideradas antepassadas dos jornais “de qualidade”).

Prefigurando o jornalismo de investigação, e conforme assegura Braojos Garrido (1999: 21-22), os “mercadores da notícia” chegaram a espiar e subornar, mas alguns também se colocaram ao serviço da propaganda de causas políticas, ajustando o jornalismo incipiente à manipulação da opinião. Independentemente de quaisquer juízos de valor que possamos fazer acerca da atitude dos pré-jornalistas de Quinhentos e Seiscentos, pelo menos uma coisa se observa: as folhas noticiosas tinham suficiente impacto e importância entre a sociedade para justificar os esforços censurantes ou manipuladores.

O processo de aparecimento dos jornais foi lento. Em primeiro lugar, apareceram os livros noticiosos semestrais e anuais, com intenções simultaneamente historiográficas e jornalísticas, de que as *Relações* de Manuel Severim de Faria são um exemplo tardio, já contaminado com o sucesso de experiências de jornalismo periódico.

A tradição dos livros noticiosos parece ter sido iniciada pelo austríaco Michael von Aitzinger, que, entre 1587 e 1598, publicou, semestralmente, uma compilação resumida das principais notícias com valor histórico surgidas nas folhas ocasionais que chegavam à sua mão. Esses livros, vendidos nas feiras bibliográficas, em particular na de Frankfurt, designaram-se, genericamente, por *messrelationen*, mas tinham títulos sugestivos. Os de von Aitzinger, por exemplo, chamavam-se *Prostroma Relatio Historica*; os de Jacobus Francus (pseudónimo do pregador protestante Conrad Lautenbach) denominavam-se *Historicae Relationis Complementorum* (1591); e os do francês Palma-Cayet *Cronologias Novenarias*.

A frequência de publicação dos livros noticiosos começou a aumentar e o seu volume a diminuir (embora o hábito de publicar relações de notícias sob a forma de livro perdurasse). Em 1597, apareceu aquela que, provavelmente, foi a primeira publicação mensal noticiosa: a *Rorschacher Monatsschrift*, editada por Samuel Dilbaum e Leonhard Straub. Igualmente em 1597, apareceu o *Noviny Poradné Celého Mesice Zari Léta 1597* (*Jornal Completo do Mês Inteiro de Setembro de 1597*), mensário editado em Praga por Daniel Sedltchansky. Essas publicações mensais popularizaram-se com o nome de *mercúrios*, em honra do deus greco-romano mensageiro dos deuses, protector do comércio e do lucro (sendo Hermes a sua designação grega). O seu sucesso indicia a apetência do mercado por notícias, devido às crescentes necessidades informativas de uma sociedade em acelerado processo de mudança. Alguns desses *mercúrios* evoluíram para as *gazetas*, essencialmente noticiosas, com menos páginas e periodicidade crescentemente acelerada; outros, como o *Mercure Français* (1624) e o *Mercure Galant* (1672), embora mantendo características noticiosas, associaram às notícias artigos de fundo, comentários sobre as ideias, descobertas e inventos, etc., estando na base das revistas – magazines.

Os livros noticiosos diferiam das publicações noticiosas ocasionais: (1) no volume de páginas e de informações, (2) na diversidade de notícias, (3) na periodicidade mais ou menos definida (anual e semestral) e (4) na existência de um título que denominava todas as sucessivas edições. Os livros noticiosos eram, portanto, mais diversificados nos conteúdos e estilos do que as folhas ocasionais, agrupando quer notícias “sérias” e com valor histórico, quer notícias “populares” e “sensacionalistas”. Podemos, assim, como enfatizámos acima, considerar esses livros como uma espécie de antepassados dos anuários noticiosos, além de o serem também,

⁹ Sendo o exemplo mais evidente a *La Gazette de France*, de Renaudot, de Maio de 1631.

evidentemente, dos jornais e revistas. São, enfim, com propriedade, *relações periódicas de notícias*, no sentido de serem um *rol* de notícias. Alguns eram escritos em latim, o que acentua o seu carácter universal (o latim era a língua franca da época) e o seu valor intelectual.

O sucesso da imprensa jornalística emergente foi também a causa das dificuldades que conheceu para se implementar. As convulsões militares, políticas e religiosas da Europa quinhentista e seiscentista acentuaram as tentativas de controlo e censura das actividades jornalísticas por parte das autoridades civis e religiosas. O sistema de *licenciamento prévio* foi o processo mais usado em toda a Europa: apenas os indivíduos bem vistos pelas autoridades obtinham a licença prévia que lhes dava o direito a instalarem tipografias e/ou a exercerem o ofício de tipógrafo e editor (o que aconteceu com as *Relações* de Manuel Severim de Faria). A *censura prévia* foi, igualmente, uma prática corrente nos estados europeus: as publicações tinham de passar pelo crivo do censor para poderem ter licença de impressão. O papado promulgou a *Index Librorum Prohibitorum*, lista dos livros de leitura proibida, considerados heréticos, ameaçadores ou infundados. Alguns dos editores-tipógrafos, pré-jornalistas, chegaram mesmo a morrer às mãos dos carrascos papistas por causa daquilo que escreveram, como os italianos Niccolo Franco e Annabale Capello. Aliás, a atitude da Igreja Católica contra a liberdade de pensamento e expressão é explícita em documentos como a *Constitutio Contra Scribentes et Dictantes Monita, Vulgo Dicta Avvisi et Ritorni* (Pio XII, 1570) e *Contra Famigeratores et Menantes* (Gregório XIII, 1572). É de referir, porém, que houve sempre desafios às tentativas de limitar a liberdade de expressão e alguns editores arriscavam, por vezes, a sua liberdade ou mesmo a própria vida para publicarem, clandestinamente, livros e opúsculos noticiosos, periódicos ou ocasionais.

É certo que a Europa do século XVII, sujeita a transformações, instabilidade e mudanças, necessitava de informação. Por isso, havia não só receptividade para as notícias, mas também matéria-prima informativa suficiente para sustentar o aparecimento dos primeiros jornais “eminenteemente jornalísticos”, correntemente denominados *gazetas*, nome que deriva da moeda veneziana “gazeta”, quantia paga para se ouvirem as notícias em actos de leitura pública dos jornais e folhas ocasionais.

Os primeiros jornais, ou *gazetas*, correspondem a uma evolução do conceito de livro noticioso para uma publicação mais frequente, periódica, muito menos volumosa, de menor custo e com notícias mais actuais. É de realçar, todavia, que o aparecimento das *gazetas* não eliminou do mercado os livros noticiosos, amplas relações de notícias com valor historiográfico. Estes continuaram a ter sucesso, pelo menos nas primeiras décadas do século XVII, e ainda hoje são publicados anuários noticiosos (no final de cada ano, é comum alguns jornais brindarem os leitores com propostas de compra de livros noticiosos de valor historiográfico sobre o que se passou nesse ano).

A aparição das *gazetas* deu-se em França, com a publicação de *La Gazette Français*, de Marcellin Allard e Pierre Chevalier, em 1604¹⁰. Mas a novidade espalhou-se rapidamente por toda a Europa. Apesar do pioneirismo francês, o formato de *gazeta* imitado pela generalidade das *gazetas* dos países europeus foi o da *Nieuwe Antwersche Tijdinghe*, surgida em 1605, em Amberes, pela mão do impressor flamengo Abraham Verhoeve e redigida em francês e flamengo, publicando notícias locais, nacionais e do estrangeiro (o que constituía uma novidade). Esta *gazeta* durou vários anos, estabilizando numa periodicidade semanal a partir de 1617 e

¹⁰ Não confundir com a celebrada *La Gazette*, dirigida por Théophraste Renaudot, tido por muitos franceses como o seu primeiro jornalista, publicada a partir de 30 de Maio de 1631, que serviu de modelo para muitos jornais, incluindo para as nossas *Gazetas* da Restauração. Foi Renaudot o introdutor do termo Editorial, embora para designar balanços anuais dos acontecimentos e perspectivas para o ano seguinte.

trissemanal a partir de 1620. A primeira gazeta a incluir notícias do dia anterior terá sido a *German Frankfurter* (1615). A primeira gazeta portuguesa periódica surgiu apenas em 1641, quinze anos depois da publicação da primeira das *Relações* de Manuel Severim de Faria. Denominou-se *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas, Que Ouve Nesta Corte, e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, e foi publicada em Lisboa, com privilégio real concedido a Manuel de Galhegos. Como algumas das outras gazetas, tinha uma dimensão de cerca de 20 x 14 cm e, normalmente, oito a doze páginas.

As principais características das gazetas eram as seguintes:

1) Ao contrário das *folhas volantes ocasionais monotemáticas*, que apenas ofereciam informação pontual, que muitas vezes enveredavam pela pregação moralista e que nem sempre apresentavam as narrativas sob a forma de textos escorreitos, antes preferindo formatá-los, por vezes, como poesias ou canções, e ao contrário, também, dos *livros noticiosos historiográficos*, amplas compilações de notícias abarcando largos períodos de tempo, as gazetas, além de terem uma **periodicidade definida e frequente**, apresentavam **notícias seleccionadas**, escritas sob a forma de **textos simples e escorreitos** (até porque, em parte, eram elaborados para a leitura pública, sendo a maioria da população analfabeta), normalmente **datados e geograficamente localizados**, por vezes com **menção directa às fontes**, geralmente desenvolvidos numa **narrativa cronológica**, sendo reveladores de uma **atitude eminentemente informativa e noticiosa** (embora paginados em sucessão, sem intervalos entre eles). Por exemplo, na primeira gazeta portuguesa, a *Gazeta* de Novembro de 1641 (publicada após a Restauração da Independência, num período de guerra entre Portugal e Espanha, pelo que é notório o enviuamento noticioso para engrandecer os feitos de armas portuguesas e o novo Rei), escrevia-se:

“Pelejou a armada de Holanda com uma esquadra da armada Real de Castela, em que vinham muitas fragatas de Dunquerque. Durou a pendência mais de vinte e quatro horas. Foi-se a pique um galeão dos Castelhanos, e ficaram alguns destroçados, e todos com muita gente morta. O Holandês com algum dano se retirou a este porto donde está aguardando que el-Rei nosso Senhor lhe dê socorro para sair outra vez a atemorizar os portos da Andaluzia.

O Conde da Castanheira, que estava preso numa torre de Setúbal pediu a el-Rei nosso Senhor que lhe mudasse a prisão por quanto estava indisposto e el-Rei nosso Senhor usando sua natural benignidade o mandou trazer para o Castelo de Lisboa.

Num lugar da Beira afirma-se que houve um homem, que ouvindo dizer numa conversação de amigos, que na feliz aclamação del Rei nosso Senhor fizera o Crucifixo da Sé o milagre, que a todos é notório, disse que [se] podia acaso a imagem do Senhor despregar o braço. E assim como acabou de dizer estas palavras caiu uma parede junto da qual estavam todos os da conversação e só a ele matou.

Estando o galeão Santa Margarida para dar à vela disse o piloto que não se atrevia a sair sem lhe darem mais gente do mar, inquietando-se os soldados, e foi necessário acudir o General António Telles de Menezes, e alguns senhores que o acompanhavam na jornada

de Cádiz. E depois de tudo quieto prenderam três soldados, que foram os cabeças, e a todos eles os enforcarão.

Luís de Abreu que estava preso por cúmplice na conspiração que se fez contra a pessoa Real provou sua inocência e saiu livre.

O Conde de Alba e o Marquês de Alcaniles aos 19 de Outubro entraram pela vila de Sanes e Malhadas com dois mil homens com ânimo de tomarem as munições e a artilharia, que desta corte se mandaram para a cidade de Miranda. Porém os nossos lhes prenderam junto à vila das duas Igrejas [um auxiliar] (...) que lhes vinha ensinando o caminho e com a sua prisão mudaram de intento e se foram logo. Chegou [a coluna militar] (...) ao lugar das duas Igrejas onde com grande pressa se recolheu e se pôs em cobro. Fizeram os inimigos, na retirada, algum dano. Porém Rui de Figueiredo de Alarcão, Fronteiro mor de Trás-os-Montes, e Pêro de Melo, capitão-mor e superintendente das armas na cidade de Miranda, juntaram 3000 infantes e com cavalos e com dois mil infantes mais que lhes mandou Francisco de Sampaio, Fronteiro mor da Torre de Moncorvo, de que era cabo Domingos de Andrade Correia, foram a Brandilanes, [a] cinco léguas de Miranda, onde o inimigo estava feito forte, e depois de duas horas de batalha ganharam a trincheira e mataram 70 homens e os demais retiraram a uma Igreja, onde resistiram até que os nossos puseram fogo a um barril de pólvora para que eles cuidassem que os queriam queimar e se entregassem, o que fizeram, mas ficaram mortos quatrocentos, entre os quais morreu Dom Inigo de Baládría, governador da cavalaria. Saquearam os nossos o lugar e vieram vitoriosos com mais de 300 armas de fogo, muito gado, grande número de grão, e outros muitos despojos. Da nossa parte morreram sete ou oito homens.

Despachou El-Rei nosso Senhor ao Conde da Vidigueira para embaixador em França para assistir na corte de Paris.

Dom Antão de Almada (que foi embaixador extraordinário em Inglaterra) fica assistente para tratar dos negócios do Reino”

2) Primeira página titulada e, por vezes, ilustrada, mencionando ainda a data e o local de impressão/edição e o nome do editor (o “director”);

3) Inclusão de várias notícias sobre diferentes assuntos (da política, das guerras e do comércio à ciência, passando pela sociedade e fenómenos maravilhosos ou insólitos) e de diferentes proveniências (algumas das quais das colónias ultramarinas dos países europeus), paginadas a uma coluna, sem qualquer ordem lógica, mas, geralmente, com indicação da data e local de proveniência das mesmas, obtidas por tradução de notícias de gazetas estrangeiras e produção própria;

4) Periodicidade normalmente semanal e depois bi e tri-semanal, até chegar a diária, havendo alguma discordância entre os historiadores sobre qual terá sido o primeiro jornal diário digno do nome: os *Avisos* surgidos em Praga, em 1609, tese defendida por Alcade (1981: 9); o *Courante uyt Italien, Duytsland, etc.* (Amesterdão, 1618); o *Einkommende Zeitung* (Leipzig, 1635); o *Neueinlauffende*

Nachricht von Kriegs-und Welt-Händeln (Leipzig, Alemanha, 1660), o *Leipziger Post-Und Ordinari Zeitung* (Leipzig, Alemanha, 1662) ou o *Daily Courant* (Inglaterra, 1702). As divergências entre os autores incidem, nomeadamente, sobre o conceito de jornal diário. Para alguns autores, um jornal publicado quatro dias por semana já deve ser considerado diário (é a proposta da UNESCO, por exemplo), enquanto para outros essa regra não é válida. Do nosso ponto de vista, os jornais alemães devem ser considerados os primeiros diários, tendo primazia sobre o *Daily Courant*, até porque dentre eles pelo menos dois foram publicados seis dias por semana em determinadas fases da sua vida, tal e qual como o *Daily Courant*: o *Einkommende Zeitung*, de Leipzig, foi publicado seis dias por semana, entre 1650 e 1652, e o *Neueinlauffende Nachricht von Kriegs-und Welt-Händeln* terá mesmo saído sete dias por semana entre 1660 e 1667 (Schulze Scheneider, 1994: 107-109);

5) Publicação de notícias do dia anterior, o que reconstrói a noção de *actualidade* – muda o *horizonte de actualidade da humanidade*;

6) Existência de profissionais (normalmente um ou dois) dedicados em exclusivo à redacção, paginação e impressão – os “*gazeteiros*”, primeiros “jornalistas”;

7) Inclusão de anúncios pagos (principalmente a partir de meados do século XVII, com o pioneirismo a pertencer, provavelmente, à *Gazeta de Veneza*). A inclusão de publicidade diminuirá o preço por exemplar, tornando as gazetas acessíveis a mais pessoas.

O aparecimento das gazetas permite afirmar que **o jornalismo noticioso é uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, com raízes remotas na antiguidade clássica e antecedentes imediatos na Idade Média e no Renascimento.**

É de referir, porém, que algumas gazetas não se resumiam a um conteúdo unicamente noticioso e neutral. Incluíam também notícias “orientadas” e “seleccionadas” para servirem determinadas causas, excertos argumentativos, opinativos e persuasivos, por vezes simplesmente propagandísticos, que prefiguraram a *imprensa política de partido* que haveria de animar os séculos XVIII e XIX. Como exemplos, temos as gazetas holandesas e mesmo as *gazetas da Restauração* portuguesas¹¹, todas engajadas na luta contra Espanha (vimos atrás, nas notícias da primeira gazeta portuguesa, que é possível enviar os assuntos através das notícias). Noutros casos ainda, as gazetas perseguiram objectivos religiosos e moralistas, sendo que, por vezes, numa única gazeta se misturavam textos com características noticiosas, propagandísticas, argumentativas e moralistas.

As *newsletters* das casas comerciais europeias contribuíram, por seu turno, para formatar gazetas mais “sérias” e contaminaram, positivamente, as restantes gazetas. A primeira *newsletter* comercial transfigurada em gazeta terá sido a *Relation*, publicada em Estrasburgo.

Embora o formato estrutural das gazetas tivesse sido fixado pela *Nieuwe Antwersche Tijdinghe*, a Europa viu surgir, no final do século XVII, dois modelos normativos e funcionais de jornalismo: o inglês e o francês. O primeiro consagra a *liberdade de imprensa*; o segundo, impõe o *controlo sobre a imprensa*. O primeiro propõe o

¹¹ Cujo primeiro número foi precisamente a *Gazeta* de Novembro de 1641, já referida.

paradigma em que se fundará o jornalismo ocidental contemporâneo. O segundo alicerça a forma de fazer jornalismo em ditadura.

Há que dizer que as gazetas tinham uma circulação relativamente restrita, quer por causa dos baixos índices de alfabetização, quer por causa do preço (por exemplo, segundo Tengarrinha, 1989: 39, as *gazetas da Restauração portuguesas*, denominação por que ficaram conhecidas as gazetas publicadas em Portugal após 1640 e que se engajaram na luta independentista contra Espanha, custavam seis réis, em média, quantia bastante elevada para a época, variando o preço em função do número de páginas). Entre os leitores directos das gazetas contar-se-iam, assim, os burgueses endinheirados, a aristocracia rica e o clero instruído, embora, como se saiba, as gazetas tenham tido muitos “leitores indirectos”, pois eram lidas publicamente em feiras e noutros ajuntamentos, por vezes a troco de um pequeno pagamento por parte de quem escutava.

Capítulo III
Manuel Severim de Faria, autor das *Relações*

Capítulo III

Manuel Severim de Faria, autor das Relações

Manuel Severim de Faria terá nascido em 1584, em dia desconhecido do mês de Fevereiro (Silva, 2003:7), na freguesia de Santa Justa da cidade de Lisboa, sendo baptizado a 22 desse mesmo mês. Era filho de Gaspar Gil Severim, Escrivão da Fazenda e Executor-Mor do Reino, e de Juliana de Faria. A sua família remontava à presença entre as tropas de D. João I, na tomada de Ceuta, de um cavaleiro chamado Pierre de Severim, o qual teria, posteriormente, contraído matrimónio com Constança Pires de Camões, da família do famoso poeta luso.

Manuel Severim de Faria foi para a cidade de Évora ainda criança, ali tendo sido educado por um tio, Baltasar de Faria Severim, Cónego e Chantre¹² da Sé de Évora. Tal cargo viria a assumir um carácter quase hereditário na sua família, uma vez que o próprio Manuel Severim de Faria sucederia a seu tio, sucedendo-lhe, posteriormente, um sobrinho, Manuel Faria de Severim, em 1642, e a este Francisco Severim de Menezes, seu sobrinho (Vasconcelos, 1922). Manuel Severim de Faria viveu, assim, grande parte da sua vida sob a Monarquia Dual, que terá aceite resignadamente (Jorge, 2003: 31), até porque não conheceu outra até ter idade já avançada. Segundo Maria Fernanda Jorge (2003: 33), num julgamento que compartilhamos, esse facto “é importante tanto para a compreensão das suas ideias e pontos de vista políticos, como para a análise da sua obra e das preocupações e interesses que o motivaram”.

Manuel Severim de Faria frequentou a Universidade de Évora, vindo a ser Mestre em Artes e Doutor em Teologia, para além ter recebido as várias ordens sagradas católicas. Seu tio Baltasar renunciou, repentinamente, ao lugar de chantre da Sé de Évora, em 1609, possivelmente porque não quis colocar-se ao serviço de D. Filipe II (D. Filipe I de Portugal), que queria vê-lo como seu embaixador em Roma. Baltasar de Faria tornou-se, assim, frade na Cartuxa¹³ de Évora, da qual tinha sido um dos fundadores e onde viria, mais tarde, a ser prior, para além de ocupar outros cargos, como visitador da sua Ordem. Chegou a fundar vários novos conventos.

Manuel Severim de Faria, então com 25 anos, sucedeu, assim, a seu tio no Cabido da Sé de Évora, adquirindo o direito de receber somas elevadas, fruto de disposições eclesiásticas que lhe asseguraram diversas rendas e outros benefícios. Devido à sua formação escolástica e forma de ser, Severim de Faria pôde aplicar as avultadas verbas a que tinha acesso na aquisição de uma das mais famosas e bem apetrechadas bibliotecas do seu tempo. De acordo com o seu primeiro biógrafo, José Barbosa (*cit. in* Faria, 2003: 298), tal biblioteca conteria não apenas as principais obras publicadas ao tempo, como inúmeros manuscritos de diversas épocas, incluindo papiros egípcios, entre outras preciosidades. Da sua biblioteca, reunida ao longo da sua vida a expensas próprias, temos notícia (Leal, 1899) de que se comporia de quase 400 volumes (Vasconcelos, 1914:6). Era também referenciado como disponibilizando frequentemente a viajantes, curiosos e amigos tal espólio para consulta e estudo.

¹² O Chantre era o responsável pelos ofícios litúrgicos e procissões, sendo ainda responsável pela selecção e ensino dos elementos do Coro, geralmente crianças. Era uma função de grande relevância dentro da hierarquia da Igreja local, pois tinha grande visibilidade pública, não só como responsável por todos os elementos mais visuais e artísticos da liturgia, mas também como elemento preponderante e fundamental da acção catequética, formativa, cultural e educativa das comunidades locais. Não nos devemos esquecer que, numa sociedade profundamente marcada pelos ritos religiosos, estes eram, em grande parte, as principais, se não mesmo únicas formas culturais de algum relevo na sociedade daquele tempo.

¹³ A Ordem Cartuxa, fundada por São Bruno, é uma ordem religiosa totalmente dedicada à oração e contemplação, na qual os frades praticam voto de silêncio perpétuo. É caracterizada por um grande isolamento e despojamento.

O carácter pessoal de Severim de Faria, um curioso e estudioso, levou-o também, desde bem cedo, a interessar-se pela história em geral, podendo ser considerado como um dos primeiros arqueólogos portugueses, por via das inúmeras peças romanas que foi juntando, recolhidas e adquiridas um pouco por todo o Alentejo. Nesse âmbito, a sua colecção de moedas romanas¹⁴, dos reinos godos e mouros e dos reis de Portugal tornou-se famosa, tendo Severim de Faria publicado vários estudos numismáticos e notícias. Ainda na sua vertente de historiador, efectuou vários estudos genealógicos sobre os reis de Portugal e famílias nobres.

No entanto, Manuel Severim de Faria não se limitou a destacar-se nas áreas da sua formação (teologia e filosofia) ou como historiador. Também procurou fazer reflexão e, quiçá, intervenção política. Em 1624, por exemplo, Severim de Faria publicou a obra *Discursos Vários Políticos*, na qual advogou, nomeadamente, a transferência da sede da corte de Madrid para Lisboa (Severim de Faria, 1999: 9). Sob o olhar contemporâneo, mais problemáticos são, porém, os escritos anti-semitas do chantre da Sé de Évora, elaborados, possivelmente, no calor das duradouras reacções contra o perdão dos cristãos novos, de 1601, concedido a troco da entrega de elevada quantia de dinheiro à Coroa pelos judeus de Lisboa. Numa época em que o catolicismo era fundamentalista e sectário, inclemente para com outras religiões, abundavam os discursos anti-judaicos, que propagavam o ódio aos judeus, acusados de todos os males do mundo, incluindo a fome e as doenças epidémicas que, periodicamente, afectavam a população. Também Severim de Faria juntou a sua voz aos católicos mais radicais, escrevendo pelo menos dois textos anti-semitas: *Razões Para Não Se Admitirem Sinagogas em Portugal* e *Relação dos Castigos Que Tiveram os Reis de Portugal Que Favoreceram os Judeus*. Por causa das perseguições, e apesar dos contributos monetários para a Coroa, os judeus continuaram o seu êxodo de Portugal, dirigindo-se, nomeadamente, para a Holanda e a Inglaterra, países religiosamente mais tolerantes dentro do difícil contexto da época.

A obra mais conhecida e referenciada de Manuel Severim de Faria é, contudo, o livro *Notícias de Portugal*, compilação de vários textos (*Discursos*) onde se debruça sobre os mais variados temas, como sejam a Milícia, a Nobreza, a Moeda, as Universidades, a Evangelização, a Carreira das Naus e a Peregrinação, aos quais se juntam, ainda, várias biografias dos Cardeais portugueses até então e alguns elogios da sua autoria e de outros autores sobre vários personagens. Publicado em 1655, no ano da sua morte, o livro *Notícias de Portugal* surgiu 21 anos depois da publicação dos *Discursos Vários Políticos* (Severim de Faria, 1999). Contudo, os *Discursos* de ambas as publicações eram, similarmente, direccionados à “instrução política das artes, em que hão-de ser doutrinados os mancebos nobres da República, conforme os preceitos do filósofo” (Severim de Faria, 2003:5), explicando ainda da razão de ser da distância temporal das duas publicações referidas e da sua génese:

“tendo eu naquele tempo uma obra grande, que intitulava: Notícia de Portugal, e suas conquistas: já quase em estado para se poder imprimir (...) com tudo como as cousas daqueles anos para cá tiveram tão grande mudança, recresceram tais inconvenientes, que sustive na execução de tal intento. Porém, entendendo eu, que não seriam de menor serviço público alguns discursos dos muitos, que nesta obra se continham sobre diversas matérias, assim políticas, como de vária lição, me pareceu comunicá-los a todos, e pelo que participam de seu primeiro original, dar-lhe o título de Notícias de Portugal.” (Severim de Faria, 2003: 5).

¹⁴ “...às minhas mãos tem vindo mais de 3.000 moedas de ouro, prata, metal Coríntio, e bronze de todos os imperadores” (Severim de Faria, 2003: 137).

Certamente os “inconvenientes” referidos diriam respeito às condições políticas de então, pois Portugal encontrava-se sob o domínio filipino. Porém, mesmo após a Restauração, certas reservas se terão mantido, pois que, se após a finalização do livro, em Outubro de 1653, correram normalmente os prazos das várias autorizações para a sua publicação, as mesmas se interromperam por mais de um ano e meio, apenas sendo dadas as duas finais já em cima da momento da morte do autor (Severim de Faria, 2003:10). Dos textos originalmente previstos para a referida *Notícia de Portugal e Suas Conquistas*, foram apenas publicados parcialmente alguns, nos indicados *Discursos Vários Políticos* e nas *Notícias de Portugal* (embora aqui acrescentados e revistos), ainda que Leite de Vasconcelos confirme a existência de outros manuscritos, os quais seriam partes da mesma obra (Leite, 1914: 10; Leite, 1917: 6).

Do conteúdo das *Notícias de Portugal*, destacam-se os oito *Discursos*, sendo que foram ainda incluídos um *Catálogo dos Cardeais Portugueses* e quatro *Elogios* a várias personagens, “por inadvertência do impressor” (Severim Faria, 2003:6), pois certamente destinados originalmente a obra diversa,

Dos discursos, sobressai o primeiro, certamente dos mais interessantes e importantes, devido ao seu conteúdo de política geral, versando “sobre o aumento da povoação deste Reino; porque sendo a multidão da gente o fundamento de todos os estados, em Portugal é isto muito mais necessário, pois tem mais conquistas, que nenhum outro Reino da Europa; e assim necessita mais de tratar desta matéria” (Severim de Faria, 2003: 5). Severim de Faria advoga em primeiro lugar que a parte da grandeza e prosperidade das nações do seu tempo advêm da relação do território ocupado e respectiva população, capaz de sustentar os meios a tal prosperidade, que seriam quatro, a saber, “Agricultura, para a sustentação necessária às Artes mecânicas, para a vida política, e à Mercância, para levar os frutos próprios às Províncias alheias; e a trazer das alheias, os que nos faltam, e à Milícia, para defesa da pátria” (Severim de Faria, 2003: 13).

Assim, produção agrícola, indústria transformadora, comércio e defesa militar serão os pilares em que assentará a independência e prosperidade dos Estados. Ora, para o autor, em Portugal haveria ao tempo falta de gente, sendo que a “principal causa da falta de gente, que se padece neste Reino são as nossas conquistas” (Severim de Faria, 2003: 18), pois que ainda que úteis para a expansão do Evangelho e do comércio, faziam falta. A segunda causa para a diminuição da população seria “por não terem ofícios, com que ganhem de comer” e como os homens não têm de que sustentem, não se querem casar: e muitos com esta ocasião se fazem de vadios” ou “outros que se passam a Reinos estrangeiros” (Severim de Faria, 2003: 19). A terceira causa seria “por não terem neste Reino terras, que cultivem, e que possam tirar a sua sustentação”, defendendo os primórdios de uma *reforma agrária*, pois que “o Alentejo, que pudera socorrer a esta falta, por tão espaçoso, como o resto do Reino; como está todo dividido em herdades, e as muito delas muito grandes, nem se povoa, nem se cultiva” (Severim de Faria: 19). Do remédio para tais problemas, Severim de Faria (2003: 21), defende que das conquistas, deveriam privilegiar-se apenas as que ficavam mais perto, nomeadamente as que se situavam até ao Cabo da Boa Esperança, apontando os territórios da Índia como um sorvedouro de gente e dinheiro, tanto pela distância, pelos perigos e acidentes de viagem, como pela necessidade de inúmeros efectivos para defender as cidades conquistadas de populações vizinhas numerosas, “pelo que naquele Estado não nos convinha mais ter do que uma, ou duas fortalezas nos portos, em que haveriam de invernar as nossas naus, e armadas para poder continuar livremente o comércio”, para além da existência de um corpo militar residente e permanente.

Quanto à segunda causa, a falta de ofícios no Reino, o remédio seria “exercitarem-se nele as artes mecânicas”, nomeadamente as relacionadas com as matérias-primas de que o país dispunha (Severim de Faria, 2003: 24). Nesse contexto, seria particularmente importante não se permitir “que se levem para fora dos seus Estados os materiais crus, como são as lãs, seda, madeira, metais, nem outras semelhantes coisas” pois “além de viver muito mais gente do trato de matéria lavrada, que da matéria simples, como apontamos, as rendas do Príncipe são com excesso mais ricas pelas sacas das obras” (Severim de Faria, 2003: 25).

Nesta defesa da mais-valia da transformação face à mera produção ou extracção, as ideias de Manuel Severim apenas viriam a ter algum desenvolvimento e aplicação, cem anos depois, com a política económica traçada pelo Marquês de Pombal, e duzentos anos depois com a tentativa de industrialização de Fontes Pereira de Melo. No entanto, como o próprio já fazia notar na sua obra, as demais nações europeias já tinham optado por esse caminho, com óbvias vantagens para o seu desenvolvimento económico, e, conseqüentemente, político.

Um terceiro aspecto defendido por Severim de Faria na obra *Notícias de Portugal* foi o da dinamização do povoamento interno do país, nomeadamente por intermédio de cartas de privilégio, concedendo incentivos e isenções a populações para se fixarem em territórios escassamente povoados, especialmente no seu Alentejo, pois este está “dividido em herdades, das quais os lavradores não são senhores; mas somente arrendadores”, não podendo dispor da terra como bem queriam, nem dar resposta aos que a queriam trabalhar, por a mesma não ser sua. Também aqui o problema nunca foi definitivamente resolvido, apesar de ser essa a intenção aquando da expropriação dos bens das ordens religiosas, já em pleno século XIX, ainda que com escassos resultados práticos. Por fim, aponta Manuel Severim de Faria uma quarta medida que poderia obviar à reduzida capacidade de renovação populacional seria a de proteger e educar os órfãos, “recolhendo estes órfãos, e enjeitados, em quando são pequenos, e dando-lhe criação”, pois que, “criando-se em boa doutrina, até se poderem pôr aos ofícios, ficariam sendo de grande utilidade à República” (Severim de Faria, 2003: 33).

O próprio autor daria o exemplo na adopção desta medida concreta, mediante a fundação, por sua sugestão, do Colégio dos Meninos Órfãos de Évora, que o seu sobrinho Manuel Faria de Severim empreendeu, tendo seu tio efectuado várias e volumosas doações (Machado, 1966:369).

Do Discurso Sexto, versando *Sobre a Pregação do Evangelho nas Províncias da Guiné*¹⁵ salienta-se a sua defesa de que a evangelização, para além de poderosa aliada na consolidação e salvaguarda dos interesses e da presença dos portugueses, deveria ser reformulada, nomeadamente pela inovadora ideia, ao seu tempo, da criação de clero local:

“um só meio, o qual é ordenar Sua Majestade, que haja Seminários nos lugares, que parecer mais convenientes, (...), em que se crie certo número de moços de cada uma destas Províncias, onde estão os nossos Governos, (...), de maneira que quando os Seminaristas tornarem para sua Pátrias, possam fazer o ofício de Pregadores, e sucedendo uns aos outros, continuem na cultivação espiritual daquelas Províncias, até as converter de todo.” (Severim de Faria, 2003:204).

As vantagens que aponta seriam as de estes seminaristas não se ausentariam das suas terras, ao contrário dos eclesiásticos enviados da metrópole. Por outro lado, teria a vantagem de não terem de aprender língua diversa da

¹⁵ Expressão genérica que designa os territórios da costa ocidental do continente africano: “o Senhorio que os Reis de Portugal têm em Guiné, em que se incluem os Estados do Cabo Verde, Mina, S. Tomé, Angola, e parte do Congo” (Severim de Faria, 2003:199)

sua própria, bem como gozarem de maior naturalidade e prestígio junto dos seus povos, e, argumento curioso, mas não desprovido de sensatez, “se evitarão com isso as doenças e mortes, que padecem os nossos, que vão pregar para a Guiné, porque como sejam estes Moços naturais da terra, seguramente podem andar e viver nela” (Severim de Faria, 2003: 205).

Do curioso Discurso Oitavo, *Sobre a Peregrinação* Manuel Severim discorre sobre a importância e relevância das viagens, mas apenas quanto feitas na juventude, pois, com exceção das peregrinações religiosas, defende que “só por razão de alcançar as ciências, e artes necessárias ao comum, e particular, se deve sair da pátria”. Numa visão, directamente decorrente da sua própria experiência, enaltece e aponta o advento da imprensa, como razão de uma fundamental alteração da forma de obtenção de conhecimento:

“Quanto mais, que sem algum tempo se pode escusar a notícia do mundo adquirida pessoalmente, é neste Século, em que o conhecimento dele está em grau tão subido com tantos livros, que nos mostram aos olhos, não só as Províncias e Reinos, mas ainda as próprias cidades, e povos com tanta perfeição, e com tal particularidade, que é impossível um caminhante por mais curioso, e inteligente que seja alcançar a menor parte destas coisas, vendo, e andando, como em casa se conhecem todas, lendo, e estudando” (Severim de Faria, 2003: 225).

Com efeito, não foi Manuel Severim de Faria especialmente viajado, tendo, ao que se sabe, passado quase inteiramente a sua vida em Évora, com excepção de um período mais ou menos longo em Lisboa, provavelmente durante vários meses (Silva, 2003: 20). Nesta sua missão, ao serviço do seu Cabido, era o responsável pela aquisição de fornecimentos alimentares que mitigassem as necessidades dos eborenses, que se encontravam em estado de penúria e pré-revolta, em virtude de vários e gravosos novos impostos lançados pelo rei D. Filipe IV (D. Filipe III de Portugal). Da correspondência que trocou durante a sua estadia em Lisboa, manifesta-se um outro aspecto da sua personalidade, a de pessoa que não apenas se preocupava com os demais semelhantes, mas também que era depositária de grande confiança pela sua comunidade, mercê da responsabilidade que lhe foi conferida de gerir avultadas somas e garantir de forma célere e eficaz o transporte de mantimentos e outras mercadorias para Évora. Ou seja, a ser, sem dúvida, um intelectual de elevada craveira, não deixaria de ser também um bom gestor executivo.

Realizando apenas três viagens, Severim de Faria, fazendo jus à sua forma de ser, simultaneamente, curioso e estudioso, deixou relatos pormenorizados e circunstanciados, os quais constituem dos primeiros e mais importantes estudos sobre a realidade sócio-etnográfica do seu tempo e elementos imprescindíveis para os estudos da época (Serrão:1974). Significativo foi que, nas suas andanças, notasse e realçasse a continuidade e unidade quanto à geografia, formas de vida e história das diversas regiões por onde passava, num todo que era espelho da existência de um nação, o que indicia a sua posição política face ao contexto da época (Serrão:1974:17).

Na primeira viagem, realizada ainda na sua juventude, em 1604, o chantre da Sé de Évora realizou uma peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, no reino de Castela, juntamente com seu tio Baltazar, o qual ali se deslocou para dar cumprimento do agradecimento e oferenda, por motivo da protecção recebida pela cidade de Évora aquando da grave crise de peste que grassou no Reino e em especial em Lisboa nos anos de 1598/1599 (Serrão, 1974:23). Apesar de jovem, pois tinha então apenas 20 anos, e de ser a primeira vez que saía

da cidade onde sempre vivera, Severim de Faria relata e descreve pormenorizadamente as peripécias da sua viagem e tudo quanto viu, desde os monumentos e localidades do Alentejo e Castela ao número aproximado de habitantes, incluindo ainda os costumes agrícolas, as paisagens, as tradições locais e outros aspectos da vida social e cultural de então.

Na segunda viagem, entre Évora e Miranda do Douro, foi efectuada no ano de 1609, por ocasião da nomeação do prelado local, D. Diogo de Sousa, como novo Bispo de Évora, tendo Severim de Faria sido encarregue de apresentar cumprimentos e votos de obediência por parte do seu Cabido. De acordo com Serrão (1974: 24), trata-se de um importante testemunho e descrição da história e geografia local.

Em 1625, o autor das *Relações* fez uma terceira viagem entre Évora e Maçãs de Dona Maria, junto a Tomar, por motivo de peregrinação à Nossa Senhora da Paz, no lugar de Constantina, em Ancião, de cuja imagem terá saído água que teria realizado diversas curas milagrosas, mas a mesma foi descrita por seu sobrinho e sucessor na Sé de Évora, Manuel Faria de Severim, notando-se uma maior ligeireza e pobreza de pormenores quando comparadas com as obras do chantre da Sé de Évora.

Homem multifacetado, Manuel Severim de Faria escreveu várias dezenas de obras, das quais se conhecem 56 (Silva, 2003:36), número muito significativo e ilustrativo do seu saber e capacidades, atendendo à diversidade de matérias abordadas e do esforço e tempo necessárias para a sua realização.

Entre os seus textos, além dos já citados, pode ainda destacar-se a *Vida de Luís de Camões*, no qual o autor recorre, originalmente, à própria obra do poeta, constituindo um minucioso estudo crítico-literário. Nessa obra, incluída nos *Discursos Vários Políticos*, de 1624, e publicada em Évora (Severim de Faria, 1999), ficou também para a posteridade o célebre retrato de Camões, o qual constitui a imagem de marca do próprio poeta. Ainda no campo biográfico, e também incluídas nos *Discursos Vários Políticos*, destacam-se a *Vida de João de Barros* e a *Vida de Diogo Couto*, textos que demonstram um aturado estudo e conhecimento desses personagens e, sobretudo, evidenciam um estilo limpo, preciso e objectivo, livre do estilo panegírico de obras similares e tão populares ao tempo.

Da sua posição como chantre, e certamente pela consideração de terceiros pelo seu saber, Manuel Severim de Faria construiu uma vasta rede de contactos sociais, fosse entre as famílias relevantes da sua cidade, fosse entre os missionários de várias congregações e mesmo da corte, onde seu meio-irmão Francisco Severim de Faria havia sucedido a seu pai como Escrivão-mor do Reino (Vasconcelos, 1922:8). Certo é que essa rede de contactos lhe possibilitava aceder a todo o tipo de informações, receber novas de todas as partes do mundo, para além de se corresponder, igualmente, com pessoas deslocadas e viajantes pelos quatro cantos do mundo conhecido, o que de muito lhe terá valido para os seus escritos, incluindo para a elaboração das *Relações*, e para a obtenção da sua valiosa biblioteca. Por exemplo, nas suas *Notícias Importantes dos Anos de 1606, 1607, 1608 Em Que Se Compreendem Várias Coisas Pertencentes à História de Portugal* (Jorge, 2003:44), Severim de Faria vai dando conta, por vezes pormenorizadamente, dos principais acontecimentos ocorridos em Portugal e na Europa. É o início do seu labor “noticioso” que se veio a consubstanciar em 31 relações escritas entre 1610 e 1640 (*História Portuguesa...*), relatos manuscritos anuais dos principais eventos, certamente dirigidas a uma pluralidade de personalidades. Dessas relações manuscritas extraiu-se o conteúdo das duas únicas objecto de publicação, que constituem o cerne do presente estudo.

Manuel Severim de Faria terá ainda contribuído para a primeira publicação da obra de Fernão Mendes Pinto *Peregrinação*, em virtude de contactos que tinha com eruditos e tradutores castelhanos (Silva, 2003: 35).

Sentindo-se cansado pelos anos e afectado por várias maleitas, renunciou em favor do seu sobrinho Manuel Faria de Severim, primeiramente como Cónego, em 1633, e posteriormente como chantre, em 1642 (Machado, 1966: 369), no dia seguinte a ter terminado o *Índex do Cartório do Cabido da Sé de Évora* (Jorge, 2003:70).

Em 1638, Severim de Faria escreveu as *Razões Contra a União Que se Pretenda Juntar o Reino de Portugal ao de Castela* (Jorge, 2003:56) onde, reflectindo sobre uma problemática que cruzava a sociedade de então, o autor defende, na linha das suas observações e escritos anteriores, a inviabilidade dessa hipotética união, em virtude das diferentes características, costumes, cultura e história dos dois reinos. É também tal obra uma discussão aberta em que se prenuncia já a ruptura entre os dois reinos, que ocorreria em 1640. A propósito, afirma Maria Fernanda Jorge (2003: 33):

“Algumas das obras de Manuel Severim de Faria reflectem os sentimentos da sociedade do seu tempo, ou seja, a esperança e o sentimento generalizado de que a união das duas coroas ibéricas restituísse a Portugal a grandeza perdida. No entanto, a actuação dos sucessivos governos filipinos não trouxe grandes melhorias para a difícil situação portuguesa. As expectativas foram goradas e os escritos de Manuel Severim de Faria vão traduzindo a desilusão que a governação castelhana provocou em Portugal. Há uma clara disforia no modo como o chantre vai progressivamente abordando os assuntos de interesse quotidiano”.

Um sinal do presumível regozijo de Severim de Faria pela Restauração foi a denominação que deu ao seu conjunto de relações manuscritas: *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d’El-Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações* [negrito nosso].

Após a Restauração, os escritos de Manuel Severim de Faria reflectem já não tanto aquelas características eu lhe eram comuns como sejam a profunda e apaixonada reflexão e intervenção nas grandes questões do seu tempo, mas mais um carácter espiritual, como o comprovam a finalização em 1642 da *Relação da Vida Solitária da Serra da Ossa*, em 1643 a obra *Exercícios de Perfeição e doutrina espiritual Para Extinguir e Adquirir Virtudes*, impressa em Lisboa (Jorge, 2003: 70) e, em 1651, o *Prontuário Espiritual* (Vasconcelos, 1914:31). Terá terminado a sua profícua obra, já na antevisão do seu próprio fim, com um escrito de carácter autobiográfico: *Lembranças Próprias, ou Memórias da Sua Vida, e Tempo Desde 1609 Até 1655* (Silva, 2003:37).

Manuel Severim de Faria faleceu em 1655 (a 25 de Setembro, segundo Silva, 2003: 37) ou a 16 de Dezembro (Severim de Faria, 2002: 300), aos 71 anos de idade, em virtude de uma forte crise de icterícia, ficando sepultado, por seu desejo expresso, junto a seu tio Baltasar Faria de Severim, na Cartuxa de Évora.

Com a extinção das ordens religiosas, decretada em 1834, e com a demolição do antigo Convento de São Domingos de Évora para a construção no local de uma nova praça, os cidadãos locais pretenderam preservar a memória de um outro religioso eborense famoso, André de Resende, organizando-se para a transladação dos seus restos mortais para a sé de Évora. Na sequência, foi recordado Manuel Severim de Faria, e por forma a sua memória não correr igual risco, uma vez que a Cartuxa de Évora se encontrava abandonada, a 30 de Julho de 1839 os seus restos mortais, juntamente com os de Baltasar Faria de Severim, foram trasladados para a Sé Catedral de Évora (Silva, 2003:37), onde actualmente se encontra o seu túmulo, cuja tampa, mandada realizar pelo próprio (Jorge:2003:72), tem a seguinte inscrição: “*Manuel Severim de Faria Chantre e Cónego da Sé de*

Évora elegeo para si esta sepultura assim por sua devoção, como por estar nella o corpo do P. D. Basílio de Faria seu tio, que falleceo sendo Prior deste Convento a 5 de Abril de 1625”.

Capítulo IV
As Relações: estudo de caso

Capítulo IV

As *Relações*: estudo de caso

As *Relações* de Manuel Severim de Faria (escritas sob o pseudónimo Francisco d'Abreu) são três opúsculos noticiosos impressos, multitemáticos, publicados em 1626, 1627 e 1628. O número de 1627 é, porém, uma reedição do número de 1626, com algumas diferenças pontuais de transcrição, atribuíveis ao compositor que preparou a impressão tipográfica ou a uma eventual revisão do texto pelo próprio autor.

As referidas *Relações* são uma espécie de *anuários* noticiosos, autênticas colectâneas de notícias sobre acontecimentos passados num determinado período. Numa época em que as finalidades e fronteiras do jornalismo emergente não estavam bem definidas, as *Relações* de Severim de Faria tinham, certamente, uma intenção simultaneamente historiográfica e jornalística. Podem, assim, considerar-se como partilhando da tradição dos livros noticiosos, popularizados com o nome de mercúrios, de que são uma manifestação tardia e já contaminada com características do jornalismo periódico mais frequente, que então dava os primeiros passos com a aparição das gazetas).

As *Relações* atrás citadas não tiveram carácter periódico, mas, como outras publicações similares da mesma época, podem ser consideradas antepassadas dos actuais jornais (inclusivamente, continuam a existir colectâneas anuais e plurianuais de notícias). Aliás, a ausência de periodicidade regular das *Relações* poderá dever-se não somente às intenções ou possibilidades do autor mas também às limitações técnicas, uma vez que o processo tipográfico era bastante lento; aos imperativos legais, que retardavam a circulação da publicação; e ainda à dificuldade e irregularidade das comunicações.

As *Relações* impressas de Severim de Faria fazem parte da obra maior *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações*, do mesmo autor, que integra 31 relações manuscritas, de que foram impressas a 16^a (*Relação Universal...*, de 1626, reeditada em 1627) e a 17^a (*Relação do Que Sucedeu...*, de 1628). Enquanto autor da *História Portuguesa*, Severim de Faria é evocado da seguinte maneira: “De quanto meditava e lia, e de quanto observava na convivência dos homens, dos livros e dos monumentos, [Manuel Severim de Faria] tirava constantemente notas, que depois reduzia a tratados, discursos, prontuários. Em *Relações* seguidas apontava os acontecimentos memoráveis do seu tempo” (Vasconcelos, 1914: 34).

A primeira das relações manuscritas incluídas na *História Portuguesa* data de Março de 1610. Embora algumas dessas 31 relações manuscritas se revistam da forma de cartas (a primeira foi enviada a Diogo do Couto; a segunda e a terceira foram enviadas ao padre jesuíta Francisco Dias; a 16^a, que foi a primeira das *Relações* impressas, foi dirigida a um indivíduo que residia no Norte do país; a 17^a, que foi a segunda das *Relações* impressas, foi dirigida a Gil de Nicola, cavaleiro francês; a 21^a foi extraída de uma carta para a Índia, etc.), se todas elas tivessem sido impressas periodicamente, teriam, possivelmente sem grandes controvérsias, constituído o ponto inicial da história do jornalismo periódico português, pelo menos tendo em conta os dados que hoje em dia possuímos.

O manancial de acontecimentos registados e relatados na *História Portuguesa* levou a que vários excertos da obra tenham sido publicados. O padre Manuel Ruela Pombo publicou vários, comentando-os, na revista *A Cidade de Évora*, em 1947, e o Barão de Studart fez o mesmo, mas reunindo e comentando apenas as notícias

referentes ao Brasil, num livro que mantém a designação original (*História Portuguesa...*) e que foi publicado em Fortaleza, no Brasil, em 1903.

As *Relações* impressas de Manuel Severim de Faria (incluindo a reedição do primeiro número) apresentam-se em papel de linho e em formato de quarto (dimensões de cerca de 14 X 20 cm, sensivelmente o formato A5). Não possuem capa individualizada e dura (todas as páginas, incluindo a um e a última, são no mesmo papel). O design é simples e em tudo semelhante ao dos livros da mesma época, até porque, para os homens do início do século XVII, provavelmente não haveria grandes diferenças entre as *Relações* e um livro: as primeiras seriam apenas mais um “livro”, ou, mais precisamente, uma nova publicação.

As *Relações* têm uma página um (frontispício) em que surge o título (as primeiras linhas apenas em maiúsculas – caixa alta – e as restantes, normalmente, em maiúsculas e minúsculas – caixa alta e baixa), o nome do autor, uma gravura xilográfica ilustrativa (apenas as duas edições do primeiro número), a data e o local de impressão e o impressor. Nas duas edições do primeiro número, é ainda incluída na “um” a menção “com todas as licenças necessárias”. O segundo número, impresso em Évora, tem uma dedicatória na primeira página.

A segunda página insere as licenças e as taxas (na primeira edição da primeira *Relação* há duas páginas com menções a licenças).

A partir da página 3, surgem as notícias, seguidas, impressas a uma só coluna, sem qualquer intervalo umas das outras (apenas se iniciam em parágrafos diferentes) e, no primeiro número, sem qualquer outra distinção gráfica (no segundo, as notícias são expostas país a país).

O texto noticioso começa, em todas as três *Relações*, com uma letra capitular. Apenas é usado um tipo de letra, gótico, em cada uma das *Relações*, embora as licenças sejam grafadas em itálico e o resto do texto em normal, separando graficamente o texto “administrativo” do conteúdo noticioso. As citações directas (várias em latim) também são grafadas em itálico. Os parágrafos assinalam-se com uma tabulação de dois/três espaços para a direita. No segundo número das *Relações*, como se disse, a informação é segmentada por países, um arremedo das secções do jornal moderno. As margens espaciais que rodeiam a mancha gráfica são suficientemente largas para o olhar repousar. Não há qualquer inserção de publicidade. A impressão geral apontada graficamente pelas *Relações* é de ordem racional, organização, clareza, repouso para o olhar, sobriedade gráfica. As *Relações* parecem dirigir-se a um público ponderado, com tempo para consumir a informação e reflectir racionalmente sobre ela. Mesmo que os conteúdos revelem um mundo agressivo, imprevisível, ameaçador, caótico, a sugestão gráfica invoca controlo sobre ele.

A primeira das *Relações*, conforme descrito no respectivo título, compreende notícias de Março de 1625 a Setembro de 1626. Foi impressa em Lisboa, em 1626, e reimpressa em Braga, em 1627, embora, como dissemos, com pontuais alterações no conteúdo e alguns erros de transcrição (ver apêndices 1 e 2). O título do segundo número das *Relações* esclarece que este abarca notícias do período entre Março de 1626 e Agosto de 1627, havendo, portanto, uma sobreposição temporal no noticiário, o que demonstra que o chantre de Évora não tinha grandes preocupações com o balizamento temporal sucessivo das suas *Relações*.

É de destacar que, formalmente, o título de cada uma das *Relações* de Severim de Faria é individualizado, situando-se em todas elas no cabeçalho da primeira página (ou frontispício). O título identifica-se com o conteúdo, o que fortalece a identidade das publicações.

Quadro 1
Sinopse das *Relações*

Título	Autor referenciado	Ano de edição	Local de edição	Impressor	N.º de páginas
<i>Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal & Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde o Mês de Março de 625 Até Todo Setembro de 626. Contém Muitas Particularidades & Curiosidades. (1ª edição)</i>	Francisco d'Abreu, natural desta Cidade de Lisboa	1626	Lisboa	Geraldo da Vinha	32
<i>Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal & Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde o Mês de Março de 625 Até Todo Setembro de 626. Contém Muitas Particularidades & Curiosidades. (2ª edição)</i>	Francisco d'Abreu, natural da Cidade de Lisboa	1627	Braga	Frutuoso Lourenço de Basto	32
<i>Relação do Que Sucedeu em Portugal e Nas Mais Províncias do Ocidente e Oriente Desde Março de 1626, Até Agosto de 1627</i>	Francisco de Abreu, natural da cidade de Lisboa	1628	Évora	Manuel Carvalho, impressor da Universidade	18
Observações à Relação de 1628: É dedicada, na página um, a Gil de Nicola, cavaleiro francês, ostentando na “um” a seguinte dedicatória: “A V. M. [Vossa Mercê] por curioso se deve a dedicação desta relação, e eu por obrigado não podia deixar de dedicarlha, se se atenta o ânimo com que ofereço, ainda que em si pequena oferta se avaliará por grande dádiva. Receba-me V. M. a vontade de lhe dar gosto, e terei por grande satisfação, o tê-lo V. M. em sua leitura. Guarde Deus a V. M. Etc.”					

Nota: As *Relações* impressas em Lisboa e em Évora existem na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; o exemplar de Braga existe na Biblioteca Nacional de Lisboa, estando disponível para consulta em microfilme.

A questão da reedição do primeiro número das *Relações* é interessante. Se houve uma reedição, é porque a primeira edição circulou bastante e teve tiragem insuficiente, sendo necessária uma segunda edição. Poderá ainda ter-se dado o caso de poucos exemplares terem chegado ao Norte do país, o que possibilitou fazer-se a reimpressão, em Braga.

Uma nota de estranheza, também notada por Alfredo da Cunha (1932: 226), é a de que as licenças para a circulação do primeiro número das *Relações* são de Abril de 1626, mas a publicação abrange o período até Setembro de 1626, o que faz supor, hipoteticamente, que houve notícias que escaparam à censura, talvez devido à confiança dos censores, prelados, no igualmente prelado Manuel Severim de Faria.

É de salientar que as *Relações* de Severim de Faria foram feitas para circularem e serem vendidas, como o comprovam as taxas pagas. Esta característica aproxima-as dos dispositivos jornalísticos impressos contemporâneos.

O interesse pelas *Relações* de Manuel Severim de Faria surgiu no século XVIII e dura até à actualidade, a partir das tentativas elaboração de histórias do jornalismo português e da literatura portuguesa e das experiências de reconstituição da bibliografia nacional feitas por bibliógrafos e coleccionadores. Porém, quer umas quer outras

apresentam, por vezes, algumas inexactidões quando os autores se referem às *Relações* do chantre da Sé de Évora:

- Machado (1752/1966: 372) refere, correctamente, a publicação das *Relações* impressas em Lisboa (1626) e em Évora (1628), mas não menciona a edição de Braga.
- José dos Santos (1822: 533-534), ao organizar o catálogo para venda em leilão da biblioteca dos condes de Azevedo e de Samodães, inclui na lista de publicações dessa biblioteca o primeiro número das *Relações*, impresso em Lisboa, citando alguns excertos do mesmo. Porém, equivocadamente, considera-a uma “antiga publicação periódica” (quando, na verdade, as *Relações* apresentam falta de periodicidade) e cita ainda um outro bibliófilo, o brasileiro José Carlos Rodrigues, que acentua o erro, ao explicar que as *Relações* de Severim de Faria seriam a primeira gazeta (o que implicaria periodicidade) que se publicou em Portugal.
- Num texto atribuído a Alexandre Herculano, publicado na revista *O Panorama* (n.º 48, de 31 de Março de 1838: 101), indica-se que antes de 1640 apareceram em Portugal “reflexões volantes dos acontecimentos públicos, nacionais ou estrangeiros”, mas sublinha-se que “tais relações nem eram periódicas nem tinham entre si a disposição de uma gazeta”. A gazeta mais antiga é, para o autor do texto, a de Novembro de 1641, que inicia a série das chamadas *Gazetas* da Restauração.
- Jorge César de Figanière (1850: 42) regista, correctamente, os exemplares das *Relações* de Lisboa (1626) e de Évora (1628). Diz, correctamente, que existe uma edição da primeira impressa em Braga, em 1627, mas acrescenta que não viu qualquer exemplar da mesma.
- Inocêncio Francisco da Silva (1862, 6: 108) indica a existência da edição de Lisboa (1626), confessando ter visto um exemplar numa colecção privada, mas erra ao indicar que a *Relação do Que Sucedeu em Portugal...* (segundo número das *Relações*) foi impressa em Braga, em 1627, confundindo-a com a segunda edição do primeiro número. No entanto, Inocêncio (como é familiarmente tratado entre os bibliógrafos) diz que há uma edição do segundo número das *Relações* impressa em Évora, em 1628, o que corresponde à verdade. O autor acrescenta, todavia, que não viu qualquer exemplar desse segundo número, o que terá suscitado a confusão atrás registada. Inocêncio Francisco da Silva (1862, 6: 108) engana-se, também, ao considerar as *Relações* uma “espécie (...) de notícias periódicas dos sucessos [acontecimentos] do mundo”, já que elas não podem considerar-se periódicos. Mas acrescenta, correctamente, que são semelhantes a “resenhas” de notícias, constituindo “os papéis mais antigos desta classe que se nos deparam impressos em Portugal”. Todavia, é de referir que Inocêncio Francisco da Silva (*cit. in* Cunha, 1939: 9) escreveu, posteriormente, nas suas *Cartas Bibliográficas a Teixeira de Vasconcelos*, que “tão pouco deve caber essa denominação (de periódicos) às duas *Relações* (...) que o douto chantre Severim de Faria publicou”, emendando a sua perspectiva inicial, referida no *Dicionário Bibliográfico Português*.
- Silva Túlio (1866: VIII) regista a edição do primeiro número das *Relações* em Lisboa, mas diz que existe um segundo número publicado em Braga, persistindo na confusão entre o segundo número das *Relações* e a reedição do primeiro número.
- Ricardo Pinto de Matos (1878: 267) refere a edição de Braga (1627) e a de Évora (1628) e relembra que Inocêncio Francisco da Silva (1862) indica a existência da edição de Lisboa (1626). Equivoca-se, porém, ao considerar as *Relações* “uma espécie de periódicos que com os *Mercúrios* de António de Sousa Macedo e as *Gazetas* de 1640 [o primeiro número é de 1641] e anos seguintes, fazem uma importante e curiosa colecção dos papéis impressos deste género, hoje difícil de reunir e completar”.
- A. X. da Silva Pereira (1895: 1) coloca as *Relações* de Manuel Severim de Faria à cabeça da sua lista de periódicos portugueses, o que constitui um erro porque as *Relações* não foram periódicas. Também erra ao considerar que as *Relações* foram publicadas entre Março de 1625 e Agosto de 1627, quando o último número das *Relações* foi publicado em 1628. O mesmo autor erra, mais tarde, em nova obra, ao dizer que as *Relações* foram publicadas mensalmente e erra também ao atribuir-lhes a condição de iniciadoras das gazetas em Portugal (Pereira, 1897: 128); no seu *Dicionário do Jornalismo Português*, manuscrito inédito conservado na Academia das Ciências de Lisboa, o autor erra, igualmente, ao afirmar que as *Relações* nunca tinham sido vistas.

- Martinho Augusto da Fonseca (1896: 31) alude, correctamente, aos títulos dos dois números das *Relações*, mas localiza, erradamente, a impressão do segundo número em Braga, em 1627, confundindo-o, portanto, com a reedição do primeiro número.
- Alberto Bessa (1904: 143-146) refere-se ao aparecimento do primeiro número das *Relações* – a *Relação Universal*... – em 1626, mas diz também que as referidas *Relações* duraram até 1627 (p. 146), o que constitui um erro de datação (o segundo número das *Relações* é de 1628) e, provavelmente, um erro de sentido, já que o autor parece querer dizer que foram editados vários números entre 1626 e 1627, o que não ocorreu.
- Alfredo da Cunha (Cunha, Setembro de 1898: IV; Cunha, 1914; Cunha, 1929/1930: 358-367; Cunha, 1939: 3-25; Cunha, 1941: 37 e 43-45; Cunha, 1941 b; Cunha, 1942: 8-19; Cunha, 1932: 220-232; Cunha, 1945: 250-263) refere-se, sempre correctamente, aos dois números das *Relações* e à segunda edição do primeiro número. Terá sido o primeiro autor a fazer um estudo sério sobre as *Relações* e a efectivamente consultá-las, para as comparar com as *Gazetas* da Restauração.
- Mendes dos Remédios (1914: 387) contabiliza apenas duas *Relações*, mas equivoca-se ao assinalar que o segundo número tinha sido impresso em Braga compreendendo notícias até Agosto de 1627, confundindo a reedição do primeiro número com o segundo número.
- José Leite de Vasconcelos (1914: 30) indica a publicação da *Relação Universal* em Lisboa, em 1626, mas assinala, erradamente, que a segunda *Relação* foi publicada em Braga, em 1627 (quando na verdade é a reedição da primeira *Relação*), e agrava o erro ao referir que a *Relação* editada em Évora é uma nova edição da segunda *Relação*, quando na verdade é o segundo número das *Relações*.
- Norberto de Araújo (1941: 119-120) menciona, correctamente, as duas *Relações*, os títulos e as datas de aparição, considerando-as um “germe de jornalismo” (p. 120).
- Rocha Martins (1942: 13) regista os dois números das *Relações*, mas erra ao escrever que o segundo número foi impresso em Braga, confundindo, portanto, a reedição do primeiro número com o segundo número (Martins, 1942: 15).
- O professor brasileiro Carlos d’Alge (1983: 9) considera que “não se conhece nenhum periódico [português] anterior a 1641 [*Gazetas* da Restauração]”, o que é verdade, pois as *Relações* de Severim de Faria não eram periódicas.
- O *Dicionário de Literatura* dirigido por Jacinto do Prado Coelho (1984) assinala, no texto dedicado ao Jornalismo (p. 504), a existência de duas “relações ou cartas ânuas” de Manuel Severim de Faria, indicando, correctamente, os períodos que abarcam, mas não indica os lugares de impressão nem relembra a reedição do primeiro número das *Relações*. O mesmo texto refere, igualmente, que as *Relações* impressas de Severim de Faria foram extraídas da *História Portuguesa*, composta por 31 relações.
- António José Saraiva e Óscar Lopes (1985: 574) referem a existência de dois números das *Relações* compreendendo notícias de acontecimentos de 1625 a 1627, sem darem mais indicações. Para esses autores, as *Gazetas* da Restauração são uma continuação da iniciativa de Severim de Faria, que consideram um autor de “propensão noticiarista e articulista” e “um dos precursores da imprensa noticiosa em Portugal” (Saraiva e Lopes, 1985: 574).
- José Tengarrinha (1989: 29) refere-se, correctamente, aos dois números das *Relações*, impressos em Lisboa e em Évora, e à reimpressão do primeiro número em Braga.
- João Alves das Neves (1989: 23) indica, correctamente, a existência dos dois números das *Relações*, impressas em Lisboa e em Évora, mas não menciona a reedição do primeiro número, em Braga.
- Pena Rodríguez (1994), no seu texto sobre a história do jornalismo português elaborado para a obra maior de Pizarroso Quintero *Historia de la Prensa*, não refere as *Relações* de Manuel Severim de Faria, apesar de assinalar a existência de relações avulsas em Portugal desde o século XVI.

– Já no século XXI, João Frederico Arouca (2003: 96-97) regista, correctamente, os dois números das *Relações*, incluindo a reedição do primeiro, os locais e datas de impressão; igualmente o faz Joaquim Palminha Silva (2003: 20; 39; 43), biógrafo de Severim de Faria, que, todavia, não refere a reimpressão do primeiro número.

No início do século XX, emergiu, dentro do referido contexto de elaboração da historiografia do jornalismo nacional, um debate sobre o papel das *Relações* na génese do jornalismo nacional, tendo-se discutido, em particular, se elas poderiam considerar-se o primeiro jornal português (Cunha, Setembro de 1898: IV; Bessa, 1904: 143-146; Cunha, 1929/1930: 358-367; Cunha, 1939: 3-25; Cunha, 1941: 37 e 43-45; Cunha, 1941 b; Cunha, 1942: 8-19; Cunha, 1932: 220-232; Cunha, 1945). A discussão decorreu, em grande medida, sob o signo “jornal = periódico”, o que, como já deixámos antever, não é uma relação inteiramente verdadeira.

Houve, assim, autores que consideram a publicação da *Relação Universal do que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente*, em 1626, como uma das marcas que assinalam o nascimento do jornalismo em Portugal. Por exemplo, Xavier da Silva Pereira (1895: 1; 1897: 128) coloca a primeira das *Relações* de Severim de Faria no topo da lista cronológica dos jornais portugueses. Silva Túlio (1866: X) refere-se, nos seus escritos, à publicação de Severim como o “avoengo” das *Gazetas* da Restauração e posteriores periódicos portugueses. Mendes dos Remédios (1914: 375-376) considera as *Relações* “precursoras” das *Gazetas* da Restauração e Manuel Severim de Faria (p.p. 375-376) um “historiador” da Escola Gongórica ou Seiscentista, embora dos “menos importantes”. António José Saraiva e Óscar Lopes (1985: 574) reconhecem às *Relações* o papel de precursoras da imprensa noticiosa em Portugal. Joaquim Palminha Silva (2003: 39) afirma que as *Relações* de Severim de Faria e várias outras “reportagens” marcam “os primeiros passos do jornalismo nacional”. Rocha Martins (1942: 13) assegura às *Relações* o estatuto de “ensaio noticioso”, uma “resenha de largo período [que] não podia considerar-se uma publicação de novidades frescas mas constituía, indubitavelmente, um arquivo com propósitos de noticiário”, embora “em forma de carta”. Assim, para Martins (1942: 13-16), Manuel Severim de Faria deve, inclusivamente, ser considerado o primeiro noticiário português:

“Comprovou, largamente, a sua erudição e venceu a tendência para dar relevo aos factos que decorriam. Se não foi um periodista com a mira de informar os acontecimentos, uma semana ou um mês depois, definiu, marcadamente, o seu propósito nos ensaios: não queria ver perdidas as novas. Era o cronista dos factos, o seu cultor e até comentador.

Severim de Faria iluminava o seu espírito com o sentido que o jornalismo teria muito mais tarde: revelar os sucessos e, por vezes, explicá-los ou interpretá-los sob um critério.

Analisado sob esta faceta, pode considerar-se aquele douto sacerdote um noticiário, embora de largos períodos, e o iniciador das publicações do género em Portugal. (...) Existia nas *Relações* a massa de diverso noticiário, que só faltava arrumar por secções. O autor preferia seguir os acontecimentos cronologicamente, com o intuito evidente de os sistematizar, como nas *Gazetas*, seguindo os processos tradicionalmente estabelecidos.

(...)

Não se pode dizer que fosse um qualquer adventício o primeiro noticiário de Portugal.”

Alfredo da Cunha (1898; 1914; 1929/1930; 1932; 1939; 1941; 1941 b; 1942; 1945) foi um dos autores que melhor tentou estudar as *Gazetas* da Restauração e, comparando-as às *Relações*, atribuir às primeiras o estatuto de primeiro periódico português. Observando os seus vários trabalhos, são sete as razões adiantadas pelo citado autor para se considerarem as *Gazetas* da Restauração como o primeiro periódico português e modelo para os jornais nacionais contemporâneos, em detrimento das *Relações* de Severim de Faria:

1) As *Relações* não são as primeiras do género, dado haver outras desde o século XVI (embora aqui, certamente, o autor se refira às publicações noticiosas ocasionais monotemáticas, pois não está documentada a existência de folhas pluritemáticas de notícias antes das *Relações* de Severim de Faria, se excluirmos (a) a *Miscelânea* de Garcia de Resende, em verso; (b) as relações monotemáticas que incluíam uma ou outra notícia independente correlacionadas com o assunto principal; e (c) outros folhetos ocasionais similares às *Relações* que possam ter sido elaborados e impressos mas não chegaram até nós);

2) As *Relações* não tinham, propriamente, como destino o público em geral, já que a primeira teria sido escrita “para distração pessoal de um indivíduo que vivia em Entre Douro e Minho” (Cunha, 1929/1930: 360), revestindo-se da forma de carta, e a segunda foi dedicada ao cavaleiro francês Gil de Nicola (este argumento, porém, colide com o facto de as relações terem sido impressas e vendidas ao público interessado, o que pressupõe tiragens habituais para a época de, pelo menos, cerca de uma centena de exemplares de cada número).

3) A frequência das *Relações* é dúbia, assim como a sua continuidade, pois apenas se sabe da existência de dois números impressos (um deles reeditado), embora possam ter havido outros. Aliás, “os escritores mais autorizados (...) não aceitam, por exemplo, que fossem as relações semestrais noticiosas, aparecidas nos fins do século XVI, em Frankfurt, que representassem o papel de primeiro periódico alemão (...). Com que legitimidade, portanto, hão-de considerar-se periódicos as *Relações*, impressas de dois em dois, ou de três em três semestres, de Severim de Faria, se as semestrais alemãs não são admitidas em tal categoria?” (Cunha, 1932: 227).

4) A identidade – ou título – das *Relações* não se manteve (*Relação Universal do que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente Desde o Mês de Março de 1625 Até Todo o Mês de Setembro de 1626. Contém Muitas Particularidades e Curiosidades; Relação do que Sucedeu em Portugal, e Nas Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde Março de 1626 até Agosto de 1627*).

5) A periodicidade das *Relações* é irregular e o aparecimento de cada número é mediado por muitos meses (a primeira *Relação* é de Outubro de 1626 e a segunda de Setembro de 1627, impressa somente em 1628).

6) O aparecimento das *Relações* no mercado não é imediato, deteriorando a actualidade das informações (a reedição do primeiro número foi impressa em 1627, mas traz notícias até Setembro de 1626; o segundo número foi impresso em 1628, mas traz notícias até Agosto de 1627);

7) A impressão decorre em lugares diferentes (a primeira edição do primeiro número foi feita em Lisboa; a segunda edição desse número, em Braga; e o terceiro número foi impresso em Évora).

As razões atrás apontadas foram suficientes para Alfredo da Cunha (em entrevista a um jornalista, revelada na sessão da 2ª classe da Academia de Ciências de Lisboa de 10 de Abril de 1930, conforme referido em Cunha, 1929/1930: 358-359) negar a comemoração do Tricentenário da Imprensa Portuguesa em Setembro de 1926, data avançada pelo Sindicato de Profissionais da Imprensa, na altura, por ter sido, precisamente, em Setembro de 1626 que se publicou a primeira relação de Manuel Severim de Faria. De facto, para Alfredo da Cunha, as *Relações* de Severim de Faria poderiam ser “preliminares ou prenúncios, moléculas ou germes dum organismo em embrião, sim; protótipos ou modelos, sementes plenamente germinados ou órgãos bem formados, não!” (Cunha, 1932: 229). Aliás, Alfredo da Cunha (1932: 223-225) foi ainda mais longe na recusa da comemoração do Tricentenário da Imprensa Portuguesa em 1926, defendendo que se tivéssemos de recuar à raiz da “árvore genealógica” do jornalismo português, então o bisavô das *Gazetas* seria a *Miscelânea* de Garcia de Resende, publicada em 1554. Daí que a data tivesse que ser alterada para o ano de 1954, a fim de se comemorar o 4º Centenário do Primeiro Jornal Português. Finalmente, Alfredo Cunha (1929/1930: 361) explicita que para ele Manuel Severim de Faria foi “um memorialista (...) mas não um periodista”.

Outros autores concordam com o juízo de Alfredo da Cunha. Alexandre Herculano (presumivelmente), num texto que lhe é atribuído e que foi publicado na revista *O Panorama* (n.º 48, de 31 de Março de 1838: 101), indica que as relações que apareceram em Portugal antes das *Gazetas* da Restauração apenas podem ser consideradas “reflexões volantes dos acontecimentos públicos, nacionais ou estrangeiros”, e não gazetas, pois não eram periódicas nem a sua forma correspondia à das gazetas. Norberto de Araújo (1941: 120) considera as *Relações* um “germe de jornalismo”, mas, repetindo os argumentos de Alfredo da Cunha (ausência de periodicidade, continuidade e actualidade, ausência de interdependência, escritas para um público restrito), diz que não podem ser consideradas periódicos. Tengarrinha (1989: 29) afirma que apesar de as *Relações* de Severim de Faria terem sido “durante muito tempo (...) apontada[s] como o primeiro jornal português”, não têm “como se exige no jornalismo, carácter de periodicidade”. Alves das Neves (1989: 23) conclui que “tais *Relações* não podem ser catalogadas como jornais, pois lhes faltou a condição principal – a periodicidade.”

Há que dizer, a propósito, que nem sequer é possível afirmar que as *Relações* de Manuel Severim de Faria foram as primeiras publicações pluritemáticas noticiosas a surgir em Portugal, pois uma Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627¹⁶ parece sugerir o contrário:

“De *alguns anos* a esta parte se tem introduzido nesta cidade escrever e imprimir *relações de novas gerais*; e porque *em algumas* se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves

¹⁶ Documento arquivado na Torre do Tombo, maço da correspondência do Desembargador do Paço, fol. 19, dirigida por Filipe III ao chanceler-mor do reino, Cristóvão Soares. Parece ter sido analisada e citada na totalidade pela primeira vez por Silva Túlio (1866: VII-VIII), sendo várias as referências posteriores ao documento em vários autores, como Cunha (1932; 1939; 1941...) ou Tengarrinha (1989).

inconvenientes; ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias e que antes de as dar se revejam e examinem com particular cuidado.”

A referida Carta Régia suscita, de facto, três interpretações:

(1) A primeira interpretação é a de que a citada Carta Régia pode mesmo ter sido expedida tendo em conta outras *Relações* noticiosas pluritemáticas. Por exemplo, Silva Túlio (1866: VIII), num comentário à citada Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627, defende que a mesma, ao mencionar “de alguns anos a esta parte”, não poderia estar a aludir só às *Relações* de Severim – cujo primeiro número tinha sido publicada em Lisboa no ano anterior – mas sim a relações anteriores. E por Severim de Faria sempre ter sido visto como um homem honrado e não ser conotado a como alguém que redigia textos inconvenientes (Cunha, 1939: 22), Silva Túlio (1866: VIII) defende que esta Carta Régia não teria como alvo as *Relações* aqui abordadas mas outras. Alfredo da Cunha (1941: 37) relembra, inclusivamente, que existiam na altura relações que embora focassem um assunto principal, incluíam outras notícias (então chamadas “novas gerais”, conforme escrito na referida Carta Régia), como aconteceu na *Relação da Enfermidade e Morte De El-Rei D. Filipe III...*, cujo título, no final, inclui a menção *Com Todas as Novidades Que Sucederam na Corte Até Agora*. A Carta Régia poderia, assim, para Alfredo da Cunha, referir-se a estas relações de ambição monotemática mas que incluíam várias notícias menores mais ou menos correlacionada com o tema principal.

(2) A segunda interpretação é a de que quando a Carta Régia remete para várias relações se possa estar a referir às publicações noticiosas monotemáticas que proliferavam na altura, como as célebres *relações de naufrágios* que mais tarde Bernardes Gomes de Brito (1735-1736/1942) juntou na *História Trágico-Marítima*.

(3) Uma terceira interpretação é a de que a Carta Régia teria sido promulgada visando especificamente as *Relações* de Manuel Severim de Faria, de que já tinha sido publicado um número, em 1626, e eventualmente a reimpressão desse número um, em 1627. E se para os livros que se imprimiam naquela altura já havia normas que impediam a sua circulação sem prévia censura e licenciamento (alvará de 4 de Dezembro de 1576 e Livro 5 das Ordenações do Reino, de 1603), então essas *Relações* de Severim de Faria “não se consideravam como atingidas por essa lei anterior, visto que para elas, especialmente, foi a dita Carta Régia expedida” (Bessa, 1904: 145). Este argumento colide, porém, com a inserção das menções às licenças e ao pagamento de taxas em todos os números das *Relações* de Severim de Faria, nomeadamente nas duas edições do primeiro.

Apesar de tudo, como é óbvio e já assinalámos, a ausência de periodicidade e regularidade na publicação (só foram publicados dois números, embora o primeiro com duas edições) impedem que as *Relações* de Manuel Severim de Faria possam ser vistas como as publicações que assinalam o início do jornalismo *periódico* português. É o que se infere, por exemplo, das palavras de Tengarrinha (1989: 35):

“Durante algum tempo manteve-se a ideia de que a imprensa periódica começara em Portugal com as referidas relações de Severim de Faria. Examinando cuidadosamente, porém, as duas únicas que vieram a público, conclui-se facilmente que não podem assinalar o início do periodismo no nosso país por lhes faltar duas condições essenciais: a periodicidade e a continuidade ou encadeamento.”

De facto, se o significado mais importante de um periódico for o de apresentar ciclicamente nova informação, então as *Relações* não têm essa característica.

Deveremos então, uma vez expostos estes aspectos, considerar as *Relações* de Manuel Severim um dos antepassados dos jornais modernos, tendo em conta as suas características de falta de actualidade, falta de periodicidade e mesmo de público alargado? A nossa resposta é sim, tendo em conta o seu formato (o design e a dimensão são semelhantes aos das primeiras gazetas) e o seu conteúdo (as notícias, essencialmente factuais, revelam uma ambição informativa que ultrapassa e mera intenção historiográfica). A periodicidade é uma das características do jornalismo, não a única (e a actualidade, diga-se, também não define, só por si, as fronteiras do território jornalístico). Aliás, o próprio Alfredo da Cunha (1932: 229) escreveu, como vimos, que as *Relações* poderiam ser consideradas “protótipos ou modelos”, ainda que imperfeitos, dos jornais contemporâneos. De facto, é inegável que existia nas *Relações* um noticiário que quase só faltava ser melhor trabalhado graficamente e compartimentado por secções (aliás, no segundo número a informação já é segmentada por países) para se assemelhar ao noticiário de um jornal contemporâneo. Além do mais, deve acrescentar-se que Severim de Faria, ao publicar as *Relações*, iniciou uma nova fase para o jornalismo impresso português, mesmo que não se possa

considerar a publicação das *Relações* como o marco que assinala a emergência do jornalismo *periódico* português.

Uma análise mais detalhada das *Relações*, que apresentaremos depois do balizamento do marco teórico, permitirá evidenciar, precisamente, a ambição de *difundir notícias* notada nessas publicações, que corresponde, quanto a nós, à mais expressiva qualidade do jornalismo.

É de realçar que, dadas as semelhanças entre as duas edições do primeiro número das *Relações* (ver apêndices 1 e 2), apenas se usaram para o estudo a primeira edição do primeiro número e o segundo número.

4.1 Marco teórico para análise das Relações

Entre o final do século XIX e meados do século XX, a Escola de Chicago, de onde derivam todas as teorizações interaccionistas, propôs a ideia de que as pessoas são actores sociais em interacção, representando diferentes papéis¹⁷, nos quais reflectem as suas pressuposições sobre o mundo¹⁸. Assim, para se entender um discurso, devem-se observar as condições de enunciação e não apenas o enunciador e as suas idiossincrasias. Fazer uma análise do discurso implica encarar todo o discurso como um dispositivo de natureza não somente individual, mas também social, ideológica, cultural e histórica. Os discursos jornalísticos – e no nosso caso concreto consideraremos as *Relações* de Manuel Severim de Faria como dispositivos jornalísticos, isto é, como “jornais” – não escapam a essa circunstância. Aliás, em grande medida, pode dizer-se que, por vezes, se enfatizam mais as condições sociais, ideológicas, culturais e históricas da enunciação do que a individualidade de cada autor, perspectiva que, quanto a nós, subalterniza, injustamente, a figura (individual) de cada enunciador. Pensamos, de facto, que as peculiaridades de cada enunciador influenciam a enunciação, não podendo ser descartadas numa análise do discurso. Por isso, preocupámo-nos, no capítulo III, em traçar o perfil biográfico de Manuel Severim de Faria, o autor, ou seja, o enunciador, das *Relações*. Giddens (1991) e Giddens *et al.* (1995), por exemplo, procuram evidenciar que os actores sociais são pessoas relativamente autónomas e não simples produtos de uma estrutura, tendo, portanto, capacidade de escolha e capacidade de reflexão. De qualquer modo, como dissemos, concordamos, em geral, com a perspectiva de que as diferentes *circunstâncias* da enunciação, e não somente o enunciador, influenciam o enunciado, o que implica aceitar que as sucessivas escolhas de signos que fazemos (e que *temos de fazer*) ao usarmos a linguagem resultam não só da nossa mundividência particular, derivada, em grande medida, da nossa mundividência particular, mas também da forma como colectivamente olhamos para o mundo, rodeados que estamos por um determinado contexto tecnológico, social, ideológico, cultural e histórico. Inevitavelmente, e por vezes inconscientemente, ao fazermos escolhas entre signos, algo se diz e algo não se diz. O discurso jornalístico, como qualquer outro, mostra na mesma medida em que oculta e para o compreendermos temos de ter em mente as diversas instâncias que contribuem para a sua produção, recepção e compreensão: o enunciador; as interacções entre diferentes enunciadores; a perspectiva que o enunciador tem do enunciado e do receptor; os receptores e a forma como cada um deles consome e dá significado aos textos; as rotinas produtivas; o tempo; os estrangulamentos organizacionais e outros factores de natureza social, como o mercado e a audiência; a matriz ideológica e cultural em que o discurso é dito e adquire sentido(s), formatada pela história; os dispositivos tecnológicos que permitem a difusão dos textos, etc. (ver, por exemplo: Sousa, 2006).

Algumas perspectivas da análise do discurso tendem a enfatizar as relações entre poder, dominação, resistência e linguagem. É o que se depreende, por exemplo, da perspectiva filosófica crítica de Foucault (1970/1997; 1975/1999), autor que reflecte sobre procedimentos discursivos de exclusão (distinção entre interdito e permitido, entre razão e loucura, entre verdadeiro e falso) e de imposição.

Bakhtin (1929/1977; 1952-1953/1996; 1981), um outro autor crítico, de filiação marxista, apresentou a noção de dialogismo, que moldou várias perspectivas posteriores de análise do discurso. Para Bakhtin, devemos distinguir entre discursos primários, ligados a experiências imediatas e concretas da realidade, e discursos secundários, mais complexos, de carácter ideológico, que recuperam os discursos primários, embora não possuam relação imediata com as experiências primárias da realidade. O discurso jornalístico seria um exemplo de discurso secundário, dirigido a um terceiro indirectamente presente na mente do enunciador e que ecoa os discursos primários, repercutindo-se na memória colectiva. Os discursos, porém, podem, segundo Bakhtin, ater-se ao mesmo assunto mas apresentarem variações estilísticas, o que, na nossa interpretação, coloca em destaque a figura do enunciador, essencial para a permanente renovação das formas de enunciar.

Berger e Luckmann (1966/1991) tentaram evidenciar que a linguagem é o dispositivo capaz de conectar as experiências singulares e subjectivas da realidade, ocorridas “aqui e agora”, integrando-as numa totalidade significativa que, não obstante, se reporta à realidade experimentada. No entanto, segundo os autores, o recurso à

¹⁷ Às vezes há conflitos entre os papéis esperados (face aos pressupostos que dentro da nossa matriz social, ideológica e cultural construímos sobre o mundo) e os papéis efectivamente desempenhados. É o que acontece, por exemplo, nos pais que em vez de assumirem o papel social de “pais” em função do que deles socialmente se espera (sentido do “normal”), se comportam como adolescentes.

¹⁸ Para uma visão sistematizada das ideias da Escola de Chicago e do interaccionismo simbólico, ver Sousa, 2006.

linguagem obriga à classificação das experiências em campos semânticos diferenciados, que constituem um acervo social de conhecimento. A integração social de um indivíduo dependeria, assim, segundo Berger e Luckmann, da sua capacidade de dominar alguns dos conhecimentos socialmente disponíveis, já que a onisciência lhe está vedada. O jornalismo, dadas as funções que cumpre na sociedade contemporânea, seria parte importante na definição constante desse acervo social de conhecimentos.

Autores como Fowler (1994) e Fairclough (1995 a; 1995 b) apresentaram, analogamente, propostas de análise do discurso que interligam a linguística e a sócio-semiótica, misturando referências das teorias críticas com ideias da sociologia interpretativa, nomeadamente do interaccionismo simbólico e das teorias construtivistas.

Para Fowler (1994), a chave para a compreensão dos discursos reside na ideia de representação. Segundo o autor, a linguagem representa determinadas realidades, mas essa representação não é neutra. Pelo contrário, a escolha terminológica resulta de um determinado enquadramento ideológico, pelo que as representações discursivas da realidade são sempre ideologicamente configuradas. A transformação de um acontecimento num enunciado implica a codificação linguística desse acontecimento, com base em pressupostos sobre o que é conhecido e desconhecido pelos receptores, sobre o que é consensual e fracturante, e gera conhecimentos referenciais comuns sobre esse acontecimento. Neste quadro, o enunciador apela ao senso-comum nas matérias em que presumivelmente se regista consenso. A função ideológica de um jornal, traduzida, essencialmente, pela sua capacidade de naturalizar as representações codificadas da realidade que impregnam cada enunciado, é facilitada pela familiaridade com os acontecimentos que esse mesmo jornal possibilita. Por vezes, a cumplicidade com o receptor promove-se através do implícito, isto é, pela construção discursiva de significados para além do que formalmente é dito, até porque nos enunciados jornalísticos o autor, normalmente, tem em conta o leitor. A questão da intertextualidade, ou seja, da inclusão de determinados textos, produzidos em determinadas circunstâncias, noutros textos, é também central para Fowler, na medida em que os textos de um jornal têm, maioritariamente, proveniência externa.

Fairclough (1995 a; 1995 b), por seu turno, atenta nos diferentes contextos determinantes de um discurso, salientando que as variações contextuais influenciam a enunciação e, por consequência, o enunciado. O autor procura, igualmente, combinar a linguística, a semiótica e a observação das práticas de produção, distribuição e consumo dos enunciados nas suas análises do discurso e tenta, ainda, aplicar a situações discursivas concretas conceitos como o binómio hegemonia/resistência (que remete para as posições de Gramsci). Por outro lado, tal como Fowler, Fairclough relembra a importância das relações intertextuais para a compreensão dos enunciados, mas distingue entre relações intertextuais, estabelecidas entre textos do mesmo género, e relações interdiscursivas, estabelecidas em enunciados de géneros diferentes.

Maingueneau (1990) lembra, por sua vez, que os textos contribuem para a construção de comunidades. Discursos fechados sustentam comunidades fechadas. Discursos abertos, como os jornalísticos, constroem comunidades abertas.

Nos anos oitenta e noventa, vários estudiosos transportaram a análise do discurso para uma dimensão quiçá menos crítica e mais pragmática, empírica e científica¹⁹. VanDijk (1990), por exemplo, encarou a produção do enunciado jornalístico em termos de processamento cognitivo dos textos, apontando cinco estratégias de processamento jornalístico da informação:

- 1) A selecção de informação;
- 2) A reprodução do discurso de terceiros e sua inserção no enunciado;
- 3) O resumo, que implica, cognitivamente, a construção de uma macro-estrutura textual, frequentemente detectada no título e no *lead* de uma matéria, através (a) da supressão de informações, feita com base na pressuposição de que algo já é conhecido ou de que é um detalhe menos importante para a compreensão global da peça; (b) da generalização, que implica a extensão terminológica a acontecimentos semelhantes que podem ser articulados no enunciado; e (c) da construção, que implica, cognitivamente, encontrar os termos que permitam aglutinar e articular os vários “pequenos” factos de um acontecimento num enunciado unitário definidor do acontecimento global;
- 4) As transformações locais, que decorrem da substituição, adição, subtracção ou permutação pontuais de termos e expressões, resultantes da aplicação de critérios de relevância;
- 5) A reformulação estilística e retórica de um enunciado, que implica a criação de um novo texto por substituição, subtracção e adição de palavras, recurso a subentendidos e figuras de estilo, etc.

¹⁹ Empregamos o termo “ciência” no sentido comum do termo, ligado ao empirismo e à comprovação empírica, sistemática e metodológica de hipóteses, furtando-nos, portanto, ao debate sobre o que é e não é ciência, sobre o que é e não é conhecimento científico, sobre a configuração ideológica da palavra e das práticas científicas, etc.

É de realçar que não são apenas os autores especializados na análise do discurso que podem ser evocados para se entenderem as enunciações jornalísticas. Teorizações das áreas da sociologia, antropologia, das ciências literárias e outras podem ser convocadas para a explicação dos fenómenos jornalísticos, entre os quais, necessariamente, as *Relações* de Manuel Severim de Faria. Bourdieu (1984), por exemplo, tentou mostrar que a realidade social é um conjunto de relações de forças e de sentido em que se estruturam campos com características próprias. Cada campo – como o campo jornalístico – procura capitalizar recursos. As práticas sociais dos ocupantes dos campos reflectem essa condição, estruturando-se em função de determinados *habitus*, modelos de percepção, conceitualização e acção que se impõem aos ocupantes de cada um dos campos.

Numa perspectiva também sociológica, Giddens (1991) e Giddens *et al.* (1995) procuraram evidenciar que as pessoas, enquanto actores sociais, não conseguem exprimir discursivamente todos os conhecimentos que mobilizam nas suas interacções sociais. Assim sendo, para Anthony Giddens (1991) e colegas (Giddens *et al.*, 1995) as pessoas têm uma consciência prática e uma consciência discursiva, sendo nesta última que se revela o seu potencial próprio de percepção do mundo e reflexão sobre ele.

Schudson (1988; 1996; 2000) e Carey (1975; 2000), por outro lado, acrescentam a perspectiva culturoológica à sociológica, salientando que num determinado momento histórico, numa determinada sociedade, com determinada cultura, apenas determinados fenómenos ascendem à categoria de notícia, porque apenas esses encaixam na categoria “notícia”, construída em função dos padrões culturais de que essa sociedade se serve para olhar o mundo. Esses autores realçam, com grande pertinência, que a cultura é, assim, a matriz em que se fundam e de que se alimentam os textos jornalísticos, pelo que para se compreenderem as notícias, vistas, antes de mais, como histórias e narrativas, é preciso observar as circunstâncias culturais em que elas surgem, podendo ser convocadas, por exemplo, as ciências literárias e a antropologia para essa observação. Aqueles autores salientam, nomeadamente, a interligação entre o jornalismo e a literatura, a correspondência entre os géneros, tendências e estilos literários e os géneros, tendências e estilos jornalísticos, também notada, entre outros, por Cristina Ponte (2002) e pelo reitor da Universidade Fernando Pessoa, Salvato Trigo²⁰.

A matriz cultural em que as notícias surgem alimenta, por seu turno, os estereótipos, os mitos e lendas intemporais que as notícias reflectem e os rituais do consumo mediático. Encarando os mitos como histórias intemporais que, cruzando o novo com o já conhecido, contribuem para uma sociedade dar sentido ao mundo, Lule (2001), por exemplo, mostrou que a cobertura noticiosa do *New York Times* reproduz e propaga mitos caros à sociedade ocidental, como o da boa mãe, o do herói individual, o do bode expiatório, o do perigo que vem de fora, o da comunidade em perigo, o do crime e castigo, etc. Fiske (1993: 120-121) explica, a propósito, que enquanto os mitos antigos diziam respeito “à vida e à morte, aos homens e aos deuses, ao bem e ao mal”, os modernos, mais sofisticados, “incidem sobre a masculinidade ou feminilidade, sobre a família, sobre o êxito, sobre o polícia britânico, sobre a ciência”. Coman (2003), Spitulnik (1993) e Coman e Rothenbuhler (2005) ou mesmo Tuchman (1978) são outros dos autores que poderíamos evocar no estudo antropológico das notícias.

Uma outra perspectiva que deve enfatizar-se na hora de se fazer uma análise do discurso é a do jornalismo como conhecimento (Park, 1940). O jornalismo é capaz de construir um campo diferenciado de conhecimento, menos rigoroso que o da ciência formal, mas também menos esotérico do que, por exemplo, o da filosofia (Meditsch, 1992). A construção de conhecimento pelo jornalismo faz-se, porém, impondo enquadramentos aos acontecimentos. Gamson e Modigliani (1989) sugerem que os *media* propõem interpretações susceptíveis de atribuir significados aos acontecimentos, quer através de metáforas ou exemplos que fazem ressoar nas notícias a herança cultural dos enunciadores, quer ainda de análises e apelos. Wolsfeld (1991: 18) diz que os acontecimentos necessitam de explicações, o que os torna pontos de partida para a construção de enquadramentos noticiosos. Goffman (1975: 10-11) define os enquadramentos como “princípios de organização que governam os acontecimentos (...) e o nosso envolvimento subjectivo neles”. Tuchman (1976; 1978) diz que eles contribuem para a construção de sentidos para a realidade social. Gamson (1989: 157) explica que um enquadramento é uma ideia central que organiza e dá sentido aos acontecimentos, sugerindo “o que está em causa”. Gitlin (1980: 7) sustenta que os enquadramentos são padrões “de cognição, interpretação e apresentação, selecção, ênfase e exclusão” que organizam os discursos verbais e visuais. Traquina (2002: 200-201) explica que eles “são sugeridos através de metáforas, frases feitas, exemplos históricos, descrições e imagens”, sendo que, por vezes, as notícias “novas” são encaixadas em “velhos” enquadramentos. Beltrão (1960/1992: 66; 69; 79-84) afirma o valor e inevitabilidade da interpretação no jornalismo.

É também a imposição de um determinado enquadramento aos factos notáveis e notados que, em parte, leva determinados acontecimentos a tornarem-se notícia, enquanto outros ficam na obscuridade, o que nos remete para o tema complexo da noticiabilidade, ou seja, dos factores que dão valor noticioso a um facto (valores-notícia) e tornam um acontecimento notícia, com o que concluiremos este enquadramento contextual que, esperamos, nos ajudará no estudo empírico das *Relações* de Manuel Severim de Faria.

²⁰ Por exemplo, na intervenção no III Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, celebrado no Conselho da Cultura Galega, em Santiago de Compostela, em 2005.

Os temas das notícias têm-se mantido estáveis ao longo da história (Stephens, 1988). A resposta à questão “O que será notícia?” oferece, assim, uma grande dose de previsibilidade, pois resulta, em grande medida, da resposta à pergunta “O que foi notícia?”. Na nossa interpretação, isso acontece, genericamente, porque foram historicamente consolidados na nossa cultura os factores que dão valor noticioso a determinados factos e os tornam noticiosamente relevantes entre todos os outros factos. Os jornalistas, dentro da nossa cultura, olham o mundo e fazem as coisas de acordo com os padrões culturais em que estão imersos. Os valores-notícia são, assim, em grande medida, uma expressão particular da cultura. Antes de se inculcarem na cultura e na ideologia profissionais dos jornalistas, muitos deles já existiam “intemporalmente” na nossa cultura, resultando, a nosso ver, das experiências ancestrais do mundo que quotidianamente exigiam trocas de informação. Essas trocas de informação eram vitais para assegurarem a satisfação das necessidades dos homens, a sua segurança e ainda a transmissão da herança cultural, que, por sua vez, permitiria às gerações futuras enfrentar o mundo e, ao mesmo tempo, construir uma memória histórica que, simultaneamente, lhes desse o sentido de pertença a uma comunidade e assegurasse a imortalidade simbólica das suas vidas e feitos e das vidas e feitos dos seus antepassados. Por isso, eram e são notícias os conflitos e as guerras; a produção, o comércio e as trocas de mercadorias; as invenções; as catástrofes naturais, acidentes e tragédias; o desviante e ilegal; os líderes e os resultados das suas lideranças; e ainda o insólito e estranho, que muitas vezes convoca interpretações religiosas e míticas que permitem normalizar o diferente e enquadrá-lo nas explicações existentes para o mundo. Mesmo a noção de que a actualidade é uma das características que dão valor noticioso aos acontecimentos poderá ter resultado da necessidade de reacção rápida dos nossos antepassados a um mundo ameaçador, o que conferiria, necessariamente, maior valor às notícias que circulassem rápido, quando contribuía para assegurar a sobrevivência das gentes e das suas comunidades (seria vital, por exemplo, saber que um inimigo se aproximava; ou que em determinado lugar se descobriu um novo alimento; ou ainda que um determinado bem estava a ser comercializado num certo local). Assim sendo, podemos concluir, em consonância com Nelson Traquina (2002: 172), que são os critérios de noticiabilidade, ou valores-notícia, que levam a que as notícias sejam estáveis e previsíveis.

Em 1690, Tobias Peucer destacou que as notícias são o resultado de uma selecção de acordo com a actualidade, importância, utilidade e interesse dos acontecimentos, o insólito, a referência a pessoas de elite, o interesse cívico, a negatividade e a variedade temática do noticiário, o que remete para os conceitos bem contemporâneos de *gatekeeping* (selecção de notícias por “porteiros”) e de critérios de noticiabilidade. Também Beltrão (1960/1992: 69-109), ao falar dos “caracteres do jornalismo”, refere-se à actualidade, actualização e permanência; à variedade do noticiário e do próprio jornalismo; à necessidade de selecção e interpretação, extensiva e intensiva; à periodicidade e à popularidade, no sentido de que o jornalismo se destina a todos os públicos, pois sua finalidade seria idealmente a promoção do bem comum.

Galtung e Ruge (1965) sistematizaram os critérios de noticiabilidade que, no mundo ocidental, sobrepondo-se à subjectividade dos jornalistas, ditam o que é e o que não é notícia. Para eles, um acontecimento transformar-se-ia em notícia por ser forte num ou em vários valores-notícia, como sejam: (a) a duração de um acontecimento e a possibilidade de este encaixar no ritmo de trabalho dos jornalistas (um acidente encaixa facilmente, mas não um processo lento e de longa duração, como a totalidade de uma investigação científica); (b) a clareza sobre o que está em causa num acontecimento; a significância, correlacionada com a relevância de um acontecimento para os potenciais receptores e com a proximidade física e cultural em relação ao acontecimento; (c) a consonância de um acontecimento com aquilo que é esperado acontecer, que leva, por vezes, a aplicarem-se velhos enquadramentos a novas situações; (d) o inesperado e o raro, desde que significativo e consonante com o esperado; (e) a continuidade, no sentido de que os desenvolvimentos de algo que já foi noticiado tendem a ser notícia; (f) o equilíbrio temático do noticiário; a personalização, revelada na capacidade de centrar um acontecimento em pessoas e nas suas acções; (g) a referência a pessoas de elite ou países preponderantes no contexto internacional; (h) a negatividade dos acontecimentos, correlacionada com a tendência para o consenso na definição de acontecimentos como negativos e com o facto de grande parte dos acontecimentos negativos serem também inesperados mas, algo paradoxalmente, consonantes com o esperado.

Ericson, Baranek e Chan (1987) destacam outros critérios e, na senda de Galtung e Ruge, mostram que muitas vezes eles operam entrecruzadamente. Por exemplo, o potencial de simplificação da narrativa de um evento correlaciona-se com a clareza do significado deste último e com a sua significância, dependente da proximidade cultural; a dramatização remete para a potencialidade de um acontecimento ser visto como um drama, mas a percepção do limiar de dramaticidade e, conseqüentemente, de noticiabilidade, subjugam-se, igualmente, à proximidade cultural e ainda à possibilidade de personalização da narrativa; a cobertura em continuação dos desenvolvimentos de acontecimentos anteriores subordina-se à inserção destes em enquadramentos já existentes e familiares (que Galtung e Ruge abordam ao falar da consonância), o que implica a ideia da “novidade sem mudança” (Phillips, 1976), da “eterna repetição” (Rock, 1973), no sentido de que o que tem valor-notícia é o que é novo na aparência sem o ser na essência, que resulta, quanto a nós, do que afirmámos acima – a matriz cultural dos valores-notícia. Ericson, Baranek e Chan (1987) falam ainda do inesperado como valor-notícia, principalmente quando essa qualidade está associada à negatividade, bem como do critério da infracção ao que é

visto como legal e correcto, que, ademais, segundo os autores, confere ao jornalismo um papel de policiamento da sociedade e, normalmente, a tomada de partido dos jornalistas pelos cidadãos enredados nas malhas da burocracia.

Grande parte dos autores que se debruçam sobre a teoria do jornalismo e da notícia desembocam, inevitavelmente, na discussão da noticiabilidade (por exemplo: Alsina, 1993; Traquina, 2002; Ponte, 2002; Wolf, 1987; Gans, 1979; Fishman, 1980; Sousa, 2006; Beltrão, 1960/1992). A investigação sobre valores-notícia e noticiabilidade permitiu perceber, por um lado, que nem todos os critérios de noticiabilidade estão apenas ligados aos acontecimentos, mas também a outros factores do processo jornalístico de produção de informação; por outro lado, que a ênfase em determinados critérios e, por vezes, os próprios critérios, podem variar de empresa para empresa, época para época, etc. (Traquina, 2002: 203), não obrigando a escolhas únicas (Ericson, Baranek e Chan, 1987). Wolf (1987: 173-192) distingue, assim, os critérios (a) substantivos, ligados ao acontecimento, dos critérios (b) relativos ao produto, (c) relativos ao meio, (d) relativos ao público e (e) relativos à concorrência. Traquina (2002: 186-204), por seu turno, segmenta os valores-notícia nos seguintes grupos: (1) os de selecção, intrínsecos ao acontecimento²¹ (morte; notoriedade; proximidade; relevância ou importância; novidade; factor tempo – actualidade, cabide noticioso²²; notabilidade²³; surpresa; conflito ou controvérsia; e infracção e escândalo); (2) os de selecção contextual, que actuam no processo de produção das notícias (disponibilidade; equilíbrio do noticiário; potencial de cobertura em imagem; concorrência; dia noticioso²⁴); e finalmente (3) os valores-notícia de construção, que actuam sobre a selecção dos elementos do acontecimento que figurarão na notícia (amplificação – hiperbolização do acontecimento e das suas consequências; relevância – capacidade de mostrar como o acontecimento é importante; potencial de personalização; potencial de dramatização; consonância – ou potencialidade de enquadrar um acontecimento em enquadramentos anteriores). Na nossa análise das *Relações* tentámos aplicar a matriz de pesquisa atrás exposta na apresentação, interpretação e discussão dos dados obtidos, quer na vertente qualitativa, quer na vertente quantitativa dessa análise.

4.2 Análise qualitativa do discurso das Relações

Como vimos acima, a análise do discurso pode assumir duas vertentes, ambas empíricas, embora uma talvez menos sistemática do que a outra. Assim sendo, optámos por segmentar a nossa análise das *Relações* de Manuel Severim de Faria em duas abordagens: uma qualitativa e a outra quantitativa. A análise qualitativa do discurso das *Relações* procurou desvelar empiricamente algumas qualidades do discurso desses dispositivos jornalísticos, penetrando nas diversas circunstâncias da sua produção, o que, inevitavelmente, implicou conceder mais atenção ao particular do que ao geral. Procurámos, na abordagem qualitativa ao discurso das *Relações*, responder essencialmente a sete grandes interrogações, que a balizaram (quadro 2):

²¹ Obviamente, depende da existência de uma grelha cultural que permita notabilizar determinado facto e promovê-lo a notícia.

²² O tempo funciona como cabide noticioso, ou *news peg*, quando é pretexto para determinadas notícias. Por exemplo, o aniversário do PSD pode servir para notícias sobre o PSD.

²³ Para Traquina (2002: 190-191) existem vários registos de notabilidade: a tangibilidade (o acontecimento tem de ser tangível, razão pela qual o jornalismo é orientado para factos delimitáveis e não para problemáticas), o número de pessoas envolvidas ou afectadas, a inversão da normalidade (o homem que morde o cão), o insólito, a falha, o excesso ou escassez de acontecimentos.

²⁴ Os acontecimentos têm mais hipóteses de se tornar notícia se ocorrerem no horizonte temporal de trabalho diário dos jornalistas.

Quadro 2

Hipóteses e perguntas de investigação balizadoras da análise qualitativa do discurso

<p>Hipótese 1: Tendo em conta que o jornalismo emergente dos séculos XVI e XVII era essencialmente noticioso, também a intenção das <i>Relações</i> foi fazer circular notícias.</p> <p>Pergunta de pesquisa 1: Quais os objectivos das <i>Relações</i> que podem, directa ou indirectamente, ser determinados por uma análise qualitativa do discurso?</p>
<p>Hipótese 2: As relações reflectem as circunstâncias da época, ao nível dos acontecimentos referenciados, do enquadramento do mundo, do tratamento discursivo dos aliados espanhóis e do Rei (Monarquia Dual), etc.</p> <p>Pergunta de pesquisa 2: Quais os ecos do mundo repercutidos nas <i>Relações</i>?</p> <p>Pergunta de pesquisa 3: Que tratamento discursivo é reservado às elites, nomeadamente ao Rei, e de que forma são representados discursivamente os vários estratos da população?</p> <p>Pergunta de pesquisa 4: Como são representados discursivamente os portugueses e os não-portugueses nas <i>Relações</i>, nomeadamente os espanhóis?</p> <p>Pergunta de pesquisa 5: Quais os enquadramentos subjacentes aos textos? Por exemplo, quais as relações discursivas estabelecidas entre a religião e a construção de sentido para o mundo?</p>
<p>Hipótese 3: Nas <i>Relações</i> faz-se uso das formas retóricas clássicas de enunciação de novidades (referir o sujeito, o objecto, o lugar, o tempo, a causa e o modo – cf. Peucer, 1690) e de formas anteriores de organizar o texto, mormente a narração cronológica, comum nas crónicas historiográficas medievais (cf. Lanciani, 1979).</p> <p>Pergunta de pesquisa 6: Quais são as estruturas formais e os principais dispositivos retóricos de índole jornalística – ou pré-jornalística – que podem identificar-se nos textos das <i>Relações</i>?</p>
<p>Hipótese 4: Há referência a fontes porque estas contribuem para credibilizar o discurso noticioso, e isso já se intuiria no início do século XVII.</p> <p>Pergunta de pesquisa 7: Há referência a fontes?</p>

Para facilitar a descrição e interpretação dos dados obtidos, sistematizámo-los em vários itens, sobre os quais discorreremos a seguir. Mais uma vez relembramos, a propósito, que a reedição do primeiro número não foi integrada na análise, por ser quase idêntica à primeira edição (ver apêndices 1 e 2).

4.2.1 A intenção noticiosa das *Relações* e as representações discursivas do mundo

As *Relações* de Manuel Severim de Faria são, essencialmente, um registo de vários acontecimentos ocorridos em Portugal, em Espanha e noutros pontos do mundo, um sumário de notícias de factos independentes e aparentemente esporádicos, não encadeados, mas apresentados em sucessão e, por vezes, analisados, comentados, enquadrados em função da religiosidade e de outros elementos da cultura e conhecimentos da época. No fundo, as *Relações* são, como já várias vezes sublinhámos, uma espécie de historiografia do quotidiano, distinta da construção da História propriamente dita mas já fonte para essa mesma História, em sintonia com o que disse Beltrão sobre o jornalismo (1992: 71).

Em termos de noticiabilidade, e tal como podemos intuir pela observação do quadro 2, as *Relações* não se afastam muito do que encontraríamos em jornais actuais. Há notícias negativas, evocando, muitas delas, a morte; notícias que destacam o valor-notícia da proximidade; notícias sobre personagens e países de elite; notícias de significado claro para os portugueses do século XVII e consonantes com o esperado; notícias insólitas; notícias sobre desenvolvimentos de assuntos já abordados noutras relações; e notícias fortes em vários critérios de noticiabilidade, etc. São relatados acontecimentos mundanos da corte de Madrid; nascimentos, falecimentos, nomeações e feitos de personalidades importantes; as consequências engraçadas da falta de coches em Lisboa; a fundação da Companhia das Índias e os desenvolvimentos deste processo; as lutas travadas nos domínios ultramarinos de Portugal e no mar; os preparativos para a defesa de Portugal; ocorrências bizarras, como o

nascimento de animais deformados; acidentes e catástrofes, como tempestades, naufrágios, inundações, intempéries e desabamentos de habitações; guerras e batalhas travadas por toda a Europa (até porque os Filipes dominavam territórios na Europa central e eram aliados naturais dos Habsburgos alemães que detinham a Coroa do Sacro-Império), etc. Esse facto acentua a dimensão cultural – “intemporal” – da noticiabilidade, a ideia de que há novidade sem mudança (Philips, 1976), apesar de o enquadramento do mundo poder variar face à forma específica com que cada sociedade olha para ele num determinado momento histórico.

Quadro 3

Exemplos de temáticas de notícias nas *Relações*: o enquadramento geral do mundo

Temas enquadrados	Excertos de notícias
Intervenção do sagrado no profano	“só o Mondego se ouve em Coimbra com brandura, guardando-a o favor da Santa Rainha”
Intervenção do sagrado no profano	“Na ilha do Corvo se alcançou este ano uma insigne vitória dos mouriscos de Argel, que com três navios andavam por entre as ilhas em pilhagem, e cuidando fazer algum bom assalto na do Corvo, lançaram em terra 150 soldados (...), mas sendo em terra começaram a chover sobre eles pedradas (...). Quiseram os inimigos reparar este dano debaixo de uma rocha (...), mas foi Deus servido, que um dos de cima lançou uma pedra de notável grandeza, a qual dando na coberta da lapa a levou abaixo e oprimiu com súbita ruína todos quantos nela estavam (...). Esta notável vitória se deve mais atribuir a notório milagre que a obra humana, porque se afirma que depois da peleja se achou um dos nossos espingardeiros com o arrátel de pólvora que lhe dera o capitão inteiro, [apesar] de ter feito com ela três tiros.”
Intervenção do sagrado no profano	“foi Deus servido que com ser sítio tão doentio, não adoeceu gente alguma, o que se teve a evidente milagre”.
Desejo de ressuscitar a grandeza de Portugal	“Saindo em Junho ao campo de Tânger, o conde de Linhares, Dom Miguel de Noronha, (...) deu (...) com um leão, ao qual arremetendo só matou às lançadas. Foi este caso muito festejado em Portugal, por se ver nele ressuscitada a valentia dos portugueses, que nesta e noutras façanhas igualaram o valor tão celebrado de Hércules, Alexandre e outros de grande fama.”
Hierarquia social	“Entraram de novo no Conselho de Estado de Portugal Nuno de Mendonça, presidente da Mesa da Consciência, o conde da Ericeira, Dom Diogo de Meneses, e o conde de Santa Cruz. E o mesmo lugar deu Sua Majestade a D. Henrique da Silva, conde de Portalegre, e o fez marquês de Gouveia, e a D. António de Ataíde, conde de Castro d’Aire.”
Mundo (natural) perigoso e ameaçador	“Foi este no notável nos temporais, [mas] nos últimos de Agosto houve tão grandes calmas, que não há ninguém que se lembre de coisa semelhante, porque além de naqueles dias o calor ser muito maior, correu um vento tão quente que abrasava tudo, e posto que isto foi universal, fez maior dano na terra de Coimbra, onde morreram algumas pessoas abafadas, e outras estiveram no mesmo perigo, dando a muitas súbitos acidentes, e as ervas do campo, árvores de fruto, vinhas, como costumadas a maior clemência, estão a ficar secas e a perder a folha (...). Daqui nasceu haver depois carestia de carnes, por faltar a erva (...).”
Mundo (natural) perigoso e ameaçador	“Tanto que saíram ao mar (...) que se lhes deu um vento (...), se revolveram numa furiosa tormenta de muitos dias, no último dos quais, que foi a 8 de Janeiro, padeceram um dos mais miseráveis naufrágios que no mar Oceano se tem visto (...). A nau capitânea da Índia perdeu-se na ponta de Bordéus, dela escapando poucas pessoas (...); a almiranta alagou-se em Baiona de França (...).”
Mundo sanguinário povoado de inimigos, ímpios, gentios e hereges	Indo de Malaca para o Japão, o padre Gil de Abreu foi tomado pelos holandeses e morto por eles em ódio da fé (...). No Japão dura ainda a perseguição do tirano contra os católicos, padecendo [o martírio] cada ano grande número deles, entre os quais tiveram esta boa sorte os padres Pêro Paulo e Camilo Constâncio, com dez japoneses, que todos morreram queimados vivos (...).”
Mundo sanguinário / Cristãos novos	“Acharam-se na terra alguns cristãos novos que estavam lançados com os holandeses, de que se fez justiça, e juntamente de alguns escravos, que eram capitães dos demais

merecem castigo “com normalidade”	(...)”.
Mundo sanguinário: os nossos também são capazes de actos sangrentos	“E no Espírito Santo (...) degolaram os nossos 150 holandeses por não perderem a pose em que estão de darem semelhantes castigos aos que se atrevem a desembarcar naquele porto de Nossa Senhora da Vitória”.
Propagar o Evangelho e difundir a fé católica é missão de portugueses no mundo	“A pregação do Evangelho também vai próspera nesta conquista [Angola], porque El-Rei Dom Pedro Afonso do Congo antes de falecer levou os padres da Companhia [de Jesus] para uma residência que lhes fez na sua Cidade do Salvador, e D. Garcia Afonso, seu filho, que lhe sucedeu, favorece os mesmos religiosos com a mesma benevolência.”
Portugueses condenados a lutar para defesa do território e das conquistas /mundo ameaçador	“Como a principal parte da armada deste Reino estava no Brasil, e se podia reear que os inimigos, movidos desta ocasião, quisessem cometer alguns portos marítimos, mandou Sua Majestade que por todo o Reino se tornassem a levantar as ordenanças antigas da milícia que El-Rei D. Sebastião instituíra, assim de gente de pé como de cavalo, ordenando que o Duque de Bragança, como Condestável, provesse nisto.”
Portugueses condenados a lutar para defesa do território e das conquistas /mundo ameaçador	“As vitórias do Brasil [reconquista de Salvador da Baía, tomada pelos holandeses] foram este ano as mas celebradas que tivemos no Reino, pelo grande cabedal que nesta empresa estava metido, da parte dos inimigos e nossa, e dos efeitos que do sucesso dela poderão resultar (...)”
Mundo de oportunidades	“Assentou-se no Conselho de Estado que para remediar as conquistas fora da barra o melhor meio que havia era ordenar em Lisboa uma companhia de comércio, ao modo da que na Holanda fizeram as Províncias rebeldes, na qual fosse toda a mercancia livre e se desse a cada parte a razão da quantia de dinheiro com que entrasse.”
Mundo de oportunidades	“Tem El-Rei assentada uma feitoria de lona e treu para velas na Maia, cinco léguas do Porto; outras de linho e cordel em Torre de Moncorvo, Coimbra e Santarém; de enxárcia em Belém; de pólvora, em Barcarena; de estanho, junto de Vila Real, e de ferro a par de Viseu. É esta diligência de grande benefício para a fazenda real, Reino e empresas, porque a El-Rei custam os materiais muito menos, o dinheiro que neles se gastaria fica com os vassallos, e a obra é de (...) melhoria (...)”
Mundo de descobertas que trazem novas oportunidades	“Chegou a alegre e desejada nova do descobrimento do Reino do Tibete, que nós chamamos Cataio, feito pelo padre António de Andrade, da Companhia de Jesus, o qual, da corte do Mogor passou além das fontes do Ganges, sobre cujas ribeiras viu os montes e vales cobertos da variedade das flores que referem os geógrafos gregos e latinos.”
Crise implica sacrifícios	“E para terem mais Cavalos, se proibiram os Coches, em Lisboa, e que ninguém os tivesse sem licença de El-Rei, pedido por consulta, e deram-se seis meses para se desfazerem os donos dos que ao presente tinham.”
Crise económica	“porque para os gastos era necessário dinheiro, assentou ir fazer cortes ao Reino de Aragão, que o pediam com muita insistência, e receber (...) os donativos ordinários que lhe fazem naquelas províncias (...) para suprimimento das despesas da guerra”.
Crise económica (orçamental)	“além das rendas reais estarem tão empenhadas, tem o Reino grandes necessidades e Sua Majestade grandes despesas”.

Se quisermos definir, no geral, e como indiciado pelos dados do quadro 3, o mundo perspectivado pelas *Relações*, podemos dizer que esse mundo:

- É um mundo de “normalidade” e de “anormalidade” (os jornais contribuem para a definição simbólica do normal e do anormal), cheio de ocorrências habituais e regulares do quotidiano, como as nomeações para cargos políticos e religiosos, os nascimentos e falecimentos, etc.; e de ocorrências que beliscam essa normalidade (catástrofes, conflitos...):

- É um mundo estranho, cheio de ocorrências de difícil interpretação e que causam ao mesmo tempo fascínio, perplexidade, temor e angústia face ao desconhecido, como o nascimento de animais deformados (falar delas seria uma maneira de desvanecer o medo e a estranheza).
- É um mundo de constante intervenção do sagrado no profano, em que as coisas más são, muitas vezes, encaradas como castigos de Deus pelos pecados cometidos ou como testes divinos à fé católica individual e colectiva, enquanto as coisas boas são, frequentemente, atribuídas a milagres. Os enquadramentos explicativos do mundo, profundamente religiosos, eram, inclusivamente, comuns nos relatos noticiosos da época²⁵, sendo essa a razão para o facto de algumas matérias das *Relações* remeterem para a Bíblia (por exemplo: “o Espírito Santo, no segundo dos Reis cap. 11 diz *Varius enim est eventus belli*”) e para as doutrinas católicas de interpretação do mundo (por exemplo: “o Papa Bonifácio, advertindo a Igreja dessa verdade, [diz] naquele célebre texto que está no Decreto Dist. 56: *Si gens...*”).
- É um mundo socialmente hierarquizado e masculino (Antigo Regime), com o Rei no vértice e elites constituídas por fidalgos, de ânimo guerreiro, e eclesiásticos, que propagam o Evangelho, actividade vista miticamente como missão portuguesa no mundo.
- É um mundo sanguinário e ameaçador (em especial para os portugueses), devido às lutas constantes (principalmente com ingleses, holandeses, turcos, magrebinos e nativos) e ao facto de nele existirem “hereges”, “gentios” e “ímpios” que não partilham a fé católica (e que, aliás, para Manuel Severim de Faria merecem os castigos e derrotas que lhes são infligidos).
- É um mundo perigoso, que faz desabar sobre as pessoas intempéries que provocam naufrágios, destroem colheitas, ocasionam inundações, destroem habitações e matam, ferem e desalojam pessoas.
- É um mundo em que os portugueses estão, fatalmente, condenados a lutar, quer devido à aliança com Espanha no seio da Monarquia Dual, quer para defesa dos territórios conquistados, quer ainda para defesa das costas, das pescas, das naus e do comércio intercontinental.
- É um mundo que parece fragmentado, tantas são as notícias diferentes e sobre pessoas e lugares diferente. No entanto, no segundo número das *Relações* já há uma preocupação de categorização racional da informação, feita em função do espaço geográfico em que os acontecimentos relatados tiveram lugar, o que diminui a sensação fragmentação.
- É um mundo que parece caótico, incomodativo, cheio de factores incontroláveis: os inimigos, as guerras, as intempéries, etc. A fragmentação da informação e a ausência de categorização racional das notícias, sobretudo no primeiro número das *Relações*, agudizam a sensação de caos.

²⁵ Podemos ler, para o constatar, as relações de naufrágios coligidas por Bernardo Gomes de Brito na *História Trágico-Marítima*.

- É um mundo em que se sente que o país está em crise e sem rumo, urgindo resgatar a grandeza perdida de Portugal, um tema forte do inconsciente colectivo nacional que se mantém nos nossos dias. (lembre-se, a propósito, que quando as *Relações* foram escritas faltava pouco mais do que uma dezena de anos para a Restauração.)
- É um mundo em que se sentia o mal-estar português, já que Portugal e Espanha atravessavam dificuldades económicas e financeiras, quer porque a Coroa gastava mais do que arrecadava, por causa do esforço de guerra, quer por causa do défice populacional, do atraso económico e das dificuldades agrícolas.
- É, finalmente, um mundo de oportunidades agrícolas, comerciais, industriais e de oportunidades de conquista e descoberta de novos territórios.

É possível asseverar, assim, que a leitura das *Relações* permite aos seus leitores confirmar uma visão do mundo. A representação da realidade do início do século XVII construída discursivamente pelas *Relações* de Manuel Severim de Faria é, simultaneamente, multifacetada e realista, no sentido que dá sinais relevantes e pertinentes do que se passava. Mas também é uma representação da realidade assente no que se conhecia, culturalmente integrada na perspectiva com que na época se olhava para o mundo a partir de Portugal, onde se notam os *arquétipos de sentido* (a intervenção divina, a comunidade em perigo, os heróis e vilões da história, “nós” e “eles”...) que enformavam a consciência colectiva, a cultura, a forma de olhar para o mundo dos portugueses de Seiscentos. Interpretar o novo tendo como referente o que se conhece leva, porém, a relatos enviesados, conforme se comprova lendo o relato da “descoberta” do Reino do Tibete, desfasado do que o Tibete era e é (o Tibete nunca foi um país católico):

“Chegou a alegre e desejada nova do descobrimento do Reino de Tibete (...) feito pelo padre António de Andrade, da Companhia de Jesus (...), [que] achou naqueles pontos grandes vestígios de Cristandade, porque reconhecem o mistério da Santíssima Trindade e o da Encarnação, confessando que o filho de Deus se fez homem e morreu, segundo seus cálculos, há mil e seiscentos anos. Veneram a imagem de sua santíssima mãe e são de confissão e água benta. Têm que há inferno onde os maus são atormentados, e há glória para os bons em companhia de Deus. Trazem relicários ao pescoço, escritas dentro certas palavras de seus livros. Os sacerdotes guardam castidade, e alguns vivem como religiosos, porém todos com boa fama e pobreza voluntária. Rezam e cantam nas Igrejas pela manhã e à tarde, usam nelas de pinturas e esculturas de metais ricos. Com este Reino continham outros muitos dos mesmos ritos, que sem dúvida são as províncias em que reinava aquele Príncipe Católico a quem todos os escritores Orientais chamam Preste João (...), o qual foi vencido pelos Tártaros não há muito séculos.”

De realçar, em complemento, que a rígida estrutura social de Seiscentos, em que a mobilidade social ascendente era difícil, é simbolicamente reforçada nas *Relações*, podendo-se, em consequência, ver nelas uma dimensão

ideológica. Além da deferência registada para com o rei (por exemplo, a nomeação de portugueses para o Conselho de Estado e Conselho de Guerra em Castela levou Severim de Faria a opinar que ela demonstrava o “grande amor que Sua Majestade tem pelos Portugueses”), deve notar-se que os fidalgos e eclesiásticos tendem a ser individualizados no discurso (pelo nome, categoria e/ou cargo, por exemplo: “o senhor Arcebispo Primaz de Espanha, Dom Afonso Furtado de Mendonça, eleito Arcebispo de Lisboa”), enquanto as figuras do povo são, normalmente, diluídas em substantivos colectivos (“soldados”, “mulheres”...). Esta personalização do relato, técnica discursiva corrente no jornalismo, remete para o culto da individualidade e para a noção de individualismo. Além disso, os nobres e, em particular, o Rei, são perspectivados como sendo os que agem com poder para agir, devendo ser seguidos e obedecidos, como ilustram os seguintes excertos:

- “Está ainda com geral aplauso o governo de Portugal, nos condes D. Diogo de Castro e Dom Diogo da Silva (...) aos quais *deu Sua Majestade* por companheiro no governo o senhor Arcebispo Primaz de Espanha, Dom Afonso Furtado de Mendonça.” [itálico nosso]
- “reconhecido El-Rei de tão grande mercê, *ordenou* que em todas as províncias de Espanha de dessem graças públicas.” [itálico nosso]
- Em Málaga desembarcaram, dos nossos, o Conde de Tarouca, Dom Lopo da Cunha, Senhor de Santar, João da Silva Tello, Dom Francisco de Faro, filho do Conde de Faro e outros fidalgos, que (...) souberam como Cádiz estava cercada de Armada Inglesa, e logo lá se foram (...) onde assistiram até a retirada do inimigo (...) Quando os nossos chegaram ao Reino, acharam que Sua Majestade (...) por estar informado do valor com que os portugueses *o serviram* nesta ocasião (...), mandava que a cada um se desse o que tivesse da Coroa (...) porque queria que soubessem os Portugueses que, para lhes fazer mercês, não queria dessem mais passos que os dados em seu socorro. Magnificência tão grandiosa, que igualmente recompensou o ânimo desinteressado com que a nobreza deste Reino se embarcou, para esta jornada, sem nenhum pedir satisfação alguma, *e a que todos fervorosamente se empreguem no socorro de Príncipe que tanto se lembra de quem o serve.*”

Destaque-se que o carácter ameaçador do mundo é reforçado pela grande quantidade de matérias em que os vários “nós” (portugueses; portugueses e seus aliados; católicos...) se opõem aos vários “eles” (espanhóis, inimigos vários, nomeadamente ingleses, holandeses e magrebinos; protestantes e membros de confissões não católicas...). Não há assim a definição simbólica de uma única comunidade, mas de várias comunidades entrecruzadas, desenhadas discursivamente por oposição às restantes.

Embora, surpreendentemente, os inimigos sejam, quase sempre, apenas referidos ou pelo próprio substantivo “inimigos” ou pelo substantivo da respectiva nacionalidade (“holandeses”, “ingleses”, “turcos”...), sem adjectivação, por vezes os vários “outros” são vilipendiados ou menosprezados (observe-se, por exemplo, o seguinte excerto: “Ainda que as coisas da Berberia não dão cuidado pela diluição daqueles príncipes bárbaros (...”). Os vários “nós”, ao contrário, são, habitualmente, enaltecidos, representados como heróis ou vítimas. Há, no entanto, excepções, por exemplo:

- Quando os holandeses tomaram a Baía, os portugueses fugiram, sendo apresentados realisticamente como cobardes: “E chegou tanto o medo da gente e soldados, que largando as armas fugiram para os matos (...) ficando o governador só com quinze ou dez homens fiéis”).
- À luz de uma interpretação contemporânea, os “nossos” também eram capazes de actos vis. Por exemplo, o desprezo pelos escravos e o anti-semitismo e de Manuel Severim de Faria, bem inseridos dentro do contexto da época, ficam bem demonstrados com a naturalidade com que encara o assassinato de cristãos novos e escravos que combateram com os holandeses na Baía: “Acharam-se na terra alguns cristãos novos que estavam lançados com os holandeses, de que se fez justiça, e juntamente de alguns escravos, que eram capitães dos demais (...)”. Noutro exemplo, a morte de 150 holandeses, dos que tentavam invadir o Brasil, às mãos dos portugueses, também não surpreende o chantre da Sé de Évora: “E no Espírito Santo (...) degolaram os nossos 150 holandeses para não perderem a pose em que estão de dar semelhantes castigos aos que se atrevem a desembarcar naquele porto de Nossa Senhora da Vitória”.

Globalmente, pode, pois, dizer-se que a orientação discursiva das *Relações* reforça, como dissemos, a noção da existência de comunidades individualizadas, *distintas das demais por oposição às demais*, mas em vários casos entrecruzadas:

- Há, em primeiro lugar, a comunidade nacional, o país, o Reino, Portugal, Portugal e suas conquistas, que as *Relações* tratam sempre individualmente, vincando bem a sua separação de Espanha, pese embora a Monarquia Dual. A comunidade portuguesa é, inclusivamente, apresentada sob a perspectiva de uma *comunidade em perigo*, em luta pela sobrevivência, ou mesmo pelo triunfo, entre tantos adversários e inimigos, e que por vezes é obrigada a aliar-se mesmo com estranhos, como os chineses: “Com os chinas estão os nossos em grande amizade, porque vendo El-Rei [o imperador da China] a liberalidade com que de Macau o socorreram para a guerra dos tártaros (...), agradecido deu privilégio aos moradores de Macau de naturais da China e licença para se fortificarem contra os *holandeses*, e os declarou juntamente por *inimigos*”.
- Há, depois, a comunidade mais alargada de Portugal e de Espanha, países que vivem como aliados sob o mesmo soberano. Apesar da situação aflitiva vivida pelo país, o tom das *Relações* de Manuel Severim de Faria não é crítico para com Espanha, nem para com os espanhóis e muito menos para com o soberano, sempre tratado com deferência. Pelo contrário, Espanha e as suas comunidades (são referidas nas *Relações*: Galiza, Aragão, Catalunha, Valência...) são vistas como aliadas por pertencerem à mesma Coroa de Portugal. Os constrangimentos à imprensa certamente não seriam estranhos a essa situação.
- Há, ainda, a consciência de que existe uma comunidade católica, transnacional (por exemplo, mesmo quando Manuel Severim de Faria se refere aos ingleses, lembrando como a Igreja os condena como fracos, naturalmente vis e instáveis, lembra que há entre eles “pessoas muito católicas e de consideração”). A comunidade católica opõe-se, em particular, a protestantes e membros de outras

confissões religiosas, ou seja, aos “hereges”, “ímpios”, “gentios” ou mesmo “cristãos novos”, entre outras designações empregues por Manuel Severim de Faria.

- Em último lugar, passa pelas *Relações* a noção de Europa, da existência de uma comunidade europeia, de uma identidade europeia, assente no cristianismo, na ideia medieva da *República Cristã*, onde todos os cristãos europeus têm lugar, apesar das guerras e rivalidades entre países.

Para ilustrar o que atrás foi afirmado, observem-se os seguintes excertos de textos (itálicos nossos) no quadro 4:

Quadro 4

Exemplos de excertos discursivos reveladores da noção de comunidades opostas às demais e em perigo

• “Está ainda com geral aplauso <i>o governo de Portugal</i> ”.
• “Entraram (...) no <i>Conselho de Estado de Portugal</i> ”.
• “A fertilidade destes dois anos mostrou (...) que (...) se podia <i>sustentar o Reino</i> ”.
• “Como a principal parte da <i>armada deste Reino</i> estava no Brasil (...)”.
• “O grande poder da armada inglesa (...) obrigou a fortificar Cascais”.
• “(...) e ameaçando por toda a parte <i>guerra a Espanha</i> (...)”.
• “(...) chegando [a armada inglesa] <i>à costa de Espanha mandaram (...) saber da fortificação de Lisboa</i> ”.
• “(...) ficando somente em Cascais e Setúbal gente da <i>armada castelhana</i> ”.
• “(...) conservou <i>O Reino</i> livre dos trabalhos que os vizinhos padeceram”.
• “Os receios da gente armada de Inglaterra fizeram prevenir todas as <i>nossas fronteiras de África</i> ”.
• “No Japão dura ainda a perseguição <i>do tirano contra os católicos</i> , padecendo [o martírio] cada ano grande número, entre os quais tiveram esta boa sorte os padres Pêro Paulo e Camilo Constâncio, com dez japoneses, que todos morreram queimados vivos (...)”.
• “As vitórias no <i>Brasil</i> foram este ano as mais celebradas que tivemos no <i>Reino</i> ”.
• “Chegou Dom Fradrique com a <i>armada castelhana</i> ”.
• “E mandou fazer um armazém (...) como o melhor da <i>Europa</i> ”.
• “Não quis D. Fradrique <i>mandar aquartelar os portugueses senão misturados com os castelhanos</i> , e assim <i>houve entre todos grande paz e amizade</i> , a que ajudou o rigor com que D. Fradrique mandou enforcar a um (...) que arrancou uma faca para um português” [esta passagem demonstra, também, a difícil convivência entre portugueses e espanhóis].
• “Indo de Malaca para o Japão, o padre Gil de Abreu foi tomado pelos <i>holandeses</i> e morto por <i>eles</i> em <i>ódio da fé</i> ”.
• “Com estas condições, renderam [os holandeses] a cidade (...) onde entraram logo os <i>soldados castelhanos</i> , que tiveram menos sofrimento. Porém, os <i>portugueses</i> (...) <i>estiveram em firme obediência três dias</i> (...) e assim <i>ficaram sem participar do saque</i> ”.
• “(...) o governador Francisco Coelho se houve com eles com tanto valor que efectuou o trabalho a D. Fradrique, pois, vencendo ao inimigo em várias escaramuças, o constrangeu a retirar a frota, com muitos mortos (...), ganhando sem perder soldado uma gloriosa vitória de inimigo tão poderoso (...). Outra assinalável vitória tiveram os nossos dos holandeses na capitania do Espírito Santo, que se pode ter por milagrosa, vista a desigualdade das armas e gente em que os nossos eram inferiores aos inimigos” [neste caso, engrandece-se o inimigo para melhor vincar a superioridade portuguesa].
• “Em Junho se levantaram alguns cativos portugueses com um navio de Argel e mataram os turcos com bravo ânimo e ventura, sendo desiguais no número e em armas” [engrandecimento do feito].
• “Os poucos que escaparam deste naufrágio não acharam igual acolhimento nos franceses, porque os <i>hereges</i> do território de La Rochelle esperaram na praia armados aos naufragos, para lhes tirarem do pescoço, ou cinta, alguma peça, se com ela escapavam das ondas (mal pode entrar a piedade dos <i>ímpios</i>), e assim muitos dos <i>nossos</i> despidos nas praias pereceram ao frio.”
• “Mas vendo os <i>nossos negros</i> que os inimigos eram mais, puseram-se logo em fuga (...). Ficou a Rainha [Zinga, de Angola] tão soberba (...) que ameaçava maiores coisas, e como aqueles <i>bárbaros</i> são inconstantes e amigos de novidades [lutas], muitos sobas se mostravam já neutrais” [neste excerto, os negros angolanos são vistos como bárbaros mas potenciais aliados e até como uma espécie de bem que pode ser possuído].

Finalmente, é de salientar que a impressão das *Relações* obrigou à obtenção prévia de licenças de impressão e implicou a censura dos exemplares. Poder-se-ia pensar que essa seria uma das razões para as *Relações* não beliscarem a estrutura social. Propomos, porém, uma leitura diferente, pois a forma impressa das *Relações* não se afasta significativamente da forma manuscrita. A nossa interpretação é a de que as *Relações* reflectem a forma como as elites portuguesas, de que Manuel Severim de Faria, não o esqueçamos, fazia parte, olhavam para o mundo. Daí que nem sequer o empolamento discursivo enaltecendor de Portugal e da sua individualidade como Reino tenha feito descer o lápis do censor sobre as *Relações* impressas de Manuel Severim de Faria.

4.2.1.1 Os títulos das Relações

Os títulos das *Relações* (*Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente, de Março de 625 Até Todo Setembro de 626. Contém Muitas Particularidades e Curiosidades; Relação do Que Sucedeu em Portugal e Nas Mais Províncias do Ocidente e Oriente Desde Março de 1626 Até Agosto de 1627*) e são o primeiro indício de que a intenção do autor é *relatar o que sucedeu*, em suma, informar.

Embora os títulos variem ligeiramente do primeiro para o segundo número (*Relação Universal*, a primeira; apenas *Relação*, a segunda), há uma certa constância entre eles, como sucederia hoje em dia com a denominação de um jornal. No primeiro, a referência ao facto de a *Relação* conter “muitas particularidades e curiosidades” pode corresponder a uma estratégia “de marketing antes do marketing”. A publicitação dessa mais-valia das *Relações* destinar-se-ia a seduzir o leitor para os conteúdos, a namorar o potencial comprador para a compra do jornal. A promessa de *contrato com o leitor* sugerida pelo título seria assim não apenas a de oferecer ao leitor um relato dos principais acontecimentos ocorridos num determinado período de tempo, mas também a de oferecer, nesse contexto, pormenores informativos relevantes e mesmo curiosidades, talvez mais interessantes do que importantes. Assim, a promessa das relações, em particular no primeiro número, é – de acordo com o que é sugerido pelo título do primeiro número – aglutinar o *interesse à informação*.

4.2.1.2 A revelação das intenções do autor

Já atrás se disse que as *Relações* foram escritas sob a forma de cartas, porque isso faria sentido à luz da cultura da época (o hábito de relatar por escrito as novidades é, aliás, um traço indissociável da nossa matriz cultural greco-latina). Desse modo, as introduções epistolares das *Relações* também documentam que a ambição do autor é, fundamentalmente, informar do que sucedeu, conforme podemos notar no quadro 5.

Quadro 5

Introduções epistolares nas *Relações*

1º número	2º número
“Pede-me vossa mercê <i>novas</i> do Reino, Corte e Mundo, dizendo que todas elas vêm parar nesta cidade de Lisboa (...). Brevemente aponto as que pude alcançar(...)” [itálico nosso]	“Mandou-me v. m. que (...) corresponda à sua curiosidade e gosto, <i>apontando (...) todas as novas dos sucessos deste ano</i> , vindas a esta grande cidade de Lisboa (...)” [itálico nosso]

O quadro 3 evidencia, de facto, que o objectivo de Manuel Severim de Faria, correspondendo aos desejos do seu correspondente, é *contar as novidades que afluíam a Lisboa* de todo o lado, em suma, *dar notícias, informar*. Interessantemente, o autor também revela, nessas passagens, que recolheu a informação em Lisboa, onde estaria nessa época. Finalmente, na segunda relação Severim de Faria explicita que mantinha correspondência regular com o destinatário principal do segundo número das *Relações*, indiciando que muitas notícias circulavam, na época, através de redes de correspondentes, quiçá com maior liberdade do que nos meios impressos.

Apesar da notória vontade informativa, Manuel Severim de Faria não resiste, também, a demonstrar a sua erudição clássica, bíblica e eclesiástica (quadro 6), numa época em que, note-se, o latim era a língua franca das elites europeias e da liturgia católica:

Quadro 6

Exemplos de manifestações de erudição do autor nas *Relações*

1º número	2º número
[Sobre os ingleses] “(...) mostrando sua (...) vileza natural e instabilidade moral, mostrou o Papa Bonifácio advertindo a Igreja desta verdade naquele célebre texto que está no Decreto Dist. 56 cap. <i>Si gens Anglorum ficut per istas</i> [segue-se longa citação em latim] (...) <i>Deo amabilem et se venturam etc.</i> ” São estas as palavras do Sumo Pontífice de tanto peso, que em cada uma delas tem-se muito que ponderar acerca desta nação (...).	“(...) foram pedir alviças ao Imperador, o qual (...) deu graças a Deus dizendo como outro Semeão <i>Nune demittis et uum tuum Domine etc.</i> ”
“E o Espírito Santo diz no segundo dos Reis, cap. II <i>Variun enim est eventus belli</i> . Na guerra, quando tendes a vitória por mais segura e certa, achais, por juízo de Deus e castigo Seu a pecados, com ela perdida e desbaratados (...)”	
“(...) cuidando o conde (...) que tinha nesta ilha a fortuna dos Cipiões em Cartago.”	

Finalmente, conforme se constata pela observação do quadro 7, Manuel Severim de Faria procura analisar e opinar sobre a situação vivida, além de também intervir (tal como já notámos no quadro 3) no enquadramento religioso do mundo:

Quadro 7

Exemplos de enquadramentos opinativos e analíticos

Opinião laudatória político-social	“Está (...) com <i>geral aplauso</i> o Governo de Portugal nos condes D. Diogo de Castro e Dom Diogo da Silva, <i>a cujo zelo e diligência se deve grande parte dos bons sucessos deste ano.</i> ” [itálico nosso]
Opinião laudatória político-social	“Em Castela, foi promovido no Conselho de Estado de Espanha (...) Dom Duarte, irmão do Duque de Bragança (...), <i>demonstração grande do amor que Sua Majestade tem aos portugueses, pois não só os escolhe para o governo de sua Real Casa mas ainda para o supremo de sua Monarquia.</i> ” [itálico nosso]
Opinião laudatória social	“No estado eclesiástico, vagou o Arcebispado de Lisboa, aos 30 de Junho, por falecimento do Senhor Dom Miguel de Castro, <i>varão que nas virtudes e caridade, piedade, pureza e temperança se pode comparar aos padres da primitiva Igreja.</i> ” [itálico nosso]
Análise sócio-económica	“ <i>A fertilidades destes dois anos mostrou claramente que sem vir de fora pão se podia sustentar o Reino, e porque o cuidado da sua agricultura é grande parte da abundância,</i> mandou Sua Majestade renovar a lei de El-Rei Dom Fernando, ordenando aos corregedores que, por conta das câmaras, fizessem lavrar todas as herdades que estivessem sem lavrador, para que a avareza dos donos não fosse causa da esterilidade da terra.”
Análise militar	“(...) se alojaram os fidalgos pelas casas dos arrabaldes, fazendo cada um a gentileza de ficar mais perto da artilharia inimiga, <i>excesso grande, em que deve acudir o general com muito rigor, pelo manifesto perigo em que se põem muitas vezes as pessoas de maior importância no campo, perdendo infrutiferamente as vidas</i> (...). Deste modo recuperámos a Baía, e alcançaremos sempre semelhantes vitórias <i>se se proceder da nossa parte com boa ordem militar, no assentar dos quartéis, fazer das trincheiras, na destreza dos artilheiros, sobretudo na obediência dos soldados.</i> ”
Análise aos procedimentos tomados após um naufrágio [os naufrágios eram vulgares]	“Soube-se (...) da miserável perdição do galeão São João na costa do Natal, do qual saindo em terra mais de trezentas pessoas chegaram a Moçambique menos de vinte. <i>Tende por certo que a causa de tão grande mortandade foi a errada resolução que tomaram fazendo o caminho ao longo da praia, coisa que tem custado muito aos nossos, porque as praias não são mais do que areias estêreis, ou penhascos vivos, faltos de fontes e cheios de ribeiras salgadas e inundáveis, por já crescidas se comunicarem com o mar, pelo que a fome, os rios, a aspereza dos caminhos são bastantes para consumir a todos,</i> o que entendeu bem Nuno Velho, quando se perdeu no galeão Santo Alberto e fez viagem pela terra dentro e trouxe sempre a gente sã e farta até chegar prosperamente a Moçambique.”
Análise crítica à maneira descuidada de ser e proceder dos portugueses e preocupação pela reputação colectiva do Reino	“Este abominável descuido [inexistência de armas] com que os portugueses vivem fora da barra, com tanta segurança como se estivessem no sertão de Portugal, os tem muitas vezes trazido às maiores misérias do mundo, pois pelejando sem armas com inimigos armados, forçosamente hão-de ser vencidos ou escapar por milagre do Céu, e assim perdem as fazendas e liberdade, não por falta de valor, mas de instrumentos de sua defesa, nos quais se empregassem uma pequena parte do que empregam em outras mercadorias, não perderiam tudo para poupar um pouco, e o que pior é, [não perderíamos] a honra e reputação do (...) Reino.”
Enquadramento religioso directo (pecado/castigo)	“Porém, os que ainda continuaram sentiram rigorosamente o castigo, <i>e Portugal e suas conquistas não menos favores do Céu que juízos para sua emenda.</i> ”
Enquadramento religioso directo (pecado/castigo)	“ <i>Alto e profundo é o juízo de Deus (...) pelo que podemos dizer piamente que estas mortes não foram menos prémio dos que as padeceram que castigo deste Reino.</i> ”
Enquadramento religioso directo	“ <i>Foi mercê particular que Nossa Senhora quis fazer a este Reino, em recompensa de tantos trabalhos passados.</i> ”
Enquadramento religioso indirecto	“Em Junho levantaram alguns cativos portugueses com um navio de Argel e matando os turcos, com bravo ânimo e ventura, sendo desiguais no número e sem armas, entraram com o baixel em Lisboa, que era de grande porte, <i>e reconhecendo a felicidade deste sucesso à Nossa Senhora, foram em procissão à Sua casa de Penha de França que está na mesma cidade, onde por troféu deixaram a bandeira turca.</i> ”

Enquadramento mítico	“ <i>As causas superiores destes excessos [instabilidade do clima] causaram também, nos animais, monstruosos partos; qual, entre outros, foi o de uma Ovelha que, em Barcarena, como me contaram pessoas dignas de crédito, pariu um anho com pele de cabra e unha de águia, tendo no rosto um só olho, de grandeza de uma laranja, e debaixo dele outra unha de águia.</i> ”
-----------------------------	---

Os dados do quadro 7 reforçam a ideia de que apesar da intenção noticiosa e da rede de facticidade em torno da qual se desenham as notícias (ver, por exemplo, quadros 8 e 9), Manuel Severim de Faria deixa-se, por vezes, envolver com o objecto do discurso, propondo enquadramentos para o mundo. A imposição de enquadramentos aos discursos determina grelhas de leitura que revelam as percepções de Manuel Severim de Faria sobre o mundo e, em especial, sobre o país, que o autor quer transmitir ao leitor para que este as comungue com ele. As grelhas de leitura do mundo propostas por Severim de Faria apontam, por outro lado, para as possíveis circunstâncias de produção do discurso (por exemplo, os elogios ao Rei, aos governantes e aos eclesiásticos podem ter resultado quer da rede de cumplicidades entre as elites, de que Severim de Faria fazia parte, quer também do peculiar contexto da época).

Identicamente, podemos observar no quadro 7 que os enquadramentos discursivos patentes nas *Relações* de Severim de Faria têm várias modalidades. Há meras opiniões, essencialmente subjectivas, mas também há análises, mais “objectivas” (supremacia do objecto sobre o sujeito) na apreciação da realidade, relacionadas com os mais diversos assuntos, como sejam o julgamento político, a vida social, os acontecimentos militares, os frequentes naufrágios, a conjuntura sócio-económica, etc. Podemos, assim, fazer uma distinção subtil entre opinião (juízo fundamentado numa percepção essencialmente pessoal dos problemas) e análise (correlação de dados, juízo fundamentado empiricamente) na obra do chantre da Sé de Évora. Porém, nas *Relações* abundam, sobretudo, os enquadramentos que dão conta da profunda religiosidade católica que na época marcava a cultura portuguesa e as conseqüentes visões do mundo, sejam eles directos (visão de Manuel Severim de Faria sobre as coisas) ou indirectos (perspectivas de terceiros relatadas por Manuel Severim de Faria). As propostas de leitura religiosa do mundo cruzam-se, aliás, muitas vezes, com juízos de natureza eminentemente social ou outra.

Em conclusão, é possível sublinhar que faria parte das intenções de Manuel Severim de Faria, ainda que não directamente formuladas, intervir na discussão sobre os rumos que o Reino levava, antecipando, de certa forma, a transferência da *voz da razão* e da *opinião* para os jornais, algo que se viria a fazer sentir com particular acutilância a partir da aparição da imprensa política de partido (*party press*), entre o final do século XVII e o princípio do século XVIII. Nesse sentido, podemos ver em Manuel Severim de Faria um *opinion maker*, embora a uma escala limitada, proporcional às limitadas tiragens dos jornais impressos da época. Por outro lado, funcionando como “jornalista-analista”, Manuel Severim de Faria antecipa em vários séculos uma tendência do jornalismo especializado contemporâneo (cf. Pinto, 1997).

4.2.1.3 O conteúdo das *Relações*: notícias

O principal registo da ambição informativa e noticiosa das *Relações* é, de qualquer modo, o seu conteúdo, manifestamente noticioso, conforme podemos observar pela recolha de alguns exemplos de notícias das duas *Relações* no quadro 8:

Quadro 8

Exemplos de notícias nas *Relações*

1º número	2º número
Entraram de novo no Conselho de Estado de Portugal Nuno de Mendonça, presidente da Mesa da Consciência, o Conde da Ericeira, D. Diogo de Meneses, e o Conde de Santa Cruz. O mesmo lugar deu Sua Majestade a D. Henrique da Silva, Conde de Portalegre, e o fez Marquês de Gouveia, e a D. António de Ataíde, Conde de Castro d’Aire.”	“Em Abril de 1626, alcançou o governador D. Diogo de Castro licença para ir a seus negócios particulares à Corte, conservando o título de governador e foi bem recebido e ouvido de S. Majestade, e continua em Madrid até ao presente.”
“Faleceu, em Março de 1625, D. Jerónimo de Azevedo, Vice-Rei que foi da Índia, na prisão do castelo de Lisboa.”	“Em Junho se levantaram alguns cativos portugueses com um navio de Argel, e matando os turcos, com bravo ânimo e ventura, sendo desiguais no número, e sem armas, entraram com o baixel em Lisboa, que era de grande porte, e reconhecendo a felicidade deste sucesso à nossa Senhora, foram em procissão à sua casa de Penha de França, que está na mesma cidade, onde por troféu deixaram a bandeira turca.”
“A 21 de Novembro de 1625, na corte de Madrid, pariu a Rainha Nossa Senhora uma filha.”	Está nomeado para governador da ilha da Madeira D. Francisco de Sousa; para a ilha de S. Miguel, D. Rodrigo Lobo; para Cabo Verde, João Pereira Corte Real, que no ano passado veio por capitão-mor das naus da Índia.”
“No mês de Agosto deste presente ano de 1626, foi Nosso Senhor servido de dar ao Exército Católico da Alemanha e ao seu general, o valoroso Conde de Tilly, uma notável vitória [a de Lutter] contra o Rei da Dinamarca [Cristiano IV]”.	“Na Frísia se perdeu a cidade de Grol, que os inimigos de Espanha tomaram por cerco, com condições honestas pelos nossos lhe não puderem acudir, por mais que o tentassem.”

Os dados do quadro 8 suportam, de facto, a ideia de que as *Relações* eram essencialmente noticiosas, tendo por máxima ambição propagar notícias. Aliás, apesar dos excertos que propõem enquadramentos religiosos, míticos ou outros às notícias e do estilo, diferente do actual, as matérias noticiosas das *Relações* tendem a estruturar-se, tal como as actuais, com base numa rede de facticidade (Tuchman, 1978), conforme podemos observar em duas notícias inseridas no quadro 8. É possível, assim, afirmar que já no século XVII os noticiaristas procuravam reflectir o mais fielmente possível a realidade nas notícias, apresentando factos em sucessão nos relatos noticiosos, o que evidencia que este traço da cultura profissional dos jornalistas tem raízes históricas profundas.

Quadro 9

Rede de facticidade em notícias das *Relações*

Facto	Exemplo de notícia do 1º número	Exemplo de notícia do 2º número
1	Entraram de novo no Conselho de Estado de Portugal Nuno de Mendonça, presidente da Mesa da Consciência, o conde da Ericeira, D. Diogo de Meneses, e o Conde de Santa Cruz, e o mesmo lugar deu Sua Majestade a D. Henrique da Silva, Conde de Portalegre	Em Abril de 1626, alcançou o governador D. Diogo de Castro licença para ir a seus negócios particulares à Corte, conservando o título de governador
2	e o fez marquês de Gouveia	(...) e continua em Madrid até ao presente.
3	e a D. António de Ataíde, conde de Castro d'Aire (...).	Entretanto, ficou governando o conde D. Diogo da Silva até que em Setembro chegou o Senhor Arcebispo então eleito de Lisboa, D. Afonso Furtado de Mendonça, a quem Sua Majestade tinha nomeado por governador.
4	Atentou-se no Conselho de Estado que, para remediar as conquistas fora da barra, o melhor meio que havia era ordenar em Lisboa uma companhia de comércio ao modo da que em Holanda fizeram as Províncias rebeldes, na qual fosse toda a mercância livre e se desse a cada parte a razão da quantia de dinheiro com que entrasse.	Continuou o conde D. Diogo da Silva no governo até 6 de Abril de 1627,
5	E que esta companhia mandasse as frotas à Índia, Guiné e Brasil, e que pagando somente Sua Majestade seus direitos, os lugares nas naus, os fretes, as tomadias, e tudo o mais que resultasse do comércio ficasse das partes.	em que as naus saíram barra fora,
6	E que o governo da companhia consistisse no Presidente da Câmara de Lisboa e seus vereadores, com mais quatro deputados, dois fidalgos e dois homens de negócio.	e no mesmo dia retirou (...) a Loures, onde esteve alguns dias no mosteiro dos Capuchos da Arrábida, da Ordem de São Francisco.
7	E porque para isso era necessário grande cabedal, mandou Sua Majestade três ministros seus (...) pelo Reino, com cartas a todas as câmaras, em que lhes pedia que contribuíssem para este efeito.	E daí foi para Condeixa, junto a Coimbra.
8	E posto que desta diligência se tem consignado passante de trezentos mil cruzados, contudo ainda não se acaba de concluir esta obra (...).	Não puderam acabar com o conde rogos de amigos, nem de parentes, nem outros maiores, que não deixasse o governo.

O quadro 9 mostra-nos, ainda, que o estilo das *Relações* é, essencialmente, o de um realismo antes do Realismo, onde é claro o efeito do real sobre a narrativa, ou seja, a intenção de representar fielmente a realidade nos textos, sobrepondo-a às subjectividades dos diferentes leitores.

4.2.2 Dispositivos jornalísticos nas *Relações*

As *Relações* são jornais rudimentares, pelo que não podem ser avaliados da forma como avaliariamos um jornal contemporâneo. Por exemplo, por vezes nota-se uma certa mistura de assuntos nos relatos, mais própria do género epistolar do que do jornalismo, de uma lógica mais decorrente da exposição directa dos assuntos em que o enunciador vai pensando enquanto escreve do que na sistematização da informação. É o que acontece, por

exemplo, quando Manuel Severim de Faria relata que o poder da armada inglesa levou a fortificar Cascais e juntar uma armada de 50 navios em Lisboa; seguidamente, passa para o relato da situação em Itália, invadida por forças inimigas; depois, relembra que os franceses capturaram dinheiro do Rei, que retaliou mandando confiscar bens de ingleses e franceses que estavam em Espanha, para depois os devolver aos respectivos donos; e só então volta ao tema da armada inglesa. De qualquer maneira, pode afirmar-se que há uma evolução conceptual do primeiro para o segundo número das *Relações*, pois este último apresenta uma estrutura informativa mais segmentada, com separação das notícias por países, constituindo, portanto, uma proposta de categorização da informação (e do mundo...) antes mesmo do aparecimento das secções temáticas regulares nos jornais.

Normalmente, o estilo de Manuel Severim de Faria é directo e depurado, parecido com o estilo jornalístico dominante na actualidade, sem grandes adornos gongóricos e próprio de um noticiarista e historiógrafo. No entanto, em várias passagens ele recorre a juízos e a figuras de estilo, em especial a metáforas (por exemplo: “os mensageiros do Evangelho são aqueles anjos ligeiros que vão como nuvens e podem todas as coisas Naquele que os conforta”), comparações (por exemplo: “todos se mostrarão tão destros como soldados velhos”) e hipérbolos (são abundantes as referências a actos piíssimos, como “cartas piíssimas”). São comuns, igualmente, as qualificações, materializadas, por exemplo, não só nos excertos analíticos e opinativos, mas também no uso frequente de adjectivos (“*encantados* carros”...) e advérbios (“(...) *resolutamente* a [lei] mandou Sua Majestade executar”...), o que afasta um pouco o tom do texto daquilo que encontraríamos no jornalismo contemporâneo. Não é que no jornalismo actual não se utilizem, amiúde, figuras de estilo, adjectivos e advérbios para qualificar e plastificar os textos (Sousa, 2005), mas não com a intensidade e frequência com que Manuel Severim de Faria o faz.

O humor também é uma opção estilística que aproxima Severim de Faria da contemporaneidade jornalística. Por exemplo, quando fala da consequência das Leis Sumptuárias (lei contra os coches), conta o autor:

“A lei contra os coches e mulas que o ano passado se tinha publicado esteve suspensa com várias réplicas da cidade e governo até Novembro deste ano de 1626, no qual resolutamente a mandou executar. Sentiu-se com ela grande novidade em Lisboa, assim pela falta dos coches quer porque apareceram muitos homens em público, que até então não se conheciam por andarem sempre (...) escondidos naqueles encantados carros. Espera-se que por este meio (...) tornem a ser prezados os exercícios de cavalo, com cuja falta a nobreza se cria efeminadamente.”

Às vezes notam-se imprecisões no relato. Por exemplo, quando nos fala da defesa da Baía e relata a fuga dos portugueses perante o avanço dos holandeses, Severim de Faria (que não observou directamente os acontecimentos) refere que com o governador apenas ficaram “quinze ou dez homens”. No entanto, essas imprecisões dever-se-ão à inexistência de informações rigorosas e fidedignas e não a qualquer vontade do enunciador de obscurecer propositadamente a informação, pois, como já mostrámos acima (quadro 8), Manuel Severim de Faria tende, principalmente, a relatar factos, secamente, com intenção de verdade e com o rigor possível.

De facto, Manuel Severim de Faria é, predominantemente, um noticiarista, pelo que podemos distinguir nas *Relações* essencialmente dois géneros jornalísticos: notícias curtas e notícias desenvolvidas.

As notícias curtas das *Relações* apresentam apenas o essencial da informação. Essencialmente, como mandam as regras clássicas da retórica, procuram informar sobre sujeito, objecto, lugar, tempo, causa e modo (Peucer, 1690), opção que, com outras denominações, o jornalismo contemporâneo cunhou ao propor que as notícias respondam a “quem?”, “o quê?”, “onde?”, “quando?”, “porquê?” e “como?”. Porém, nas *Relações* algumas notícias eram tão curtas, como um *flash* informativo, que nem sequer respondiam a todas essas interrogações:

Exemplo de notícia curta

Em 31 de Julho de 627 levou Nosso Senhor para si a Infanta Nossa Senhora.

De facto, no exemplo anterior, a notícia é tão curta que apenas se enunciam as circunstâncias relativas ao sujeito (a Infanta), ao objecto (morreu) e ao tempo (31 de Julho de 1627). Presumivelmente, Manuel Severim de Faria pressupõe que o leitor saberia onde a Infanta teria morrido (Madrid), pois no seio de uma determinada cultura, numa determinada época, há elementos que os interlocutores pressupõem ser do *conhecimento comum* e que, portanto, tendem a ser amputados de uma troca de informações. Note-se, por outro lado, o eufemismo sobre a morte (“levou Nosso Senhor para si”), que contribui para documentar o carácter figurativo da enunciação, recurso retórico a que Manuel Severim de Faria recorre amiúde e ao qual já aludimos.

Nas notícias desenvolvidas, ao contrário, normalmente são dadas respostas a todas as diferentes “questões jornalísticas”. Por exemplo, na notícia seguinte responde-se a “quem?” (Rei, sempre tratado com especial reverência e deferência, e outros intervenientes, nomeadamente personagens das elites), “o quê?” (viagem real), “quando?” (entre Janeiro e Março de 1626), “onde?” (de Madrid a Barcelona, passando por vários outros locais), “como?” (as vicissitudes da viagem) e “porquê?” (para celebrar Cortes em várias comunidades de Espanha):

Exemplo de notícia desenvolvida (“reportagem”)

Partiu a Católica e Real Majestade de El-Rei Nosso Senhor (este ano de 1626) de Madrid, em Janeiro, aforrado e com pressa, para Aragão, fez cortes aos aragoneses, em Barbastro, e enquanto não se concluíram, ficou presidindo nelas o Conde de Monterrey. Aos Valêncianos as celebrou em Monzón, e acabadas, um sábado, vinte e um de Março deste presente ano de 1626, partiu de Monzón, tomando o caminho de Balaguer, Cidade de Catalunha. Nos limites desta e de Valência o esperavam o Bispo de Barcelona, Dom João Sentis, Vice-Rei, e Capitão General daquele estado, com outros Prelados, e títulos. Chegou Sua Majestade de noite a Balaguer, e a essa hora foi visitar a imagem do Santo Crucifixo, que é de muita devoção, e está em um convento de religiosas. O recebimento dos jurados foi vistoso. Partiu-se para Barcelona, passando o rio por uma curiosa e bem lavrada ponte de barcas. Era infinita (por todos os campos e caminhos) a gente que o vinha ver. Mandou entrar na cidade diante, num coche, ao Infante Dom Carlos, seu irmão. El-Rei subiu em um formoso e lindo Cavallo. Os primeiros que chegaram a lhe beijar a mão foi a Universidade, com seu Reitor, que lhe fez uma breve, e bem concertada prática e lhe deu os parabéns, beijando-lhe todos a mão, excepto os sacerdotes. Em segundo lugar chegaram os deputados, com os três estados, Eclesiástico, Militar e Real, que representam o Reino. Cabeça do eclesiástico, o Bispo D’Elva; do Militar, Francisco Plaris de Cadell; do Real, Pero Fruster, vieram com grande acompanhamento e realeza. Em terceiro lugar o Cabido

com seu prelado, Dom João Sentis, Bispo daquela cidade. Ultimamente, os Conselheiros, com seu ordinário e luzido acompanhamento, e (sem se apearem dos Cavalos) beijaram a mão a Sua Majestade. Foi andando, com todo este aparato, o Duque de Cardona a pé, indo advertindo de algumas coisas e cerimónias, e o Conselheiro, que chamam em Capitão, ao lado esquerdo de Sua Majestade, única proeminência desta Cidade.

Entrou El-Rei vestido de cor de rosa seca, chapéu e plumas pardas, diamantes, e entre eles um de inestimável valor. À primeira porta desceu um anjo de uma nuvem artificial, que, dando-lhe a boa vinda, lhe ofereceu as chaves da cidade. Daqui foi Sua Majestade levada debaixo de Paleo, que levavam os conselheiros. Ia diante a cavalaria de Perpilhão, com seu Capitão, e logo as guardas Espanhola, e Tudesca. Seguiam-se os cavaleiros e títulos da Catalunha, e outros muitos senhores, Portugueses e Castelhanos. Chegando à Rambla, por ser o Cavallo demasiado brioso, que atropelava os que levavam o Paleo, subiu Sua Majestade no do Conde de Olivares, e o Conde de Olivares no do Rei, único mimo e favor. Na Praça de S. Francisco, estava um teatro entoldado de muitos ricos e graciosos panos, onde El-Rei, assentado em sua majestosa cadeira, tomou juramento pelos Reinos ultramarinos, anexos a ele. O qual juramento, por antigo costume, lhe deu o Guardião de São Francisco. Diante do teatro, deram os oficiais de todos os officios uma linda mostra de si. Com mil invenções, os barqueiros andando com seus barcos pelas ruas, deitando por elas peixes vivos; os hortelãos semeando e cultivando suas hortas; e todos os demais conforme a arte que professavam.

Na Sé entrou Sua Majestade no Cabido, onde lhe deram posse de um canonicato. Ao outro dia (em forma de Cabido, com grande aparato e cerimónias) lhe levaram, os cónegos e dignidades, porção de cónego.

Para ter as cortes se fabricou uma formosa galeria de muita arte e primor, de cantaria e madeira, de quatrocentos e vinte e cinco pés de comprido com oitenta e sete janelas de fermosíssima vista sobre o porto e mar, com suas portas verdes, gelosias e vidraças e muito capaz para o acto que nela havia de se celebrar.

As notícias desenvolvidas, de que a anterior é exemplo, correspondem já a uma espécie de arremedos de reportagem. Conforme indiciado pelo exemplo anterior, nessas notícias desenvolvidas a maior parte do texto é narrativo, até porque elas correspondem ao conceito de *reportagem de acção* (Sousa, 2005: 187-189): são histórias de viagens do Rei (como aquela de que o exemplo seleccionado dá conta), de combates e preparativos para combates (como os da perda e retomada da Baía), de festas (como as que se fizeram por ocasião da canonização da Rainha Santa Isabel), etc.

Estruturalmente, o relato das notícias desenvolvidas, influenciado pelas crónicas medievais e outros géneros literários (cf. Lanciani, 1979), tende a ser cronológico, conforme também se pode observar na peça anterior: o Rei sai de Madrid, vai de terra em terra até chegar a Barcelona, onde o vêm receber, entra desfilar na cidade e assiste aos festejos comemorativos da sua visita.

O exemplo de notícia desenvolvida escolhido mostra, igualmente, que a narrativa pode ser entrecruzada com descrições de pessoas, espaços e ambientes, tal como é comum na reportagem contemporânea (Sousa, 2005: 187-202). O excerto “Entrou El-Rei vestido de cor de rosa seca, chapéu e plumas pardas, diamantes, e entre eles um de inestimável valor” poderia documentar, entre vários outros, o nosso ponto de vista.

A técnica de personalização do relato, que permite adicionar *interesse* à informação, também se nota no exemplo anterior, centrado no Rei, naquilo que ele faz e naquilo que as outras pessoas lhe fazem.

Conforme também se observa no exemplo escolhido, apesar de encontrarmos vários fragmentos de linguagem figurativa e qualificativa (por exemplo: “deram os oficiais de todos os ofícios uma linda mostra de si”), não se encontram muitos outros exemplos de fuga à rede de facticidade que impregna as notícias das *Relações*. Mesmo nas notícias desenvolvidas, Manuel Severim de Faria tende a comportar-se como um historiógrafo noticiarista, cuja função é, predominantemente, anotar os factos relevantes da época e fazê-los circular sob a forma de notícia. Diga-se, porém, que noutras notícias das *Relações*, se nota um maior envolvimento subjectivo do autor²⁶, através da emissão de juízos analíticos e opinativos, da utilização de linguagem figurativa e qualificativa e mesmo do recurso a técnicas apuradas como o *flashback*. É o que acontece, por exemplo, quando, no primeiro número das *Relações*, Manuel Severim de Faria narra, numa notícia desenvolvida, a perda da Baía para os holandeses e a sua posterior recuperação pelas forças luso-hispânico-italianas:

A introdução (*exordium e propositio*)

As mais celebradas vitórias, que neste Reino tivemos, este ano, foram as do Brasil, pelo grande cabedal que nesta empresa estava metido, da parte dos inimigos, e nossa, e dos efeitos que do sucesso dela podiam resultar, e assim se dará, de tudo, mais particular relação.

A narrativa começa cronologicamente ordenada (*narratium*)

Saiu o General Dom Manuel de Meneses, de Lisboa, a 24 de Novembro, de 1624, com 22 velas, como se avisou na Relação passada, com ordem de ir esperar a Armada de Castela ao Cabo Verde, aonde chegaram a 24 de Dezembro (...). Dali partiram a onze de Fevereiro, e a 29 de Março tiveram vista da costa da Baía. Logo receberam aviso de Dom Francisco de Moura, que com um pequeno esquadrão de portugueses, tinha encerrados os inimigos no Rio Vermelho.

(...)

O *flashback* (também cronológico) e um exemplo de juízo qualificativo e opinativo

A intervenção pessoal do autor na narrativa

A personalização do relato e o juízo opinativo

Antes de referir a tomada da Baía, quero dar uma brevíssima notícia do desgraçado sucesso de sua perda, e do que o Governador Diogo de Mendonça Furtado fez na defesa da Cidade (...), nem menos se podia presumir do ilustre sangue dos Mendonças, tão provado e experimentado no valor, fidelidade, e proezas qualificadas, que em Serviço de seus Reis fizeram na Europa, África, Ásia, em todas as diversidades de tempos.

(...)

²⁶ Exemplo: “A fertilidade destes dois anos mostrou claramente que sem vir de fora pão se podia sustentar o Reino, porque o cuidado da agricultura é grande parte da abundância.”

A continuação da narrativa em *flashback* e a causa do insucesso português na defesa da Baía
O exemplo do governador (personalização do relato)

A análise do enunciador

No dia seguinte desembarcaram os inimigos. E ainda que o Governador imaginava ter gente com que não somente defender a cidade e resistir ao inimigo, mas para o desbaratar e destruir, se achou sem soldadesca, porque todos, sem ordem nem obediência aos seus capitães, se puseram em fuga, deixando-o desamparado. E ainda que com a gente de sua casa e obrigação fez alguns arremessos, foi sem proveito, por serem poucos e os inimigos muitos. Estando, contudo, o Governador, e andando sempre exposto a quantas balas atiravam os inimigos, e ainda provendo o que lhe parecia necessário, mandando ao Sargento-mor que visitasse todas as instâncias e as provesse de pólvora e todas as mais munições. E indo gente fugindo sem pejo nem temor a Deus, mandou ao desembargador Pedro Caseiro subisse em um Cavalo e a fosse deter e castigar. Porém, nada foi bastante para que todos deixassem de fugir e o desamparar.

(...)

Vendo-se o Governador só cometido de muitos inimigos, remeteu a eles com a Espada na mão, e ainda que ferindo alguns os fez retirar, e a faltar, foi preso e levado aos Navios inimigos. Nem foi quebra sua, mas desgraça nossa o sucesso, pois a insignes capitães sucederam semelhantes desventuras. E o Espírito Santo, no segundo dos Reis cap. 11 diz *Varius enim est eventus belli*. Na guerra, quando tendes a vitória por mais segura e certa, vos achais (por justo juízo de Deus, e castigo de pecados) com ela perdida, e desbaratados, favorecendo a ventura ora uns ora outros; mostrando firmeza em a não ter e estabilidade na continua variedade de seus sucessos.

Fim do *flashback* e regresso à narrativa inicial

Deram fundo as nossas frotas, na barra da Baía, a 29 de Março, e tendo ao outro dia (que foi de Páscoa) conselho, com os Capitães e principais fidalgos de ambas as armadas, se assentou que saíssem em terra 100 italianos, 2000 castelhanos e 1500 portugueses, fora 1400 de Dom Francisco de Moura, que ele ficou governando como dantes.

(...)

Estando nesta bateria 90 soldados portugueses, com o Alferes Inácio de Mendonça e João Loureiro, em 17 de Abril, se chegaram os nossos a um baluarte do inimigo, e ainda que sem ordem do superior, lhe deram o assalto, de maneira que (os que o defendiam) lhe pediram que se detivessem porque se queriam entregar.

(...)

Foi acordado que entregariam a praça, com todo o recheio, saindo os capitães com espada e os mais soldados sem armas, com uma trouxa às costas, de fato de seu vestir, e que lhe dariam embarcação e mantimento até à Holanda, à sua custa, para o que deixariam reféns. Com estas condições renderam a cidade, a 30 de Abril (...).

Final da narrativa (*conclusio*)

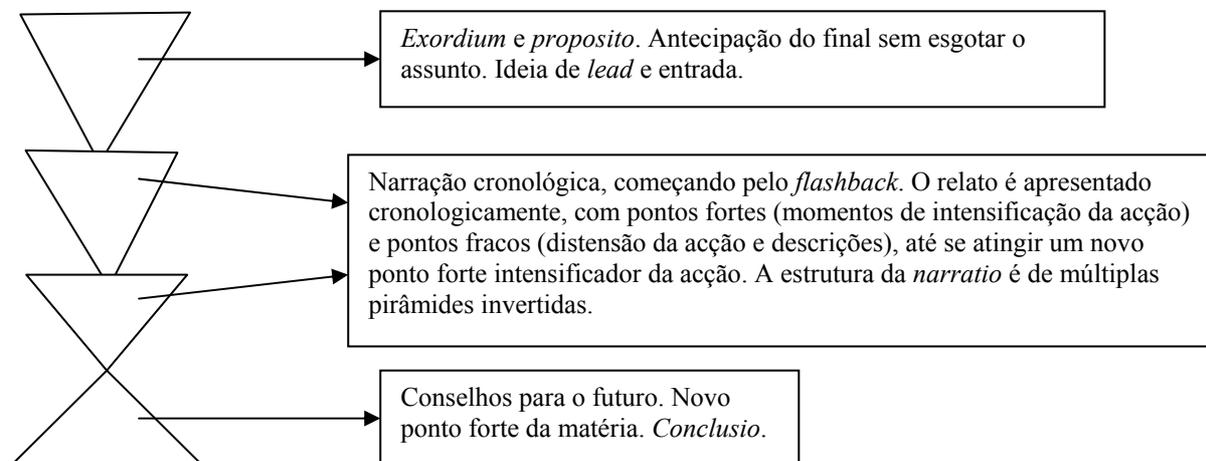
Deste modo se recuperou a Baía. E sempre se alcançarão semelhantes vitórias se, da nossa parte, se proceder com boa ordem militar, no assentar dos quartéis, fazer das trincheiras, na destreza dos artilheiros e, sobretudo, na obediência dos soldados.

A notícia anterior, embora assente numa rede interligada de factos cronologicamente encadeados (se ignorarmos o *flashback*, embora também este apresente internamente uma enunciação cronológica), segue os cânones retóricos das crónicas medievais (cf. Lanciani, 1979), iniciando-se com o *exordium*, para chamar a atenção do leitor, e o *proposito*, que serve, tal como a denominação indica, para dizer ao leitor qual é a intenção da narrativa (contar-lhe os sucessos das armas portuguesas no Brasil).

O *exordium* e o *proposito* funcionam conjuntamente como uma entrada de um texto jornalístico contemporâneo, falando do que vem a seguir, sem esgotar o assunto mas já destacando o essencial da informação (Sousa, 2005: 159-167), em jeito de *lead*. Aliás, o conceito de *lead* e entrada encontra-se em várias notícias das *Relações*, o que evidencia que o aproveitamento contemporâneo desses dispositivos de enunciação não é mais do que uma reinvenção de dispositivos previamente existentes (entre variadíssimos exemplos que poderíamos citar, numa notícia sobre um ataque de piratas à ilha do Corvo, nos Açores, Manuel Severim de Faria antecipa o resultado final antes de passar à narração cronológica dos eventos, tal como o fez na notícia sobre a retomada da Baía: “Na ilha do Corvo se alcançou este ano uma insigne vitória dos mouriscos de Argel, que com três navios andavam por entre as ilhas em pilhagem, e cuidando fazer algum bom assalto na do Corvo, lançaram em terra 150 soldados (...)”).

A história, no entanto, centra-se na narração do acontecimento (*narratio*), pontuada aqui e além por várias formas de qualificação de personagens e situações, redundando em excertos analíticos e opinativos. É na narração que o autor recorre à técnica do *flashback*.

Finalmente, o autor conclui a história (*conclusio*), deixando conselhos para o futuro e perseguindo, assim, indirectamente, uma ambição pessoal de imortalidade simbólica, a materializar na evocação do seu nome e seus conselhos pelas futuras gerações. Graficamente, poderíamos traduzir a história (tal como, com alguns ajustes, outras histórias narradas nas *Relações* de Manuel Severim de Faria), pelo seguinte esquema:



A técnica estrutural da notícia desenvolvida acima analisada é, com alguns ajustes, uma das formas contemporâneas de estruturar reportagens (cf. Fernández Parrat, 2001; Sousa, 2005), pois corresponde, grosso modo, à técnica das múltiplas pirâmides invertidas, com início e final fortes. Os formatos jornalísticos de hoje não são, afinal, mais do que uma recuperação e reconversão dos formatos narrativos do passado. Aliás, os próprios jornalistas tendem a repetir modelos fixados profissionalmente, como a técnica da pirâmide invertida.

4.2.3 As fontes das notícias nas Relações

São poucas as referências directas às fontes de informação nas notícias. No entanto, Manuel Severim de Faria dá-nos algumas pistas para entendermos como obtinha a informação, como no seguinte excerto que dá conta dos testemunhos da defesa da Baía contra os holandeses:

“E antes de referirmos a tomada da Baía, daremos brevíssima notícia do desgraçado sucesso da sua perda e do que o governador Diogo de Mendonça fez na defesa da cidade, tendo por testemunhas o sargento-mor (...) e outras pessoas de ser, qualidade e verdade [qualificação das fontes pela pertença às elites] (...) e de cartas que vieram aos padres da Companhia [de Jesus – jesuítas], escapando muitas que não chegaram e onde referiram a verdade do assalto e sua defesa.”

Em primeiro lugar, o chantre da Sé de Évora fazia parte de uma rede de correspondentes que asseguraria a produção, difusão e circulação de notícias. Conhecendo a sua história de vida e a biblioteca que acumulou, é possível que também adquirisse publicações noticiosas estrangeiras, que lhe dariam parte da matéria-prima para a elaboração do noticiário internacional das suas *Relações*.

Em segundo lugar, Manuel Severim de Faria diz-nos que as naus trouxeram “novas (...) da Índia”, que certamente se propagaram e chegaram ao conhecimento do chantre de Évora, que por elas esperaria. Observa-se, conseqüentemente, que os ritmos de chegada e partida dos navios contribuíam para moldar o ritmo de aparecimento de novas notícias. Os tripulantes das naus, os soldados e demais viajantes funcionavam, assim, como fonte noticiosa privilegiada.

Em terceiro lugar, Severim de Faria consultava outras pessoas, ou escrevia aquilo que outras pessoas, conhecendo a sua vocação de noticiário e de historiógrafo, lhe contavam por livre iniciativa (um *discurso secundário*, portanto, como diria Bakhtin). Por isso, a propósito do nascimento de animais defeituosos, Manuel Severim de Faria, talvez não muito certo, assevera que isso lhe foi contado por “pessoas dignas de crédito”, legitimando, assim, a sua voz através da qualificação da voz da fonte. Essa estratégia defensiva de remeter a responsabilidade da informação para a fonte é, aliás, comum no jornalismo contemporâneo, destinando-se a defender estrategicamente os jornalistas de críticas, processos judiciais e acusações, como muito bem documentou Tuchman (1978).

Em quarto lugar, Manuel Severim de Faria é a fonte dos acontecimentos que ele próprio presencia e narra, como os exercícios militares e demais preparativos de defesa do Reino, em particular de Lisboa e região limítrofe. Finalmente, deve dizer-se, para responder a uma das perguntas de investigação, que as fontes são sempre citadas sob a forma de paráfrase, com excepção de duas citações, uma bíblica e a outra de um decreto religioso.

4.2.4 Um aspecto intrigante nas Relações

O primeiro número das *Relações* (quer a edição de Lisboa, quer a edição de Braga) relembra o naufrágio do galeão São João, contado por autor anónimo na *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João em que se Recontam os Casos Desvairados que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa de Sepúlveda, e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a Mais Gente Houeram, o Qual Se Perdeu no Ano de 1552, a 24 de Junho, na Terra do Natal*, que Lanciani (1979) regista como sendo, eventualmente, a mais antiga *relação* noticiosa monotemática existente em Portugal, podendo ter sido impressa cerca de 1555, conservando-se um exemplar de 1564, que já seria uma segunda edição. No entanto, Manuel Severim de Faria diz, nessa primeira *Relação*, algo incongruente, que foi pela chegada de umas naus que se soube do naufrágio do galeão São João, ocorrido em 1552, mais de 70 anos antes da impressão desse primeiro número das *Relações* do chantre da Sé de Évora. Assim sendo, (a) ou Manuel Severim de Faria já tinha conhecimento do naufrágio pela *Relação da Muito Notável Perda do Galeão São João* e não o admite nas suas *Relações*, preferindo tratar o assunto como novidade; ou (b) o naufrágio do galeão São João é posterior a 1552 e a *Relação da Muito Notável Perda do Galeão Grande São João* tem um erro no próprio título e na data de impressão do exemplar de 1564 que se conserva, o que, obviamente, atiraria a data da respectiva impressão para depois da data da impressão das *Relações* de Manuel Severim de Faria; ou (c) a notícia desse naufrágio poderá efectivamente ter-se sabido em Portugal apenas por volta de 1625, mais de 70 anos depois de se ter verificado, o que, em todo o caso, remeteria cronologicamente a impressão da *Relação da Perda do Galeão São João* para depois da impressão das *Relações* de Severim de Faria, sendo mal datado o exemplar alegadamente de 1564; ou, (d) como derradeira hipótese, Manuel Severim de Faria soube do naufrágio cerca de 1625 como se fosse uma novidade e assim convictamente o conta, o que implicaria o seu desconhecimento de quaisquer publicações anteriores que se referissem ao mesmo (e que, de qualquer modo, teriam circulado cerca de 60 anos antes das próprias *Relações* do chantre da Sé de Évora).

4.3 Análise quantitativa do discurso das Relações

Os métodos científicos de pesquisa em comunicação estão sempre em jogo, no sentido de que são quotidianamente testados quanto à sua capacidade de proporcionar um conhecimento consistente e preciso das relações entre os fenómenos comunicacionais. A objectividade científica respeita, principalmente, a essa supremacia do objecto sobre os sujeitos. A objectividade é, assim, a qualidade de uma pesquisa científica que, após a comunicação dos resultados, permite a diferentes investigadores, usando os mesmos métodos e as mesmas regras, replicarem estudos, fazerem inferências reprodutíveis, válidas e fiáveis e chegarem a idênticas conclusões sobre as relações entre fenómenos. Entendemos, portanto, o fenómeno jornalístico como um objecto susceptível de ser localizado, circunscrito e descrito, cuja realidade e cuja identidade são independentes do observador e do enquadramento com que este descreva o objecto.

A análise quantitativa do discurso, genericamente conhecida por análise de conteúdo, é um desses métodos quotidianamente testados, cuja cientificidade é validada pela sua capacidade de impor determinado objecto a diferentes sujeitos e que tem potencialidades de categorização sistemática de dados que uma análise meramente qualitativa não permitiria obter. Face aos objectivos equacionados para esta pesquisa e às perguntas de

investigação genéricas que a nortearam, expostas na introdução, entendemos que esse método empírico seria susceptível de ser aplicado ao estudo das *Relações* de Manuel Severim de Faria. De facto, como dizem Marques de Melo *et al.* (1999: 4):

"Ao invés de entrevistar o leitor sobre os seus hábitos de leitura, utiliza-se o processo inverso, ou seja, analisar aquilo que é oferecido ao leitor, assumindo que aquilo que o leitor lê no jornal da sua escolha reflecte suas atitudes e valores em relação ao facto noticiado. (...)

Outra vantagem deste tipo de pesquisa é o facto de trabalhar com valores essencialmente quantificáveis, definidos por categorias estabelecidas e comprovadas em estudos similares. Desta forma, a colecta de dados é baseada na mensuração de textos e as conclusões expressas em forma numérica, o que facilita o cruzamento de informações e a elaboração de tabelas e gráficos explicativos, além de permitir com facilidade a reavaliação e comprovação de todo o projecto ou parte dele."

Berelson (*cit. in* Krippendorff, 1990: 29), um dos primeiros autores a teorizar sobre a análise de conteúdo, sustentou que a mesma é “uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Krippendorff (1990: 29) explica, porém, que a concepção de Berelson é restritiva porque, embora proposta para assegurar que a codificação dos dados de uma análise de conteúdo seja “intersubjectivamente verificável e fiável”, exclui os conteúdos latentes dessa mesma análise. Krippendorff (1990: 10; 13 e 28) relembra, a propósito, que a análise de conteúdo “tem uma orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenómenos reais e de finalidade predictiva” e salienta, ainda, que a mesma dá aos investigadores a possibilidade de utilizarem uma plataforma a partir da qual se podem obter e referir dados sistemáticos e fazer inferências reproduzíveis e válidas a partir dos mesmos. Sousa (2006: 343), fazendo uma ponte entre essas posições, argumenta que a análise quantitativa do discurso permite simultaneamente “desvelar (...) a substância de um discurso entre o mar de palavras que normalmente um enunciado possui e fazer inferências entre essa substância e o contexto em que o discurso foi produzido”. Aliás, para nós há que distinguir entre a análise quantitativa do discurso, que corresponde ao conceito anglófono de análise de conteúdo propriamente dita (*content analysis*), e a análise qualitativa do discurso, que corresponde àquilo que, na tradição anglófona, se designa, precisamente, por análise do discurso (*speech analysis* ou *discourse analysis*). Quando Krippendorff fala dos “conteúdos latentes”, remete, justamente, para um campo de análise predominantemente qualitativo e não quantitativo do discurso (ou seja, remete para aquilo que os anglófonos designam por *speech analysis* ou *discourse analysis* e não para a *content analysis*), que já explorámos anteriormente.

Sousa (2006: 345) diz que “os dois procedimentos essenciais da análise quantitativa do discurso são a identificação dos pontos substantivos de um discurso e a sua classificação de acordo com categorias, criadas *a priori* ou, eventualmente, no decorrer da própria análise do discurso (*a posteriori*)”. Mais minuciosamente, Wimmer e Dominick (1996: 174-191) listam os seguintes procedimentos de análise quantitativa do discurso:

- 1) Formulação das hipóteses e/ou perguntas de investigação
- 2) Definição do universo de análise
- 3) Selecção da amostra
- 4) Selecção da unidade de análise

- 5) Definição das categorias de análise
- 6) Estabelecimento de um sistema de quantificação
- 7) Categorização ou codificação do conteúdo
- 8) Análise de dados
- 9) Interpretação de resultados

Laurence Bardin (1995: 102), por seu turno, mostra que uma análise deve compreender as seguintes fases:

- 1) Pré-análise (leituras, escolha de documentos, constituição do *corpus*, preparação do material, estabelecimento das regras de categorização e codificação...);
- 2) Exploração do material (administração das técnicas sobre o *corpus*);
- 3) Tratamento dos resultados e interpretações (operações estatísticas, validação, síntese e selecção dos resultados, inferências, interpretação, podendo os resultados desta servir quer para nova análise, quer para produção teórica ou construção de modelos).

Sousa (2006: 343-344) relembra que uma análise do discurso, quantitativa ou qualitativa, tem de se iniciar pela contextualização, para depois se poderem estabelecer inferências e interpretações. Sousa (2006: 343-344) estabelece, desse modo, três patamares de contextualização:

- 1) Contexto do órgão de comunicação que vai ser analisado;
- 2) Contexto do fenómeno a estudar;
- 3) Conhecimento científico anterior.

A nossa análise começou, assim, pela atenção ao contexto da análise, desenvolvida nos primeiros capítulos deste trabalho, e pela definição de objectivos, hipóteses e perguntas de investigação. A determinação do *corpus* não levantou dúvidas, pois não houve lugar a amostragem, já que o universo de análise estava materialmente constituído (os dois números das *Relações* de Manuel Severim de Faria). Para a componente quantitativa da análise, normalmente utilizou-se como unidade de análise a matéria individual, considerada como *item* autónomo. A informação foi, assim, classificada em número de matérias por várias categorias definidas *a priori*. Porém, no caso particular dos actores das notícias e do protagonismo geográfico, categorizou-se a informação por número de referências, que constituíram a unidade de análise. Assim, as variáveis dependentes do presente estudo foram, simultaneamente, as matérias das *Relações* e as referências aos protagonistas das notícias e aos lugares, em todos os casos aferidas nominalmente.

A definição das categorias para a análise de conteúdo foi feita tomando em consideração que essa mesma análise procuraria testar várias hipóteses e responder às perguntas de investigação que delas emergiram, expostas no quadro 10.

Quadro 10

Tabela de hipóteses, perguntas de pesquisa, variáveis e categorias de análise quantitativa do discurso

Hipótese 5: Tendo em consideração que o número de páginas da primeira *Relação* é 1,77 vezes superior ao número de páginas da segunda *Relação* (quase o dobro), então o número de notícias de cada uma das relações será proporcional a esse quociente.

Pergunta de pesquisa 8: Qual o número de matérias na primeira e na segunda *Relação* e no total?

Variáveis: Número de matérias (afecção nominal) e percentagem.

Categorias de análise do discurso:

- **Matéria individual:** Entendeu-se por **matéria individual** todo o enunciado que constitui, nas *Relações*, uma unidade completa de sentido, sem relação directa com outros enunciados nem outros acontecimentos objecto de enunciação, ou seja, foi considerada como *uma* matéria toda a peça encontrada nas *Relações* que beneficiasse de inegável estatuto de autonomia de sentido e linguística.

Hipótese 6: Tendo em conta que o jornalismo impresso emergente tinha um carácter eminentemente noticioso, a maioria das matérias das *Relações* são notícias.

Hipótese 7: A dificuldade de comunicações no início do século XVII, que impediria o aprofundamento das matérias, e as limitações de espaço fazem prever que a maioria das matérias publicadas nas *Relações* são notícias curtas.

Hipótese 8: A inexistência, ou carácter meramente embrionário, da noção jornalística contemporânea de separação entre informação e opinião e a própria escassez de informações características do início do século XVII faz prever que bastantes matérias das *Relações* sejam comentadas, mesmo quando contêm informação factual.

Pergunta de pesquisa 9: Qual a proporção de notícias nas *Relações*, em comparação com outros géneros?

Pergunta de pesquisa 10: Qual a proporção relativa de notícias curtas nas *Relações*?

Pergunta de pesquisa 11: Qual a proporção relativa de matérias comentadas nas *Relações*?

Variáveis: Número de matérias (afecção nominal) e percentagem.

Categorias de análise do discurso:

- **Notícia factual** – Enunciado em que se narram factos com ambição de verdade e objectividade, sem serem feitos comentários ou análises aos mesmos. Considerámos, arbitrariamente, e tendo em conta o contexto da época, como **notícias comentadas curtas** aquelas que não possuem mais de quatro períodos e como **notícias comentadas longas** as que possuem cinco ou mais períodos.

- **Notícia comentada** – Enunciado em que, para além de se narrarem factos, se comentam, interpretam ou analisam esses mesmos factos. Considerámos, arbitrariamente, e tendo em conta o contexto da época, como **notícias comentadas curtas** aquelas que não possuem mais de quatro períodos e como **notícias comentadas longas** as que possuem cinco ou mais períodos.

- **Outros géneros** – Todas as matérias que não cabem nas definições anteriores.

Hipótese 9: Por razões de proximidade e identidade, nas *Relações* predominam as matérias sobre Portugal e portugueses.

Pergunta de pesquisa 12: Qual é a relevância das matérias sobre Portugal e os portugueses nas *Relações*? (Portugal merece enfoque discursivo ou dilui-se nas notícias sobre o Império dos Filipes e noutras matérias?)

Variáveis: Número de matérias (afecção nominal) e percentagem.

Categorias de análise do discurso:

- **Matérias sobre acontecimentos ocorridos em Portugal** – Matérias sobre ocorrências verificadas no espaço continental português ou que explicitamente dizem respeito a Portugal, como os casos de nomeações régias, de portugueses ou espanhóis, para cargos em Portugal, mesmo quando formuladas a partir de Madrid. Exclui ocorrências verificadas em Espanha sem ligação directa a Portugal, apesar de os Reinos ibéricos, no início do século XVII, estarem unidos numa única monarquia.

- **Matérias sobre acontecimentos ocorridos em domínios do Reino de Portugal fora do continente europeu** – Matérias sobre ocorrências verificadas fora do espaço continental português, mas pertencentes, no início do século XVII, ao Reino de Portugal. Incluíram-se nesta categoria os acontecimentos verificados nas ilhas atlânticas (Açores, Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe...), nos domínios portugueses em África (Angola, Moçambique...), no Oriente (Macau, possessões na Índia, etc.) e no Brasil. Também se classificaram nesta categoria acontecimentos que, embora verificados no Reino de Portugal, dizem especificamente respeito às

realidades ultramarinas, como, por exemplo, nomeações de governadores, eclesiásticos e chefes militares para os domínios portugueses fora do continente europeu, mesmo quando formalizadas a partir de Madrid. Exclui acontecimentos verificados em domínios ultramarinos espanhóis, apesar de os Reinos ibéricos, no início do século XVII, estarem unidos numa única monarquia.

• **Matérias sobre acontecimentos ocorridos fora dos domínios do Reino de Portugal mas com envolvimento de portugueses** – Nesta categoria incluíram-se ocorrências fora de Portugal e dos domínios ultramarinos portugueses mas em que cidadãos portugueses estiveram envolvidos. Incluíram-se nesta categoria, por exemplo, acontecimentos verificados em Espanha e nos domínios ultramarinos espanhóis com envolvimento de cidadãos portugueses, circunstância potenciada pela monarquia dual que regia Portugal e Espanha no início do século XVII. Inseriram-se nesta categoria os acontecimentos na Corte de Madrid em que se noticiou a implicação de cidadãos portugueses.

• **Matérias sobre outros acontecimentos** – Notícias sobre todas as ocorrências verificadas fora de Portugal e dos domínios ultramarinos portugueses, incluindo acontecimentos sucedidos em Espanha e nos domínios ultramarinos espanhóis, mas sem envolvimento noticiado de cidadãos portugueses. Englobaram-se nesta categoria de análise, por exemplo, os acontecimentos na Corte de Madrid em que não se noticiou o envolvimento de cidadãos portugueses e não diziam directamente respeito a Portugal, bem como acontecimentos em que a Família Real esteve implicada mas que não afectavam directamente Portugal nem envolviam portugueses, apesar de, na altura, a Família Real espanhola ser, igualmente, Família Real portuguesa.

Hipótese 10: Por razões de proximidade, nas matérias relevam-se as localidades, províncias e territórios portugueses, com destaque para Lisboa e Évora (onde vivia Severim de Faria), e Madrid, sede da Corte da monarquia dual de Portugal e Espanha.

Pergunta de pesquisa 13: Quais as localidades referidas nas matérias das *Relações*?

Variáveis: Número de referências (aferição nominal) e percentagem.

Categorias de análise do discurso: As categorias de análise são as denominações das localidades, territórios e países, que não necessitam de definição.

Hipótese 11: Por razões de equilíbrio no noticiário, as *Relações* inserem matérias sobre vários temas, mas dadas as peculiaridades da situação da época e a vivência particular de Manuel Severim de Faria, é provável que predominem nas *Relações* as matérias sobre conflitos bélicos, vida política e vida religiosa.

Hipótese 12: Tendo em conta que os padrões do que é notícia se têm mantido estáveis ao longo do tempo, é provável que encontremos nas *Relações* notícias sobre temas que ainda hoje em dia são notícia.

Pergunta de pesquisa 14: Quais os principais temas das matérias das *Relações*?

Variáveis: Número de matérias (aferição nominal) e percentagem.

Categorias de análise do discurso:

• **Vida política e administrativa** – Matérias relacionadas com a política e a administração dos países e territórios. Incluíram-se nesta categoria notícias de nomeações e exonerações para cargos exclusivamente políticos, celebração de Cortes, negociações e missões diplomáticas, visitas de Estado (quando o tom é essencialmente político e não social), etc.

• **Vida social e religiosa** – Matérias relacionadas com acontecimentos sociais, englobando a dimensão religiosa, profundamente impregnada na cultura da época. São exemplos de matérias englobadas nesta categoria notícias sobre nascimentos, falecimentos, celebrações religiosas, nomeações e exonerações para cargos religiosos (excluindo os que possuíam relevante dimensão política), actividades sociais e religiosas da Família Real, etc. Contabilizaram-se nesta categoria as mortes individuais por doença.

• **Vida económica** – Matérias relacionadas com a actividade económica e financeira. Assim, classificaram-se nesta categoria as matérias referentes à pesca e à agricultura, às indústrias (manufactureiras e outras), a taxas, impostos e outras contribuições, aos movimentos nos portos (partidas e chegadas de navios comerciais), etc.

• **Vida militar e conflitos bélicos** – Nesta categoria contabilizaram-se as matérias sobre guerras e batalhas, preparativos para conflitos bélicos (incluindo obras de defesa dos territórios), escaramuças menores, nomeações para cargos militares e exonerações dos mesmos, actividades militares marítimas, preparativos e intenções de corso e pirataria, defesa das frotas contra o corso e a pirataria, etc.

• **Catástrofes naturais e acidentes** – Englobaram-se nesta categoria as matérias relacionadas com ocorrências naturais (tempestades marítimas, temporais, cheias, etc.) ou provocadas pelo homem (navegação deficiente, falta de conservação de navios e infra-estruturas, etc.), que se repercutiram negativamente sobre a actividade humana, provocando, ou não, vítimas.

• **Doenças e fome** – Matérias sobre doenças epidémicas e mortes delas resultantes (excluíram-se desta categoria as notícias sobre as mortes de determinados indivíduos por determinadas doenças). Matérias sobre fomes generalizadas entre as populações.

- **Crimes** – Matérias sobre assassinatos, roubos, corrupção económica e outras actividades que infringiam a Lei. Prisões, extradições e exílio de indivíduos por actividades criminosas (não políticas).
- **Acontecimentos insólitos** – Nesta categoria de análise do discurso incluíram-se as matérias sobre pretensos milagres, aberrações da natureza, ocorrências bizarras, etc.

Hipótese 13: Conforme indiciado pela teoria do jornalismo (ver, por exemplo: Sousa, 2006), os actores sociais dominantes são os protagonistas das matérias das *Relações*.

Pergunta de pesquisa 15: Quais os actores sociais referidos nas notícias?

Variáveis: Número de referências (aferição nominal) e percentagem.

Categorias de análise do discurso: As categorias de análise prendem-se, genericamente, com a estrutura social típica do Antigo Regime (Reis: Nobreza; Clero; Povo), pelo que não se torna necessária qualquer definição. É de referir, no entanto, que se procurou autonomizar do “Povo” as referências aos burgueses e aos soldados, já que se notou numa leitura prévia e transversal das *Relações* que Manuel Severim de Faria evoca, ocasionalmente, os “homens de negócios” (por exemplo, para referir que na proposta de criação de uma Companhia das Índias) e os soldados (nos relatos de confrontos bélicos). De explicitar, igualmente, que os nobres combatentes foram classificados na categoria “Nobres” e não na categoria “Soldados”, pois uma das obrigações teóricas da antiga nobreza era, precisamente, defender o Povo, pelo que se esperava que da nobreza saíssem as chefias militares. O mesmo procedimento foi seguido para comerciantes e navegantes nobres, classificados como “Nobres”, usando-se da mesma lógica para resolver problemas de categorização similares.

Hipótese 14: Tendo em conta a estrutura social do Antigo Regime, os principais protagonistas das notícias são do sexo masculino e tendem a ser referidos individualmente.

Pergunta de pesquisa 16: Qual o género sexual predominante (masculino ou feminino) entre os actores sociais das notícias?

Pergunta de pesquisa 17: Nas *Relações*, homens e mulheres tendem a ser referenciados como indivíduos ou colectivamente?

Variáveis: Número de referências (aferição nominal) e percentagem.

Categorias de análise do discurso:

- **Protagonistas femininas individuais** – Actores sociais do sexo feminino referidos individualmente pelo nome ou cargo. Classificaram-se nesta categoria as titulares de cargos institucionais unipessoais (como a Rainha).
- **Protagonistas femininas colectivas** – Actores sociais do sexo feminino diluídos em substantivos colectivos (exemplos: “mulheres”, “mães”, etc.).
- **Protagonistas masculinos individuais** – Actores sociais do sexo masculino referidos individualmente pelo nome ou cargo. Classificaram-se nesta categoria os titulares de cargos institucionais unipessoais (Rei, governador, vice-rei, etc.)
- **Protagonistas masculinos colectivos** – Actores sociais do sexo masculino diluídos em substantivos colectivos (exemplos: “soldados”, “homens”, etc.). Referências a soldados e outros ofícios tradicionalmente masculinos foram sempre incluídos nesta categoria, mesmo quando referidos, por exemplo, por “inimigos” ou pela nacionalidade (“ingleses”, “holandeses”...).
- **Protagonistas institucionais colectivos e similares** – Actores sociais colectivos, como sejam a Igreja, o Governo, o Conselho de Estado, etc. Englobaram-se também nesta categoria as referências a exércitos, armadas e similares.
- **Outros protagonistas colectivos** – Actores sociais de ambos os sexos referidos colectivamente (exemplos: “crianças”, “velhos”, etc.). Englobaram-se, igualmente, nesta categoria as referências a povos na sua totalidade (exemplos: “ingleses”, “holandeses”, etc.), mas não quando essas expressões designavam especificamente soldados ou outros ofícios tradicionalmente masculinos.

Procurou-se, finalmente, que na interpretação e discussão de resultados as inferências produzidas se relacionassem com as circunstâncias contextuais (históricas, biográficas...) expostas nos primeiros capítulos deste trabalho.

É de advertir que, como já dissemos, para a comparação entre o primeiro número e o segundo das *Relações*, usou-se a primeira edição do primeiro número (impresso em Lisboa, em 1626), até porque, como se pode observar nas respectivas transcrições (apêndices 1 e 2), não há diferenças significativas entre eles.

Quadro 11
N.º de matérias nas *Relações*

	N.º de matérias	%
1ª Relação	61	52,14
2ª Relação	56	47,86
Total	117	100

Tendo em consideração os dados do quadro 11, a quinta das hipóteses levantada não se confirma, pois embora o número de matérias publicadas no primeiro número das *Relações* seja superior ao número de matérias publicadas no segundo número, o quociente entre as notícias do primeiro número e as notícias do segundo número é de apenas 1,089, enquanto o quociente relativo à relação entre o número de páginas da primeira *Relação* e o número de páginas da segunda *Relação* é de 1,777. Assim sendo, pode dizer-se que houve por parte de Manuel Severim de Faria um esforço para oferecer aos leitores do segundo número um leque de informações quase tão vasto e diversificado como aquele que ofereceu aos leitores do primeiro número, embora, necessariamente, com menos detalhes em cada notícia.

Quadro 12
Géneros jornalísticos nas *Relações*

	Matérias			
	1ª Relação	2ª Relação	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Notícia factual curta (até 4 períodos)	21	13	34	29,06
Notícia factual longa (5 ou mais períodos)	11	21	32	27,35
Notícia comentada curta (até 4 períodos)	12	6	18	15,38
Notícia comentada longa (5 ou mais períodos)	17	16	33	28,21
Outros géneros	0	0	0	0
Total			117	100

Observando o quadro 12, podemos aceitar a sexta hipótese, pois todas as matérias das *Relações* podem ser classificadas como notícias. Sabemos, e as *Relações* de Manuel Severim de Faria confirmam-no, que o jornalismo nasceu noticioso, sendo a notícia o seu género inicial e diferenciador.

Já a sétima hipótese não pode ser aceite, pois a maior parte das notícias das *Relações* são “longas” (65 matérias; 55,55%), ou seja, têm 5 ou mais períodos. Em consequência, é possível dizer que, apesar das limitações de espaço, o autor das *Relações* procurou que a maioria das notícias fossem suficientemente detalhadas e completas para saciarem informativamente o leitor, prejudicando o número de notícias que poderia publicar em favor da extensão das mesmas.

A oitava hipótese, pelo contrário, pode ser aceite, pois 51 matérias (43,59%) são comentadas, mesmo quando contêm informação factual. Em concreto, é possível afirmar, face aos dados apresentados, que a inexistência, ou carácter meramente embrionário, da noção jornalística contemporânea de separação entre informação e opinião e a própria escassez de informações, que promove a complementação dessas mesmas informações através do comentário, estejam entre as razões que levaram à publicação de 43,59% de notícias comentadas entre todas as matérias das *Relações*.

Quadro 13
Portugal nas *Relações*

	Matérias			
	1ª Relação	2ª Relação	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Matérias sobre acontecimentos ocorridos em Portugal	19	13	32	27,35
Matérias sobre acontecimentos ocorridos em domínios do Reino de Portugal fora do continente europeu	12	6	18	15,38
Matérias sobre acontecimentos ocorridos fora dos domínios do Reino de Portugal mas com envolvimento de portugueses	7	14	21	17,95
Matérias sobre outros acontecimentos	23	23	46	39,32
Total			117	100

Apesar de, segundo os dados do quadro 13, a nona hipótese poder ser aceite, já que predominam, nas *Relações*, as matérias sobre Portugal e os portugueses (71 matérias, 60,68% do total), por razões como a proximidade e a identidade de autor e leitores, é de destacar a elevada percentagem de notícias (46 notícias; 39,32%) sobre acontecimentos ocorridos no estrangeiro sem envolvimento de portugueses. Por um lado, conforme já tentámos provar na análise qualitativa – e tal como se indicia, igualmente, no quadro 14, as circunstâncias peculiares da Monarquia Dual teriam levado a uma grande atenção ao que se passava em Espanha e nos territórios dependentes da Coroa espanhola, bem como aos conflitos em que, na Europa, Espanha estava envolvida; por outro lado, emana das *Relações* a consciência de pertença à Europa, o que teria acentuado o interesse pela informação internacional europeia, até porque a Europa era palco de conflitos, nos quais Portugal, de resto, poderia ser envolvido, e as guerras sempre despertaram o interesse do homem (relembre-se que algumas das primeiras manifestações literárias, como a *Iliada*, e literário-religiosas, como os livros do Antigo Testamento, estão cheios de referências bélicas); finalmente, as circunstâncias associadas aos Descobrimentos e à “promulgação do Evangelho” no mundo, a que Manuel Severim de Faria alude com frequência, também terão favorecido a produção e inserção de notícias internacionais.

Quadro 14
Protagonismo noticioso geográfico

	N.º de referências			
	1ª Relação	2ª Relação	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Portugal (como país)	12	8	20	4,16
Espanha (como país)	24	10	34	7,08
Outros países	35	53	88	18,39
Lisboa	25	16	41	8,54
Porto	3	0	3	0,62
Braga	0	1	1	0,20
Coimbra	6	1	7	1,46
Évora	1	2	3	0,62
Outras localidades, províncias e regiões portuguesas	42	9	51	10,62
Localidades, províncias e territórios em possessões portuguesas fora do continente europeu	59	23	82	17,08
Madrid	6	3	9	1,87
Outras localidades, províncias e territórios espanhóis na Península Ibérica	40	8	48	10
Localidades, províncias e territórios em possessões espanholas fora da Península Ibérica	8	5	13	2,70
Outras localidades, países, territórios e províncias	33	47	80	16,66
Total			480	100

Atentando na informação sistematizada no quadro 14, pode aceitar-se parcialmente a décima hipótese. De facto, presumivelmente por razões de proximidade, nas matérias relevam-se Portugal e as localidades, províncias e territórios portugueses (208 referências; 43,33% do total), com destaque para Lisboa (8,54% das referências), onde Manuel Severim de Faria vivia, segundo nos indicia no texto, quando escreveu as *Relações* aqui analisadas. Évora, sua terra, é pouco referida (3 menções; 0,62% do total de referências) e, numa época em que, ao contrário da actualidade, várias cidades competiam pelo estatuto de “segunda cidade” do Reino, Coimbra, por exemplo, é muito mais referida do que o Porto. Há também um vasto conjunto de referências a Espanha e a terras da Coroa espanhola (21,65%), mas poucas a Madrid (1,87% das referências), apesar desta cidade ser a capital da Monarquia Dual, o que pode indiciar ou que os principais acontecimentos, na perspectiva dos portugueses do início de Seiscentos, não ocorriam em Madrid, ou que havia um certo desinteresse pelos assuntos da Coroa castelhana.

É de destacar que 35,05% das referências respeitam a países, regiões e localidades fora dos domínios da Monarquia filipina, pelo que, em consonância com os dados do quadro 13, se pode dizer que há uma grande atenção ao estrangeiro, quer por causa dos Descobrimientos, quer por causa dos tempos conturbados que a Europa, no seu todo, vivia (não podendo ser ignorados, neste pormenor, os interesses europeus da Monarquia Dual), sendo que as *Relações* reflectem as circunstâncias da época.

Quadro 15
Temas predominantes das matérias

	Matérias			
	1ª Relação	2ª Relação	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Vida política e administrativa	13	15	28	23,93
Vida social e religiosa	19	15	34	29,06
Vida económica	3	0	3	2,56
Vida militar e conflitos bélicos	22	20	42	35,90
Catástrofes naturais e acidentes	5	3	8	6,84
Doenças e fome	0	1	1	0,855
Crimes	0	0	0	0
Acontecimentos insólitos	0	1	1	0,855
Total			117	100

Nota: A classificação das matérias diz respeito apenas ao tema predominante das notícias. Assim, por exemplo, uma notícia na primeira *Relação* sobre o nascimento de animais deformados englobada numa notícia sobre intempéries e secas ao longo do ano foi contabilizada como sendo uma notícia sobre “catástrofes naturais e acidentes” e não como sendo uma notícia sobre “acontecimentos insólitos”.

Podemos inferir, pelo quadro 15, que o noticiário das *Relações* é relativamente pouco equilibrado, centrando-se nos conflitos bélicos (35,9% das matérias), na política e administração (23,93% das matérias) e na vida social e religiosa (29,06% das matérias), sendo que neste caso se deve assumir que a religião era, no início do século XVII, o principal traço da vida social (missas, procissões, festas religiosas...). O equilíbrio do noticiário era um critério de noticiabilidade com pouco sentido nesses dias, exceção feita ao equilíbrio entre matérias sobre política e administração, conflitos bélicos e vida social e religiosa. Consequentemente, pode aceitar-se a décima primeira hipótese.

A hipótese 12 também pode aceitar-se, pois, em termos do que foi notícia, as *Relações* não se afastam muito daquilo que, estruturalmente, hoje é notícia nos jornais generalistas. Os padrões de noticiabilidade, conforme argumenta Stephens (1988), têm-se mantido estáveis ao longo do tempo. Ontem como hoje a política e a administração dos países, a guerra e os acontecimentos relevantes da vida em comunidade ocupam grande parte das notícias.

Quadro 16
Protagonistas das notícias

	N.º de referências			
	1ª Relação	2ª Relação	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Rei e Rainha	83	66	149	16,34
Nobres	199	109	308	33,77
Clérigos	63	42	105	11,51
Soldados	211	46	257	28,18
Burgueses (homens de negócios, comerciantes, “empresários”...)	5	5	10	1,10
Povo	64	19	83	9,10
Total			912	100

O quadro 16 mostra que a história narrada nas *Relações* é uma história das elites e uma história bélica, aliás conforme se poderia antever pelos dados sistematizados no quadro 15. Pode, portanto, aceitar-se a hipótese 13: ontem como hoje grande parte das notícias são sobre actores sociais dominantes.

Quadro 17
Protagonismo dos géneros nas *Relações*

	N.º de referências			
	1ª Relação	2ª Relação	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Protagonistas femininas individuais	12	6	18	1,34
Protagonistas femininas colectivas	4	3	7	0,52
Protagonistas masculinos individuais	401	199	600	44,54
Protagonistas masculinos colectivos	329	76	405	30,07
Protagonistas institucionais e similares	143	40	183	13,59
Outros protagonistas colectivos	78	56	134	9,94
Total			1 347	100

Finalmente, os dados do quadro 17 evidenciam que a história construída nas *Relações* é uma história no masculino (74,61% das referências) e bastante personalizada (45,88% das referências a entidades dizem respeito a pessoas individuais). É possível, em consequência, aceitar a décima quarta e última hipótese que foi testada, pois os principais protagonistas das notícias são do sexo masculino e tendem a ser referidos individualmente, tal como se suporia tendo em conta as circunstâncias históricas do Antigo Regime.

4.4. Discussão global dos resultados

Podemos olhar para as *Relações* de Manuel Severim de Faria de várias maneiras, mas uma das formas de o fazer é retomando uma tese que temos vindo a defender (Sousa, 2000; Sousa, 2006): os produtos jornalísticos, ou seja, as notícias, são o resultado de um processo em que intervêm factores de diversa natureza em interacção constante e que se interpenetram. Esses factores, cada um dos quais pode ter um determinado peso para o produto final, são, entre outros:

- Pessoais (as notícias das *Relações* revelam, por exemplo, as peculiaridades do autor e a sua *competência discursiva* individual, a sua capacidade analítica de determinadas situações, o seu juízo pessoal sobre certos acontecimentos e pessoas, os *discursos noticiosos primários* (Bakhtin, 1929/1977; 1952-1953/1996; 1981) que elaborou a propósito de acontecimentos que presenciou, como as chuvas e a seca, etc.);
- Temporais (por exemplo, no final do segundo número Manuel Severim de Faria escreve ao correspondente que só no próximo ano lhe poderá dar conta “das novas que trouxeram as naus da Índia que a 15 de Outubro de 1627 entraram em Lisboa na maré da tarde”, etc.);
- Sociais (são exemplos de factores sociais capazes de moldar o discurso das relações o posicionamento de Manuel Severim de Faria enquanto noticiarista numa rede de correspondentes e as

interacções que Manuel Severim de Faria revela ter com várias pessoas, através das quais vai obtendo informações, o que evidencia, em acréscimo, que as notícias das *Relações* são, predominantemente, *discursos secundários* (Bakhtin, 1929/1977; 1952-1953/1996; 1981) que resultaram das interacções do autor com as fontes e das negociações de informação e de significado que ambas as partes estabeleceram, etc.);

- Ideológicos (embora, na nossa opinião, a ideologia seja um dos vectores de uma cultura, podemos individualizá-la considerando-a, simplifcadamente, como o conjunto de ideias que agrega indivíduos em grupos *em função de interesses* assumidos e conscientes ou não; nesse sentido, as *Relações* reflectem as circunstâncias ideológicas da sua produção, o que se comprova, por exemplo, pela apologia que indirectamente Manuel Severim de Faria faz da nobreza e dos religiosos, elites às quais pertencia, compadecendo-se da respectiva má-sorte, tornando colectivos os seus êxitos e façanhas pessoais, naturalizando o facto de receberem rendas do erário público e do povo, etc.)

- Culturais e históricos (as notícias das *Relações* reflectem não só a historia das formas de narrar e contar novidades, plasmadas na cultura e reveladas na estrutura cronológica dos relatos e na menção às circunstâncias de sujeito, objecto, lugar, tempo, causa e modo que já vêm do tempo da retórica clássica, mas também as formas de olhar para o mundo próprias da cultura e da identidade portuguesa seiscentistas e resultantes da história, como sejam o enquadramento religioso do mundo, a noção de que a colonização e conquista de territórios eram benéficas para o país, a desconsideração pelos “bárbaros”, etc.).

A ideia base defendida neste trabalho é, assim, a de que os enunciados jornalísticos são um produto de vários factores em interacção, que, resumidamente, se podem resumir *no enunciador e nas várias circunstâncias da enunciação*, o que, aliás, matemática e abstractamente pode ser representado por uma equação (cf. Sousa, 2006: 131). É essa a perspectiva que procuraremos seguir na discussão dos resultados da presente pesquisa, à luz do marco teórico exposto no subcapítulo 4.1, sendo, no entanto, de realçar, explicitamente, que os diferentes factores que enformam e condicionam as notícias se cruzam e interpenetram, razão pela qual optámos por tecer uma discussão global sobre as *Relações*.

Assim, em primeiro lugar devemos considerar que as *Relações* de Manuel Severim de Faria possuem a marca do enunciador, como todo o discurso, e do respectivo *habitus* (Bourdieu, 1984), enquanto *molde de sentido* para as interacções humanas. É, assim, a *competência discursiva* própria do autor que se joga nas *Relações*, embora seja contaminada pelas percepções do mundo, ideológicas, culturais e históricas, que transcendem a sua pessoa e contribuíram para configurar a sua forma de ser, compreender e conhecer, sentir e agir, nomeadamente enquanto *noticiarista capaz de recolher e processar informações e de alimentar uma rede de correspondentes*.

VanDijk (1990) encarou a produção do enunciado jornalístico em termos de processamento cognitivo dos textos por parte dos jornalistas. As operações cognitivas a que Van Dijk se refere são, identicamente, as que detectamos nos escritos de Manuel Severim de Faria, provando, afinal, que as operações jornalísticas de ontem são basicamente as de hoje e implicam, necessariamente, que o texto é uma *construção*. Por exemplo, o discurso das notícias das *Relações* é selectivo, pois de todas as informações hipoteticamente disponíveis apenas algumas, as

consideradas mais importantes, foram passadas a texto (por exemplo, somos informados numa notícia breve, em jeito de *lead*, que a Infanta morreu a 21 de Julho de 1627, mas Severim de Faria não nos diz onde, porquê nem como, embora a resposta a onde, provavelmente, fosse presumidamente tida pelo autor como sendo do conhecimento comum); é também resumido (por exemplo, as festas em honra do novo bispo de Braga são resumidamente comparadas às “mais célebres festas que fizeram as Metrópoles da Europa nas entradas de seus Príncipes”, sem qualquer descrição das mesmas); impõe generalizações (por exemplo, o autor, estereotipadamente, acusa *todos* os portugueses que vivem em territórios conquistados de o fazerem descuidadamente, pondo em perigo a sua segurança e a reputação do Reino: “Este abominável descuido com que os nossos Portugueses vivem, fora da barra, com tanta segurança como se estivessem no sertão de Portugal, os tem muitas vezes trazido às maiores misérias do mundo (...)”); e integra no todo excertos de discursos de terceiros (por exemplo, o do papa sobre os ingleses).

A transformação de um acontecimento num enunciado implica, de facto, toda uma codificação linguística, presidida pela cognição, que pressupõe, à partida, que há espaços de consenso e de conhecimento partilhado numa comunidade que co-determinam o que *deve ser contado* e *como deve ser contado* (cf. Fowler, 1994). Isso é notório nas *Relações*, onde se estabelecem *cumplicidades com o leitor* que ancoram, por exemplo:

- Na inexistência de informação que seria relevante para elementos estranhos à realidade portuguesa seiscentista entenderem o que estava em causa (para perceber, por exemplo, por que razão o Rei de Espanha era igualmente Rei de Portugal, ou onde morreu a Infanta e qual Infanta):
- Nos elementos do inconsciente colectivo propagados nas notícias (por exemplo, o mito dos intrépidos religiosos que preferem ser mártires do que abdicar da fé ou o mito da intervenção divina nos destinos do homem, nomeadamente a ideia de que várias das desventuras dos portugueses se deviam mais a castigo divino do que às consequências dos seus actos e decisões, sendo que mantendo a fé e seguindo os ensinamentos católicos se obteriam recompensas);
- Nos juízos de senso-comum emitidos por Manuel Severim de Faria a propósito dos mais variados assuntos, desde a maneira de combater à agricultura, que certamente poderiam ser compartilhados pela generalidade dos portugueses da época.

Estabelecendo laços com a comunidade em que estavam inseridas, as *Relações* de Manuel Severim de Faria podem ser vistas, similarmente ao que argumenta Maingueneau (1990), como instrumentos discursivos, simbólicos, que retroactivamente contribuem para a reconstrução e sustentação dessa comunidade. As *Relações* voltam-se, de facto, para o objectivo de *dar a conhecer à comunidade* notícias sobre o que a afectava directa ou indirectamente mas também sobre o que, genericamente, se passava no mundo. Podendo ser consumidos por qualquer pessoa de qualquer lugar, desde que entendesse o português e tivesse acesso à informação, o discurso das *Relações*, como a generalidade do discurso jornalístico, é um discurso aberto, susceptível de contribuir, consequentemente, para a construção de uma comunidade aberta.

As *Relações* aqui estudadas oferecem-nos, simultaneamente, notícias e histórias, narrativas. Melhor dizendo, as notícias das *Relações* são histórias. Mais, elas são, como vimos, histórias cujas formas reflectem a história das

maneiras de narrar e cujos enquadramentos indiciam a forma de olhar para o mundo e os valores da época em que foram escritas. Como argumentaria Schudson (1988; 1995), o seu conteúdo foi encaixado numa estrutura narrativa pré-existente, como acontece com toda a notícia.

Um dos primeiros autores a enfatizar a ideia de que as notícias são histórias com história e produzidas numa determinada cultura foi Robert Darnton (1975). Para ele, as notícias são eternas, no sentido de serem sobre o que sempre foi notícia: política, desastres, pessoas famosas, etc. É o que acontece nas *Relações* de Manuel Severim de Faria. Factos e histórias são constituídos em interacção: em jornalismo, os factos são sempre uma *história dos factos*. As histórias jornalísticas, ou seja, as notícias, baseiam-se em factos e os factos necessitam das histórias, ou seja, de notícias, para “existirem”. Mais do que isso: as notícias, ou histórias jornalísticas, são montadas a partir de factos disponíveis e relevantes. O jornalista demonstra a sua capacidade sabendo como encontrar os factos mais relevantes e interessantes e sabendo como montar a notícia, como uma história, a partir deles. Em suma, o jornalista demonstra a sua capacidade reconhecendo quando está perante uma boa história e sabendo narrá-la. O autor das *Relações*, Manuel Severim de Faria, descobriu (ou contaram-lhe) essas boas histórias e teve a capacidade de narrá-las como boas histórias, conquistando os leitores e usando os enquadramentos do mundo próprios da época para incrementar o interesse dos receptores. Afinal, uma história bem contada é sempre uma história bem contada e para ser bem contada cada enunciador tem de ter em conta o que se conhece, nomeadamente o que já constitui *acervo público de conhecimento*, e o que é desconhecido...

Elisabeth Bird e Robert Dardenne (1988) falam, igualmente, das notícias como sendo histórias construídas no seio de uma gramática da cultura. São, assim, histórias representativas dessa cultura e ajudam a compreender os seus valores e símbolos. Enquanto narrativas, as notícias possuem códigos simbólicos reconhecidos pela audiência, que, inclusivamente, balizam as fronteiras do aceitável e do inaceitável. Ettema e Glasser (1998) acrescentam, por seu turno, que o reportório cultural determina a notícia, pois, segundo os autores, são as linhas de força de cada história, pré-existentes numa determinada cultura, que ajudam a construir os factos. Brown (1979) vai mais longe, sugerindo que as histórias que as notícias são reflectem as preocupações sociais em cada momento, sendo essa uma das características que lhes confere êxito social. As *Relações* de que este estudo dá conta ilustram bem as ideias dos diferentes autores atrás citados, quer como dispositivos discursivos de natureza cultural, quer como artefactos que indiciam as omnipresentes preocupações seiscentistas com o destino de Portugal, das suas conquistas, do seu povo, da sua economia, da sua defesa, dos seus navios, bem como com o futuro do catolicismo. A essas preocupações não será alheio o facto de Manuel Severim de Faria ter sido um prelado, membro das elites, que certamente discutiam esses assuntos.

Por seu turno, Phillips (1976) mostra que o jornalismo privilegia o concreto e particular e não o estrutural. O jornalismo favorece, assim, familiaridade acerca das coisas e não conhecimentos profundos sobre elas. As *Relações* são exemplos antigos do que diz Phillips: reportam casos singulares que trazem ao leitor um certo tipo de familiaridade com os acontecimentos, mas bastante afastada do conhecimento estrutural, conforme, certamente, concluiria a autora.

Phillips (1976) explica, também, que as notícias são repetitivas porque os acontecimentos noticiados têm previamente de fazer sentido como acontecimentos dignos de serem notícia. Os acontecimentos, por inesperados que sejam, devem ser “esperados”. As notícias das *Relações*, que encaixam nos critérios intemporais de noticiabilidade, documentam, precisamente, a explicação de Phillips. Não nos admiramos ao ler as notícias das *Relações*, mais precisamente, não nos admiramos com aquilo que era notícia em seiscentos porque,

estruturalmente, se tratam das “mesmas notícias” que leríamos hoje em dia num qualquer jornal, embora variando protagonistas, situações concretas e enquadramentos. Ontem como hoje, hoje como ontem, as notícias são previsíveis porque os “grandes” critérios de noticiabilidade são intemporais e estão profundamente inscritos na nossa cultura, ela própria moldada historicamente pelas circunstâncias reais da vida humana.

Acentuando as explicações culturológicas para as notícias, Michael Schudson (1988) diz que estas podem ser vistas na perspectiva dos géneros literários, assemelhando-se a romances, tragédias, comédias e sátiras. As *Relações* narram, essencialmente, tragédias e episódios de acção, mas algumas das notícias parecem, pontualmente, metamorfosear-se em sátiras, o que ajuda a conferir-lhes interesse como reportagens e narrativas. É o caso da notícia sobre o auditor que quando é acusado, presumivelmente por suspeita de desfalque ou corrupção, se indigna e ameaça os oficiais de justiça, mas no dia seguinte é preso e colocado em Badajoz. É também o caso da notícia sobre a saída intempestiva de D. Diogo da Silva do governo de Portugal, apesar dos rogos dos amigos. As *Relações* de Manuel Severim de Faria devem, assim, parte do seu interesse, na óptica do leitor, à variedade temática (que evita o aborrecimento), ao facto de narrarem excelentes tragédias (os naufrágios, as cheias, as mortes...), misturadas com curtos romances de acção (as batalhas terrestres e navais) e leves contos de sociedade (as visitas do Rei, as nomeações...), adicionando ainda à receita um ou outro pormenor revelador da comédia humana – e dos humanos defeitos. Elas misturam drama (tragédias pessoais, sofrimento dos naufragos...), acção (combates, naufrágios, explorações de países distantes, actos heróicos...), morte, exotismo (países e povos diferentes). Elas revelam um mundo desconhecido que os Descobrimentos e o comércio global desvelavam, episódios da vida de personagens reais da elite aristocrática e burguesa de Portugal, tudo enquadrado pela omnipresente religião. Estimulam a imaginação, fazem o leitor viajar por lugares longínquos, revivendo aventuras e tragédias e comovendo-se com o destino dos soldados, dos fidalgos, dos naufragos, enfim, com o destino das pessoas. Permitem a personalização do relato, ao narrarem dramas ou actos heróicos individuais de figuras famosas da época. Ou seja, obedecem a vários critérios de noticiabilidade, tal e qual as notícias sempre obedeceram. Contribuem para o leitor *viver a aventura por interposta pessoa, conhecer lugares distantes pela pena do “jornalista”*, participar indirectamente na epopeia dos Descobrimentos, na defesa das Conquistas, nos riscos do comércio ultramarino, cujos finais eram muitas vezes funestos, como advertia o Velho do Restelo n’*Os Lusíadas*, de Camões. As *Relações* de Manuel Severim de Faria mostram, afinal, que as lágrimas de uns podem ser as lágrimas de todos, os padecimentos de uns podem ser os padecimentos de todos, as alegrias de uns podem ser as alegrias de todos, pois afinal os jornalistas são, antes de mais, os membros de uma comunidade e reflectem os valores dessa comunidade antes de qualquer valor jornalístico, nomeadamente quando a comunidade está ou parece estar em perigo (e nisto discordamos que se possa tratar a ideia de que uma comunidade possa estar em perigo como mero mito, ao contrário de Lule, 2001).

Parte do suposto interesse das *Relações* junto do seu público deve-se, também, ao facto de elas satisfazerem a *curiosidade humana*. Elas satisfazem o interesse pelos novos mundos que os Descobrimentos abriam ao mundo, o interesse pelas viagens marítimas e pelas condições em que estas decorriam, o interesse pelos povos e culturas distantes, pelas conquistas de Portugal, pela vida na corte, pelo que se passava no país e no estrangeiro. Mas elas também satisfazem, particularmente, esse interesse desmesurado pela vida dos outros, em particular quando os outros são pessoas mais ou menos famosas, nomeadamente fidalgos e prelados, cujas referências seriam familiares no século XVII, interesse esse que ainda hoje alimenta as *Holas*, as *Caras* e outras revistas “de celebridades”. As vicissitudes dos “famosos” parecem calar mais junto do público, emocionar mais as pessoas,

quicá porque os tornam mais humanos. Quando a tragédia bate à porta dessas pessoas, mostra-nos que também pode bater, com facilidade, à nossa porta. Quando os famosos se comportam como heróis, parece que nós também nos podemos tornar heróis. Consumimos essa informação, como se consumia em Seiscentos, porventura para termos coragem de enfrentar a vida, exorcizando os nossos próprios medos e fantasmas e evitando o que possa colocar em risco a nossa sobrevivência. Consumimos essa informação para pensarmos no que a nossa vida é, poderia ser ou poderia ter sido, sendo neste particular que se evidencia o fundo moral de várias das notícias das *Relações* – já que, conforme Manuel Severim de Faria aconselha, poderemos escapar ao mal e até sermos triunfadores se cumprirmos determinadas regras, algumas das quais de mero bom-senso.

Uma outra causa para o presumível interesse das *Relações* aqui estudadas junto do respectivo público diz respeito à *proximidade com os eventos*. Proximidade temporal (dentro do contexto da época), mas também afectiva e cultural ou até mesmo geográfica, pois nas *Relações* são referidas, maioritariamente, notícias de Portugal ou em que portugueses estavam envolvidos, bem como notícias que diziam respeito a Espanha, aliada privilegiada no contexto da Monarquia Dual, que partilhava o monarca com Portugal. O interesse pelo que acontecia nas “conquistas de Portugal”, nos “estados fora da barra”, era, aliás, potenciado pelo facto de que, segundo Vitorino Magalhães Godinho (1963), cerca de um quinto (em certas ocasiões um quarto) da população portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII, esteve directa ou indirectamente envolvida nos Descobrimentos e nas Conquistas. Assim, mesmo que não se possa falar da existência de critérios de relevância noticiosa ligados à proximidade geográfica para se justificarem determinadas notícias, nota-se a proeminência dos critérios de proximidade afectiva, cultural, em suma, *nacional* – no território continental ou fora dele, todas as conquistas eram vistas como sendo Portugal, uma mera extensão territorial do país, habitadas por portugueses (e seus aliados nativos).

Shoemaker e Reese (1996: 114) dizem que as histórias jornalísticas, para serem atraentes, tendem a integrar os mitos mais proeminentes numa determinada cultura. As histórias narradas nas *Relações* aqui estudadas são também narrativas míticas sobre Portugal e a sua missão no mundo (“dar novos mundos ao mundo, pôr em contacto povos e culturas”), onde o espírito de cruzada se entrelaça com o espírito dos Descobrimentos, onde se manifesta o desejo de reforço da fé cristã e se dá sentido à ideia da missão civilizadora de Portugal no mundo. No entanto, pode também identificar-se nas relações uma dimensão ideológica, na medida em que elas não beliscam a hierarquia social nem o sistema e se centram na vida, acção e citação de fidalgos, apresentados, normalmente, como corajosos e intrépidos aventureiros (tal como alguns dos religiosos que propagavam a fé entre os gentios e que, por vezes, sofriam o martírio), o que lhes empresta uma auréola romântica; ou ainda apresentados como pessoas ponderadas e de consideração, bons governantes e administradores. A maioria do jornalismo generalista de ontem, tal como o de hoje, mesmo que não fosse, nem seja, monolítico, tendeu, e tende, a preservar o *statu quo*²⁷.

Finalmente, as *Relações* contribuíram, como acontece hoje em dia com os jornais actuais, para construir referências compartilhadas, mais ou menos indiciáticas, sobre o mundo, integrando e categorizando o particular no geral; embora ao mostrarem e evidenciarem algo, inevitavelmente também ocultem algo, as *Relações* concorreram para edificar conhecimento comum sobre o mundo, para arquitectar o acervo social de conhecimento de que falavam Berger e Luckmann (1966/1991). Um conhecimento não estrutural, é certo, mas um conhecimento – o conhecimento jornalístico (cf. Park, 1940; Meditsch, 1992), que em grande medida

²⁷ E isto pode ser bom ou mau consoante a ideologia de cada um, pelo que essa discussão não compete às Ciências.

depende dos enquadramentos impostos aos acontecimentos (para o caso presente, o conhecimento jornalístico dependeu dos enquadramentos impostos por Manuel Severim de Faria aos eventos que relatou). As *Relações* tiveram, conseqüentemente, efeitos cognitivos, para além dos efeitos afectivos que produziram ao narrar as venturas e desventuras dos protagonistas das histórias.

Capítulo V
Análise morfo-sintáctica, léxico-semântica e estilística das *Relações* de
Manuel Severim de Faria

Capítulo V

Análise morfo-sintáctica, léxico-semântica e estilística das Relações de Manuel Severim de Faria

Proceder, à luz dos conceitos actuais, à exegese de um texto grafado e dado à estampa em tempos progressos (mais concretamente, há quatro séculos) e em circunstâncias muito específicas, porque num contexto sócio-cultural, político e económico peculiar, constitui um repto aliciante cuja concreção, porém, se antevê pontuada de dificuldades (e não só pelas transformações entretanto ocorridas). No essencial, por se tratar de uma época, a Clássica, dotada de uma idiosincrasia muito própria, quer nos reportemos ao seu primeiro período, o designado quinhentismo (1526/1580), quer ao segundo, o seiscentista, que se espraia pelos séculos XVI (último quartel), XVII e primeira metade do XVIII (1580/1750), comumente chamado gongórico/barroco e cuja característica mais marcante, no que à poesia concerne (e enfatizada à exaustão), é o hermetismo expressivo, que, sendo nele hegemónico, está omnipresente.

De facto, é na sequência de uma fase a vários títulos estuante da vida nacional e graças à acção da vasta plêiade de artistas – em que pontificam vultos como Gil Vicente, Sá de Miranda, António Ferreira e, acima de todos, Camões, e, na prosa, João de Barros (historiografia), Fernão Mendes Pinto (narrativa de viagens), Bernardim Ribeiro (novela) e Samuel Usque (prosa edificante e doutrinária) –, que com a sua produção enriqueceram de forma substantiva e não menos notória as letras pátrias, que a língua ganha uma maleabilidade e um amadurecimento que fazem deste o período áureo da prosa nacional, tal como o precedente o fora em relação à poesia. E se, na transição ocorrida, esta regride – convindo, no entanto, não elidir que, ainda assim, estamos a reportar-nos a um período modelar nesse âmbito, mas que, ao descambar num exagerado rebusco da forma e dos conceitos, se artificializa e futiliza – e assume um estilo afectado, já a prosa, ao invés, fruto da plasticidade que imbui a língua consegue alcandorar-se, e em todos os seus géneros, a uma elegância assinalável. Seja qual for o ângulo sob o qual a perspectivemos: quer se trate da oratória (em que pontificam o Padre António Vieira e o Padre Manuel Bernardes), da didáctica (com Rodrigues Lobo e D. Francisco Manuel de Melo), da epistolar (António Vieira e Francisco Manuel de Melo) ou da histórica (Francisco Manuel de Melo e os frades Luís de Sousa e Bernardo de Brito), é o esplendor da prosa barroca, incisiva, penetrante, mas sempre de uma riqueza ímpar.

Características de que resulta outra dificuldade, e não de menor monta, a acrescer ao carácter ciclópico do repto antes referido: a ontogénese entretanto ocorrida (e ainda em curso), que mais complexifica a concreção da tarefa. Desde logo porque, não sendo a língua um corpo inerte, antes algo em permanente devir, seja na sua estrutura seja na semântica, *ab initio* se adivinhavam surpresas mais ou menos impactantes, e se receavam obstáculos de maior ou menor envergadura (quicá insuperáveis), que a disquisição efectuada veio confirmar, felizmente que pela positiva.

Após este sucinto preâmbulo contextualizador, passemos então à análise do texto em apreço, a qual terá de ser compartimentada de molde a permitir equacionar as vertentes mais pertinentes – morfo-sintácticas, léxico-semânticas e estilísticas – e, sempre que possível, de diferentes prismas.

E o que mesmo uma primeira leitura, de superfície, permite inferir – quem sabe se devido ao género que lhe subjaz (o epistolar) ou ao tom coloquial que o imbui – é a inexistência de barreiras intransponíveis na intelecção do narrado, além de ser digno de realce o rigor e correcção do texto em análise. Ademais, graças a

uma construção frásica em que, em perfeita simbiose, se mesclam e fundem a ordem sintáctica lógica (que visa a correcção) e a ordem sintáctica psicológica (que busca a riqueza expressiva), o resultado é um texto vivo em que pontifica a alternância rítmica, mas sempre apelativo, motivador.

5. Morfo-sintaxe

5.1. Verbo

Começando por esta vertente a análise ora empreendida e dissecionado o texto à luz dos conceitos coevos, o que de imediato chama a atenção é a preocupação de Manuel Severim de Faria com a criteriosa utilização do verbo: reconhecendo o lugar chave por este desempenhado como núcleo da oração (e da frase) é notório o seu desvelo em lhe conferir essa posição charneira, usando-o copiosa mas proficientemente na mais vasta panóplia de modos, tempos, conjugações, aspectos (perfectivo, imperfectivo, pontual (incoativo, inceptivo e cessativo) e durativo (iterativo e frequentativo) e, inclusive, de cambiantes (do verbo de pendor superlativante ao encomiástico, passando pelo depreciativo).

Se, por motivos óbvios, impera o indicativo (modo que apresenta o enunciado como real), ainda que sem ser hegemónico, também o conjuntivo (em que o enunciado é apresentado como possibilidade, desejo, eventualidade ou dúvida) é amplamente usado, sempre que as circunstâncias o exigem ou quando o contexto prova ser o mais indicado. Como acontece logo na página 4, num único parágrafo (fosse / desse / entrasse / mandasse / resultasse / ficasse / consistisse) e em inúmeras outras situações ao longo do texto.

À semelhança do que se passa quando o tempo simples se revela insuficiente para explanar com total pregnância a ideia pretendida, não hesita o autor em recorrer ao tempo composto (“tem consignado” (p. 5) / “tendo entrado” (p. 6) / “tinham chegado” (p. 7) / “tendo-a negado” (p. 8) / “tendo determinado” (p. 8)) ou, caso o conceito a veicular o aconselhe/reclame, à conjugação perifrástica, abundantemente empregada, amiúde na mesma página, como na 5 (“mandou renovar” / “fizessem lavrar” / “quisessem cometer” / “intentou fortificar” / “podia sustentar” / “podia reçar” / “tornassem a levantar”), na 7 (“ousaram tomar” / “ousarem tocar” / “fez vir” / “intentassem fortificar-se” / “mandaram despedir”), na 8 (“pode comparar” / “mandaram prender” / “quis fazer” / “quiseram ficar”) ou na 10 (“tinha vindo curar-se” / “cuidando poder fazer” / “andaram monteando”).

Aliás, só esta proficiente utilização de tempos e modos verbais, em permanente alternância e meticulosamente concatenados, consegue imbuir o texto da maleabilidade capaz de debelar o tom pesado adveniente do reiterado emprego do gerúndio (que, como é consabido, ao apresentar a acção ou o estado no seu desenrolar ou na sua durabilidade pendente para o arrastamento)

5.1.1. Gerúndio

27	... entrando a guerra	28	... devendo ser a mãe da paz,
27	... e tendo-se por tão bastantes	28	... procurando-se , por Inglaterra,
27	... acompanhando o Duque	30	... passando o rio
28	... não tendo inimigos na terra,	30	... beijando-lhe todos a mão
28	... porque sabendo o Papa		

29	... que, conspirando com os mais do Reino, tomaram alguns lugares a El-Rei, e o têm posto em muito cuidado, pelo que tem deixada a liga e, e reconciliando-se com Espanha,
29	...e entendendo que nesta ocasião [...] presidindo nelas o Conde de Monterrey. [...] partiu de Monzón, tomando o caminho de Balaguer,
30	Com mil invenções, os barqueiros andando com seus barcos pelas ruas, deitando por elas peixes vivos, os hortelãos, semeando e cultivando suas hortas, e todos os demais conforme a arte que professavam.

Sendo notório o recorrente emprego desta forma nominal do verbo, amiúde nas mesmas páginas (ainda que sem atingir a endorréia), o que não deixaria de conferir ao texto um tom de arrastamento – não obstante, na maior parte dos casos ser criteriosamente usada quer para traduzir a ideia de continuidade, de perduração da acção (de que a página 30 constitui um caso paradigmático) quer para realçar os perniciosos efeitos desta (como na página 28) – Severim de Faria teve de recorrer a um subterfúgio que ao mesmo tempo que lhe permitia ultrapassar esse arrastamento viabilizava a agilização do relato dotando-o de uma vivacidade susceptível de traduzir com rigor a consentaneidade acção/retrato. Socorreu-se, para tal, do emprego (23 vezes) do pretérito perfeito simples (tempo da fugacidade por excelência) que, magistralmente combinado com o gerúndio (12 vezes usado), quebra o impacto dolente deste, dando origem a uma exemplar alternância rítmica (ora lenta, ora rápida) sem hegemonia de qualquer deles. Como os próximos quadros demonstram à saciedade:

28	Estes, com ímpeto francês, foram arrasando e abrasando lugares, até se porem à vista de Saona, mostrando nos roubos e estragos que em toda a parte faziam, não só ânimo alheio da religião católica, mas ainda de humanidade, não perdoando a coisa profana nem sagrada. Acudiu logo Espanha, em favor da República de Génova, e chegando a seu porto o Marquês de Santa Cruz, com cinquenta Galés, lançou gente em terra, e fortificou os passos em que poder ter o seu exército, de maneira que não ousou passar mais adiante. Por outra parte saiu o Duque de Faria, Governador de Milão, com outro campo, de que os franceses tiveram tal receio, que voltando atrás em poucos dias desapareceram de Itália, mas o Duque, seguinte a empresa, recobrou para a República todos os lugares perdidos, passando a ferro grande parte dos presídios franceses, e os que melhor livraram tornaram sem armas para a França. Seguiu também o Marquês de Santa Cruz a vitória, e não tendo inimigos na terra, destruiu muitos lugares na costa do saboiano, e lhe tomou a Quelha, porto muito importante, e lhe prende u alguns baixéis de porte, de maneira que por Mar e terra ficaram os Espanhóis senhores do campo, e os italianos entenderam que do viço com que logravam a paz debaixo da protecção de Espanha lhes vinha apetite de deixarem franceses em Itália, de que em poucos dias se viram desonrados, roubados e cativos em lugar da liberdade fingida que eles esperavam. Estes medos perturbaram tanto a Roma como se fora cercada de inimigos, porque sabendo o Papa o justo sentimento que Sua Majestade tinha dos seus soldados entregarem a Bartolina, e por outra parte o estrago que a crueldade e cobiça dos franceses faziam em Itália, forneceu de soldados a Cidade, onde tudo parecia guerra, devendo ser a mãe da paz, e não gastando para os gastos da Milícia os réditos da Datária, que com as guerras tinham quase cessado, foi necessário valer-se da Praça dos nobres e cardeais e usar de outros meios a que obrigaram semelhantes apertos. Porém, com a vitória de Espanha, tornou tudo a seu lugar, e Sua Santidade se veio com Sua Majestade e fez este ano muitas constituições de grande reforma para o eclesiástico e proveu os Capelos vagos em personagens de muita reputação.
----	--

Gerúndio	Pretérito Perfeito Simples	
arrasando	Acudir	Tomou
Abrasando	Lançou	Predeu
Mostrando	Fortificou	Ficaram
Perdoando	Ousou	Entenderam
Chegando	Saiu	Viram
Voltando	Tiveram	Perturbaram
Seguindo	Desapareceram	Forneceu
Passando	Recobrou	foi
Tendo	Livraram	obrigaram
Sabendo	Tornaram	tornou
Devendo	Seguiu	fez
Gastando	Destruiu	proveu

5.2 Adjectivo

Não menos impactante do que a utilização do verbo (antes dissecionada) – mas aqui, devido a tratar-se de um discurso com as especificidades deste (informativo) – é a omnipresença do adjectivo, que, não obstante ser o elemento fundamental da caracterização deve, num discurso deste cariz, ser de uso parcimonioso, até porque, como Vicente Huidobro diz, “quando não dá vida, mata”. Ora o que pelo contrário aqui acontece é ser o adjectivo copiosamente usado, constituindo mesmo uma das suas marcas peculiares. O que colide com as normativas vigentes. Se, por um lado, isto pode não constituir surpresa, dado o tom que impregna certas afirmações pretender ser assumidamente valorativo, a verdade, contudo, é que o recurso sistemático à adjectivação (amiúde dupla e, pontualmente, tripla) aliada à não menos reiterada utilização dos superlativos absolutos (sintético e analítico) acaba, por outro lado, por conferir ao global do texto um pendor marcadamente laudatório, quase o transformando num discurso panegírico (em cujo limiar fica), dificilmente compaginável com a neutralidade reclamada pelo estilo informativo. Afirmação que os próximos quadros demonstram cabalmente:

14	gente sã e farta	17	homem rico e acreditado
16	sangue dos Mendonças, tão provado e experimentado	30	subiu em um formoso e lindo cavalo
17	Coisas assim ordenadas e providas		

17	... como vigilante, diligente e experimentado Capitão,
28	... se viram desonrados, roubados e cativos ,

5	eficacíssimo remédio	14	cartas piíssimas (26)
5	grandíssimo benefício	16	cava profundíssima
7	Importantíssimo	16	brevíssima notícia
9	Procissão soleníssima (26)	26	Contentíssimos
9	Riquíssima Coroa	26	varão felicíssimo
9	Librés riquíssimas .	30	fermosíssima vista
12	Capitão vigilantíssimo	31	sereníssimo Cardeal

9	muito airoso a)	13	muito perigosa
9	muito grande a)	14	muito humildes
9	muito destro a)	16	muito fortificada
11	muito festejado	25	muito católicas

a)²⁸

Propensão adjectivante que leva, inclusive, à junção de dois graus diferentes no mesmo grupo frásico (como, na página 14, em “cartas piíssimas e muito humildes”) e a um caso de derivação imprópria, consubstanciado na utilização de um superlativo absoluto sintético como substantivo: “saiu sua ilustríssima debaixo do mesmo Paleo”. Mas não só. A consecução do pretendido tom valorativo é também alcançada graças à inclusão de número não despreciando de adjectivos a que o sufixo ‘-oso’ confere o mesmo carácter superlativante, como nestes exemplos:

6	Lustrosa	21	milagrosa (26)
11	Prodigioso	21	Lastimoso
11	Fabuloso	27	maravilhosas vitórias
18	animosas práticas	28	Venturosas
18	poderosas	30	Majestosa
19	Difícultosa	30	Vistoso
20	ânimo generoso	31	preciosos diamantes
21	gloriosa vitória	31	curiosas galas
21	Poderoso	31	preciosas tapeçarias

Anelo de intensificação conseguido ainda pelo recurso (mais parcimonioso) ao advérbio de modo com função outrossim superlativante:

9	Largamente pagou a Santa essas festas,
14	(...) onde é desejado grandemente de todos
29	(...) que poderosamente vinha sobre o Palatinado,

5.3. Construção frásica

No que à construção frásica respeita, *lato sensu* considerada, pontifica o que sem hesitar se pode designar por prosa escoreita, com todos os constituintes correctamente colocados e as concordâncias (sujeito, predicado e complementos) rigorosamente observadas, o que se traduz numa escrita fluente, precisa, tersa (e aprazível).

O que não obsta a que, pontualmente, surjam situações passíveis de reparo, mais pela disforia que causam do que pelas repercussões que têm no fluir do texto, as quais, no entanto, também não são totalmente despreciandas: é, antes de mais, o caso do bordão notável²⁹ e do recorrente uso seja de palavras cognatas seja dos mesmos verbos, não só pelo tom pesado, arrastado que incutem ao relato como, ademais, hipótese não negligenciável, por poderem indiciar um vocabulário limitado, o que os dois quadros que se seguem permitem confirmar:

²⁸ Três vezes na mesma linha “Andou El-Rei **muito airoso** nas Canas, porque é **muito grande** homem de Cavalo e se preza de ser **muito destro** e nos mais exercícios militares.”

²⁹ *Verbi gratia* na página 11: “**notável** grandeza”, “Esta **notável** vitória se deve mais atribuir a **notável** milagre.”

10	As causas superiores destes excessos causaram também nos animais monstruosos partos (...).
27	... entrando a guerra nela pela Bartolina Região dos Esguiçaros e única entrada da Alemanha.
28	... e não gastando para os gastos da Milícia os reditos da Dataria que com as guerras tinham quase cessado (...).
28	... os quais com a mudança do Príncipe parece que mudaram também de fortuna, (...).

16	... e as de ordenança saíam cada domingo a se exercitar ao campo e tirar a Barreira, a que o governador se achava presente, e ao exercício dos Bombardeiros, os quais fazia exercitar com um falconete, que para esse efeito tinha em certa parte.
16	... a pelejar e dar aviso aos navios amigos se guardassem daquelas Naus (...). Deu logo aviso por cartas suas, particulares (...).
18	Neste estado se lhe mandou oferecer António Cardoso com cento e cinquenta homens, que tinha retido no Carmo. Porém, ainda que o Governador lhe mandasse dizer que lhos mandasse , que com eles defenderia a Cidade (...).
23	... por os tomar a nova mais tarde, chegaram quando o inimigo se embarcava, quando os nossos chegaram ao Reino, (...).

Não menos disfóricos – ainda que com propriedade não se possa falar de genuínos solecismos – são determinadas liberdades construtivas que, não raro, redundam em anfibologias (como, na situação vertente, no primeiro e terceiro exemplos), mais perniciosas ao nível da intelecção do texto do que a incongruência tipificada pelo segundo:

13 -	Com os Chinas estão os nossos em grande amizade, porque vendo o Rei a liberalidade com que os de Macau o socorreram para a guerra dos Tártaros, mandando-lhe Artilharia, Munições e oficiais destes misteres, agradecido deu Privilégio aos moradores de Macau de naturais da China e licença para se fortificarem contra os Holandeses, e juntamente os declarou por seus inimigos .
14	
15	Os Holandeses eram 2300 homens, 700 dos quais eram Franceses, Ingleses e Alemães.
18	Acudindo a um Baluarte onde estava Pêro Garcia, homem rico e Cavaleiro de ânimo, que o defendeu todo o dia, e estando falando com ele, lhe deu uma bala que o matou, e o Governador disse olhando para o Céu (...).
31	Tiraram-se os barretes , falaram-se por Ilustríssima e Alteza (...).

Último reparo, ainda que num âmbito diferente e conquanto seja perfeitamente admissível que, à época, pudesse não existir o rigor coevo neste domínio, é o das regências verbais que, como os exemplos a seguir coligidos demonstram, ora pecam por defeito (no primeiro caso, falta a preposição ‘de’) ora por excesso (último exemplo: o verbo crer rege ‘em’, não carecendo, por isso, da preposição ‘de’).

8	...será efficacíssimo remédio para os danos que os estados fora da barra padecem.
23	O Galeão Santa Ana [...] abalroando com um Holandês, tomou fogo, (...).
28	... de maneira que não ousou de passar mais adiante.
29	A mesma fortuna seguiu El-Rei da Suécia, que vindo à jornada com o Polaco, foi dele desbaratado .
31	Crê-se de que os mortos passaram de oito mil, (...).

De cariz diferente é o que se passa com os próximos exemplos, aduzidos apenas para demonstrar (aliás, são disso apodixe) como certos vícios são intemporais: é o que aqui acontece com a troca (abusiva) do comparativo sintético do advérbio ‘bem’ (melhor) pelo comparativo analítico ‘mais bem’, cujo uso é incontornável antes de adjectivos-particípios,

6	...foi melhor adestrada, e mais,	29	... seria melhor ouvida,
---	---	----	---------------------------------

e a não menos recorrente confusão entre o vocábulo incorrectamente usado – que, visto não se tratar de qualquer arranjo (na acepção de reparar), nada permite nem legitima nos contextos em apreço – e o seu homófono ‘concerto’, esse sim totalmente consentâneo com o fim visado (combinação, pacto, conciliar, harmonizar):

9	“Acabadas as Canas, guiou El-Rei um posto de Escaramuça e o Marquês de Valada outro. E tudo se fez com muito conserto . Largamente pagou a Santa essas festas (...).
20	(...) o coronel holandês lhes perguntou se traziam ordem para fazer consertos , os nossos lhe responderam que não, mas que pois tratando de se render mandassem ao General Dom Fradique um tambor, e que com ele podiam pleitear.

5.4 Léxico-semântica

Fascinante, e de irrefragável proficuidade, mas, concomitantemente, a mais problemática, é a vertente léxico-semântica. É justamente quando equacionado o texto sob o prisma da variedade semântica que surge e se nos impõe em toda a plenitude a perenidade da força expressiva de vocábulos que modas espúrias (e estultas) insistem em votar ao ostracismo (ou, no mínimo, relegar para um lugar subsecivo), mas que, pela sua força intrínseca, emergem com toda a pujança e o mesmo significado decorridos séculos, como este quadro confirma, cabal demonstração de não estar a língua ancilosada:

4	E porque para isto era necessário grande cabedal , mandou Sua Majestade...
15	As mais celebradas vitórias que neste Reino tivemos, este ano, foram as do Brasil, pelo grande cabedal que nesta empresa estava metido, (...).
12	Dia de todos os Santos, quizeram lançar gente em terra, com muitas Lanchas, mas a nossa Artilharia a varejou .
15	... porque a outra se virou estando-lhe dando crena no Rio de Coína, invenção que, entre outros males, tem também este perigo, e não valeu a experiência dele para se evitar a crena italiana, e tornar ao estaleiro onde antigamente se consertavam as Naus.
15	Tanto que deu ferro se meteu no Batel, e foi buscar o nosso General (...).
17	Ordenou duas companhias às portas de S. Bento e Carmo, fora as que estavam deputadas para os fortes de Santo António (...).
19	... mandou enforcar a um gastador
20	... mas que pois tratando de se render mandassem ao General Dom Fradique um tambor , e que com ele podiam pleitear. Por esta ocasião mandaram os Holandeses um tambor ao Quartel do Carmo, que por ordem do Mestre do Campo António Moniz Barreto foi levado a Dom Fradique (...).
22	Com a fama destes bons sucessos acudia muita gente do mato à Vila, (...).
28	... recobrou para a República todos os lugares perdidos, passando a ferro grande parte dos presídios franceses, (...).
29	... foi vencido com menos custo, roto em batalho por Monsenhor de Tilly.

Ler, à distância de quatro séculos, os textos de Manuel Severim de Faria é a constatação de uma realidade pouco abonatória para os falantes hodiernos: a de que o depauperamento do idioma se deve, acima de tudo, à falta do seu uso por parte destes. De facto, é com alguma surpresa – mas gratificante, convém sublinhar – que logo nas páginas iniciais (na 4 e, depois, na 15) e num contexto muito peculiar deparamos com o substantivo ‘cabedal’ adequadamente utilizado com o significado que ainda hoje conserva (capital, dinheiro), mas que um pretense elitismo foi postergando, relegando para o domínio do popular e de certas franjas mais ou menos marginais, do que resultou ter-se perdido o seu uso naquela que há ainda não muito tempo constituía uma utilização do nível corrente.

Outro tanto se passa com o verbo varejar: ainda que a acepção em que é aqui usado hoje só seja contemplada nos dicionários com a nota “(fig.)” (“martelar com cargas de artilharia ou rajadas de metralhadora”)³⁰, a verdade, contudo, é que mesmo numa sua utilização metafórica – a partir da literal, “v. *tr.* sacudir com vara (os ramos das árvores) para fazer cair o fruto”³¹ – se adequaria plenamente ao contexto em apreço.

E que melhor prova da plasticidade e maleabilidade da linguagem que a do emprego do participio passado irregular do verbo romper (roto) na acepção de despedaçado, desbaratado, hoje liminarmente inviabilizada pelas conotações pejorativas que lhe são associadas? As mesmas, aliás, que impedem a alguém o despautério de grafar, como Severim faz, na página 28: “Porém, com a vitória de Espanha, tornou tudo a seu lugar, e **Sua Santidade se veio com Sua Majestade**, e fez este ano muitas constituições de grande reformação para o eclesiástico e proveu os Capelos vagos em personagens de muita reputação.” E quem, coetaneamente, associaria ao substantivo deputadas outro sentido que não o que remete para as representantes dos partidos (ou do povo, como alguns ingenuamente crêem...) na Assembleia da República? Pois o significado hodierno é o mesmo que Severim de Faria vai buscar ao verbo deputar (“encarregar de uma missão; designar”³²) que emprega como adjectivo-participio (página 17).

Pragmatismo de uso que, por analogia com o seu significado literal coevo, torna imediatamente perceptível a expressão “passando a ferro”, por ele metaforicamente utilizada (p. 28). À semelhança, aliás, do que acontece com “sem contradição” no sentido de sem resistência, sem oposição, como nos exemplos a seguir transcritos:

11	“(…) e estando em um lugar alto pretendeu defender antes os montes que a Praia, e por essa causa desembarcaram os inimigos sem contradição , mas sendo em terra, (...)”.
22	“Porém, como isto faltou, surgiram os Holandeses no Porto, com grande estrondo de Artilharia, e lançaram fora trezentos homens mosqueteiros, que tomando terra, sem contradição , se vieram para a Vila, (...)”.

ou, ainda, de soldadesca, cuja carga depreciativa (quicá pejorativa) é por demais óbvia:

17	... se achou soldadesca , porque todos se puseram em fuga, sem ordem nem obediência, deixando-o desamparado , e ainda que tenha feito arremessos (...).
----	---

³⁰ Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª edição, p. 1837.

³¹ *Id.*, *Ibid.*

³² Cf. *ibid.*, p. 542.

Menos imediatamente descortinável, à luz dos conceitos actuais, dado o uso residual destes vocábulos – porém, ainda assim legitimado pelo dicionário – será, quer o emprego (p. 20) de tambor (“*p. met.* indivíduo que toca esse instrumento”)³³ quer o de gastador (p. 19) (“*Mil.* soldado sapador”)³⁴.

Imbricação de significados que torna, nos tempos coevos, perfeita e imediatamente inteligíveis vocábulos há séculos empregados por Severim e que, conquanto postergados pela prática quotidiana da generalidade dos falantes a língua não erradicou, apenas os manteve em ‘hibernação’, culpa só imputável aos seus usuários. Cremos que, em situações pontuais, por o contexto epocal não o justificar, como no caso de crena (página 15), de utilização muito rara (porque circunscrita ao meio náutico) e de difícil compreensão: com efeito, remetendo o dicionário para querena (“conserto feito em embarcação; o m. q. carena; (pop.) direcção; rumo”)³⁵ e carena (“quilha; (*náut.*) o m. q. carena; **dar carena a:** desfalcar; destruir”)³⁶, torna-se difícil compreender em que sentido ocorre o seu emprego no contexto em apreço.

Difícilmente inteligível, pelos laivos de racismo implícitos à luz dos postulados coevos, é o emprego, neste contexto, do vocábulo negros – só aceitável por se partir do pressuposto que as conotações que lhe são actualmente atribuídas não se verificavam à data – e, num âmbito diferente, mas inconclusivo (porque insusceptível de descodificação), o de ‘porção’ no segundo exemplo transcrito:

17	A gente da cidade chegaria a mil e setecentos homens, além da qual havia muitos negros, (...).
30	Ao outro dia, em forma de Cabido, com grande aparato, e cerimónias, lhe levaram, os cônegos e dignidades, porção de cônego.

5.5 Estilística

Mas onde o texto é genuinamente úbere, onde evidencia inquestionável prodigalidade, é ao nível da estilística, sendo vários e de assinalável rigor e simbolismo os recursos retórico-estilísticos, pródiga e proficuamente utilizados. Não obstante alguns – mormente, por motivos óbvios (desde logo, afectarem a concisão), a anáfora e a redundância – colidirem com os requisitos inalienáveis do discurso informativo: da aliteração à antítese, passando pelo disfemismo, pela expressiva metáfora e, conquanto não o sejam na plena acepção do conceito, pela redundância e pelo oximoro. Impõe-se, a propósito, esclarecer a razão desta salvaguarda: porque não obstante formalmente correcto, dado algumas das acepções do substantivo ‘sucesso’ serem ‘acontecimento’, ‘facto’, ‘caso’, a verdade, contudo, é que o sentido que atavicamente se liga ao vocábulo é o de êxito que, uma vez adjectivado como surge (“desgraçado” / “trágico”), tem cariz marcadamente oximórico visto tratar-se de vocábulos que pela sua idiosincrasia, mais do que antitéticos são antagónicos, o que torna a sua junção mais do que incongruente, oximórica. Outro tanto se passa em relação à redundância: não o sendo na acepção mais técnica do termo, os exemplos aduzidos são-no endogenamente pela ideia que lhes subjaz.

Figuras de estilo:

³³ Cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, VI, p. 3450.

³⁴ Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, II, p. 1874.

³⁵ Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 1492.

³⁶ *Id.*, p. 347.

14	Aliteração c/p	... e em Cambaia, Champa Corai e outras partes pedem os padres da Companhia,
17		... e passou provisão para que os homiziados livremente pudessem acudir à Cidade.
11	Anáfora	Esta notável vitória se deve mais atribuir a notável milagre que a obra humana, (...).
13	Antítese (dupla) ³⁷	As quatro Naus que ficaram partiram a primeiro de Agosto, e chegaram a Cascais a 22 de Outubro (...).
24	Disfemismo ³⁸	... na Corte de Madrid, pariu a Rainha nossa Senhora uma filha.
9	Metáfora	... ela vestida de Hábito pardo, semeado de Estrelas de Prata, (...)
11	metáfora (hiperbólica)	... começaram a chover sobre eles nuvens de pedradas, que da terra tiravam os Ilhéus.
19	Metáfora ³⁹	O Exército se repartiu em três sítios padraustos da Cidade (...).
12	Sinédoque	Aos trinta de Outubro de 624, chegaram oito velas Holandesas, em que entravam três Naus de grande porte, (...).
15		Saiu o General Dom Manuel de Meneses, de Lisboa, a 21 de Novembro de 1624, com 22 velas (...).
21		A 26 de Maio, chegou à Baía o socorro da Armada Holandesa, que os cercados esperavam. Era de 33 velas, que, não sabendo o que se passava (...).

9	Oxímoro	... competindo, com santa inveja, na riqueza e sumptuosidade destas fábricas.
14		... e movidos do zelo da Fé e de uma santa inveja de seus mestres lhe não levarem o paleo (...).
16		Antes de referir a tomada da Baía, quero dar uma brevíssima notícia do desgraçado sucesso de sua perda e do que (...).
27		Semelhantes infortúnios e trágicos sucessos passaram Valladolid (...).
19	Redundância	Subiram-se logo acima, os dois nomeados, com seu sargento, (...).
21		... donde, guiados pelos Gentios, fizeram duas entradas pela terra dentro, com pouco dano dos Portugueses.
24-25		... alguns esquadrões de inimigos, entraram pela terra dentro, se retiraram as suas Trincheiras.
21		... e a se acolherem ao mato, enchendo tudo de lastimoso pranto.
25		Aos oito do mês saiu a Armada fora da barra, (...)
26		Foi este dito tão agradável aos Aragoneses, que logo aquela cidade lhe presenteou um presente de valia de oitenta mil cruzados (...).
22		Tornaram os Holandeses, ao outro dia, a tentar de novo a fortuna, mas não lhes saiu melhor sorte (...).

³⁷ Lado a lado, ficar/partir e, depois, partir/chegar.

³⁸ O que não acontece na p. 10, onde tem pleno cabimento: “que pariu um Anho com pele de Cabra e unha de Águia”

³⁹ O que não exclui liminarmente a hipótese de, dada a atribuição de características humanas a seres inanimados, a equacionar como personificação.

5.6 Considerações finais

Aqui chegados, e uma vez completada a exegese das Relações, afigura-se-nos da mais elementar justiça reconhecer, e sublinhar, que o texto de Manuel Severim de Faria encarna magistralmente o espírito da época em que se insere e da qual pode ser reputado lídimo arquétipo.

Desde o início é por demais evidente que ao discretear acerca da temática que se propôs e ao explanar as suas ideias, o autor se norteou (e nisso se desvelou) pela consecução de uma criteriosa triagem (de onde o estocástico está ausente) dos vocábulos a utilizar e pelo rigor da construção frásica, o que o torna credor dos maiores encómios. Que mais justificados ainda seriam se, em termos conteudísticos, não se houvesse manifestado tão proclive ao laudatório, que o aproxima perigosamente do tom panegírico, propensão que, no entanto, tem de ser equacionada à luz dos conceitos vigentes à época e não com a dilação de quatro séculos.

Porque, a persistirmos na obnubilação deste hiato e a insistirmos em ser o actual o paradigma comparativo a usar – ou seja, se o modelo de comparação fosse o discurso jornalístico hodierno –, imperioso se tornaria reconhecer que muito mais ganharia Severim de Faria, já que nele não são detectáveis nem a anemia semântica de que as palavras são hoje vítimas nem, muito menos, a tetraplágia sintáctica de que pletora destes textos está eivada e de que a maioria deles enferma.

É óbvio que – e em nome da cientificidade requerida por uma análise deste cariz não é possível escamoteá-lo – existem aspectos menos conseguidos, inclusive algumas (escassas) discrepâncias e incongruências que, no entanto, devem ser enquadradas no contexto epocal, um tempo em que as noções de correcto e de incorrecto não eram as hodiernas nem tão inflexíveis quanto as que nos regem.

Observados estes pressupostos e tidas em consideração estas premissas forçoso se torna inferir (e admitir) – outra ilação não é compaginável com o antes dissecionado – constituírem as Relações um marco imprescindível, porque de incontornável pertinência, quando se almeja proceder ao estabelecimento da árvore genealógica do jornalismo português, identificar os seus avoengos precursores, com vista ao seu estudo e sistematização.

Conclusões

Quando começa o jornalismo? Eis uma questão a que ninguém pode responder, pois o jornalismo resulta de um processo contínuo cujas raízes remontam à pré-história e à transmissão oral de novidades, com objectivos tão simples como os de assegurar a sobrevivência e preservar a memória identitária dos grupos. Podemos datar certas publicações emblemáticas no que respeita à intenção jornalística, periódicas ou ocasionais, mas não mais do que isso. É esse mesmo juízo que, aliás, emana de obras como a de Rizinni (1968), justamente intitulada *O Jornalismo Antes da Tipografia*.

Quando começa o jornalismo em Portugal? Eis outra questão que pelas mesmas razões não pode ser respondida, apesar de também podermos datar, com maior ou menor acerto, o aparecimento de algumas publicações, periódicas ou ocasionais, de índole jornalística. O aparecimento das publicações jornalísticas periódicas em Portugal, por exemplo, está bem documentado, reportando-se ao lançamento das chamadas *Gazetas* da Restauração, em Novembro de 1641⁴⁰.

As *Relações* de Manuel Severim de Faria são jornalísticas? Sem dúvida que sim. A primeira e principal conclusão deste trabalho é, pois, considerar essas publicações como exemplos do jornalismo emergente e, nesse sentido, como *jornais*. São várias as razões que podemos adiantar para que lhe reconheçamos esse estatuto:

1) As *Relações* impressas de Severim de Faria não eram periódicas, mas o jornalismo é um fenómeno demasiado complexo para ser apenas identificado pela periodicidade ou por factores análogos, como a continuidade de uma publicação. Por exemplo, ainda hoje são publicados ocasionalmente livros-reportagens, por jornalistas, e não é por isso que os consideramos menos jornalísticos. Pelo contrário, a sua ocasionalidade até os enobrece e dá-lhes um estatuto que impele a conservá-los, o que não sucede com as publicações jornalísticas periódicas.

2) As *Relações* de Manuel Severim de Faria possuíam aquela que possivelmente é a marca mais indelével do jornalismo: transmitir notícias à distância, servindo um determinado público (foram impressas, precisamente, para levar notícias a um determinado público). Elas noticiam acontecimentos notáveis, recentes (dentro do contexto da época), muitas vezes dramáticos. Apesar de estarem redigidas, no início e no final, sob a forma de cartas pessoais, consequência do aproveitamento das relações manuscritas que serviram para Manuel Severim de Faria, certamente membro de uma rede de pessoas ávidas por informação, se corresponder com vários dos seus contemporâneos ilustres, as *Relações* tinham pouco de pessoal⁴¹. Elas destinavam-se à difusão pública. Elas visavam, sobretudo, fazer circular publicamente notícias, obtidas, com grande probabilidade, de várias fontes:

⁴⁰ Num texto atribuído a Alexandre Herculano, publicado na revista *O Panorama*, de 31 de Março de 1838, regista-se, porém, o seguinte: “A gazeta mais antiga que vimos foi uma do mês de Novembro de 1641. Existe esta, com outras subsequentes, na biblioteca pública da corte, metidas todas numa pasta, onde se conservam com a estimação que merecem. Esta gazeta está marcada ao alto da primeira página com o número 4, feito à mão, com tinta que mostra bastante antiguidade, e assim o estão as subsequentes com os números sucessivos, o que nos faz conjecturar que talvez as gazetas remontem ao ano de 1640 e que começassem logo depois da revolução, supondo que nalguns meses se publicaram duas, como para diante aconteceu.”

⁴¹ Conclusão semelhante têm, ademais, Lisboa, Miranda e Olival (2002: 15), a propósito das gazetas manuscritas do século XVIII.

a) Os correspondentes e informadores de Manuel Severim de Faria, que lhe enviariam cartas noticiosas do mesmo tipo daquelas que este autor nos legou;

b) Os manuscritos noticiosos e as publicações impressas, como as próprias *Relações*, nas quais Severim de Faria, um bibliófilo que certificadamente possuía uma das melhores bibliotecas particulares do seu tempo em Portugal e dominava o latim (há trechos em latim nas *Relações*), língua franca da época⁴², certamente investiria alguns dos seus rendimentos;

c) Aqueles a quem Severim de Faria certamente interrogava e com quem conversava: os marinheiros que vinham de terras distantes, os soldados que participavam nas batalhas, os fidalgos que relatavam a vida na Corte, os viajantes que lhe contavam novidades do que tinham visto ou do que também tinham ouvido contar, etc.

3) Algumas das notícias das *Relações* poderiam não caber no conceito que hoje em dia temos de “actualidade”, mas, presumivelmente, eram novidades para quem as recebia, que as desconheceria. Sublinhe-se, inclusivamente, que a “actualidade” não é um factor identificador de todo o jornalismo e que permita, só por si, estabelecer uma fronteira entre o que é e não é jornalístico. Comprovam-no quer os documentários e reportagens que aprofundam, analisam, articulam e evocam temas já noticiados quer as reportagens históricas, muitas delas revisitando jornalisticamente acontecimentos já dissecados uma e outra vez por numerosos historiadores, e o sucesso de publicações como a *National Geographic – History*, a *Historia y Vida* ou mesmo a revista portuguesa *História*. Nas reportagens históricas, joga-se a capacidade de presentificar eventos passados, de fazer reviver personagens desaparecidas, de transmitir novos pontos de vista sobre acontecimentos históricos ou de recordar ideias já estabelecidas sobre eles. À semelhança dessas reportagens históricas, também as *Relações* de Severim de Faria permitiram aos seus leitores tornar presentes acontecimentos passados, fosse como novidades, fosse como revisitas aos mesmos.

4) A ambição historiográfica, que as *Relações* também possuíam, apenas aumenta o seu valor e a sua nobreza, não o diminui. Aliás, ainda se publicam, contemporaneamente, *anuários* de notícias e outras sínteses noticiosas, ocasionais ou periódicas, elaboradas por jornalistas, cujo valor é essencialmente historiográfico, mas a que não pode ser negada, identicamente, ambição jornalística.

5) As *Relações* descrevem acontecimentos reais, alguns em profundidade, mais extensiva que compreensivamente, outros sinteticamente, sob a forma de notícias breves. Em alguns casos, as *Relações* exploram, analiticamente, causas e consequências dos acontecimentos, ajuízam, opinam. Em suma, as suas características básicas, deste ponto de vista, não se afastam do que encontraríamos num jornal contemporâneo.

⁴² Alguns dos primeiros dispositivos jornalísticos, incluindo alguns livros noticiosos periódicos, foram escritos em latim.

6) As notícias das *Relações* foram seleccionadas e elaboradas à luz de critérios de valor noticioso intemporais (actualidade, possibilidade de personalização e dramatização das histórias, referência a tragédias, lutas e morte e à vida de pessoas famosas, negatividade, conflito, etc.) que ainda hoje contribuem para regular o processo jornalístico;

7) Apesar das liberdades analíticas e estilísticas de Manuel Severim de Faria, destinadas a intensificar e enquadrar (por vezes religiosamente) os relatos, nota-se que os textos foram, jornalisticamente, produzidos com intenção de verdade, rigor e ânimo de fidelidade aos factos, sendo várias as referências rigorosas a datas e locais, as citações directas ou sob a forma de paráfrase, etc. Parece emanar das *Relações* o apego do respectivo autor à verdade e aos factos, seguindo, aliás, a tradição da historiografia iniciada por autores como Tucídides e Xenofonte na Grécia Antiga. O valor jornalístico da verdade no relato é, assim, notoriamente, um valor historicamente consolidado, que transcende, inclusivamente, as fronteiras do jornalismo.

A segunda conclusão que podemos extrair do trabalho é a de que as *Relações* dão conta de muitas das preocupações e impulsos que dominavam o inconsciente colectivo português seiscentista face a uma realidade inclemente: a incerteza quando ao futuro, desencadeada pela crise económica e social; a ideia, com fundamentos reais, de que a *comunidade estava em perigo*, devido às ameaças internas e externas; a noção mítica, profundamente embrenhada na mentalidade portuguesa, de que Portugal tinha a missão de propagar e defender o catolicismo romano, etc. Por outro lado, observa-se nas *Relações* a consciência de uma *identidade nacional*, independentemente do contexto de Monarquia Dual e das conexões que, nessa época, inevitavelmente ligavam Portugal a Espanha, associavam portugueses e espanhóis. Pode-se, assim, afirmar que os relatos jornalísticos, ontem como hoje, são histórias que indiciam o mundo real e as circunstâncias de cada época, por vezes atentando mais no particular do que no geral, naquelas pequenas coisas que afectam directa e quotidianamente as pessoas do que nos grandes temas, mais abstractos, mas sem lhes fugir. O jornalismo tem, afinal, uma história e essa história revela-se, como vimos, nas formas e nos conteúdos das notícias. O jornalismo é, pois, uma história do mundo continuada, é um *curriculum* da humanidade. As notícias de hoje acrescentam novidade às antigas, mas como os critérios de noticiabilidade são, de certa forma, intemporais, parece que há novidade sem verdadeira mudança, como disse Phillips (1976).

Como terceira conclusão, temos dados que permitem afirmar que os esquemas narrativos usados nas *Relações* são estruturalmente semelhantes a alguns dos esquemas narrativos ainda hoje presentes no discurso jornalístico. Pode dizer-se, assim, que vários formatos e formas de narrar se repetem ao longo dos tempos, mais ou menos reconvertidos e reconfigurados. Se os conteúdos jornalísticos têm uma história, as formas de relatar também as têm, sendo que os conteúdos se adaptam à forma, como observámos nas *Relações* aqui estudadas, que seguem regras da retórica clássica, cujas bases remontam ao Mundo Antigo e perduram na actualidade. Notam-se, nomeadamente, as preocupações informativas do autor, a tentativa de não ser prolixo, mas antes comedido e também claro e concreto, apesar das derivas moralistas, dos juízos e dos enquadramentos religiosos próprios da cultura e forma de ver as coisas da época, que se plasmaram, conjuntamente, na prosa de Manuel Severim de Faria. A este propósito, pode-se, também, realçar que se nota nas *Relações* uma tendência do autor para a análise

das situações, o que aproxima os relatos da enunciação jornalística especializada contemporânea. É possível afirmar, ainda, que o possível sucesso das *Relações*, prosseguido, documentadamente, a partir de 1641 com as *Gazetas da Restauração*, antecipa o sucesso que viria a ter o jornalismo noticioso, generalista e popular e, simultaneamente, ilustra a existência prévia de algumas das condições que vieram a permitir o êxito do jornalismo industrial no século XIX.

Algumas derradeiras questões ficarão, porém, por responder em definitivo, podendo ser objecto de investigação posterior. Quantos exemplares das *Relações* foram impressos, tendo em conta que só localizámos um de cada número publicado em bibliotecas públicas portuguesas? Por que razão foram impressas, aparentemente, apenas duas das 31 relações manuscritas da *História Portuguesa* de Manuel Severim de Faria? A nossa resposta é a de que, se as *relações* alimentavam a circulação pública de notícias numa rede de correspondentes, é possível que Manuel Severim de Faria tenha querido satisfazer, simultaneamente, um determinado número de correspondentes que possam ter ouvido falar de algumas das suas *relações* manuscritas, pelo que a solução que lhe ocorreu para atingir esse objectivo terá sido mandar imprimir essas relações, para as despachar por correio (no início do século XVII já existiam serviços de correio, pois estes foram instituídos por D. Manuel I, em 1520, tendo sido nomeado Luís Homem para o cargo de correio-mor do Reino). Outra hipótese é a de que Manuel Severim de Faria tenha querido vender ao público interessado alguns exemplares das suas *relações*. O número limitado de cópias, devido aos constrangimentos tecnológicos e económicos da época à circulação de informação impressa, ajudaria a perceber as razões pelas quais tão poucos exemplares sobreviveram.

Bibliografia

- ALCADE, C. *Como Leer un Periodico*. Barcelona: ATE, 1981.
- ALSINA, M. R. *La Construcción de la Noticia*. 2ª edición. Barcelona: Paidós, 1993.
- ALVES, L. A. M. *Subsídios para a História da Imprensa em Portugal*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1983 (monografia fotocopiada).
- ANSELMO, J. *Bibliografia das Bibliografias Portuguesas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1923.
- ARAÚJO, N. Das *Relações e da Gazeta de 1641 ao Jornalismo do Século XX*. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n. 4 (Comemorativo do Tricentenário da *Gazeta*), Outubro/Novembro/Dezembro de 1941: 119-124.
- AROUCA, J. F. *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- BACKTIN, M. M. *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981.
- BACKTIN, M. M. The problem of speech genres, in EMERSON, C. e HOLQUIST, M. (Eds.). *M. M. Backtins: Speech Genres and Other Late Essays*. 6th edition. Austin: University of Texas Press, 1996 [edição original de 1952-1953].
- BAHIA, J. *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*, vol. 1, 4ª edição, São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTINE, M. *Le Marxisme et La Philosophie du Langage*. Paris: Éditions de Minuit, 1977 [edição original de 1929].
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BARRERA, C. (Coord.) *Historia del Periodismo Universal*, Barcelona: Ariel, 2004.
- BELO, A. *As Gazetas e os Livros. A Gazeta de Lisboa e a Vulgarização do Impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- BELTRÃO, L. *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*. São Paulo: Editora da USP e Com-Arte, 1992 [edição original de 1960].
- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991 [Edição original de 1966].
- BERNARDES, J. A. C.; CASTRO, A. P.; FERRAZ, M. L. A.; MELO, G. C. e RIBEIRO, M. A. (Dir.). *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Verbo, 1995.
- BESSA, A. (Director). *A Exposição da Imprensa*. Número único publicado em comemoração do primeiro certame jornalístico que se realiza em Portugal por ocasião das festas do IV centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva, 1898.
- BESSA, A. *O Jornalismo. Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares de Castro, 1904.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. *Catálogo da Exposição Comemorativa do Tricentenário do Primeiro Periódico Português. Imprensa Periódica Portuguesa na Metrópole e no Império. Séculos XVII – XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1941
- BIRD, E. e DARDENNE, R. Myth, chronicle, and story: Exploring the narrative qualities of news, in CAREY, J. W. (Ed.) *Media, Myths and Narratives*. Newbury Park: Sage, 1988.
- BOURDIEU, P. *Questions de Sociologie*. Paris: Éditions du Minuit, 1984.

- BOYCE, G.; CURRAN, J. E WINDGATE, P. (Eds.). *Newspaper History from the 17th Century to the Present Day*, London: Constable, 1978.
- BRAOJOS GARRIDO, A. De los antecedentes a la conquista de la libertad de expresión, in GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.). *Historia del Periodismo Universal*, Madrid: Síntesis, 1999.
- BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Barcelos: Editora do Minho, 1942 [Edições originais de 1735/1736, respectivamente 1º e 2º volumes].
- BROWN, R. M. The gatekeeper reassessed: A return to Lewin. *Journalism Quarterly*, vol. 56, 1979.
- CÁDIMA, F. R. *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa: Século XXI, 1996.
- CAREY, J. Communication and culture. *Communication Research*, 2, 1975.
- CAREY, J. Some personal notes on US journalism education. *Journalism*, vol. 1, n.º 1, 2000.
- CIDADE, H. *A Literatura Autonomista Sob os Filipas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1940.
- COELHO, J. P (Dir.). *Dicionário de Liteatura*. Vol. II. Porto: Figueirinhas, 1984.
- COMAN, M. *Pour Une Anthropologie des Medias*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2003.
- COSTELLA, A. *Comunicação – Do Grito ao Satélite*. 3ª edição. São Paulo: Editora Mantiqueira, 1984.
- CUNHA, A. Discurso do Sr. Dr. Alfredo da Cunha. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, 1945: 250 – 263.
- CUNHA, A. *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, classe Letras, 4. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.
- CUNHA, A. La Presse Périodique en Portugal. Bref Mémoire Présenté au Cinquième Congrès International de la Presse, à Lisbonne. Comunicação ao V Congresso Internacional da Imprensa, Lisboa. Lisboa: Diário de Notícias, Setembro de 1898.
- CUNHA, A. *O Diário de Notícias. A Sua Fundação e os Seus Fundadores. Alguns Factos para a História do Jornalismo Português*. Lisboa: Tipografia Universal, 1914.
- CUNHA, A. O Jornalismo. As Relações de Manuel Severim de Faria e as Gazetas da Restauração. Os Mercúrios. Quem Foi o Primeiro Periodista Português, in SAMPAIO, Albino Forjaz de. *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Vol. III. Lisboa: Bertrand, 1932: 220-236.
- CUNHA, A. *O Tricentenário da Publicação do Primeiro Periódico Português. As Relações de Manuel Severim de Faria e as Gazetas da Restauração. Comunicação Que o Sócio Correspondente sr. Alfredo da Cunha fez na Sessão da 2ª Classe em 10 de Abril de 1930*. Separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, vols. I e II: 358-371. Coimbra: Imprensa da Universidade: 1929/1930.
- CUNHA, A. *Olisipo, Berço do Periodismo Português. O Tricentenário da “Gazeta” Cognominada “da Restauração”*. Separata da revista *Olisipo*, nºs. 7 e 8, 1939.
- CUNHA, A. *Periódicos e Relações, Periodistas e Noticiários*. Separata do *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*, Vol. 13, Dezembro de 1941, 1942.
- CUNHA, A. Relances Sobre os Três Séculos do Jornalismo Português. *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 4 (Comemorativo do Tricentenário da *Gazeta*), Outubo/Novembro/Dezembro de 1941: 5 – 11.

- CURRAN, J. The press as an agency of social control: An historical perspective, in BOYCE, G. et al. (Eds.) *Newspaper History: From the 17th Century to the Present Day*, London: Constable, 1978.
- D'ALGE, C. O primeiro jornal português. *Comunidades de Língua Portuguesa*, 1983.
- DARNTON, R. Writing news and telling stories. *Deadalus*, n.º 104, 1975.
- DELPORTE, C. *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France*, Paris : PUF, 1995.
- EMERY, M. e EMERY, E. *The Press and America. An Interpretive History of the Mass Media*, 8th edition. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1996.
- ERICSON, R.; BARANEK, P. e CHAN, J. *Visualizing Deviance: A Study of News Organizations*. Toronto: University of Toronto Press, 1987.
- ETTEMA, J. e GLASSER, T. *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press, 1998.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. 3rd. edition. London: Polity Press, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*. London: Edward Arnold, 1995.
- FERNÁNDEZ PARRATT, S. *A Reportaxe de Prensa en Galicia*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2001.
- FIGANIÈRE, J. C. *Bibliografia Histórica Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Panorama, 1850.
- FISHMAN, M. *The Manufacture of News*. Austin: University of Texas, 1980.
- FISKE, J. *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: Asa, 1993.
- FONSECA, M. A. *Subsídios Para um Dicionário de Pseudónimos Iniciais e Obras Anónimas de Escritores Portugueses. Contribuição Para o Estudo da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1896.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997 [edição original de 1970].
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 20^a edição. Petrópolis: Vozes, 1999 [edição original de 1975].
- FOWLER, R. *Language in the News*. 3rd edition. London: Routledge, 1994.
- GALTUNG, J. e RUGE, M. The structure of foreign news. *Journal of International Peace Research*, vol. 1, 1965.
- GAMSON, W. (1989): News as framing. *American Behavioural Scientist*, 33.
- GAMSON, W. e MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, vol. 95, n.º 1, 1989.
- GAMSON, W.; CROTEAU, D.; HOYNES, W. e SASSON, T. Media images and the social construction of reality. *Annual Review of Sociology*, vol. 18, 1992.
- GANS, H. *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon Books, 1979.
- GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade Social*. Oeiras: Celta, 1994.
- GIDDENS, A.; BECK, U. e LASH, S. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1995.
- GITLIN, T. (1980): *The Whole World is Watching*, Berkeley: University of California Press.
- GODINHO, V. M. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa: Arcádia, 1963.
- GOFFMAN, E. (1975): *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*, Boston: Northeastern University Press.

- GÓMEZ MOMPART, J. L. e MARÍN OTTO, E. (Eds.). *Historia del Periodismo Universal*, Madrid: Síntesis, 1999 a.
- GRIMBERG, C. *História Universal*. Vols. X e XI. Lisboa: Publicações Europa-América, 1967.
- JEANNENEY, J.-N. *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar, 1994.
- JORGE, M. F. R. *O “Senhor Chantre de Évora”: Manuel Severim de Faria, O Homem e o Seu Tempo nas Notícias de Portugal*. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses, apresentada à Universidade Aberta. Lisboa: Universidade Aberta, 2003. Exemplar inédito disponível para consulta na Biblioteca Nacional de Lisboa.
- KRIPPENDORFF, K. *Metodología de Análisis de Contenido. Teoría y Práctica*. Barcelona: Paidós, 1990.
- LANCIANI, G. *Os Relatos de Naufrágios na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa da Secretaria de Estado da Cultura, 1979.
- LÁZARO CARRETER, Fernando, *et alii*. "El lenguaje periodístico, entre el literario, el administrativo y el vulgar", in *Lenguaje en periodismo escrito*. Madrid: Fundación Juan March, 1977.
- LEAL, J. S. M. e FIGANIÉRE, J. C. *Catálogo das Importantes Livrarias dos Conselheiros José da Silva Mendes Leal e Jorge César de Figanière*. Lisboa: Tipografia Universal, 1889
- LISBOA, J. L. ; MIRANDA, T. C. P. R. e OLIVAL, F. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 1 (1729-1731) e Vol. 2 (1732-1734). Lisboa : Edições Colibri, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- LIVOIS, R. *Histoire de la Presse Française*, Paris : Le Temps de la Presse, 1965.
- LÓPEZ GARCÍA, X. (Coord.). *El Caton Compostelano. Estudios*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2000.
- LULE, J. *Daily News, Eternal Stories. The Mythological Role of Journalism*. New York: The Guildford Press, 2001.
- MACEDO, N. Glória e Declínio do Império – De D. Manuel I ao Domínio dos Filipes, in SARAIVA, José Hermano (Coordenação). *História de Portugal*, vol. 4. Matosinhos: Quid Novi.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Coimbra: Atlântida, 1966 [Fac-simile da edição de 1752].
- MAINGUENEAU, D. Le tour ethnolinguistique de l'analyse du discours. *Langages*, 105: 114-125, 1990.
- MANSO, J. *O Jornalismo*. Separata do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XIII, Dezembro de 1941.
- MARQUES DE MELO, J. *História Social da Imprensa*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003 [1ª edição publicada em 1974, sob o título *Sociologia da Imprensa Brasileira*, pela editora Vozes.].
- MARQUES DE MELO, J.; FADUL, A.; ANDRADE, A. e GOBBI, M. C. (1999) – O Mercosul na imprensa do Mercosul. (Projecto de pesquisa). Texto policopiado.
- MARTINS, R. *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Cadernos Inquérito, Série G – Crítica e História Literária, vol. XV. Lisboa: Editorial Inquérito, 1942.
- MATOS, R. P. *Manual Bibliográfico Português de Livros Raros, Clássicos e Curiosos*. Porto: Livraria Portuense, 1878.
- MATTOSO, J- (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- MEDITSCH, E. *O Conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

- MUÑOZ-TORRES, J. R. *Por Qué Interesan las Noticias*. Barcelona: Herder, 2002.
- MURIALDI, P. *Storia del Giornalismo Italiano*, Bolonia: Il Mulino, 1996.
- NAVARRO, F. (Dir.) *História Universal*, vol. 15 (*As Mudanças da Idade Moderna*). Lisboa: Promoway Portugal/Público, 2005.
- NEVES, J. A. A Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo. *Comunidades de Língua Portuguesa*, 1983.
- NEVES, J. A. *História Breve da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Direcção Geral da Comunicação Social, 1989.
- NORONHA, T. *Ensaio Sobre a História da Imprensa*. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa de Lallemand, 1857.
- PARK, R. News as a form of knowledge: A chapter in the sociology of knowledge. *The American Journal of Sociology*, vol. 45, n.º 5, 1940.
- PASSOS, C. Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII. Naufrágio Inéditos. Novos subsídios para a história trágico-marítima de Portugal, *Biblos*, IV, 1928.
- PENA RODRIGUEZ, A.. Historia del periodismo portugués, in PIZARROSO QUINTERO, A. (Coord.). *Historia de la Prensa*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1994: 331-352.
- PEREIRA, A. X. S. *Dicionário Jornalístico Português*, 1895. Inédito manuscrito conservado na Academia das Ciências de Lisboa, Mss. série azul, n.º 445.
- PEREIRA, A. X. S. *O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde o Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português*. Lisboa: Tipografia Soares: 1895.
- PEREIRA, A. X. S. *Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada Pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada*. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva, 1897.
- PERES, D. (Org.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1934.
- PEUCER, T. Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese de Doutoramento em Periodística – Universidade de Leipzig, 1690.)
- PHILLIPS, E. B. What is news? Novelty without change? *Journal of Communication*, vol. 26, n.º 4, 1976.
- PINTO, Mário, e SZYMANIAK, W. *Títulos das Notícias Recursos Retórico-Estilísticos: Intencionalidade ou Acaso?* Coimbra: MinervaCoimbra, 2005.
- PINTO, Mário. *Como Evitar o Atamancado do 'Jornalês' – Contributos para uma Boa Prática da Escrita Jornalística*. Porto: Papiro Editora, 2006.
- PINTO, R. J. *The Evolution of the Structure of Political Journalism in Four "Quality" Newspapers (1970-1995)*. Tese de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade do Sussex, 1997.
- PIZARROSO QUINTERO, A. (Coord.). *Historia de la Prensa*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.
- POMBO, Padre Manuel Ruela (apresentação, estudo e notas). História portuguesa de Manuel Severim de Faria. *A Cidade de Évora*, ano V, n.ºs 13-14, Junho-Setembro, 1947.

- PONTE, M. C. M. *Quando as Crianças São Notícia. Contributo Para o Estudo da Noticiabilidade na Imprensa de Informação Geral (1970-2000)*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, área de Jornalismo, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- REMÉDIOS, M. *História da Literatura Portuguesa*. 4ª edição. Coimbra: Atlântida, 1914.
- RIVARA, J. H. C. Manuel Severim de Faria. *Revista Literária*, tomo III, 2º ano, n.º XVIII, 1839: 353-362.
- RIZZINI, C. *O Jornalismo Antes da Tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- ROCK, P. *Deviant Behaviour*. London: Constable, 1973.
- RODRIGUES, A. D. *A Comunicação Social. Noção, História, Linguagem*. 2ª edição. Lisboa: Vega, s/d.
- ROTHENBUHLER, E. W. e COMAN, M. *Media Anthropology*. London: Sage, 2005.
- S/A [Atribuído a HERCULANO, Alexandre]. *Gazetas. Origem das Gazetas em Portugal. Panorama*, n.º 48, 31 de Março de 1838.
- SALVADORI, M. L. (Coord.) *História Universal*, vol. 8 e vol. 9. Lisboa: Planeta DeAgostini para Grupo Cofina, 2005.
- SAMPAIO, A. F. (Org.). *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Vol. III. Lisboa: Bertrand, 1942.
- SARAIVA, A. J. e LOPES, Ó. *História da Literatura Portuguesa*. 13ª edição corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora, 1985.
- SCHUDSON, M. Porque as notícias são como são. *Comunicação e Linguagens*, n.º 8: 1988.
- SCHUDSON, M. *The Power of News*, Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- SCHUDSON, M. *The Power of News*. 2nd edition. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- SCHUDSON, M. The sociology of news production revisited, in CURRAN, J. e GUREVITSCH, M. (Eds.) *Mass Media and Society*. London: Edward Arnold, 2000: 175-200.
- SCHULZE SCHENEIDER, I. La prensa en Alemania, in PIZARROSO QUINTERO, A. *Historia de la Prensa*, Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.
- SERRÃO, J. V. *História Breve da Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1962.
- SERRÃO, J. V. *Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1973.
- SERRÃO, J. V. *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.
- SERRÃO, J. V. *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604 – 1609 – 1625*. Col. Subsídios para a História Portuguesa, vol. 12. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1974.
- SEVERIM DE FARIA, M. *Discursos Vários Políticos*. Introdução, actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.
- SEVERIM DE FARIA, M. *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação de El-Rei Dom João o 4º Escrita em Trinta e Uma Relações*. Manuscrito disponível em microfilme na Biblioteca Nacional, Lisboa, cota F 1441.
- SEVERIM DE FARIA, M. *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação de El-Rei Dom João o 4º Escrita em Trinta e Uma Relações*. Copiado na parte que diz respeito ao Brasil, pela primeira vez publicado e anotado pelo Barão de Studart, com um apêndice de 44 documentos inéditos pertencentes à colecção Studart, comemorando o tricentenário da chegada dos primeiros portugueses ao Ceará. Fortaleza, Brasil: Tipografia Studart, 1903.

- SEVERIM DE FARIA, M. *Notícias de Portugal*, Introdução, actualização e notas de Francisco A. Lourenço Vaz. Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- SILVA, I. F. S.; ARANHA, B. e BRITO, J. J. G. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987 [reedição fac-similada].
- SILVA, I. F.. *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Inocêncio Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo 6. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.
- SILVA, J. P. *Manuel Severim de Faria. "O Mais Douro Português do Seu Tempo. Ensaio Biográfico*. Évora: A Defesa, 2003.
- SLOAN, W. D. *Perspectives on Mass Communication History*, Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1991.
- SMITH, A. *The Newspaper. An International History*, London: Thames and Hudson, 1979.
- SOUSA, J. M. M. e VELOSO, L. M. M. *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios Para Uma Bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1987.
- SOUSA, J. P. *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.
- SOUSA, J. P. *Elementos de Jornalismo Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.
- SOUSA, J. P. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª edição revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.
- SOUSA, J. P. *Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005 b.
- SPITULNIK, D. Anthropology and mass media. *Annual Review of Anthropology*, vol. 22, 1993.
- STEPHENS, M. *A History of News*. New York: Penguin Books, 1988.
- STEVENS, J. e DICKEN-GARCIA, H. *Communication History*, Beverly Hills: Sage, 1980.
- TENGARRINHA, J. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição revista e ampliada, Lisboa: Caminho, 1989.
- TENGARRINHA, J. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição revista e ampliada, Lisboa: Caminho, 1989.
- TRAQUINA, N. *Jornalismo*, Lisboa: Quimera, 2002.
- TUCHMAN, G. *Making News. A Study in the Construction of Reality*. New York: MacMillan, 1978.
- TUCHMAN, G. Telling stories. *Journal of Communication*, vol. 26, n.º 4, 1976.
- TÚLIO, S. Introdução bibliológica, in AA.VV. *I Brinde Aos Senhores Assinantes do Diário de Notícias*. Lisboa: Tipografia Universal, 1866: I-XXII.
- TÚÑEZ, M. *Producir Noticias. Cómo Se Fabrica la Realidad Periodística*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións, 1999.
- VAN DIJK, T. A. *La Noticia Como Discurso*. Barcelona: Paidós, 1990.
- VAN DIJK, Teun A. *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona : Ediciones Paidós, 1990.
- VASCONCELOS, J. L. *Severim de Faria – Notas Biográfico-Literárias*. Separata do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. VIII. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.
- VASCONCELOS, J. L. *Severim de Faria. 2ª Memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917.
- WIMMER, R. D. e DOMINICK, J. R. *La Investigación Científica de los Medios de Comunicación. Una Introducción a Sus Métodos*. Barcelona: Bosch, 1996.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.

WOLFSFELD, G. Media, protest and political violence: A transactional analysis. *Journalism Monographs*, 127, 1991.

Apêndices
Transcrição das *Relações*
de Manuel Severim de Faria

Nota metodológica sobre as transcrições

A nossa intenção ao transcrever as *Relações* de Manuel Severim de Faria foi unicamente a de permitir aos leitores pouco familiarizados com o português impresso do início do século XVII, em particular aos estudantes de jornalismo, uma leitura mais fácil e escorreita dos textos. Assim sendo, procurámos adaptar a redacção à grafia e sintaxe actuais. Modificámos alguns tempos verbais e a pontuação e substituímos palavras e expressões usadas por Severim de Faria que caíram em desuso ou já não existem no português actual por palavras e expressões contemporâneas. Em alguns casos, alterámos os nomes de pessoas e localidades, adaptando-os à forma como hoje os pronunciaríamos, mesmo quando se pronunciam os nomes em língua estrangeira. Por exemplo, “Alemcastre” foi substituído por “Lencastre”, “Duque de Boquingão” por “Duque de Buckingham”, “Arrochela” por “La Rochelle” e assim sucessivamente. Também adaptámos, com frequência, o uso de maiúsculas e minúsculas às convenções actuais, substituímos o “v” pelo “u” sempre que “v” se apresentava com valor fonético de “u”, etc.

Deve dizer-se que a tarefa de transcrição foi, por vezes, dificultada pelas próprias variantes na escrita de determinadas palavras que ocorrem nas *Relações*, pela grafia desbotada, por uma grafia similar de palavras diferentes e mesmo por erros de impressão. Em alguns casos, tivemos de guiar-nos pela lógica para escolhermos o termo adequado. Por exemplo, tentámos usar uma lógica geográfica, atida ao acontecimento relatado, para destrinçar Calais (França) de Cádiz (Espanha), dadas as dificuldades de distinção gráfica entre os nomes de ambas as localidades, pelas causas atrás expostas.

Apêndice 1

Transcrição da primeira edição do primeiro número das Relações, impresso em Lisboa

[Página 1 – Capa]

Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde o mês de Março de 625 Até Todo Setembro de 626.

Contém Muitas Particularidades e Curiosidades.

Ordenada por Francisco D'Abreu, natural da Cidade de Lisboa.

Com todas as licenças necessárias.

Em Lisboa

Impressa por Geraldo da Vinha, 1626.

[Página 2]

Por mandado do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Dom Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor geral destes Reinos de Portugal, vi esta Relação. Não tem coisa contra nossa Santa Fé e bons costumes, antes me parece curiosa, e honesta, pelo que se lhe pode dar licença para ser impressa. S. Francisco de Enxobregas a 14 de Abril de 626.

Frei João Cardoso.

Pode-se imprimir. Lisboa, 16 de Abril de 1626.

O Bispo Inquisidor Geral.

Pode-se imprimir. Lisboa, 17 de Abril de 1626.

Eugénio Cabreira.

Que se possa imprimir esta Relação, visto as licenças do Santo Ofício e Ordinário, e depois de impresso torne para se taxar, e sem isso não correrá a 2 de Outubro de 626.

Araújo Cabral.

[Página 3]

Concorda esta *Relação* em tudo com o seu original. Enxobregas 22 de Outubro de 626.

Frei João Cardoso

Taxam esta *Relação* em 20 réis.

Araújo Cabral.

[Página 4]

Pede-me vossa mercê novas do Reino, Corte e Mundo, dizendo que todas elas vêm a parar nesta Cidade de Lisboa, praça geral do universo. Brevemente aponto as que pude alcançar, para que a vossa mercê, sobre os regalos desse entre Douro e Minho, não lhe falte coisa de alívio e de gosto. Vimos o ano atrás, a poderosa liga em que ficavam unidos contra Espanha os Reis de França, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Duque de Sabóia, com as senhorias de Veneza, Esguiçaros, Holanda e outros Potentados, émulos da grandeza desta Monarquia. De todos foi Deus servido de neste ano de 1625 dar a Sua Majestade tão insignes vitórias que para se referirem pediam grandes volumes, e não a estreiteza desta *Relação*. Porém, com a brevidade possível, darei de todas bastante notícia, como quem descreve o Mundo em pequena tábua.

Está ainda com geral aplauso o governo de Portugal, nos Condes D. Diogo de Castro e D. Diogo da Silva, a cujo zelo e diligência se deve grande parte dos bons sucessos deste ano, aos quais deu Sua Majestade por companheiro no governo o Senhor Arcebispo Primaz de Espanha, D. Afonso Furtado de Mendonça, eleito Arcebispo de Lisboa, prognosticando-se neste Reino felizes sucessos, nesta acertada eleição.

Entraram de novo no Conselho de Estado de Portugal Nuno de Mendonça, Presidente da mesa da Consciência, o Conde da Ericeira, Dom Diogo de Meneses, e Conde de Santa Cruz. E o mesmo lugar deu Sua Majestade a Dom Henrique da Silva, Conde de Portalegre, e o fez Marquês de Gouveia, e D. António D'Ataíde, Conde de Castro D'Aire. Em Castela, foi promovido ao Conselho de Estado de Espanha o Marquês de Frechilha, D. Duarte, irmão do Duque de Bragança; no da Guerra, o Mestre de Campo Diogo Luís de Oliveira, que tinha vindo de Flandres. Ao Conde da Ericeira deram a presidência do Conselho de Bosques, que vagou pelo Marquês de Malpica, demonstração grande do amor que Sua Majestade tem aos Portugueses, pois, não somente os escolhe para o governo de sua Real casa, mas ainda para o supremo de sua Monarquia.

Assentou-se no Conselho do Estado que, para remediar as conquistas fora da barra, o melhor meio que havia era ordenar em Lisboa uma Companhia de comércio, ao modo das que em Holanda fizeram as Províncias rebeldes, na qual fosse toda a mercancia livre, e se desse a cada parte a razão da quantia de dinheiro com que entrasse, e que esta Companhia mandasse as frotas à Índia, Guiné e Brasil, e que, pagando somente a Sua Majestade seus direitos, os lugares nas naus, os fretes, as tomadias e tudo o que mais que resultasse do comércio ficasse das partes, e que o governo da Companhia consistisse no Presidente da Câmara de Lisboa e seus Vereadores, com mais quatro deputados, dois fidalgos e dois homens de negócios. E porque para isto era necessário grande cabedal, mandou Sua Majestade três ministros, seus julgadores, pelo Reino,

[Página 5]

com carta a todas as Câmaras, em que lhes pedia contribuíssem para este efeito. E posto que desta diligência se tem consignado passante de trezentos mil cruzados, contudo ainda não acaba de se concluir esta obra, que assim como é de excelente intenção, se for tratada com verdade e diligência, será efficacíssimo remédio para os danos que os estados fora da barra padecem.

A fertilidade destes dois anos mostrou, claramente, que sem vir pão de fora se podia sustentar o Reino. E porque o cuidado da agricultura é grande parte da abundância, mandou Sua Majestade renovar a lei de El-Rei D. Fernando, ordenando aos Corregedores que, por conta das Câmaras, fizessem lavrar todas as herdades que estivessem sem lavrador, para que a avareza dos donos não fosse causa da esterilidade da terra.

Tem El-Rei adiantada sua feitoria de lona e treu para velas na Maia, cinco léguas do Porto. Outras, de linho e cordel, na Torre de Moncorvo, Coimbra, e Santarém; de enxárcia, em Belém; de pólvora, em Barcarena; de estanho, junto a Vila Real; e de ferro, a par de Viseu. É esta diligência de grandíssimo benefício para a Fazenda Real, Reino e empresas, porque a El-Rei custam os materiais muito menos, o dinheiro que neles se gastava fica com os vassalos, e a obra é de tanta melhoria, como se uma nau estivesse sobre sete amarras, romperem-se as seis, que eram de fora, e ficar firme sobre a de Portugal como se fosse de Bronze, e assim se esperam muitos bons efeitos desta e de outras semelhantes diligências.

Como a principal parte da Armada deste Reino estava no Brasil, e se podia recear que os inimigos, movidos desta ocasião, quisessem cometer alguns portos marítimos, mandou Sua Majestade que por todo o Reino se tornassem a levantar as ordenanças antigas da Milícia, que El-Rei Dom Sebastião instituíra, assim de gente de pé como de Cavalo, ordenando que o Duque de Bragança, como Condestável, provesse nisto, e que sem consulta sua se não se determinasse nada, em semelhantes matérias, no que tocava aos Portugueses. E para haver mais Cavalos se proibiram os Coches em Lisboa, e que ninguém os tivesse sem licença de El-Rei, pedida por consulta, e deram-se seis meses para se desfazerem os donos dos que ao presente tinham. Nomearam-se, em todas partes, Capitães-mores e das Companhias, e houve provimentos de armas para cada lugar, principalmente nos da costa, em preço competente, à custa de cada vizinho. Em Lisboa, se nomearam por Coronéis, além dos do ano passado, D. Miguel de Almeida e Simão de Mello, e os que ao presente são, Nuno de Mendonça, juntamente, presidente da mesa de Consciência, Henrique Correia da Silva, Brás Telles de Meneses, que acabou de ser Capitão-mor de Mazagão, D. Jorge Mascarenhas, que acabou de o ser de Tanger, e ao presente é Presidente da Câmara desta Cidade. Veio a Lisboa o Marquês de Hinojosa, por General da gente de guerra, no mês de Maio, o qual intentou fortificar a Cidade, com tanta pressa que até nos dias Santos se trabalhava, com que fizeram

[Página 6]

uma trincheira, desde a Boa Vista até além da Ribeira, com algumas plataformas. No Terreiro do Paço, foi a fortificação dobrada e se fez um Forte, e nas Barrocas de Alcântara se fez muro de pedra e cal, porque os penhascos não sofreram trincheiras.

Deram os coronéis mostra da gente alistada, todos em um dia, em diversas praças da Cidade, que foram o Terreiro do Paço, Rossio, Campo de Santana e Santa Clara. Foi a gente tão lustrosa, que houve nisto grande

excesso, e ainda que a prática não era muita, todos se mostraram tão destros que pareciam Soldados velhos. Nesse dia se notaram, em Lisboa, três grandezas, que dificilmente se acharão juntas noutra Cidade. Primeira, que sendo a gente alistada, da popular de Lisboa, e que chegava a muitos milhares, nenhuma coisa se enxergou de menos no povo. Segunda, que partindo cada Capitão, com sua Companhia, a buscar seu Coronel, nenhum se encontrou com outro, sendo tantos, e vivendo os Capitães em muitas diversas partes da Cidade. Terceira, haver quatro praças, na Cidade, de tanta grandeza, que em cada uma coube um terço, posto em ordenança, que ocupa grande lugar. A gente de Cavalo também deu sua mostra, mas como nela não entravam fidalgos, a de Santarém, que em Setembro trouxe o Monteiro-mor Francisco de Mello a Lisboa, foi melhor adestrada, e mais, porque chegou a quatrocentos homens de Cavalo, parte de Escopetas, parte de Lanças, e todos estiveram à obediência do Conde de Santa Cruz, como General da cavalaria.

O grande poder da Armada Inglesa, que estava, cada hora ameaçando a partida, obrigou a se fortificar Cascais, e que assistisse nele Dom Jorge Mascarenhas, com o seu terço, criados de El-Rei, e gente de Cavalo de Lisboa, e a todos se deu soldo, pela coroa de Portugal, com muita pontualidade. Ante isto, mandou Sua Majestade juntar, em Lisboa, uma Armada de cinquenta velas, em que entraram muitos Galeões e outros baixéis de força, com que a Cidade ficou tão poderosa que a pudera temer a mesma Inglaterra.

Estando as coisas neste estado, e tendo entrado por Itália os exércitos da liga contrária, o Rei da Dinamarca pelo Palatinado, e ameaçando a Espanha por todas as partes guerra, sucedeu tomarem os Franceses um navio de Génova, em que iam algumas caixas de dinheiro de Sua Majestade, e do mesmo modo outro em Cádiz, e não se querendo fazer a restituição, mandou Sua Majestade confiscar os bens dos Franceses e Ingleses que se achassem em Espanha, o que só neste Reino importou uma grande quantia, porque houve alguns homens destes a quem se escreveram passante de quarenta mil cruzados. Porém, como Sua Majestade, em tudo, procede com tanta cristandade de justiça, permitiu que com fiança se entregassem as fazendas aos donos e desprezou uma ocasião, que outros Príncipes festejariam para se fazerem ricos à custa alheia.

Entrando Outubro, saiu de Plymouth a Armada Inglesa, com mais de noventa

[Página 7]

velas, em que entravam muitos galeões e a principal força da gente daquele Reino e Holanda. Chegando à Costa de Espanha, mandaram por vários espiões saber da fortificação de Lisboa; destes, foram tomados alguns em Setúbal, em traje de Religiosos e de Mercadores, mas sabendo de outros a grande prevenção da Cidade, não ousaram a tomar terra. Contudo, da nossa parte se fez toda a diligência necessária, mandando os senhores Governadores muita gente, de todo termo de Lisboa e Ribatejo, a Cascais, de modo que estiveram naquele posto mais de mil homens a pé, além dos de Cavalo, que com toda a boa ordem estavam dispostos a defender o desembarque. Em Lisboa, se guardaram as portas pelos soldados dos Terços, e se alistou toda a mais gente que havia na Cidade, até as famílias do Eclesiástico, com licença do Cabido, que, generosamente, também se ofereceu para quando cumprisse. Mandaram que os fidalgos se alistassem em seis companhias de aventureiros, cujos Capitães foram Dom Jerónimo d'Ataíde, Pedro de Mendonça, António Telles da Silva, Dom Álvaro d'Abranches, Dom António de Meneses, filho de Dom Carlos, Dom António de Sousa, filho de Dom Francisco de Sousa. A mesma diligência se fez em Peniche. Em todos os povos do Alentejo houve recado que estivessem prestes duzentos a trezentos homens dos mais destros das listas, para quando fossem chamados. Do mesmo

modo, estiveram todos os senhores e fidalgos a ponto para acudirem onde lhes fosse ordenado. As costas do Reino muito bem providas, porque o Conde de Miranda guarda a de Entre Douro e Minho, Dom Pedro Manuel, Conde d'Atalaia, do Douro até Leiria, o Duque de Aveiro, de Sesimbra até o Algarve, daquele Reino o Governador João Furtado de Mendonça. Pelo que, entendendo os inimigos que não podiam fazer efeito, ainda que com maior poder viessem, passaram avante, sem ousarem tocar em Portugal, e seguiram para a Baía de Cádiz, onde botaram gente em terra como adiante diremos. Mas posto que os inimigos temeram tanto a costa deste Reino, mandou Sua Majestade ao General Dom Manuel de Meneses que aprestasse os navios que tinham chegado do Brasil a Lisboa, e Dom António Telles as naus que tinham vindo da Índia, e fez vir, de Castela, quinhentos homens de armas, que se alojaram na ribeira do Tejo, com intenção de assaltar os inimigos por mar e terra em Cádiz, se naquele posto intentassem fortificar-se, o que tudo parou com a súbita retirada dos Ingleses, com que mandaram despedir os soldados das ordenanças, ficando somente em Cascais e Setúbal a gente da Armada de Castela, que estava no porto de Lisboa, em que entraram algumas companhias Portuguesas. Este fim tiveram os aparatos de Guerra com que, a maior parte deste ano, se ocupou este Reino. E ainda que alguns o terão por de pouco efeito, o certo é que foi importantíssimo, pois armou o povo, adestrou os mancebos, fez cavaleiros os nobres, fortaleceu os lugares marítimos, meteu medo aos inimigos, conservou o Reino livre dos trabalhos

[Página 8]

e afrontas que os vizinhos padeceram.

No estado Eclesiástico, vagou o Arcebispado de Lisboa, aos trinta de Junho, por falecimento do Senhor Dom Miguel de Castro, varão que nas virtudes da caridade, piedade, pureza e temperança se pode comparar aos Padres da primeira Igreja. Foi nomeado em seu lugar o Senhor Bispo D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor geral, mas recusando, em tal idade, os trabalhos de tão grande Prelatura, bem merecida de seus grandes serviços, como Prelado que é de tão grande valor e consideração, a largou.

Promoveram a Lisboa ao Senhor Arcebispo de Braga, Dom Afonso Furtado de Mendonça, e para Braga, ao Bispo do Porto, Dom Rodrigo da Cunha, com geral aceitação de todos. O Bispado de Viseu se proveu no Padre Mestre Frei João de Portugal, religioso de S. Domingos. Por renúncia que fez Dom Lourenço de Távora, o Bispado de Elvas se deu a Sebastião de Matos, do concelho geral do Santo Ofício. Ao Bispado do Porto foi eleito Dom Frei João de Valadares, Bispo que foi de Miranda; e no de Miranda o Dom Prior de Palmela. A Lamego foi promovido o Bispo do Algarve, Dom João Coutinho; e no do Algarve Dom Francisco de Meneses, Bispo de Leiria; e em Leiria, Dinis de Mello, desembargador do Paço. Foi por Governador do Brasil Diogo Luís, Capitão de experiência e valor. Por General da Armada Portuguesa, Dom Manuel de Meneses.

Dia do Espírito Santo saiu, em Roma, eleito por Geral de São Francisco, Frei Bernardo de Sena, natural de Lisboa. É o segundo Português que teve essa dignidade. Havendo algumas dúvidas entre a mesa do Paço e Colector sobre a jurisdição, mandaram prender o Auditor da Legação dentro da casa do mesmo Colector, de que ele se deu por tão agravado que procedeu rigorosamente contra alguns ministros da justiça, o que não foi bastante para deixar em outro dia ser o Auditor preso na Cidade e posto em Badajoz.

Ao primeiro de Junho, se fez em Roma a Canonização da nossa Rainha Santa Isabel, cujas heróicas virtudes alcançaram do Sumo Pontífice esta solenidade, tendo-a negada a outros muitos Santos, que estão Beatificados,

confessando que sentira em si uma emoção superior, que lhe obrigou a vontade a esta concessão, tendo determinado de a não admitir. Foi mercê particular que Nossa Senhora quis fazer a este Reino, em recompensa de tantos trabalhos passados. Celebrou-se com grande magnificência, porque para tudo deixou dinheiro o Bispo de Coimbra, Dom Afonso de Castelo Branco, de boa memória. A esta nova se fizeram, no Reino, muitas festas, principalmente na Cidade de Coimbra, onde o Bispo Dom João Manuel, a Universidade, o Convento de Santa Clara e a Câmara tiveram festas contínuas, por muitos dias, e procissões soleníssimas, Touros, Canas, Torneios, Justas Poéticas, e outros muitos géneros de alegrias, com que bem testemunharam a que tinham nos corações. Não quiseram na Corte de Castela ficar inferiores a Portugal na demonstração

[Página 9]

deste contentamento, porque Sua Majestade mandou pôr luminárias públicas uma semana e celebrar um oitaviário de missas e pregações, a que pessoalmente assistiu com o Conselho de Portugal, coisa até então não vista na Corte, por razão das precedências. Teve além disto o Conselho sua missa particular, na Capela de Santo António, que disse Dom Francisco de Bragança, assistindo-lhe a Capela Real. A treze de Julho, houve procissão soleníssima e por ordem de Sua Majestade as Religiões de S. Francisco, São Domingos, Santo Agostinho e Companhia fizeram quatro altares por onde havia de passar, competindo, com santa inveja, na riqueza e sumptuosidade destas fábricas. Saiu a procissão da matriz, com todas as Confrarias, Religiões e Clérigos, no fim o Conselho de Portugal. O Duque Presidente levava um grande Estandarte de Damasco branco, com a imagem da Rainha Santa, de uma parte, e da outra as armas deste Reino. Ajudavam-lhe a levar pelas pontas e cordões os demais Conselheiros, a quem acompanhavam diante os fidalgos Portugueses que estavam na Corte, ricamente trajados e cheios de muitas jóias de ouro e pedraria. Detrás do Conselho vinha o Andor da Santa, trazido pelos seus Religiosos, ela vestida de Hábito pardo, semeado de Estrelas de Prata, oferta da nossa Rainha, na mão direita uma Muleta de Ébano, em cima uma riquíssima Coroa, que lhe presenteou Sua Majestade. Detrás do Andor seguiam-se os outros conselheiros, e logo El-Rei com os Infantes e grandes, todos com Bordões nas mãos. Assim acompanharam a Santa imagem até as Descalças, onde se acabou a Procissão.

Além destas festas Eclesiásticas e outras que a nação Portuguesa e Aragonesa e Franciscanos fizeram na Corte, ordenou Sua Majestade que houvesse muitas no Paço. Na Vila se correram Touros, houve Máscara, e por remate umas Canas de oito quadrilhas, de que foram padrinhos o Marquês de Frechilla e o Marquês d'Aitona. Levou El-Rei, na sua quadrilha, ao Infante Dom Carlos, o Almirante, o Conde d'Olivares, o Marquês de Carpio, o de Castelo Rodrigo. Nas outras entraram também alguns fidalgos Portugueses, entre os quais foram: o Marquês de Gouveia; o Conde de Ficalho; Dom Lourenço de Castro, filho do Conde Governador Dom Diogo de Castro; Dom Gaspar de Teve, e o Duque de Ixar, filho do Marquês D'Alenquer. Foram as librés riquíssimas. Andou El-Rei muito airoso nas Canas, porque é muito grande homem de Cavallo e se preza de ser muito destro neste e nos mais exercícios militares. Acabadas as Canas, guiou El-Rei um posto de Escaramuça e o Marquês de Valada outro. E tudo se fez com muito conserto. Largamente pagou a Santa essas festas, porque no mesmo tempo que nelas se ocupava, lhe vieram novas da recuperação da Baía, da tomada de Breda, conservação de Génova e de outras muitas vitórias, que esta gloriosa Rainha lhe alcançou, este ano, para a Coroa de Espanha.

Em Março de 1625, faleceu Dom Jerónimo d'Azevedo, Vice-rei que foi

[Página 10]

da Índia, na prisão do Castelo de Lisboa.

Em Évora acabou, com mostras de santidade, a Senhora Condessa de Tentúgal, Dona Maria de Castro, de idade de setenta e oito anos, gastos em muitas obras de virtude, e assim foi notavelmente sentida naquela Cidade.

Também faleceu o Bispo de Lamego, Dom João de Lencastre, em Janeiro de 626, em Coimbra, onde tinha vindo curar-se, prelado de grande satisfação e esperança. Foi este ano notável nos temporais. Nos últimos de Agosto houve tão grandes calmas que não há ninguém que se lembre de coisa semelhante, porque, além de naqueles dias ser a calma muito maior, correu um vento tão quente que abafava tudo, e ainda que isto foi universal, fez maior dano na terra de Coimbra, onde morreram algumas pessoas abafadas, outras estiveram no mesmo perigo, dando a muitas súbitos acidentes, e as ervas do campo, árvores de fruto, vinhas, como costumadas a maior clemência, chegaram a ficar secas e perder a folha, como se fossem tocadas do fogo, de que nasceu a grande carência que depois houve de carnes, por faltar a erva e bolota aos gados. Foi ultimamente o Janeiro de 626 de tamanhas chuvas e ventos que em seu tanto competiram com as calmas, porque choveu por mais de trinta dias contínuos, e alguns com tanta fúria, que parecia o retrato do antigo dilúvio. Com estas águas cresceu o Tejo, de maneira que alagou as Lezírias e entrou pelas povoações vizinhas, com grande dano dos moradores e dos gados, porque faltaram mais de quinhentas pessoas de toda a sorte, assim Religiosos como seculares, alguns dos quais se viam nas praias de Lisboa. O gado era tanto que só de São José até Santo Amaro se contaram, na Praia, uma tarde, 105 reses, fora as que os pescadores andaram monteando no mesmo Rio com físgas.

Em seu tanto, não foi menor a perda que o Douro fez, por sua ribeira, no Porto, onde entrou por cima das Ameias. Só em Coimbra se ouviu o Mondego com brandura, guardando-a o favor da Santa Rainha. Porém se passou a Ponte nova, muitos dias, em barcos, e houve algumas perdas e ruínas, e em uma de umas casas morreram, sepultados nelas, uma mulher com dois meninos seus filhos, escapando, dos altos, dois estudantes, que se deitaram abaixo por uma viga. Houve, geralmente, em todo o Reino, grandes ruínas e caídas de edifícios e casas e inundações de ribeiras, como foi a de Guadiana, e outras, que fizeram grandes perdas. As causas superiores destes excessos causaram também nos animais monstruosos partos, qual, entre outros, foi o de uma Ovelha em Barcarena, como me contaram pessoas de crédito, que pariu um Anho com pele de Cabra e unha de Águia, tendo no rosto um só Olho, de grandeza de uma Laranja, e debaixo dele outra unha de águia.

Na Ilha do Corvo se alcançou, este ano, uma insigne vitória dos Mouriscos de Argel, que com três Navios andavam por entre as Ilhas à pilhagem, e cuidando poder fazer algum bom assalto na do Corvo, lançaram em terra cento e cinquenta soldados,

[Página 11]

bem armados de arcabuzes e mosquetes. O Capitão da Ilha, vendo-se com pouca gente, e essa sem armas, porque raros tinham espingardas, repartiu a Pólvora que tinha com eles, e estando em um lugar alto pretendeu defender antes os montes que a Praia, e por essa causa desembarcaram os inimigos sem contradição, mas sendo em terra, começaram a chover sobre eles nuvens de pedradas, que da terra tiravam os Ilhéus. Quiseram-se os inimigos reparar deste dano debaixo de uma rocha, cuja parte superior estava abalada, e lhe faltava pouco para cair, e foi Deus servido que um dos de cima lhe lançou uma Pedra de notável grandeza, a qual, dando na cobertura da lapa, a

levou abaixo, e oprimiu, com súbita ruína, quantos nela estavam. De maneira que este tiro fatal foi mais prodigioso que o fabuloso de Hércules contra Caco, pois de um só arremesso matou e sepultou cinquenta contrários. Com tão inesperado sucesso, perderam os inimigos o ânimo, e os nossos o cobraram, de modo, que só a dez concederam as vidas. Esta notável vitória se deve mais atribuir a notável milagre que a obra humana, porque se afirma que depois da peleja acabada se achou um espingardeiro dos nossos com o arrátel de Pólvora, que o Capitão lhe dera inteiro, tendo feito com ela três tiros. Os despojos foram de muito valor, porque ficaram os da Ilha ricos de Mosquetes, que, para eles, era a melhor mercadoria de todas, e mais importante.

Na Ilha de São Miguel faleceu o Bispo d'Angra, Dom Pedro da Costa. Está nomeado, em seu lugar, o Doutor João Pimenta, Colegial que foi do Colégio Real e Cónego na Doutoral de Coimbra.

Os receios da gente armada de Inglaterra fizeram prevenir todas as nossas fronteiras de África, porque houve grandes suspeitas por se cuidar que o intento do inimigo era apoderar-se de algum daqueles portos principalmente do de Cepta [Tânger], para nele poderem vir invernar as suas armadas, e saírem mais a tempo a roubar as costas de Espanha. E assim, correndo estas novas, em Setembro, se foram muitos fidalgos para Cepta, com tanta pressa como se já estivera cercada, que tanto desejavam ter parte em sua defesa, entre os quais foram Dom Luís de Noronha, irmão do Duque de Caminha, e Dom Dinis Mascarenhas.

Saindo, em Junho, ao campo de Tânger, o Conde de Linhares Dom Miguel de Noronha, que ali está por Capitão, deu, à custa dos cavaleiros, com um leão, ao qual, remetendo só, matou às lançadas. Foi este caso muito festejado em Portugal, pois nele se vê ressuscitada a valentia dos Portugueses, que nestas e outras façanhas iguallaram o valor tão celebrado de Hércules, Alexandre e outros de grande fama, e para que este sucesso lhe não ficasse inferior, nesta parte ordenou Dom Fernando de Faro, Senhor do Vimioso e particular amigo do Conde, prémios a quem, em um Soneto Português, o louvasse melhor, e posto que somente três levaram os prémios, ele os fez imprimir

[Página 12]

todos, em honra de tão heróico feito, ganhando o mesmo Dom Fernando em procurar ilustrar, com ânimo tão liberal, o nome de seu amigo.

Para o Cabo Verde foi por Bispo Dom Frei Lourenço Garro, Geral dos Religiosos da Ordem de Cristo. No de São Tomé estava provido Dom Francisco de Soural, Cónego Regular de Santa Cruz, ao qual, sem ir, melhorou Sua Majestade no de Congo e Angola. Aos trinta de Outubro de 624, chegaram oito velas Holandesas, em que entravam três Naus de grande porte, a Luanda e Angola, e entrando na barra tomaram cinco Navios de Sevilha, que estavam sem gente, com alguma água e mantimentos. Mas acudindo o Governador Fernão de Sousa fez disparar algumas peças, com dano dos inimigos, e sucedendo a noite, um dos donos dos Navios roubados assaltou o seu Navio com uma lancha, e lançando-se os Holandeses ao Mar, com temor lho deixaram. Vendo o Governador o bom efeito das nossas peças, fez outros cinco Fortes, ou Plataformas, com que obrigou aos inimigos a largarem de todo o porto, retirando-se a lugar escuso.

Dia de todos os Santos, quiseram lançar gente em terra, com muitas Lanchas, mas a nossa Artilharia a varejou. de maneira que se tornaram sem ousarem entrar. O Governador, como Capitão vigilantíssimo, tudo prevenia. Não se dando por satisfeito com Fortes, fez uma larga cava pela Praia, com que fortificou a Cidade, e mandou vir alguma gente dos Presídios, e seguiu aquela praça para maior poder, quanto mais para aqueles inimigos, os

quais, recolhendo-se a outra parte da Ilha, repararam as Naus do dano que da nossa Artilharia receberam, e enterraram os mortos, ainda que não foi isto tanto a seu salvo que não fossem muitas vezes assaltados das ciladas que o Governador lhe mandou armar, com morte de muitos deles, até que, aos sete de Dezembro, desapareceram daquele Porto de todo. Depois disso, em Setembro de 1625, chegou a Luanda o socorro que lhe levou Bento Banha do Reino, no Março de antes.

A pregação do Evangelho também vai próspera nesta conquista, porque El-Rei Dom Pedro Afonso, do Congo, antes que falecesse, levou os padres da Companhia para uma residência que lhes fez na sua Cidade do Salvador, e Dom Garcia Afonso, seu filho, que lhe sucedeu, com muita benevolência favorece os mesmos Religiosos.

O Bispo Dom Frei Simão Mascarenhas, Franciscano, partiu para o Congo no princípio de Setembro, chegou à Cidade Salvador, a oito de Outubro, já sangrado três vezes, e agravando-se-lhe a enfermidade, faleceu a treze do mesmo. Foi enterrado na sua Sé, onde não tinha entrado vivo.

Por morte do Rei de Angola, sucedeu uma irmã sua, que se chama Dona Ana, a qual pretende lhe mandem padres da Companhia e outros Religiosos, para conversão daquele Reino, onde se espera se abra uma grande porta

[Página 13]

à promulgação do Evangelho.

Da Índia, partiu Dom António Tello, a vinte e nove de Fevereiro de 1625, com duas Naus de arribada, e João Pereira Corte-Real, com três de viagem. Com um vento que tiveram no Cabo, abriu a Nau Conceição, de Dom Francisco de Eça, de modo que chegou a ter vinte palmos de água, e com grande trabalho e socorro das outras, chegou a Santa Helena. Aqui se detiveram os Capitães, quarenta dias, em baldear a fazenda de El-Rei, Rainha e Artilharia. Nas outras Naus, o mais recheio ficou na Ilha, com gente e bastante provimento para sua sustentação e defesa, enquanto mandavam o Batel da Nau a Pernambuco, para trazer Navios em que se embarcassem para o Reino. As quatro Naus que ficaram partiram a primeiro de Agosto, e chegaram a Cascais a 22 de Outubro, em tempo que a barra é muito perigosa, e assim entrando, o outro dia, a Capitânea de Dom António encalhou, em um areal, defronte de Laveiras, onde, por ser de noite, se perdeu alguma gente, que primeiro quis buscar o Mar, por fugir dele mesmo. Os outros, que esperaram, saíram no dia seguinte, todos em Batéis, e da Nau se retirou tudo o que vinha na primeira coberta. As outras três chegaram a Lisboa a salvamento. Trouxeram novas da Índia, que o Capitão-mor Nuno Álvares Botelho tinha chegado a Goa, com toda a Armada e tão próspera viagem que não gastou nela seis meses. Despachou logo o Conde Vice-Rei ao mesmo Nuno Álvares, com oito Galeões, providos de muita Artilharia, armas e da melhor gente da Índia, para Ormuz, e não se enganou na escolha do valor e boa fortuna deste Capitão, porque se soube depois, por um Correio de terra, que pelejara três dias com oito Galeões e três Pataxos Ingleses e Holandeses, com morte do seu Almirante e de muitos outros, e lhe fizeram os nossos deixar o posto, fugindo os inimigos, com faróis apagados, faltando da nossa parte cento e cinquenta soldados, fora os feridos, em que entraram o Almirante Francisco Borges de Castelo Branco e Francisco da Cunha de Toar. Desta vitória avisaram logo o Conde Vice-Rei, que lhes mandou logo novo socorro, honras e mercês para os que mais se avantajaram, com o que a Milícia da Índia tornará a seu antigo brio e a desprezar os inimigos da Europa. O mais do estado está em paz, e os Holandeses pouco poderosos.

O General Francisco Mascarenhas cercou a Cidade de Macau, fortalecendo-a conforme a prática moderna, introduzindo na Cidade o modo da Milícia da Europa. Despediu os Castelhanos, que de Manila tinham vindo de socorro contra os Holandeses, por não serem necessário, e fazerem já demasiada demora.

Com os Chinas estão os nossos em grande amizade, porque vendo o Rei a liberalidade com que os de Macau o socorreram para a guerra dos Tártaros, mandando-lhe Artilharia, Munições e oficiais destes misteres, agradecido deu Privilégio aos moradores de Macau de naturais da China e licença para

[Página 14]

se fortificarem contra os Holandeses, e juntamente os declarou por seus inimigos.

Chamou os Padres da Companhia à Corte, para emenda do seu Calendário, com que lhe ficou a entrada livre para a pregação do Evangelho, a qual vai próspera em todo o Oriente, porque o Patriarca da Etiópia, o Padre Dom Afonso Mendes, da Companhia, partiu para o Preste João, onde é desejado grandemente de todos, em especial de El-Rei, que com cartas piíssimas e muito humildes lhe tem pedido que apresse sua jornada, para a total redução daquelas grandes províncias à unidade da Igreja Romana.

Com a vinda das Naus se soube, juntamente, da miserável perdição do Galeão São João, na costa do Natal, do qual, saindo em terra mais de trezentas pessoas, chegaram a Moçambique menos de vinte. Tem-se por certo que a causa de tão grande mortandade foi a errada resolução que tomaram, fazendo o caminho ao longo da Praia, coisa que tem custado muito aos nossos, porque as praias não são mais que areias estéreis, ou penhascos vivos, faltos de fontes e cheios de ribeiras salgadas e inundáveis, por já crescidas se comunicarem com o Mar, pelo que, a fome, os rios, a aspereza dos caminhos são bastantes para consumir a todos, o que entendeu bem Nuno Velho, quando se perdeu no Galeão Santo Alberto e fez viagem por terra dentro e trouxe sempre a gente sã e farta até chegar, prosperamente, a Moçambique.

Indo de Malaca para Japão o Padre Gil de Abreu, foi tomado dos holandeses, e morto por eles em ódio da Fé, de que vieram instrumentos autênticos. No Japão, ainda dura a perseguição do Tirano contra os Católicos, padecendo cada ano grande número deles, entre os quais tiveram esta boa sorte os padres Pedro Paulo e Camilo Constâncio, com dez japoneses, que todos morreram queimados vivos, e neste ano de 1624 padeceram o mesmo género de martírio os Padres Eurico de Angelis, Ciciliano, e o irmão Simão Japão, ambos da Companhia, e o padre Frei Gualter, da Ordem de São Francisco, e Camarandono, primo com irmão do mesmo Rei, com cinquenta Cristãos da terra, aos quais se juntaram dois fidalgos Cristãos, que, entre a infinita multidão do povo, estavam presentes a este espectáculo, e movidos do zelo da Fé e de uma santa inveja de seus mestres lhe não levarem o paleo na carreira do Céu, se desceram dos Cavalos, e rompendo pela gente, entraram nas fogueiras, e abraçados com os padres, declararam em altas vozes que eram Cristãos e queriam morrer pela verdade da lei de Cristo, os quais deram suas ditosas almas a Deus, com grande admiração dos Gentios e consolação dos Católicos. A missão da Cochinchina vai muito florescente, e em Cambaia, Champa Corai e outras partes pedem os padres da Companhia, os quais, o ano que vem, dizem, partirão em bom número a socorrer estas conquistas do Céu.

Foi nomeado para Vice-Rei da Índia Nuno de Mendonça, Presidente da Mesa da

[Página 15]

Consciência, pessoa de tanto valor e experiência que lhe tardaram muitos anos com este lugar. E assim por suas indisposições, não aceitou o cargo.

Vai por Capitão-mor Dom Manuel Pereira, filho de Dom Francisco Pereira, que foi Embaixador em Castela, com duas Naus e um Galeão somente, porque a outra se virou estando-lhe dando crena no Rio de Coina, invenção que, entre outros males, tem também este perigo, e não valeu a experiência dele para se evitar a crena italiana, e tornar ao estaleiro onde antigamente se consertavam as Naus. Este desastre temperou, em parte, outro não menor que os Holandeses tiveram na costa de Espanha, onde perderam algumas Naus que mandavam à Índia, e de uma vieram vinte e seis pessoas presas a Lisboa, que deram relação deste seu naufrágio.

As mais celebradas vitórias que neste Reino tivemos, este ano, foram as do Brasil, pelo grande cabedal que nesta empresa estava metido, da parte dos inimigos e nossa e dos efeitos que do sucesso dela podiam resultar, e assim se dará, de tudo, mais particular relação.

Saiu o General Dom Manuel de Meneses, de Lisboa, a 21 de Novembro de 1624, com 22 velas, como se avisou na Relação passada, com ordem de ir esperar a Armada de Castela ao Cabo Verde, aonde chegaram a 24 de Dezembro, com menos dois Navios, que derrotaram, um em Pernambuco, à Paraíba outro, e o Galeão Conceição, que, de noite, encalhou no baixo da Ilha do Maio, com morte de muitos que se adiantaram a se lançar ao Mar, como se este lhes pudesse faltar se se detivessem, esperando o remédio que Deus lhes mandou o dia seguinte, de toda a armada, onde os fidalgos andaram, como em concorrência, a ver quem melhor havia de socorrer aos do naufrágio. Aqui se deteve a frota cinquenta dias, nos quais o General mandou fazer resenha da gente e exercitá-las nas armas. O Governador Francisco de Vasconcelos regalou a todos, com grande argúcia, e foi Deus servido que com ser sítio tão doentio, não adoeceu gente alguma, o que se teve a evidente milagre.

Chegou Dom Fradique com a Armada Castelhana, a 7 de Fevereiro, e com grandes demonstrações de festas se salvaram de ambas as partes, posto que Dom Fradique, assim nas salvas, como nas continências, excedeu muito em favor dos nossos, querendo-lhes reconhecer nestes obséquios o favor que mereciam em partir primeiro. Tanto que deu ferro se meteu no Batel, e foi buscar o nosso General, e achando-o já no Mar, se veio com ele à nossa Capitânea. Não contente com esta visita, vieram depois os principais fidalgos Portugueses, nos seus Galeões. E porque o Morgado de Oliveira estava mal disposto em terra, o foi buscar a sua casa.

Dali partiram a onze de Fevereiro, e a 29 de Março tiveram vista da costa da Baía. Logo receberam aviso de Dom Francisco de Moura, que com um pequeno esquadrão de Portugueses tinha encerrados os inimigos no Rio Vermelho. Os Holandeses eram 2300 homens, 700 dos quais eram Franceses, Ingleses

[Página 16]

e Alemães. Estava a praça muito fortificada, por mar e terra, porque, de além das Trincheiras, que estavam guarnecidas de 157 peças de Artilharia, a tinham cercada com uma cava profundíssima, e estacas de paus ao redor destas, para encravar os nossos quando dessem o assalto. Tinham no Mar, à sombra do Forte que fez Diogo de Mendonça na Praia, dezassete Navios, seis deles Galeões de grande porte.

Antes de referir a tomada da Baía, quero dar uma brevíssima notícia do desgraçado sucesso de sua perda e do que o Governador Diogo de Mendonça Furtado fez na defesa da Cidade, tendo por testemunho o Sargento-mor

daquele estado, Francisco de Almeida de Brito, e outras pessoas de ser, qualidade e verdade, e cartas que vieram aos padres da Companhia, escapando de muitas que não chegaram, onde referiram a verdade do assalto e sua defesa, nem menos se podia presumir do ilustre sangue dos Mendonças, tão provado e experimentado no valor, fidelidade e proezas qualificadas que, em Serviço de seus Reis, fizeram na Europa, África, Ásia, em todas as diversidades de tempos. Foi pois assim. O Governador Diogo de Mendonça Furtado, por ordem de Francisco de Frias, engenheiro-mor de Sua Majestade, tinha entrincheirada toda a Cidade e feito valas, redutos, plataformas e baluartes nela, de Sespedes, por ser matéria mais sólida e firme. Também mandou fazer um armazém, com tanta perfeição como o melhor da Europa, na mais importante praça dela, provido de muitos Mosquetes, Arcabuzes, Frascos, Bandoleiras, Corda, Pólvora, Balas de toda a sorte, Chumbo e todas as mais Munições necessárias. Oitocentas bocas de fogo, que havia neste Armazém, Pólvora e mais Munições, a maior parte de tudo foi comprado neste Reino, com o dinheiro do dito Governador. Mandou entrar de guarda, cada dois dias, duas companhias, que ali havia de presidio, e as da ordenança saíam cada domingo a se exercitar ao campo e tirar a Barreira, a que o governador se achava presente, e ao exercício dos Bombardeiros, os quais fazia exercitar com um falconete, que para esse efeito tinha em certa parte.

A dezasseis de Abril lhe deram recado que estavam no Morro de S. Paulo, doze léguas da Baía, uma nau grossa, com uma Lancha grande, de inimigos. Apressou-se para, em pessoa, ir pelejar com elas, mas foi impedido. Ordenou logo que seu filho, António de Mendonça, e Francisco Fernandes, natural das Ilhas, em dois Pataxos, providos de gente e Munições, saíssem ao Mar, a pelejar e dar aviso aos Navios amigos se guardassem daquelas Naus e de outras de que já havia notícia, e vissem, quando com forças não pudessem, se com algum estratagemata podiam tomar a Lancha dos Holandeses. Deu logo aviso por cartas suas, particulares, a todos os Capitães do recôncavo, que acudissem com suas gentes, e passou provisão para que os homiziados livremente pudessem acudir à Cidade. Fez muitas Trincheiras, principalmente onde havia algumas quebras, e com Cestões, de que mandou fazer grande quantidade, cheios de terra,

[Página 17]

tapou na Praia algumas entoadas. Guarneceu o Forte novo, mandando-o folhar de tabuado, para poder jogar a Artilharia, ficando com uma Plataforma, no qual pôs seis peças de Artilharia de Bronze. Onde chamam as Olarias dos padres Bento, fez um baluarte de Sespedes, guarneecendo de Valas e Trincheiras, toda aquela parte que parecia mais exposta, onde, de noite e de dia, estava gente de guarda. Repartiu, assim, a Praia, como a Cidade, em estâncias, e em cada uma seu Capitão, com sua gente. Ordenou duas companhias às portas de S. Bento e Carmo, fora as que estavam deputadas para os Fortes de Santo António, Tapagipe, Água dos Meninos, São Francisco, tudo com seus Artilheiros e Munições.

Tendo as coisas assim ordenadas e providas, como vigilante, diligente e experimentado Capitão, se começou a amotinar a gente que do contorno viera, deixando seus Capitães, dizendo que lhe não pagavam, a que acudiu com remédio conveniente, dando, do seu próprio dinheiro e fazenda, três vinténs, cada dia, a cada um, em que o governador gastou muitos cruzados do seu. Mas nada bastou para aquietar a gente em quem o medo tinha entrado. A gente da Cidade chegaria a mil e setecentos homens, além da qual havia muitos negros, assim dos padres da Companhia, que trouxeram das suas aldeias, como dos Capitães Cachoeira e Francisco Dias D'Ávila. A todos mandou dar bastante mantimento e tudo o necessário.

A oito de Maio, tendo o Governador a Cidade neste estado, chegou toda a Armada do inimigo, a qual trazia vinte e cinco Naus grossas e oito Lanchas grandes. Entrando diante António de Mendonça, seu filho, que até então andara fora, como seu pai lhe tinha ordenado. Fez o Governador aquele dia grandes diligências, procurando que cada qual acudisse a suas estâncias. Ao posto de Santo António mandou, com duzentos mosqueteiros e duzentos negros frecheiros, os Capitães Ávila e Cachoeira. E sobre eles, fez Capitão-Mor a Francisco de Barros, morador naquela estância, homem rico e acreditado de valor e ânimo. Pôs outro capitão com cento e vinte homens na Água dos Meninos. Pediu o Bispo armas para seus clérigos, e o governador lhas deu, e teve com ele todos os termos devidos a Prelado, e a primor na vista que deu de si.

Desembarcaram os inimigos na manhã seguinte, e quando o governador imaginava ter gente com que não somente defender a Cidade e resistir ao inimigo, mas para o desbaratar e destruir, se achou sem soldadesca, porque todos se puseram em fuga, sem ordem nem obediência, deixando-o desamparado, e ainda que tenha feito alguns arremessos com a gente de sua casa e obrigação, foi sem proveito, por serem poucos e os inimigos muitos. Contudo, o Governador, andando sempre exposto a quantas balas atiravam os inimigos, e ainda provendo o que lhe parecia necessário, mandou ao Sargento-mor que visitasse todas as estâncias e as provesse de Pólvora e todas as mais Munições. E indo a gente fugindo sem pejo

[Página 18]

nem temor a Deus, mandou subir em um cavalo ao Desembargador Pêro Caseiro que a fosse deter e castigar. Porém nada foi bastante para que todos deixassem de fugir, e o desamparar. Acudindo a um Baluarte onde estava Pêro Garcia, homem rico e Cavaleiro de ânimo, que o defendeu todo o dia, e estando falando com ele, lhe deu uma bala que o matou, e o Governador disse olhando para o Céu Ah Senhor! Outra para mim, por vossa misericórdia. Chegou a tanto o medo da gente e soldados, que largando as armas fugiram para os matos, e nem animosas práticas nem poderosas lástimas do Governador puderam acabar com eles nenhuma coisa, ficando o governador com quinze ou dezasseis homens somente, os quais foram seu filho, Pêro Caseiro da Rocha, Lourenço de Brito Correia, o Sargento-mor Francisco de Almeida de Brito, e outros, cujos nomes não pude saber. Neste estado se lhe mandou oferecer António Cardoso com cento e cinquenta homens, que tinha retido no Carmo. Porém, ainda que o Governador lhe mandasse dizer que lhos mandasse, que com eles defenderia a Cidade, não havia já remédio, e este vinha já tarde, mostrando António Cardoso o valor de sua pessoa e nobreza de sangue no lanço e esforço com que sustentou aqueles soldados, e aguardou, pelejando até o alto, na defesa da Baía. Vendose o Governador só, cometido de muitos inimigos, remeteu a eles com a Espada na mão, e ainda que ferindo alguns os fez retirar e afastar, foi preso e levado aos Navios inimigos. Nem foi quebra sua, mas desgraça nossa o sucesso, pois a insignes Capitães sucederam semelhantes desventuras. E o Espírito Santo, no segundo dos Reis cap. 11, diz *Varius enim est eventus belli*. Na guerra, quando tendes a vitória por mais segura e certa, vos achais por justo juízo de Deus e castigo de pecados, com ela perdida e desbaratados, favorecendo a ventura ora uns ora outros, mostrando firmeza em a não ter e estabilidade na continua variedade de seus sucessos.

Deram fundo as nossas frotas, na barra da Baía, a 29 de Março, e tendo ao outro dia conselho, que foi de Páscoa, com os Capitães e principais fidalgos de ambas as armadas, se assentou que saíssem em terra 500 Italianos, 2000 Castelhanos e 1500 Portugueses, fora 1400 de Dom Francisco de Moura, que ele ficou governando como dantes. O General Dom Manuel de Meneses assentou de não sair em terra, com o que se escusou de ficar ele parecendo

General de toda a Empresa, pois de força o haviam de acompanhar os títulos e principal nobreza da frota, que toda era de Portugal, e ainda o maior número de soldadesca, porque, com os socorros que esperavam, e logo vieram, passavam os Portugueses que andavam em terra de 3300, e por esta razão, e se evitarem contendias, não quis Dom Fradique mandar aquartelar os Portugueses à parte, senão misturados com os Castelhanos, e assim houve entre todos grande paz e amizade, a que ajudou o rigor com que Dom Fradique

[Página 19]

mandou enforcar a um gastador que arrancou sua faca para um português, sem lhe valer a intercessão de toda a nossa gente.

A 30 de Março mandou o General lançar gente em terra, e o Morgado de Oliveira foi o primeiro que a tomou. O Exército se repartiu em três sítios padraos da Cidade, para se bater melhor, que foram S. Bento, Carmo e o dos Palmeiros, e a cada um se levou a Artilharia com imenso trabalho dos soldados, em que a nobreza de Portugal se avantajou, sendo obra tão dificultosa pela fragura dos montes e falta de animais para as carretas, que nesta impossibilidade tinham os inimigos fundadas suas esperanças, e vencida ela se deram logo por perdidos. Nos quartéis se alojaram os fidalgos pelas casas dos arrabaldes, fazendo cada um gentileza de ficar mais perto da Artilharia inimiga, excesso grande, a que deve acudir o general com muito rigor, pelo manifesto perigo em que, muitas vezes, se põem as pessoas de maior importância do campo, perdendo, infrutiferamente, as vidas, como aconteceu a Martin Afonso Morgado de Oliveira, fidalgo digno, por seu esforço, cortesia, e liberalidade, de mais larga vida, e que com sua morte fez este cerco famoso. Mas não foi só esta desgraça, porque a 2 de Abril, fazendo os contrários uma saída, ao meio-dia, contra os quartéis de S. Bento, acharam os soldados de Dom Pedro Osório tão descuidados, que fizeram neles uma grande matança, e poderia ser maior, se lhe não acudissem os Portugueses de Dom Francisco de Almeida, que retiraram o inimigo até à sua Artilharia, da qual receberam não pequeno dano, ficando dos nossos mortos 36, em que entrou o mesmo Dom Pedro Osório e o Alferes de Dom Francisco de Almeida, fora 92 feridos, de que depois morreram muitos. Neste recontro, vindo Dom Francisco de Faro, filho do Conde de Faro, a braços com um holandês, o rendeu e fez prisioneiro. O cerco foi prosseguindo, com grande valor de parte a parte, chegando um soldado nosso, criado de Dom António de Lencastre, filho do Duque de Aveiro, a tirar uma bandeira do muro aos inimigos, e tornando eles a pôr outra, lha tirou segunda vez outro soldado português, com não menor valor e bom sucesso.

Aos 8 de Abril, intentou o inimigo queimar a nossa frota, com três Navios de fogo, mas pela pouca corrente do Rio não fizeram efeito, antes da nossa Almirante lhe tomaram três peças de Artilharia e dois homens. Em recompensa mandou, o General Dom Manuel de Meneses, lançar alguma gente em terra, e fazer plataformas, em partes tão acomodadas, contra a Armada inimiga, que lhe meteu sete Navios no fundo.

Estando nesta bateria 90 soldados Portugueses com o Alferes Inácio de Mendonça e João Loureiro, em 27 de Abril se chegaram os nossos a um Baluarte do inimigo, e ainda que sem ordem do superior, lhe deram o assalto, de maneira que os que o defendiam lhes pediram que se detivessem porque se queriam entregar. Subiram-se logo acima, os dois nomeados, com seu sargento, e vindo

[Página 20]

o coronel holandês lhes perguntou se traziam ordem para fazer concertos, os nossos lhe responderam que não, mas que pois tratando de se render mandassem ao General Dom Fradique um tambor, e que com ele podiam pleitear. Por esta ocasião mandaram os Holandeses um tambor ao Quartel do Carmo, que por ordem do Mestre do Campo António Moniz Barreto foi levado a Dom Fradique, e lida a carta que levava, depois de algumas réplicas, foi acordado que entregariam a praça, com todo o recheio, saindo os Capitães com Espada e os mais soldados sem armas, com uma trouxa às costas, de fato de seu vestir, e que lhe dariam embarcação e mantimento até Holanda à sua custa, para o que deixariam reféns. Com estas condições, renderam a Cidade a 30 de Abril, onde entraram logo os soldados Castelhanos, que tiveram menos sofrimento. Porém, os Portugueses de António Moniz Barreto, e os de Dom Francisco de Moura, estiveram, em firme obediência, três dias fora, e assim ficaram sem participar do saque, o que os nossos estimaram tão pouco que houve alguns capitães que nunca quiseram deixar os seus quartéis, entre os quais teve particular louvor Gonçalo de Sousa, filho do Governador de Angola, pelo desinteressado ânimo que nesta matéria mostrou. Porém, o resto dos nossos entrou dia da Invocação da Santa Cruz, que foi o mesmo em que o Capitão Pedro Álvares Cabral ilustrou esta Província com o vitorioso nome de Santa Cruz. Morreram dos inimigos passante de 300 e dos nossos 284 e foram 145 feridos.

Foi a presa da Cidade avaliada conforme a cobiça e inveja de cada um, mas os que julgaram as coisas em meio, entendem que chegou a um milhão, e mais, em que entrou a artilharia, armas, munições e mantimentos, com que puderam os cercados sustentar a praça muitos tempos, sem padecerem falta de nenhuma destas coisas. Acharam-se na terra alguns cristãos novos, que estavam lançados com os Holandeses, de que se fez justiça, e juntamente de alguns escravos, que eram Capitães dos mais, que passavam de 400.

Entre as pessoas que cobraram liberdade, foi Dom Francisco Sarmento, Governador que tinha sido de Potosi, que com uma nau sua, carregada de prata, foi cativo ao entrar na Baía, sem saber que estava pelos Holandeses. Trazia este fidalgo sua mulher e filhas, e posto que as Barras de sua prata, que os Holandeses lhe tinham tomadas, importavam muitos mil cruzados, ficou ele sem coisa alguma, e em tal estado, que pediu ajuda e esmola para se vir a Espanha, de que, compadecendo-se Dom Afonso de Noronha, com ânimo generoso, vendeu a Baixela, e lhe deu 500 cruzados, ficando em estado que os outros fidalgos o socorreram até Portugal.

Deste modo recuperámos a Baía, e sempre se alcançarão semelhantes vitórias se da nossa parte se proceder com boa ordem militar, no assentar dos quartéis, fazer das Trincheiras, na destreza dos Artilheiros, e sobretudo na obediência dos soldados.

[Página 21]

A 26 de Maio, chegou à Baía o socorro da Armada Holandesa, que os cercados esperavam. Era de 33 velas, que, não sabendo o que passava, lançaram ferro defronte do Forte S. António, saindo logo os nossos Generais a encontrá-la, indo na Vanguarda os Navios Portugueses. Porém, impedidos do vento Norte, e da noite que sobrevinha, amainaram, tendo já tocado um Galeão castelhano, que procurou dar volta muito junto a terra. Vendo isto, os inimigos deram vela, favorecidos da noite, perdendo, ao sair, a sua almirante, e correndo a costa para o Norte. Vendo-se necessitados de água, e com muitos enfermos, lançaram gente da Baía da Traição, porto da Paraíba, e se fortificaram nela, donde, guiados pelos Gentios, fizeram duas entradas pela terra dentro, com

pouco dano dos Portugueses. Foi avisado disto o Governador Matias de Albuquerque, e despachou logo, de Pernambuco, a Francisco Coelho de Carvalho, Governador do Maranhão, com sete companhias de Portugueses, para que resistisse ao intento do inimigo, enquanto chegavam as nossas armadas da Baía, que já tinham recado do que passava. Porém, o Governador Francisco Coelho se houve com eles com tanto valor, que escusou o trabalho a Dom Fradique, pois, vencendo o inimigo em várias escaramuças, o constrangeu a se retirar a frota, o com muitos mortos, e deixar de todo o posto, no primeiro de Agosto de 1625, ganhando sem perder soldado gloriosa vitória de inimigo tão poderoso, que saindo daqui foi à ilha de Porto Rico, onde, desembarcando, se assenhoreou da Cidade. Outra assinalada vitória tiveram os nossos, dos Holandeses, na Capitania do Espírito Santo, que se pode ter por milagrosa, vista a desigualdade das armas e gente, pois os nossos eram muito inferiores em número.

Em dez de Março de 625, apareceram à vista daquela costa oito velas de Holandeses, de que houve tão grande sobressalto na Vila como se não tivessem os inimigos por vizinhos havia perto de um ano. Começaram logo as mulheres e meninos a despejar as casas, e a se acolherem ao mato, enchendo tudo de lastimoso pranto. Contudo, o Capitão Francisco de Aguiar fez juntar a gente, a qual era tão pouca e mal Armada que na estância do Governador, que era a melhor, se acharam só doze Espingardas, e os mais não tinham outras armas que Espadas e Rodelas. Este abominável descuido com que os nossos Portugueses vivem, fora da barra, com tanta segurança como se estivessem no sertão de Portugal, os tem muitas vezes trazido às maiores misérias do mundo, pois pelejando sem armas, com inimigos armados, de força hão-de ser vencidos, ou escapar por milagre do Céu, e ali perdem as fazendas e liberdade, não por falta de valor, mas de instrumentos de sua defesa, nos quais, se empregassem uma pequena parte do que empregam noutras mercadorias, não viriam, por poupar pouco, a perder tudo, e o que pior é, a honra, e reputação do Reino. Quis Deus que nesta ocasião estivesse, no Espírito Santo Salvador Correia de Sá, filho do Governador do Rio

[Página 22]

de Janeiro, com quarenta Portugueses bem armados e setenta Índios de Flechas, que levava de socorro para a Baía. Com esta gente, e com a da terra, fez o Capitão três estâncias, que pôs nas bocas das ruas que saíam para a Praia. Entretanto, entrou o inimigo, com todas as velas, pelo Rio acima, onde poderia, facilmente, ser destruído, se as quatro peças que havia na Vila tivessem sido posta nos lugares que ficam sobre o Rio e estão fortificados para este efeito. Porém, como isto faltou, surgiram os Holandeses no Porto, com grande estrondo de Artilharia, e lançaram fora trezentos homens mosqueteiros, que tomando terra, sem contradição, se vieram para a Vila, aberta por toda a parte, sem mais Muros nem Trincheiras que os peitos dos que a defendiam. Cometeram primeiro os nossos valorosamente, e entre todos se travou a peleja, que durou mais de um quarto de hora, até que, vendo o padre guardião de São Francisco, Frei Manuel do Espírito Santo, que andava na estância de Nossa Senhora da Vitória, animando os nossos, como os inimigos, cometidos por um lado, mostravam fraqueza, gritou vitória, vitória, a cuja voz, rendidos, eles deixaram logo as Armas e começaram a fugir. Vendo isto, os das outras estâncias apertaram com os contrários, de maneira que, em breve espaço, uns e outros viraram todos as costas, fugindo para as Lanchas. Seguiram os nossos o alcance, porém, sendo tão pouca a gente, fez o Capitão sinal a recolher, para não acontecer algum desastre, contentando-se com ver o campo coberto de inimigos nossos e dos despojos de suas armas, sem faltar, da nossa parte, mais de um soldado. Tornaram os Holandeses, ao outro dia, a

tentar de novo a fortuna, mas não lhes saiu melhor sorte, porque tomando terra em maior número, vendo morto um companheiro, de uma seta que lhe atiraram da Vila, se tornaram a embarcar, sem quererem, segunda vez, experimentar o valor dos nossos. Com a fama destes bons sucessos acudia muita gente do mato à Vila, querendo-se, até os cobardes, gloriar-se da vitória, o que, sentindo os inimigos, determinaram ir pelo Rio acima a assaltar o mato, que não tinha mais que mulheres. Para isto partiram em quatro embarcações guiadas por um estrangeiro, que fora morador na dita Vila. Causou esta inesperada resolução grande sobressalto nos nossos, porque todos tinham suas famílias e fazendas fora, a que se acudissem desamparavam uma e outra parte, pelo que ordenou o Capitão-mor a João de Azevedo que com alguma gente fosse à vista dos inimigos. Contudo, eles, que iam adiante, tomaram várias canoas e uma Caravela de Salvador de Sá, que estava quase despejado, e passaram a noite, contentes com esta proeza. Os nossos se juntaram entretanto com Salvador de Sá, e saindo ao outro dia de uma emboscada, com três canoas, deram nos inimigos com tanta fúria, que lhe abalroaram a lancha principal, sem deixarem nela mais de dois com vida. As outras se recolheram com tanto dano, que em uma só quatro escaparam da morte, e ali ficaram os nossos senhores do campo, custando a vitória dois homens e alguns feridos. Desesperados, os Holandeses de melhor sucesso

[Página 23]

deram à vela a dezoito de Março, deixando mortos mais de cem homens, em que entrou o seu almirante e o traidor Rodrigo Pedro, que era casado no lugar, e posto que nos dias em que estiveram no porto meteram mais de oitocentos e cinquenta pelouros na Vila, não fizeram dano de consideração.

Depois destas vitórias, quis Deus que padecessem as nossas armadas de algumas adversidades na volta, para que não atribuíssemos a nós a glória de tantos vencimentos. Estava já a Baía nesse tempo bem fortificada e guarnecida de presidio de mil homens Portugueses, debaixo da obediência de Dom Francisco de Moura, pelo que se partiram as armadas a oito de Agosto de 1625, levando a rota de Pernambuco. Nesta viagem lhe deu uma grande tempestade com que todos se dividiram, ficando a nossa Real com quinze velas, entre portuguesas, e castelhanas, e não podendo o General tomar Pernambuco, se fez na via do Reino, com tantos ventos, que a catorze de Outubro chegou a Lisboa só. Os mais Navios dos nossos tiveram diversas sortes, porque a almirante e o navio de Constantino de Melo foram presos de nove Galeões Holandeses, a que não puderam resistir, e o mesmo aconteceu ao de António Soares. O Galeão Santa Ana, Almirante Castelhana, em que vinha o Mestre do Campo João de Orelhana, abalroando com um Holandês, tomou fogo, um e outro, e ficaram à vista da nossa Real, que estava combatendo com outras duas velas holandesas, e salvou alguns que deste miserável espectáculo escaparam.

Dom Fradique, com a outra esquadra, teve a mesma adversidade, afundando-se-lhe alguns navios, perdendo outros, e padeceu tanto por falta de água e mantimento, que esteve em grande perigo. Ultimamente, com a força dos ventos, entrou pelo estreito de Gibraltar, e foi surgir a Málaga com parte da Armada, tomando os restantes diversos portos. Em Málaga desembarcaram, dos nossos, o Conde de Tarouca, Dom Lopo da Cunha, Senhor de Santar, João da Silva Tello, Dom Francisco de Faro, filho do Conde de Faro, e outros fidalgos, que vindo para o Reino souberam, junto a Sevilha, como Cádiz estava cercada pela Armada Inglesa, e logo lá se foram, sendo os que levaram a Vanguarda do socorro que nela entrou, onde assistiram até a retirada do inimigo. O mesmo fizeram Dom Afonso de Noronha, António Moniz Barreto, Enrique Enriquez e Dom Afonso de Lencastre, posto

que, por os tomar a nova mais tarde, chegaram quando o inimigo se embarcava, quando os nossos chegaram ao Reino, acharam que Sua Majestade, por uma sua escrita ao nosso Conselho, havia por bem, por estar informado do valor com que os Portugueses o serviram nesta ocasião, e que para morrer por seu socorro lhes não faltara vontade e sobejara o ânimo, mandava que a cada um se desse o que tivesse da Coroa para filhos ou herdeiros e lhes fizessem todas as mais mercês, que ele, por outro decreto seu, tinha concedido aos que morressem nesta Empresa, sem a nenhum ser necessário fazer sobre isto mais diligências,

[Página 24]

porque queria que soubessem os Portugueses que para lhes fazer mercês não queria dessem mais passos que os dados em seu socorro. Magnificência tão grandiosa que igualmente recompensou o ânimo desinteressado com que a nobreza deste Reino se embarcou, para esta jornada, sem nenhum pedir satisfação alguma, e que obriaga a todos se empregarem fervorosamente no socorro de Príncipe que tanto se lembra de quem o serve.

A 21 de Novembro de 1625, na Corte de Madrid, pariu a Rainha nossa Senhora uma filha. Por morte de Dom Diogo Brochero, vagou o Grão Priorado de Castela, e Sua Majestade se houve tão justificadamente, que o deixou a quem de justiça, por sua idade, tocava, que era o Bailio D. Rodrigo Tello. Fez Sua Majestade grandes as casas do Marquês de Liche, Alcanizes e Cárpio, e as pessoas do Marquês de Montes Claros e de Dom Agostinho Mexia. Também concedeu grandes privilégios aos oficiais que introduzissem em Espanha as artes mecânicas, que cá faltam, e com as quais levam os estrangeiros o dinheiro deles, como são tecer telas de ouro e prata, e passamanes do mesmo, lavrar papel, de que se deu novo princípio em Salamanca, e em Burgos de Alfinetes, e assim de outros misteres semelhantes. Porém, sobretudo se viu a providência de Sua Majestade nos materiais de guerra, porque sendo cometidas, em muitas partes, pelos príncipes da liga contra as províncias de Sua Majestade, em todas foram rebatidas as forças inimigas, com outras iguais a elas. Para isto ordenou outra liga com a Casa de Áustria e seus aliados, em que entrava o imperador, Rei da Polónia, Duque da Baviera, Potentados de Itália, Duque de Cleves e Neoburgo e o Eleitor de Saxónia. Para os exércitos de Alemanha, deu Sua Majestade 27500 homens, e nos de Itália entrou com a maior parte. Lá vimos os preparativos de guerra, que mandou fazer neste Reino. O mesmo fez nas mais costas marítimas de Espanha, contra a qual partiu de Inglaterra, nos primeiros de Outubro, uma poderosa Armada de 95 velas, e por General Valors de Valoy, personagem que se tinha por de valor naquele Reino, e por adjunto o Conde de Leste, filho do que já ganhou Cádiz, os quais vendo a vigilância com que estava guardada a costa de Portugal, no primeiro de Novembro de 1625 foram surgir na Baía de Cádiz, cuidando o Conde de Leste que, nesta Ilha, tinha a fortuna dos Capiões de Cartago. Estava na Cidade Dom Fernando Giron, Capitão de grande experiência, e como tal a tinha fortalecida. Bateram o outro dia, sete Navios o Forte do Pontal, que está em uma ponta da Ilha, longe da Cidade, e por não poder ser socorrido se rendeu ao terceiro dia, morrendo primeiro, na defesa, 60 soldados de 100, que o guardavam. Acudiu logo, o Corregedor de Xerez, com muita gente, à Ponte de Cusco, por onde a ilha se ajunta a terra firme, assim da Ponte, como de gente que levaram as Galês, entraram, em Cádiz, mais de 4000 homens, e de toda a parte rebateram, com muito valor: alguns esquadrões de inimigos, que entraram pela terra

[Página 25]

dentro, se retiraram as suas Trincheiras. De todas as cidades, e lugares circunvizinhos, acudia, todos os dias, gente sem número, e chegando a nova a Madrid, foi tal o sentimento que Sua Majestade mostrou, que quis logo partir em pessoa, se o deixassem. Porém, esta mostra bastou para não ficar na Corte nenhum homem que pudesse tomar Espada, porque nobres e grandes senhores, todos saíram pela porta, e não havendo alugueres para tantos, correram muito em cavalos regalados, e à falta destes, os mais se foram a pé, e com tanto excesso, que foi necessário atalhar-se. Vendo isto o inimigo, e que não só não surtia efeito seu intento, mas se se detivesse podia padecer perigo por mar e terra, elegeu, por melhor partido, ir esperar a frota da prata, e ali deixou a fortificação e se retirou com tanta pressa como se fugira, mostrando sua variedade, fraqueza e inconstância no feito, como em tudo, porque em nenhuma coisa a tem esta nação, e muito menos na fé. Sua vileza natural e instabilidade mostrou o Papa Bonifácio, advertindo a Igreja desta verdade no celebrado texto que está no Decreto Dist. 56 cap.: *Si gens Anglorum ficut per istas Provincias divulgatum est, et nobis in Francia, et in Italia improperatur, ex ab ipsis paganis improperium est, spretis legalibus connubis, adulterando, et luxuriando ad instar sodomitue gentis fedam vitam duxerit, de tali comistione meretricium estimandum est degeneres populos, et ignobolis, et furentes libidine fore procreandos, et ad extremum universam plebem ad deteriora, et ignobiliora vergentem, e novissime, nec in bello seculari fortem, nec in fide stabilem, et nec honerabilem hominibus, nec Deo amabilem esse venturam, etc.* São estas palavras, do Sumo Pontífice, de tanto peso, que cada uma delas tem muito que ponderar, acerca desta nação. Porém, há nela pessoas muito católicas e de consideração, a qual os nossos fizeram retirar com morte de 500 homens, em que entraram alguns afogados, porque os Castelhanos os seguiram, até pelejarem dentro da água.

Aos oito do mês saiu a Armada fora da barra, e se pôs na altura de 40 graus, onde lhe deu tão grande tormenta que, dividindo os Navios depois das frotas das Índias serem salvas, dizem, chegaram a vários portos de Inglaterra cinquenta velas destroçadas e com muita gente morta, e a mais padeceu miserável naufrágio, junto a Salem, na Berbéria. Este infrutuoso fim teve-o a Armada Inglesa, com cujo poder imaginaram os inimigos assenhorar-se das Naus da Índia, da frota da prata e da Armada que vinha do Brasil, e por isso souberam tão tarde, mas Deus pelejou por nós, trazendo tudo a salvamento. Consideram-se neste sucesso, duas coisas notáveis. Uma, que com tanta pressa e ânimo acudiram agora os castelhanos a defender Cádiz, quanto foi o medo e negligência com que, no ano de 1596, a perderam. Tal valor infunde nos vassalos o brio e vigilância do Príncipe. A segunda se tem por manifesto milagre, porque tanto que os Ingleses aportaram em Cádiz, mandou Sua Majestade despachar mais de sessenta Caravelas,

[Página 26]

com grandes prémios, avisar a frota, para que viesse aportar a Lisboa ou Galiza, para não ser presa dos inimigos. Caiu uma destas Caravelas em mão dos Ingleses, e tendo por certo que esperando a frota naquela altura, se fariam senhores dela, e assim partiram logo de Cádiz, a pôr-se em quarenta graus, mas foi Deus servido, que nenhuma Caravela das nossas encontrou a frota, a qual chegou a Cádiz vinte dias depois da Inglesa a estar esperando na paragem por onde houvera de vir, se lhe deram o recado de Sua Majestade. Pelo que, reconhecido El-Rei de tão grande mercê, ordenou que, em todas as províncias de Espanha, se desse graças públicas a Nosso

Senhor por tão assinalado beneficio, e em uma carta piíssima escreveu a seus povos a grande obrigação em que estavam de emendar as vidas, pois Nosso Senhor, com tão extraordinários beneficios, lhes mostrava a particular protecção com que os favorecia, e assim se vê hoje a Corte muito reformada.

Para castigo da Armada Inglesa determinou Sua Majestade fazer outra muito maior, que manda ordenar por todos os portos de Espanha, em número de cem velas. E porque, para os gastos, era necessário dinheiro, assentou ir fazer cortes ao Reino de Aragão, que as pedia com muita instância, e juntamente receber os donativos ordinários que lhe fazem naquelas províncias, nesses actos, para suprimento das despesas da guerra, e tornar logo por todo Maio a Lisboa, para melhor expedição da frota. Partiu de Madrid a sete de Janeiro, tão aferrado que não levava consigo mais de treze homens de cada guarda, e ele em uma mula de aluguer, com que muitos recearam que em Aragão não fosse tão respeitado como devia, mas sucedeu, muito pelo contrário, porque entrando por Saragoça, vendo um Forte em que estava presídio de Castelhanos, disse que os presídios fossem para os confins de França, que ali não eram necessários. Foi este dito tão agradável aos Aragoneses, que logo aquela Cidade lhe presenteou um presente de valia de oitenta mil cruzados, e todos os reinos daquela Coroa estão contentíssimos com a presença Real. Entretanto, se espera por El-Rei, para se despachar a Armada com muito cuidado. Este ano de 1625 em Valladolid, faleceu o Cardeal Duque de Lerma, varão felicíssimo, pois de mais de governar a Monarquia de Espanha 20 anos absolutamente, para grandeza de sua casa e família lhe concedeu Nosso Senhor mais cinco de vida retirada, eclesiástica, para se aparelhar para a morte, a qual teve em Companhia de religiosos de dezoito conventos que ele edificara.

Também Castela padeceu os danos das inundações deste ano, e com maior excesso em Salamanca, onde o Tormes derrubou quinhentas casas, em que entram oito conventos, ainda que em satisfação de tamanha perda, tiveram o milagroso sucesso de uma imagem de Nossa Senhora, que o Rio trouxe até à ponte, em pé e sem ser molhada de água, por onde o Bispo, e Cabido, com toda a Cidade, a levaram, em procissão soleníssima, e daí por

[Página 27]

diante passou a inundação. Não teve tão bom sucesso Sevilha, que se apoderou o Rio de quase todo o povo, de cinquenta e três conventos e igrejas, e o mesmo padeceu Triana. Alguns dizem que chegou o número dos mortos a quatro mil, e os milhões que se perderam a pouco menos. Semelhantes infortúnios e trágicos sucessos passaram Valladolid, Talavera de La Reyna e outras diversas terras de Castela e Espanha, que, ainda que muito menos, tiveram grandes perdas e ruínas causadas pela grande inundação e águas extraordinárias.

Ainda que as coisas de Berbéria não dão cuidado, pela divisão daqueles bárbaros Príncipes, contudo um Mohabito de grande reputação entre eles veio de Sale, com numerosa Companhia de gente vagabunda, a Mamora, mas sendo, em uma manhã, salteados de uma emboscada dos nossos, foram postos em súbita fugida, deixando no campo quatrocentos companheiros e as armas de outros muitos, que sem elas procuravam melhor conservar as vidas.

A esquadra Holandesa, que o ano passado aportou no Calhau, junto a Lima, depois de andar vagante por aquelas costas, sem outro efeito, veio ultimamente a lançar quinhentos homens perto da Conceição de Chile, para se refazerem dos trabalhos do Mar, mas os da terra lhes deram nos aviamentos, de maneira que nem lugar tiveram de se refazer, digo recolher às embarcações, e assim morreram todos às mãos dos Castelhanos, com grande sentimento da sua frota, que espantada do caso deu à vela, segundo parece, para a pátria, porque não foi mais

vista naquelas partes. A fortaleza de Porto Rico, que os Holandeses cercaram, foi socorrida pelos de Santo Domingo, e os inimigos se tornaram para Holanda com bem grande perda.

Pretenderam os Príncipes da Liga que El-Rei de Dinamarca entrasse pelo Palatinado. Os franceses, venezianos, saboianos e esguiçaros que fosse sobre a Bartolina e Génova. Os Holandeses e Ingleses socorressem Breda e a Baía, e roubassem toda a costa de Espanha, e assim quase no mesmo tempo foram cometidas todas estas províncias. Porém, em todas os nossos tiveram maravilhosas vitórias dos inimigos, acudindo Deus pela justiça da causa. E começando por Itália, esta foi a que padeceu maiores trabalhos, entrando a guerra nela pela Bartolina Região dos Esguiçaros e única entrada da Alemanha. Esta Província tinha posta Sua Majestade na mão do Papa, com consentimento dos franceses e venezianos, que mais se sentiram de a verem subordinada a Espanha. Porém, não contente com isto, vieram com um grande exército sobre ela, ao qual os romanos, que tinham as fortalezas como não deviam, abriram as portas, tendo prometido a Espanha de morrerem na defesa, e tendo-se por tão bastantes para ela, que não quiseram o socorro do governador de Milão.

No mesmo tempo entrou o Aldigueta, com um poderoso campo de franceses, no Genovesado, acompanhando o Duque de Sabóia com seus vassalos

[Página 28]

e pessoa. Estes, com ímpeto francês, foram arrasando e abrasando lugares, até se porem à Vista de Saona, mostrando nos roubos e estragos que em toda a parte faziam, não só ânimo alheio da religião católica, mas ainda de humanidade, não perdoando a coisa profana nem sagrada. Acudiu logo Espanha, em favor da República de Génova, e chegando a seu porto o Marquês de Santa Cruz, com cinquenta Galés, lançou gente em terra, e fortificou os passos em que poder ter seu exército, de maneira que não ousou de passar mais adiante. Por outra parte saiu o Duque de Fria, Governador de Milão, com outro campo, de que os franceses tiveram tal receio, que voltando atrás em poucos dias desapareceram de Itália, mas o Duque, seguindo a empresa, recobrou para a República todos os lugares perdidos, passando a ferro grande parte dos presídios franceses, e os que melhor livraram tornaram sem armas para a França. Seguiu também o Marquês de Santa Cruz a vitória, e não tendo inimigos na terra, destruiu muitos lugares na costa do saboiano, e lhe tomou a Ouelha, porto muito importante, e prendeu alguns baixéis de porte, de maneira que por Mar e terra ficaram os Espanhóis senhores do campo, e os Italianos entenderam que do viço com que logravam a paz debaixo da protecção de Espanha lhes vinha appetite de deixarem franceses em Itália, de que em poucos dias se viram desonrados, roubados e cativos, em lugar da liberdade fingida que eles esperavam. Estes medos perturbaram tanto a Roma como se fora cercada de inimigos, porque sabendo o Papa o justo sentimento que Sua Majestade tinha dos seus soldados entregarem a Bartolina, e por outra parte o estrago que a crueldade e cobiça dos franceses faziam em Itália, forneceu de soldados a Cidade, onde tudo parecia guerra, devendo ser a mãe da paz, e não gastando para os gastos da Milícia os renditos da Datária, que com as guerras tinham quase cessado, foi necessário valer-se da Praça dos nobres e cardeais e usar de outros meios a que obrigaram semelhantes apertos. Porém, com a vitória de Espanha, tornou tudo a seu lugar, e Sua Santidade se veio com Sua Majestade, e fez este ano muitas constituições de grande reformação para o eclesiástico e proveu os Capelos vagos em personagens de muita reputação.

Em Flandres não foram menos venturosas as armas de Espanha, com se lhe render a Cidade de Breda, cabeça do estado do Conde Maurício, à vista do campo holandês, com que os Holandeses ficaram muito enfraquecidos, os

quais com a mudança do Príncipe parece que mudaram também de fortuna, porque falecido o Conde Maurício, elegeram por Governador o Conde de Nassau, seu irmão, muito inferior ao Maurício na suficiência, e tal que já se vêem princípios de novidades entre eles, procurando-se, por Inglaterra, que tenha este cargo o despojado Conde Palatino.

Padeceram os Holandeses, além disto, outra grande derrota sobre Dunquerque, perdendo 40 Galeões com uma tempestade que lhe deu, e ficando livre, com este

[Página 29]

sucesso, a saída aos nossos Galeões, que estavam no porto, deram sobre as duas pescarias dos Arenques, em que andavam os Holandeses, e com morte dos pescadores e prisão dos que escaparam deram de dano aos rebeldes quantia de mais de dois milhões, que estas pescarias lhes importam.

Na Alemanha, teve a liga Católica outras vitórias não menos assinaladas, porque mandou o Imperador um exército sobre a Valtolina, que recuperou a importante força de Quiavena, e tem reduzida muita parte dela a sua liberdade. Com outro exército foi Monsenhor de Tilly opor-se a El-Rei de Dinamarca, que poderosamente vinha sobre o Palatinado, e tendo este príncipe posto em grande cuidado aos católicos, por trazer consigo muita gente prática, foi vencido com menos custo, roto em batalha por Monsenhor de Tilly. A mesma fortuna seguiu El-Rei de Suécia, que vindo à jornada com o Polaco foi dele desbaratado. Por remate de tantas felicidades, alcançou o imperador, de Sua Majestade, a senhora Infanta Dona Maria por esposa de seu filho primogénito, que este ano se coroou por Rei da Hungria.

Em Inglaterra faleceu El-Rei Jaime, príncipe prudente, que com muito cuidado conservou a amizade de Espanha, sucedendo-lhe o filho, que estando mais obrigado a procurar concórdia, entrou na liga com tantas forças quantas temos visto. E porque os gastos que fez foram muitos, e o Parlamento lhe não quis dar dinheiro para eles, dizendo que a quebra com Espanha não fora feita com seu consentimento, mandou empenhar suas jóias a Amesterdão, para satisfazer as dívidas em que ficara. Concluindo-se o seu casamento com a irmã de El-Rei de França, e poucos meses depois de chegada a Inglaterra, mandou, com pena de vida, lançar fora do Reino todos os católicos que consigo trouxera. Mostrou El-Rei de França sentimento do Inglês lhe faltar com a palavra, em matéria tão grave. Houve sinais de querer romper com ele, se lhe deram lugar, os Huguenotes de La Rochelle, que, conspirando com os mais do Reino, tomaram alguns lugares a El-Rei, e o têm posto em muito cuidado, pelo que tem deixada a liga e, reconciliando-se com Espanha, tem já seu embaixador na Corte para este efeito.

No Império de Constantinopla continuam os revoltosos, pelo que desejam do turco a paz do imperador, e entendendo que nesta ocasião seria melhor ouvida, a fez prorrogar por mais anos.

Partiu a Católica e Real Majestade de El-Rei Nosso Senhor este ano de 1626 de Madrid, em Janeiro, aforrado e com pressa, para Aragão, fez cortes aos aragoneses, em Barbastro, e enquanto que se não concluíram, ficou presidindo nelas o Conde de Monterrey. Aos Valêncianos as celebrou em Monzón, e acabadas, um sábado, vinte e um de Março, deste presente ano de 1626, partiu de Monzón, tomando o caminho de Balaguer, Cidade de Catalunha. Nos limites desta e de Valência, o esperavam o Bispo de Barcelona, Dom João Sentis, Vice-Rei e Capitão General daquele estado, com outros

[Página 30]

Prelados, e títulos. Chegou Sua Majestade, de noite, a Balaguer, e a essa hora foi visitar a imagem do Santo Crucifixo, que é de muita devoção e está em um convento de religiosas. O recebimento dos jurados foi vistoso. Partiu-se para Barcelona, passando o Rio por uma curiosa e bem lavrada ponte de barcas. Era infinita a gente que o vinha ver por todos os campos, e caminhos. Mandou entrar na Cidade diante, em um coche, ao Infante Dom Carlos, seu irmão. El-Rei subiu em um formoso e lindo Cavalo. Os primeiros que chegaram a lhe beijar a mão foi a Universidade, com seu Reitor, que lhe fez uma breve e bem concertada prática e lhe deu os parabéns, beijando-lhe todos a mão, excepto os sacerdotes. Em segundo lugar, chegaram os deputados, com os três estados, Eclesiástico, Militar e Real, que representam o Reino. Cabeça do eclesiástico, o Bispo Delva, do Militar, Francisco Plaris de Cadell, do Real, Pero Fruster. Vieram com grande acompanhamento e realeza.

Em terceiro lugar, o Cabido, com seu prelado Dom João Sentis, Bispo daquela Cidade. Ultimamente, os Conselheiros, com seu ordinário e luzido acompanhamento, e sem se apearem dos Cavalos beijaram a mão a Sua Majestade. Foi andando, com todo este aparato, o Duque de Cardona a pé, indo advertindo de algumas coisas e cerimónias, e o Conselheiro, que chamam em Capitão, ao lado esquerdo de Sua Majestade, única proeminência desta Cidade. Entrou El-Rei vestido de cor de rosa seca, chapéu e plumas pardas, sentilho de diamantes, entre eles um de inestimável valor. À primeira porta desceu um anjo de uma nuvem artificial, que dando-lhe a boa vinda, lhe ofereceu as chaves da Cidade. Daqui foi Sua Majestade levada debaixo de Paleo, que levavam os conselheiros. Ia diante a cavalaria de Perpilhão, com seu Capitão, e logo as guardas Espanhola e Tudesca; seguiam-se os cavaleiros e títulos de Catalunha, e outros muitos senhores, Portugueses e Castelhanos. Chegando à Rambla, por ser o Cavalo demasiado brioso, que atropelava os que levavam o Paleo, subiu Sua Majestade no do Conde de Olivares, e o Conde de Olivares no do Rei, único mimo e favor. Na Praça de S. Francisco, estava um teatro entoldado de muitos ricos e graciosos panos, onde El-Rei, assentado em sua majestosa cadeira, tomou juramento, pelos Reinos ultramarinos, anexos a ele. O qual juramento, por antigo costume, lhe deu o Guardião de São Francisco. Diante do teatro, deram os oficiais de todos os officios uma linda mostra de si. Com mil invenções, os barqueiros andando com seus barcos pelas ruas, deitando por elas peixes vivos, os hortelãos, semeando e cultivando suas hortas, e todos os demais conforme a arte que professavam.

Na Sé, entrou Sua Majestade no Cabido, onde lhe deram posse de um Canonicato. Ao outro dia, em forma de Cabido, com grande aparato, e cerimónias, lhe levaram, os cônegos e dignidades, porção de cônego.

Para ter as cortes se fabricou uma formosa galeria de muita arte e primor, de cantaria e madeira, de quatrocentos e vinte e cinco pés de comprido com oitenta e sete janelas de fermosíssima vista sobre o porto e mar, com suas portas verdes,

[Página 31]

gelosias e vidraças, e muito capaz para o acto que nela havia de se celebrar.

Depois que El-Rei nosso Senhor chegou a Madrid, da Jornada de Aragão, e o Cardeal Barbatino, Legado Alatere, e sobrinho do Papa Urbano oitavo, a Barajas, se determinou, que a entrada do legado fosse Domingo, 24 do mês de Maio de 626, para cujo efeito se adereçou, ricamente, o quarto de S. Jerónimo, onde entrou o Legado, acompanhado do Conde de Onato, às oito horas da manhã. Às dez, veio a lhe dar as boas vindas, de parte de Sua

Majestade, o Duque de Sesla, acompanhado de todo o luzido daquela Corte, em meio do Duque de Albuquerque, e Marquês de Liche, genro do Conde de Olivares, todos adornados de luzidias galas e ricos diamantes. Pouco depois de uma hora, foi o sereníssimo Cardeal Infante, acompanhado de sua família, a visitar o legado, que havendo entendido tão grande favor o saiu a receber ao descanso das escadas. Tiraram-se os barretes, falaram-se por Ilustríssima e Alteza, despediram-se, e o Legado o acompanhou até ao coche.

Às quatro da tarde, foi o Legado, em Coche, à porta de Alcalá. E saindo Sua Majestade do Palácio, às seis da tarde, acompanhado dos cavaleiros, fidalgos, nobres, títulos e grandes, todos de negro, adornados de preciosos diamantes e curiosas galas, esmerados no asseio e concerto. Saindo Sua Majestade poucos passos da porta de Alcalá, encontrou com o Legado, que vinha em uma mula, que a insigne Vila de Madrid lhe havia presenteado, adereçada de uma Gualdrapa de Terciopelo Carmesim, com franjas de ouro. Mula e guarnição valeriam três mil cruzados. Tirou Sua Majestade o sombreiro ao legado, e ele o barrete, recebendo-se com particular demonstração de amor e cortesia. Foi acompanhado de toda a grandeza da Corte, que foi notável e de grande majestade até a Igreja de Santa Maria, onde se despediram. Assim receberam o legado debaixo do Paleo, cujas varas levaram os Capelães de honra do Rei. Acabadas as cerimónias e orações, saiu sua ilustríssima debaixo do mesmo Paleo, acompanhado de toda a grandeza da Corte, e entrou em seu aposento, que foi a casa do tesouro em seu quarto, cuja grandeza e riqueza de preciosas tapeçarias e curiosidades de brincos põem em esquecimento os dos insignes Romanos.

No mês de Agosto deste presente ano de 1626, foi nosso Senhor servido de dar ao exército Católico da Alemanha e a seu General, o valoroso Conde de Tilly, uma notável, e importante vitória contra o Rei de Dinamarca, que tinha entrado, com suas gentes, em terras de Príncipes Católicos, em particular do eleitor de Maguncia, ao qual saiu o Conde de Tilly, e o fez retirar, e de poder a poder vieram a batalha, onde El-Rei da Dinamarca foi desbaratado e vencido. Crê-se de que os mortos passaram de oito mil, fora dois mil que se renderam, com vinte e nove bandeiras, e se ganharam outras sessenta, seis cornetas e vinte e duas peças de Artilharia, e outros muitos despojos. Deste General Tilly se diz que tanto peleja com a oração como com a Espada. E com isto tenho satisfeito a curiosidade de vossa mercê e a minha obrigação. FINIS.

Apêndice 2

Transcrição da segunda edição do primeiro número das Relações, impresso em Braga

[Página 1 – Capa]

Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde o mês de Março de 625 Até Todo Setembro de 626.

Contém Muitas Particularidades e Curiosidades.

Ordenada por Francisco D'Abreu, natural da Cidade de Lisboa.

Com todas as licenças necessárias.

Em Braga.

Impressa por Francisco Lourenço de Basto, ano de 1627.

[Página 2]

Por mandado do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Dom Fernão Martins Mascarenhas, inquisidor geral destes Reinos de Portugal vi esta Relação. Não tem coisa contra nossa Santa Fé e bons costumes, antes me parece curiosa, e honesta pelo que se lhe pode dar licença para ser impressa. S. Francisco de Enxobregas a 14 de Abril de 626.

Frei João Cardoso.

Pode-se imprimir. Lisboa, 16 de Abril de 1626.

O Bispo Inquisidor Geral.

Pode-se imprimir. Lisboa, 17 de Abril de 1626.

Eugénio Cabreira.

Que se possa imprimir esta Relação, vistas as licenças do Santo Ofício e Ordinário, e depois de impresso torne para se taxar, e sem isso não correrá a 2 de Outubro de 626.

Araújo Cabral.

Taxam esta Relação em vinte réis.

Araújo Cabral.

Dou licença vistas as juntas.

A. Sousa.

[Página 3]

Pede-me vossa mercê novas do Reino, Corte e Mundo, dizendo que todas elas vêm a parar nesta Cidade de Lisboa, praça geral do universo. Brevemente aponto as que pude alcançar, para que a vossa mercê, sobre os regalos desse Entre Douro e Minho, não lhe falte coisa de alívio e de gosto. Vimos, o ano atrás, a poderosa liga em que ficavam unidos contra Espanha os Reis de França, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Duque de Sabóia, com as senhorias de Veneza, Esguiçaros, Holanda e outros Potentados, émulos da grandeza desta Monarquia. De todos foi Deus servido de (neste ano de 1626) dar a Sua Majestade tão insignes vitórias que para se referirem pediam grandes volumes, e não a estreiteza desta Relação. Porém, com a brevidade possível, darei de todas bastante notícia, como quem descreve o Mundo em pequena Tábua.

Está ainda com geral aplauso o governo de Portugal, nos Condes D. Diogo de Castro e D. Diogo da Silva, a cujo zelo e diligência se deve grande parte dos bons sucessos deste ano, aos quais deu Sua Majestade por companheiro no governo ao Senhor Arcebispo Primaz de Espanha, D. Afonso Furtado de Mendonça, eleito Arcebispo de Lisboa, prognosticando-se neste Reino felizes sucessos, nesta acertada eleição.

Entraram de novo no Conselho de Estado de Portugal Nuno de Mendonça, Presidente da mesa da Consciência, o Conde da Ericeira, Dom Diogo de Meneses, e o Conde de Santa Cruz, e o mesmo lugar deu Sua Majestade a Dom Henrique da Silva, Conde de Portalegre, e o fez Marquês de Gouveia, e a D. António D'Ataíde, Conde de Castro D'Aire. Em Castela, foi promovido ao Conselho de Estado de Espanha o Marquês de Frechilha, D. Duarte, irmão do Duque de Bragança; ao da Guerra, o Mestre de Campo Diogo Luís de Oliveira, que tinha vindo de Flandres. Ao Conde da Ericeira deram a presidência do Conselho de Bosques, que vagou pelo Marquês de Malpica, demonstração grande do amor que Sua Majestade tem aos Portugueses, pois não somente os escolhe para o governo de sua Real casa, mas ainda para o supremo de sua Monarquia.

Assentou-se no Conselho do Estado que para remediar as conquistas fora da barra, o melhor meio que havia era ordenar em Lisboa uma Companhia de comércio, ao modo da que em Holanda fizeram as Províncias rebeldes, na qual fosse toda a mercância livre e se desse a cada parte a razão da quantia de dinheiro com que entrasse, e que essa Companhia mandasse as frotas à Índia, Guiné e Brasil, pagando somente a Sua Majestade seus direitos, os lugares das Naus, os fretes, as tomadias, e tudo o que mais que resultasse do comércio ficasse das partes, e que o governo da Companhia consistisse no Presidente da

[Página 4]

Câmara de Lisboa e seus Vereadores, com mais quatro deputados, dois fidalgos e dois homens de negócios. E porque para isto era necessário grande cabedal, mandou Sua Majestade três ministros, seus julgadores, pelo Reino, com carta a todas as Câmaras, em que lhes pedia que contribuíssem para este efeito. E posto que desta diligência se tem consignado passante de trezentos mil cruzados, contudo ainda não acaba de se concluir esta obra, que assim como é de excelente intenção, se for tratada com verdade e diligência, será efficacíssimo remédio para os danos que os estados fora da barra padecem.

A fertilidade destes dois anos mostrou, claramente, que sem vir pão de fora se podia sustentar o Reino. E porque o cuidado da agricultura é grande parte da abundância, mandou Sua Majestade renovar a lei de El-Rei D. Fernando, ordenando aos Corregedores que, por conta das Câmaras, fizessem lavrar todas as herdades que estivessem sem lavrador, para que a avareza dos donos não fosse causa da esterilidade da terra.

Tem El-Rei assentada uma feitoria de Lona e Treu para velas, na Maia, cinco léguas do Porto; outras, de linho e cordel, na Torre de Moncorvo, Coimbra e Santarém; de Enxárcia, em Belém; de Pólvora, em Barcarena; de Estanho, junto a Vila Real; e de Ferro, a par de Viseu. É esta diligência de grandíssimo benefício para a Fazenda Real, Reino e Empresas, porque a El-Rei custam os materiais muito menos, o dinheiro que neles se gastava fica com os vassallos, e a obra é de tanta melhoria, como estando uma Nau sobre sete amarras, romperem-se as seis, que eram de fora, e ficar tão firme sobre a de Portugal, como se fora de Bronze, e assim se esperam muitos bons efeitos desta e outras semelhantes diligências.

Como a principal parte da Armada deste Reino estava no Brasil, e se podia recear que os inimigos, movidos desta ocasião, quisessem cometer alguns portos marítimos, mandou Sua Majestade que por todo o Reino se tornassem a levantar as ordenanças antigas da Milícia, que El-Rei Dom Sebastião instituíra, assim de gente de pé, como de Cavalo, ordenando que o Duque de Bragança, como Condestável, provesse nisto. E que sem consulta sua se não se determinasse nada, em semelhantes matérias, no que tocava aos Portugueses. E para haver mais Cavalos, se proibiram os Coches em Lisboa, e que ninguém os tivesse sem licença de El-Rei, pedida por consulta, e deram-se seis meses para se desfazerem os donos dos que ao presente tinham. Nomearam-se, em todas partes, Capitães-mores e das Companhias, e houve provimentos de armas (para cada lugar, principalmente nos da Costa) em preço competente, à custa de cada vizinho. Em Lisboa, se nomearam por Coronéis, além dos do ano passado, D. Miguel de Almeida e Simão de Mello, e os que ao presente são, é Nuno de Mendonça, juntamente presidente da mesa da Consciência, Henrique

[Página 5]

Correia da Silva, Brás Telles de Meneses, que acabou de ser Capitão-mor de Mazagão, D. Jorge Mascarenhas, que acabou de o ser de Tanger, e ao presente é Presidente da Câmara desta Cidade. Veio a Lisboa o Marquês de Hinojosa, por General da gente de guerra, no mês de Maio, o qual intentou fortificar a Cidade, com tanta pressa, que até nos dias Santos se trabalhava, com que fizeram uma Trincheira, desde a Boa Vista até além da Ribeira, com algumas Plataformas. No Terreiro do Paço, foi a fortificação dobrada e se fez um Forte, e nas Barrocas de Alcântara se fez muro de Pedra e Cal, porque os penhascos não sofreram Trincheiras.

Deram os coronéis mostra da gente alistada, todos em um dia, em diversas praças da Cidade, que foram o Terreiro do Paço, Rossio, Campo de Santana e Santa Clara. Foi a gente tão lustrosa, que houve nisto grande excesso, e ainda que a prática ainda não era muita, todos se mostraram tão destros que pareciam Soldados velhos. Neste dia se notaram, em Lisboa, três grandezas, que dificultosamente se acharão, juntas, em outra Cidade. Primeira, que sendo a gente alistada, da popular de Lisboa, e que chegava a muitos mil homens, nenhuma coisa se enxergou de menos no povo. Segunda, que partindo cada Capitão, com sua Companhia, a buscar seu Coronel, nenhum se encontrou com outro, sendo tantos, e vivendo os Capitães em muitas diversas partes da Cidade. Terceira, haver quatro praças, na Cidade, de tanta grandeza, que em cada uma coube um terço, posto em ordenança, que ocupa grande lugar.

A gente de Cavalo também deu sua mostra, mas como nela não entravam fidalgos, a de Santarém, que em Setembro trouxe o Monteiro-mor Francisco de Mello a Lisboa, foi melhor adestrada, e mais, porque chegou a quatrocentos homens de Cavalo, parte de Escopetas, parte de Lanças, e todos estiveram à obediência do Conde de Santa Cruz, como General da cavalaria.

O grande poder da Armada Inglesa, que estava, cada hora, ameaçando a partida, obrigou a se fortificar Cascais, e que assistisse nele Dom Jorge Mascarenhas, com o seu terço, criados de El-Rei e gente de Cavalo de Lisboa, e a todos se deu soldo, pela coroa de Portugal, com muita pontualidade. Além disto, mandou Sua Majestade juntar, em Lisboa, uma Armada de cinquenta velas, em que entraram muitos Galeões, e outros baixéis de força, com que a Cidade ficou tão poderosa que a pudera temer a mesma Inglaterra.

Estando as coisas neste estado, e tendo entrado por Itália os exércitos da liga contrária, e El-Rei da Dinamarca pelo Palatinado, e ameaçando a Espanha por todas partes, guerra, sucedeu tomarem os Franceses um Navio de Génova, em que iam algumas caixas de dinheiro de Sua Majestade, e do mesmo modo outro em Calais, e não querendo fazer a restituição, mandou Sua Majestade confiscar os bens dos Franceses e Ingleses que se achassem em Espanha,

[Página 6]

o que só neste Reino importou numa grande quantia, porque houve alguns homens destes a quem se inscreveram passante de quarenta mil cruzados. Porém, como Sua Majestade, em tudo, procede com tanta cristandade e justiça, permitiu que (com fiança) se entregassem as fazendas aos donos, e desprezou uma ocasião que outros Príncipes (para se fazerem ricos à custa alheia) festejariam.

Entrando Outubro, saiu de Plymouth a Armada Inglesa, com mais de noventa velas, em que entravam muitos Galeões, e a principal força da gente daquele Reino e Holanda. Chegando à Costa de Espanha, mandaram (por vários espiões) saber da fortificação de Lisboa. Destes foram tomados alguns em Setúbal, em trajes de Religiosos e de Mercadores, mas sabendo de outros a grande prevenção da Cidade, não ousaram a tomar terra. Contudo, da nossa parte se fez toda a diligência necessária, mandando os senhores Governadores muita gente, de todo termo de Lisboa e Ribatejo, a Cascais, de modo que estiveram naquele posto mais de mil homens a pé, além dos de Cavalo, que (com toda a boa ordem) estavam dispostos a defender o desembarque. Em Lisboa se guardaram as portas pelos soldados dos Terços, e se alistou toda a mais gente que havia na Cidade, até as famílias dos Eclesiásticos, com licença do Cabido, que, generosamente, também se ofereceu para quando cumprisse. Mandaram que todos os fidalgos se alistassem em seis companhias de aventureiros, cujos Capitães

foram Dom Jerónimo d'Ataíde, Pedro de Mendonça, António Telles da Silva, Dom Álvaro d'Abranches, Dom António de Meneses, filho de Dom Carlos, Dom António de Sousa, filho de Dom Francisco de Sousa. A mesma diligência se fez em Peniche. Em todos os povos do Alentejo houve recado que estivessem prestes a duzentos e trezentos homens dos mais destros das listas, para quando fossem chamados. Do mesmo modo estiveram todos os senhores e fidalgos a ponto para acudir onde lhes fosse ordenado. As costas do Reino muito bem providas, porque o Conde de Miranda guardava a de Entre Douro e Minho, Dom Pedro Manuel, Conde d'Atalaia, do Douro até Leiria, o Duque de Aveiro, de Sesimbra até o Algarve, e a deste Reino, o Governador João Furtado de Mendonça, pelo que, entendendo os inimigos que não podiam fazer efeito, ainda que com maior poder viessem, passaram avante, sem ousarem tocar em Portugal, e surgiram na Baía de Cádiz, onde (como adiante diremos) botaram gente em terra. Mas posto que os inimigos temeram tanto a costa deste Reino, mandou Sua Majestade ao General Dom Manuel de Meneses, que aprestasse os Navios que tinham chegado do Brasil a Lisboa, e Dom António Telles as Naus que tinham vindo da Índia, e fez vir, de Castela, quinhentos homens de armas, que se alojaram na ribeira do Tejo, com intenção de assaltar os inimigos por Mar

[Página 7]

e Terra, em Cádiz, se naquele posto intentassem fortificar-se, e tudo parou com a súbita retirada dos Ingleses, com que se mandaram despedir os soldados das ordenanças, ficando somente, em Cascais e Setúbal, a gente da Armada de Castela, que estava no porto de Lisboa, em que entraram algumas companhias Portuguesas. Este fim tiveram os aparatos de Guerra com que, a maior parte do ano, se ocupou este Reino. E ainda que alguns o terão por de pouco proveito, o certo é que foi importantíssimo, pois armou o povo, adestrou os mancebos, fez cavaleiros os nobres, fortaleceu os lugares marítimos, meteu medo aos inimigos, conservou o Reino livre dos trabalhos e afrontas que os vizinhos padeceram.

No estado Eclesiástico, vagou (aos trinta de Junho) o Arcebispado de Lisboa, por falecimento do Senhor Dom Miguel de Castro, varão que nas virtudes da caridade, piedade, pureza e temperança se pode comparar aos Padres da primeira Igreja. Foi nomeado em seu lugar o Senhor Bispo D. Fernão Martins Mascarenhas, Inquisidor geral, mas recusando, em tal idade, os trabalhos de tão grande Prelatura, bem merecida de seus grandes serviços, como Prelado que é de tão grande valor e consideração, a largou.

Promoveram a Lisboa ao Senhor Arcebispo de Braga, Dom Afonso Furtado de Mendonça, e para Braga, ao Bispo do Porto, Dom Rodrigo da Cunha, com geral aceitação de todos. O Bispado de Viseu se proveu no Padre Mestre Frei João de Portugal, religioso de S. Domingos. Por renúncia que fez Dom Lourenço de Távora, o Bispado de Elvas se deu a Sebastião de Matos, do conselho geral do Santo Ofício. Ao Bispado do Porto foi eleito Dom Frei João de Valadares, Bispo que foi de Miranda; e no de Miranda, o Dom Prior de Palmela. A Lamego foi promovido o Bispo do Algarve Dom João Coutinho. E no do Algarve, Dom Francisco de Meneses, Bispo de Leiria; e em Leiria, Dinis de Mello, desembargador do Paço.

Foi por Governador do Brasil Diogo Luís, Capitão de experiência e valor. Por General da Armada Portuguesa, Dom Manuel de Meneses.

Dia do Espírito Santo saiu, em Roma, eleito por Geral da Religião de São Francisco, Frei Bernardino de Sena, natural de Lisboa. É o segundo Português que teve essa dignidade. Havendo algumas dúvidas entre a mesa do Paço e Colector sobre a jurisdição, mandaram prender o Auditor da Legação, dentro da casa do mesmo Colector,

de que ele se deu por tão agravado, que procedeu rigorosamente contra alguns ministros da justiça, o que não foi bastante para deixar de em outro dia ser o Auditor preso na Cidade e posto em Badajoz.

Ao primeiro de Junho, se fez em Roma a Canonização da nossa Rainha Santa Isabel, cujas heróicas virtudes alcançaram do Sumo Pontífice esta solenidade, tendo-a negada a outros muitos Santos, que estão Beatificados,

[Página 8]

confessando que sentira em si uma emoção superior, que lhe obrigou a vontade a esta concessão, tendo determinado de a não admitir. Foi mercê particular que nossa Senhora quis fazer a este Reino, em recompensa de tantos trabalhos passados. Celebrou-se com grande magnificência, porque para tudo deixou dinheiro o Bispo de Coimbra, Dom Afonso de Castelo Branco, de boa memória. A esta nova se fizeram, no Reino, muitas festas, principalmente na Cidade de Coimbra, onde o Bispo Dom João Manuel, a Universidade, o Convento de Santa Clara e a Câmara tiveram festas contínuas, por muitos dias, e procissões soleníssimas, Touros, Canas, Torneios, Justas Poéticas e outros muitos géneros de alegrias, com que bem testemunhavam a que tinham nos corações. Não quiseram na Corte de Castela ficar inferiores a Portugal na demonstração deste contentamento, porque Sua Majestade mandou pôr Luminárias públicas uma semana e celebrar um oitaviário de missas e pregações, a que pessoalmente assistiu, com o Conselho de Portugal, coisa até então não vista na Corte, por razão das precedências. Além disto, teve o Conselho sua missa particular, na Capela de Santo António, que disse Dom Francisco de Bragança, e assistiu-lhe a Capela Real. A treze de Junho, houve procissão soleníssima, e (por ordem de Sua Majestade) as Religiões de S. Francisco, São Domingos, Santo Agostinho e Companhia fizeram quatro altares por onde havia de passar, competindo, com santa inveja, na riqueza e sumptuosidade destas fábricas. Saía a procissão da matriz, com todas as Confrarias, Religiões e Clérigos, no fim o Conselho de Portugal, o Duque Presidente levava um grande Estandarte de Damasco branco, com a imagem da Rainha Santa, de uma parte, e da outra as armas deste Reino. Ajudavam-lhe a levar pelas pontas e Cordões os demais Conselheiros, a quem acompanhavam, diante, os fidalgos Portugueses que estavam na Corte, ricamente trajados e cheios de muitas jóias de Ouro e pedraria. Detrás do Conselho vinha o Andor da Santa, trazido pelos seus Religiosos, ela vestida de Hábito pardo, semeado de Estrelas de Prata, oferta da nossa Rainha, na mão direita uma Muleta de Ébano, em cima uma riquíssima Coroa, que lhe presenteou Sua Majestade. Detrás do Andor se seguiram os outros conselhos, e logo El-Rei com os Infantes e grandes, todos com Bordões nas mãos, assim acompanharam a Santa imagem até às Descalças, aonde se acabou a Procissão.

Além destas festas Eclesiásticas e outras que a nação Portuguesa, Aragonesa e Franciscanos fizeram na Corte, ordenou Sua Majestade que houvesse muitas no Paço. Na Vila se correram Touros, houve Máscara e por remate umas Canas de oito quadrilhas, de que foram padrinhos o Marquês de Frechilla e o Marquês de Aitona. Levou El-Rei, na sua quadrilha, ao Infante Dom Carlos, o Almirante, o Conde d'Olivares, o Marquês del Carpio, o

[Página 9]

de Castelo Rodrigo. Nas outras entraram também alguns fidalgos Portugueses, entre os quais foram o Marquês de Gouveia, o Conde de Ficalho, Dom Lourenço de Castro, filho do Conde Governador Dom Diogo de Castro, Dom Gaspar de Teve, e o Duque de Ixar, filho do Marquês de Alenquer. Foram as Librés riquíssimas. Andou El-

Rei muito airoso nas Canas, porque é muito grande homem de Cavalo e se preza de ser muito destro neste e nos mais exercícios militares. Acabadas as Canas, guiou El-Rei um posto de Escaramuça, e o Marquês de Valada outro. E tudo se fez com muito conserto. Largamente pagou a Santa essas festas, porque no mesmo tempo que nelas se ocupava, lhe vieram novas da recuperação da Baía, da tomada de Breda, conservação de Génova e de outras muitas vitórias que esta gloriosa Rainha lhe alcançou, este ano, para a Coroa de Espanha.

Em Março de 1625, faleceu Dom Jerónimo de Azevedo, Vice-rei que foi da Índia, na prisão do Castelo de Lisboa.

Em Évora acabou, com mostras de santidade, a Senhora Condessa de Tentúgal, Dona Mariana de Castro, de idade de setenta e oito anos, gastos em muitas obras de virtude, e assim foi notavelmente sentida naquela Cidade. Também faleceu o Bispo de Lamego, Dom João de Lencastre, em Janeiro de 626, em Coimbra, onde tinha vindo curar-se, prelado de grande satisfação e esperança. Foi este ano notável nos temporais. Nos últimos de Agosto houve tão grandes calmas, que não há ninguém que se lembre de coisa semelhante, porque, além de naqueles dias ser o calor muito maior, correu um vento tão quente que abrasava tudo, e ainda que isto foi universal, fez maior dano na terra de Coimbra, onde morreram algumas pessoas abafadas, outras estiveram no mesmo perigo, dando a muitas súbitos acidentes, e as ervas do campo, árvores de fruto, vinhas, como costumadas a maior clemência, chegaram a ficar secas e perder a folha, como se fossem tocadas do fogo, de que nasceu a grande carência que depois houve de carnes, por faltar a erva e bolota aos gados. Foi ultimamente o Janeiro de 626 de tamanhas chuvas, e ventos, que (em seu tanto) competiram com as calmas, porque choveu por mais de trinta dias contínuos, e alguns com tanta fúria, que parecia o retrato do antigo dilúvio. Com estas águas cresceu o Tejo, de maneira que alagou as Lezírias e entrou pelas povoações vizinhas, com grande dano dos moradores e dos gados, porque faltaram mais de quinhentas pessoas de toda a sorte, assim Religiosos como seculares, alguns dos quais se viam nas praias de Lisboa. O gado era tanto que só de São José até Santo Amaro se contaram, na Praia, uma tarde, 105 reses, fora as que os pescadores andaram monteando no mesmo Rio com físgas.

Em seu tanto, não foi menor a perda que o Douro fez, por suas ribeiras, no Porto,

[Página 10]

onde entrou por cima das Ameias. Só em Coimbra se ouviu o Mondego com brandura, guardando-a o favor da Santa Rainha. Porém, se passou a Ponte nova, muitos dias, em barcos, e houve algumas perdas e ruínas, e em uma de umas casas morreu, sepultada nela, uma mulher, com dois meninos seus filhos, escapando, dos altos, dois estudantes, que (por uma viga) se lançaram abaixo. Houve, geralmente, em todo o Reino, grandes ruínas, e caídas de edifícios e casas e inundações de ribeiras, como foi a de Guadiana e outras, que fizeram grandes perdas. As causas superiores destes excessos causaram também, nos animais, monstruosos partos, qual, entre outros, foi o de uma Ovelha (que me contaram pessoas de crédito) que, em Barcarena, pariu um Anho com pele de Cabra e unha de Águia, tendo no rosto um só Olho, de grandeza de uma Laranja, e debaixo dele outra unha de águia.

Na Ilha do Corvo se alcançou este ano (dos Mouriscos de Argel, que andavam, com três Navios, por entre as Ilhas, à pilhagem) uma insigne vitória, os quais, imaginando poder fazer algum bom assalto na do Corvo, lançaram em terra cento e cinquenta soldados, de arcabuzes e Mosquetes. O Capitão da Ilha, vendo-se com pouca gente, e essa sem armas, porque raros tinham espingardas, repartiu a Pólvora que tinha com eles, e estando em um lugar alto pretendeu defender antes os montes que a Praia, e por essa causa desembarcaram os inimigos

sem contradição, mas sendo em terra, começaram a chover sobre eles nuvens de pedradas, que da serra tiravam os Ilhéus. Quiseram-se os inimigos reparar deste dano debaixo de uma rocha, cuja parte superior estava abalada, e lhe faltava pouco para cair, e foi Deus servido, que um dos de cima lhe lançou uma Pedra de notável grandeza, a qual, dando na coberta da lapa, a levou abaixo, e oprimiu, com súbita ruína, quantos nela estavam. De maneira que este tiro fatal foi mais prodigioso que o fabuloso de Hércules contra Caco, pois de um só arremesso matou e sepultou cinquenta contrários. Com tão inesperado sucesso, perderam os inimigos o ânimo, e os nossos o cobraram, de modo que só a dez concederam as vidas. Esta notável vitória se deve mais atribuir a notório milagre que a obra humana, porque se afirma que depois da peleja acabada, se achou um espingardeiro dos nossos com o arrátel de Pólvora que o Capitão lhe dera inteiro, tendo feito com ela três tiros. Os despojos foram de muito valor, porque ficaram os da Ilha ricos de Mosquetes, que, para eles, era a melhor mercadoria de todas e mais importante.

Na Ilha de São Miguel faleceu o Bispo d'Angra, Dom Pedro da Costa. Está nomeado, em seu lugar, o Doutor João Pimenta, Colegial que foi do Colégio Real e Cónego na Doutoral de Coimbra.

Os receios da gente armada de Inglaterra fizeram prevenir todas as nossas fronteiras

[Página 11]

de África, porque houve grandes suspeitas por se cuidar que o intento do inimigo era apoderar-se de algum daqueles portos, principalmente do de Cepta [Tânger], para nele poderem vir invernar as suas armadas, e (a tempo mais conveniente) saírem a roubar as costas de Espanha. E assim, correndo estas novas em Setembro, se foram muitos fidalgos para Cepta, com tanta pressa, como se já estivera cercada, que tanto desejavam ter parte em sua defesa, entre os quais foram Dom Luís de Noronha, irmão do Duque de Caminha, e Dom Dinis Mascarenhas.

Saindo, em Junho, ao campo de Tânger, o Conde de Linhares, Dom Miguel de Noronha, que ali está por Capitão, deu (à custa dos cavaleiros) com um leão, ao qual, remetendo só, matou-o às lançadas. Foi este caso muito festejado em Portugal, pois nele se vê ressuscitada a valentia dos Portugueses, que nestas e outras façanhas igualaram o valor tão celebrado de Hércules, Alexandre e outros de grande fama. E para que este sucesso lhe não ficasse inferior nesta parte, ordenou Dom Fernando de Faro, Senhor do Vimieiro e particular amigo do Conde, prémios a quem, em um Soneto Português, o louvasse melhor, e posto que somente três levaram os prémios, ele os fez imprimir todos, em honra de tão heróico feito, ganhando o mesmo Dom Fernando em procurar ilustrar, com ânimo tão liberal, o nome de seu amigo.

Para o Cabo Verde foi por Bispo Dom Frei Lourenço Garro, Geral dos Religiosos da Ordem de Cristo. No de São Tomé estava provido Dom Francisco de Soural, Cónego Regular de Santa Cruz, ao qual, sem ir, melhorou Sua Majestade no de Congo e Angola. Aos trinta de Outubro de 625, chegaram, a Luanda, em Angola, oito velas Holandesas, em que entravam três Naus de grande porte, e (entrando na barra) tomaram cinco Navios de Sevilha, que estavam sem gente, com alguma água e mantimentos. Mas acudindo o Governador Fernão de Sousa, fez disparar algumas peças, com dano dos inimigos, e sucedendo a noite, um dos donos dos Navios roubados assaltou o seu Navio, com uma lancha, e lançando-se os Holandeses ao Mar, com temor lho deixaram. Vendo o Governador o bom efeito das nossas peças, fez outros cinco Fortes, ou Plataformas, com que obrigou aos inimigos a largarem de todo o porto, retirando-se a lugar escuso.

Dia de todos os Santos, quiseram lançar gente em terra, com muitas Lanchas, mas a nossa Artilharia a varejou, de maneira que se tornaram sem ousarem entrar. O Governador, como Capitão vigilantíssimo, tudo prevenia. Não se dando por satisfeito com Fortes, fez uma larga cava pela Praia, com que fortificou a Cidade, e mandando vir alguma gente dos Presídios, seguiu aquela praça para maior poder, quanto mais para aqueles inimigos, os quais,

[Página 12]

recolhendo-se a outra parte da Ilha, repararam as Naus do dano que da nossa Artilharia receberam, e enterraram os mortos, ainda que não foi isto tanto a seu salvo, que não fossem muitas vezes assaltados das ciladas que o Governador lhes mandou armar, com morte de muitos deles, até que (aos sete de Dezembro) desapareceram daquele Porto de todo. Depois disso, em Setembro de 1625, chegou a Luanda o socorro que do Reino lhe levou Bento Banha, no Março de antes.

A pregação do Evangelho também vai próspera nesta conquista, porque Dom Pedro Afonso, Rei do Congo, antes que falecesse, levou os padres da Companhia para uma residência que lhes fez na sua Cidade do Salvador, e Dom Garcia Afonso, seu filho, que lhe sucedeu, com muita benevolência favorece os mesmos Religiosos.

O Bispo Dom Frei Simão Mascarenhas, Franciscano, partiu para o Congo, no princípio de Setembro, chegou à Cidade Salvador, a oito de Outubro, já sangrado três vezes, e agravando-se-lhe a enfermidade, faleceu a treze do mesmo. Foi enterrado na sua Sé, onde não tinha entrado vivo.

Por morte do Rei de Angola, sucedeu uma irmã sua, que se chama Dona Ana, a qual pretende que lhe mandem padres da Companhia e outros Religiosos, para conversão daquele Reino, onde se espera que se abra uma grande porta à promulgação do Evangelho.

Da Índia, partiu Dom António Tello, a vinte e nove de Fevereiro de 1625, com duas Naus de arribada, e João Pereira Corte-Real, com três de viagem. Com um vento que tiveram no Cabo, abriu a Nau Conceição, de Dom Francisco de Eça, de modo que chegou a ter vinte palmos de água, e com grande trabalho e socorro das outras, chegou a Santa Helena. Aqui se detiveram os Capitães, quarenta dias, em baldear a fazenda de El-Rei, Rainha e Artilharia. Nas outras Naus, o mais recheio ficou na Ilha, com gente e bastante provimento para seu sustento e defesa, enquanto mandavam o Batel da Nau a Pernambuco, para trazer Navios em que se embarcassem para o Reino.

As quatro Naus que ficaram partiram a primeiro de Agosto e chegaram a Cascais a 22 de Outubro, em tempo que a barra é muito perigosa, e assim entrando, o outro dia, a Capitânea de Dom António encalhou, em um areal, defronte de Laveiras, onde (por ser de noite) se perdeu alguma gente, que primeiro quis buscar o Mar, por fugir dele mesmo. Os outros, que esperaram, saíram no dia seguinte todos em Batéis, e da Nau se retirou tudo o que vinha na primeira coberta. As outras três chegaram a Lisboa a salvamento. Trouxeram novas da Índia, que o Capitão-mor Nuno Álvares Botelho tinha chegado a Goa, com toda a Armada e tão próspera viagem que não gastou nela seis meses. Despachou logo o Conde Vice-Rei ao mesmo Nuno Álvares, com

[Página 13]

oito Galeões, providos de muita Artilharia, armas e da melhor gente da Índia, para Ormuz, e não se enganou na escolha do valor e boa fortuna deste Capitão, porque se soube depois por um Correio de terra que pelejara três dias com oito Galeões e três Pataxos Ingleses e Holandeses, com morte do seu Almirante e de muitos outros, e lhe fizeram os nossos deixar o posto, fugindo os inimigos, com faróis apagados, faltando da nossa parte cento e cinquenta soldados, fora os feridos, em que entraram o Almirante Francisco Borges de Castelo Branco e Francisco da Cunha de Toar. Desta vitória avisaram logo o Conde Vice-Rei, que lhes mandou novo socorro, honras e mercês para os que mais se avantajaram, com que a Milícia da Índia tornará a seu antigo brio e a desprezar os inimigos da Europa. O mais do estado está em paz e os Holandeses pouco poderosos.

O General Francisco Mascarenhas cercou a Cidade de Macau, fortalecendo-a conforme a prática moderna, introduzindo na Cidade o modo da Milícia da Europa. Despediu os Castelhanos, que de Manila tinham vindo de socorro contra os Holandeses, por não serem necessários e fazerem já demasiada demora.

Com os Chinas estão os nossos em grande amizade, porque vendo o Rei a liberalidade com que os de Macau o socorreram para a guerra dos Tártaros, mandando-lhe Artilharia, Munições e oficiais destes misteres, agradecido deu Privilégio (aos moradores de Macau) de naturais da China e licença para se fortificarem contra os Holandeses e juntamente os declarou por seus inimigos.

Chamou os Padres da Companhia à Corte, para emenda do seu Calendário, com que lhe ficou a entrada livre para a pregação do Evangelho, a qual vai próspera em todo o Oriente, porque o Patriarca da Etiópia, o Padre Dom Afonso Mendes, da Companhia, partiu para o Preste João, onde é desejado (grandemente) de todos, em especial de El-Rei, que com cartas piíssimas e muito humildes lhe tem pedido que apresse a sua jornada, para a total redução daquelas províncias à unidade da Igreja Romana.

Com a vinda das Naus se soube, juntamente, da miserável perdição do Galeão São João, na costa do Natal, do qual, saindo em terra mais de trezentas pessoas, chegaram a Moçambique menos de vinte. Tem-se por certo que a causa de tão grande mortandade foi a errada resolução que tomaram, fazendo o caminho ao longo da Praia, coisa que tem custado muito aos nossos, porque as praias não são mais que areias estéreis ou penhascos vivos, faltos de fontes e cheios de ribeiras salgadas e inundáveis, por (já crescidas) se comunicarem com o Mar, pelo que a fome, os rios, a aspereza dos caminhos, são bastantes para consumir a todos, o que entendeu bem Nuno Velho, quando

[Página 14]

se perdeu no Galeão Santo Alberto e fez viagem por terra dentro, e trouxe sempre a gente sã e farta até chegar, prosperamente, a Moçambique.

Indo o Padre Gil de Abreu de Malaca para o Japão, foi tomado dos Holandeses e morto por eles em ódio da Fé, de que vieram instrumentos autênticos. No Japão, ainda dura a perseguição do Tirano contra os Católicos, padecendo cada ano grande número deles, entre os quais tiveram esta boa sorte os padres Pêro Paulo e Camilo Constâncio, com dez japoneses, que todos morreram queimados vivos, e neste ano de 1624 padeceram o mesmo género de martírio os Padres Eurico de Angelis, siciliano, e o irmão Simão Japão, ambos da Companhia, e o padre Frei Gualter, da Ordem de São Francisco, e Camarandono, primo com irmão do mesmo Rei, com

cinquenta Cristãos da terra, aos quais se juntaram dois fidalgos Cristãos, que, entre a infinita multidão do povo, estavam presentes a este espectáculo, e movidos do zelo da Fé e de uma santa inveja de seus mestres lhe não levarem o paleo na carreira do Céu, se desceram dos Cavalos e rompendo pela gente entraram nas fogueiras, e abraçados com os padres, declarando em altas vozes que eram Cristãos e queriam morrer pela verdade da lei de Cristo, deram suas ditosas almas a Deus, com grande admiração dos Gentios e consolação dos Católicos.

A missão de Cochinchina vai muito florescente, e em Cambaia, Champa Corai e outras partes pedem os padres da Companhia, os quais, o ano que vem, dizem, partirão em bom número a socorrer estas conquistas do Céu.

Foi nomeado por Vice-Rei da Índia Nuno de Mendonça, Presidente da Mesa da Consciência, pessoa de tanto valor e experiência que lhe tardaram muitos anos com este lugar. E assim por suas indisposições, não aceitou o cargo.

Vai por Capitão-mor Dom Manuel Pereira, filho de Dom Francisco Pereira, que foi Embaixador em Castela, com duas Naus e um Galeão somente, porque a outra se virou, estando-lhe dando crena no Rio de Coina, invenção que, entre outros males, tem também este perigo, e não valeu a experiência dele para se evitar a crena italiana e tornar ao estaleiro onde (antigamente) se consertavam as Naus. Este desastre temperou, em parte, outro não menor que os Holandeses tiveram na costa de Espanha, onde perderam algumas Naus que mandavam à Índia, e de uma vieram vinte e seis pessoas presas a Lisboa, que deram relação deste seu naufrágio.

As mais celebradas vitórias que neste Reino tivemos este ano foram as do Brasil, pelo grande cabedal que nesta empresa estava metido, da parte dos inimigos e nossa, e dos efeitos que do sucesso dela podiam resultar, e assim se dará, de tudo, mais particular relação.

Saiu o General Dom Manuel de Meneses, de Lisboa, a 21 de Novembro

[Página 15]

de 1624, com 22 velas, como se avisou na Relação passada, com ordem de ir esperar a Armada de Castela ao Cabo Verde, onde chegaram a 24 de Dezembro, com menos dois Navios, que derrotaram, um em Pernambuco, à Paraíba outro, e o Galeão Conceição, que, de noite, encalhou no baixo da Ilha do Maio, com morte de muitos que se adiantaram a se lançar ao Mar, como se este lhes pudesse faltar se se detivessem, esperando o remédio que Deus lhes mandou o dia seguinte de toda a armada, onde os fidalgos andaram, como em competência, a quem melhor havia de socorrer aos do Naufrágio.

Aqui se deteve a frota cinquenta dias, nos quais o General mandou fazer resenha da gente e exercitá-las nas armas. O Governador Francisco de Vasconcelos regalou a todos, com grande abundância, e foi Deus servido que com ser sítio tão doentio, não adoeceu gente alguma, o que se teve a evidente milagre.

Chegou Dom Fradique com a Armada Castelhana a 7 de Fevereiro, e com grandes demonstrações de festas se salvaram de ambas as partes, posto que Dom Fradique, assim nas salvas, como nas cortesias, excedeu muito em favor dos nossos, querendo-lhes (nestes obséquios) reconhecer o favor que mereciam em partir primeiro. Tanto que deu ferro se meteu no Batel, e foi buscar o nosso General, e achando-o já no Mar, se veio com ele à nossa Capitânea. Não contente com esta visita, vieram depois os principais fidalgos Portugueses nos seus Galeões. E porque o Morgado de Oliveira estava mal disposto em terra, o foi buscar a sua casa.

Dali partiram a onze de Fevereiro, e a 29 de Março tiveram vista da costa da Baía. Logo receberam aviso de Dom Francisco de Moura, que com um pequeno esquadrão de Portugueses tinha encerrados os inimigos no Rio

Vermelho. Os Holandeses eram 2300 homens, dos quais eram Franceses, Ingleses e Alemães 700. Estava a praça muito fortificada, por mar e terra, porque, de mais das Trincheiras, que estavam guarnecidas de 157 peças de Artilharia, a tinham cercada com uma cava profundíssima, e estacas de paus ao redor desta, para encravar os nossos quando dessem o assalto. Tinham no Mar, à sombra do Forte que, na Praia, fez Diogo de Mendonça, dezassete Navios, seis deles Galeões de grande porte.

Antes de referir a tomada da Baía, quero dar uma brevíssima notícia do desgraçado sucesso de sua perda, e do que o Governador Diogo de Mendonça Furtado fez na defesa da Cidade, como testemunha o Sargento-mor daquele estado, Francisco de Almeida de Brito, e outras pessoas de ser, qualidade e verdade, e cartas que vieram aos padres da Companhia, escapando de muitas que não chegaram, onde referiram a verdade do assalto e sua defesa, nem menos se podia presumir do ilustre sangue dos Mendonças, tão provado e experimentado no valor, fidelidade e proezas qualificadas, que em

[Página 16]

Serviço de seus Reis fizeram na Europa, África, Ásia, em todas as diversidades de tempos. Foi pois assim que o Governador Diogo de Mendonça Furtado, por ordem de Francisco de Frias, engenheiro-mor de Sua Majestade, tinha entrincheirada toda a Cidade, e feitos nessa (de Sespedes, por ser matéria mais sólida e firme) valas, redutos, plataformas e baluartes. Também mandou fazer um armazém, com tanta perfeição como o melhor da Europa, na mais importante praça dela, provido de muitos Mosquetes, Arcabuzes, Frascos, Bandoleiras, Corda, Pólvora, Balas de toda a sorte, Chumbo e todas as mais Munições necessárias. Oitocentas bocas de fogo, que havia neste Armazém, Pólvora e mais Munições, a maior parte de tudo foi comprado neste Reino com o dinheiro do dito Governador. Mandou entrar de guarda, cada dois dias, duas companhias, que ali havia de presidio, e as da ordenança saíam cada domingo ao campo, a se exercitar e tirar a Barreira, a que se achava presente. O mesmo fazia ao exercício dos Bombardeiros, os quais fazia exercitar com um falconete, que para esse efeito tinha em certa parte.

A dezasseis de Abril lhe deram recado que estavam, no Morro de S. Paulo, doze léguas da Baía, uma nau grossa, com uma grande Lancha de inimigos. Apressou-se para, em pessoa, ir pelejar com elas, mas foi impedido. Ordenou logo que seu filho António de Mendonça e Francisco Fernandes, natural das Ilhas (em dois Pataxos, providos de gente e Munições), saíssem ao Mar, a pelejar, e dar aviso aos Navios amigos se guardassem daquelas Naus, e de outras de que já havia notícia, e vissem, quando com forças não pudessem, se com algum estratagemia podiam tomar a Lancha dos Holandeses. Por carta suas, particulares, deu logo aviso a todos os Capitães do recôncavo, que acudissem com suas gentes, e passou provisão para que os homiziados livremente pudessem acudir à Cidade. Fez muitas Trincheiras, principalmente onde havia algumas quebras, e com Cestões (de que mandou fazer boa quantidade) cheios de terra tapou, na Praia, algumas entoadas. Guarneceu o Forte novo, mandando folhar de tabuado, para poder jogar a Artilharia, ficando com uma Plataforma, no qual pôs seis peças de Artilharia de Bronze. Onde chamam as Olarias dos padres Bento, fez um Baluarte de Sespedes, guarnecendo de Valas e Trincheiras toda aquela parte que parecia mais exposta, onde de noite e de dia estava gente de guarda. Repartiu, assim, a Praia, como a Cidade, em estâncias, e em cada uma seu Capitão, com sua gente. Ordenou duas companhias às portas de S. Bento e Carmo, fora as que estavam deputadas para os Fortes de Santo António, Tapagipe, Água dos Meninos, São Francisco, tudo com seus Artilheiros e Munições.

Tendo as coisas assim ordenadas e providas, como diligente, vigilante e experimentado Capitão, se começou a amotinar a gente que do contorno viera,

[Página 17]

deixando seus Capitães, dizendo que lhe não pagavam, a que acudiu com remédio conveniente, dando, cada dia, a cada um (de seu próprio dinheiro e fazenda), três vinténs, em que gastou muitos cruzados do seu. Mas nada bastou para aquietar a gente, em quem o medo tinha entrado. A gente da Cidade chegaria a setecentos homens, de mais da qual havia muitos negros, assim dos padres da Companhia, que trouxeram das suas aldeias, como dos Capitães Cachoeira e Francisco Dias D'Ávila, mandando dar a todos mantimentos e tudo o mais necessário.

Tendo o Governador a Cidade neste estado, a oito de Maio chegou toda a Armada do inimigo, a qual trazia vinte e cinco Naus grossas e oito Lanchas grandes. Entrando diante António de Mendonça, seu filho, que até então andara fora, como ele lhe mandara. Naquele dia, fez o Governador grandes diligências, procurando que cada qual acudisse a suas estâncias. Ao posto de Santo António mandou os dois Capitães, Ávila, e Cachoeira. E sobre eles, fez Capitão-Mor a Francisco de Barros, morador naquela estância, homem rico, e acreditado de valor e ânimo. O Bispo pediu armas para seus clérigos, e o governador lhas deu, e teve com ele todos os termos devidos a Prelado e a primor na vista que de si deu.

No dia seguinte desembarcaram os inimigos, e ainda que o Governador imaginava ter gente com que não somente defender a Cidade e resistir ao inimigo, mas para o desbaratar e destruir, se achou sem soldadesca, porque todos, sem ordem nem obediência de seus Capitães, se puseram em fuga, deixando-o desamparado, e ainda que, com a gente de sua casa e obrigação, tenha feito alguns arremessos, foi sem proveito, por serem poucos e os inimigos muitos. O Governador, andando sempre exposto a quantas balas atiravam os inimigos e ainda provendo o que lhe parecia necessário, mandou ao Sargento-mor visitar todas as estâncias e as prover de Pólvora e todas as mais Munições.

Vendo o Governador que a gente (sem pejo nem temor a Deus) ia fugindo, mandou ao Desembargador Pêro Casqueiro que subisse num Cavalo e a fosse deter e castigar. Porém, nada foi bastante para que todos deixassem de fugir e o desamparar. Acudindo a um Baluarte onde estava Pêro Garcia, homem rico e Cavaleiro de ânimo, que o defendeu todo o dia, e estando falando com ele, lhe deu uma bala que o matou. O que vendo o Governador (olhando para o Céu) disse Ah Senhor! Outra para mim, por vossa misericórdia.

Chegou a tanto o medo da gente e soldados que, largando as armas, fugiram para os matos, e nem animosas práticas nem poderosas lástimas do Governador puderam acabar com eles nenhuma coisa, ficando ele só com quinze

[Página 18]

ou dezasseis homens somente, os quais foram seu filho, Pêro Casqueiro da Rocha, Lourenço de Brito Correia, o Sargento-mor Francisco de Almeida de Brito, e outros, cujos nomes não pude saber. Estando neste estado se lhe mandou oferecer António Cardoso com cento e cinquenta homens, que tinha retido no Carmo. Porém, ainda que o Governador lhe mandou dizer que lhos mandasse, que com eles defenderia a Cidade, não havia já remédio, e

este vinha já tarde, mostrando António Cardoso o valor de sua pessoa e nobreza de sangue no lanço e esforço com que sustentou aqueles soldados, e aguardou, pelejando até o alto, na defesa da Baía.

Vendo-se o Governador só e cometido de muitos inimigos, remeteu a eles com a Espada na mão, e ainda que ferindo alguns, os fez retirar e afastar, mas foi preso e levado aos Navios inimigos. Nem foi quebra sua, mas desgraça nossa o sucesso, pois a insignes Capitães sucederam semelhantes desventuras. E o Espírito Santo, no segundo dos Reis cap. II diz *Varius enim est eventus belli*. Na guerra, quando tendes a vitória por mais segura e certa, vos achais (por justo juízo de Deus, e castigo de pecados) com ela perdida e desbaratados, favorecendo a ventura ora uns ora outros, mostrando firmeza em a não ter e estabilidade na continua variedade de seus sucessos. Deram fundo as nossas frotas, na barra da Baía, a 29 de Março, e tendo ao outro dia (que foi de Páscoa) conselho, com os Capitães e principais fidalgos de ambas as armadas, se assentou que saíssem em terra 500 Italianos, 2000 Castelhanos e 1500 Portugueses, fora 1400 de Dom Francisco de Moura, que ele ficou governando como dantes. O General Dom Manuel de Meneses assentou de não sair em terra, com o que se escusou de ficar parecendo General de toda a Empresa, pois, saindo de força o aulão de acompanhar os títulos e principal nobreza da frota, que toda era de Portugal, e ainda o maior número de soldadesca, porque, com os socorros que esperavam, e logo vieram, passavam de 3300 os Portugueses que andavam em terra, e por esta razão e se evitarem contendias, não quis Dom Fradique mandar aquartelar os Portugueses à parte, senão misturados com os Castelhanos, e assim houve entre todos grande paz e amizade, a que ajudou o rigor com que Dom Fradique mandou enforçar a um gastador que arrancou sua faca para um português, sem lhe valer a intercessão de toda a nossa gente.

A 30 de Março mandou o General lançar gente em terra, e o Morgado de Oliveira foi o primeiro que a tomou. O Exército se repartiu em três sítios padraos da Cidade, para se bater melhor, que foram S. Bento, Carmo e o dos Palmeiros, e a cada um se levou a Artilharia, com imenso trabalho dos soldados, em que a nobreza de Portugal se avantajou, sendo obra tão dificultosa pela fragura dos montes e falta de animais para as carretas, que nesta

[Página 19]

impossibilidade tinham os inimigos fundadas suas esperanças, e vencida ela se deram logo por perdidos. Nos quartéis se alojaram os fidalgos pelas casas dos arrabaldes, fazendo cada qual gentileza de ficar mais perto da Artilharia inimiga, excesso grande, a que os Generais devem acudir com muito rigor, pelo manifesto perigo em que, muitas vezes, se põem as pessoas de maior importância do campo, perdendo, infrutiferamente, as vidas, como aconteceu a Martim Afonso Morgado de Oliveira, fidalgo, que (por seu esforço, cortesia, e liberalidade) era digno de mais larga vida, e que com sua morte fez este cerco famoso. Mas não foi só esta desgraça, porque fazendo os contrários, a 2 de Abril, ao meio-dia, uma saída contra os quartéis de S. Bento, acharam os soldados de Dom Pedro Osório tão descuidados, que fizeram neles uma grande matança, e poderia ser maior, se lhe não acudissem os Portugueses de Dom Francisco de Almeida, que retiraram o inimigo até à sua Artilharia, da qual receberam não pequeno dano, ficando mortos dos nossos 36, em que entrou o mesmo Dom Pedro Osório, e o Alferes de Dom Francisco de Almeida, fora 92 feridos, de que depois morreram muitos. Neste recontro, vindo Dom Francisco de Faro, filho do Conde de Faro, a braços com um holandês, o rendeu e fez prisioneiro. O cerco foi prosseguindo, com grande valor de parte a parte, chegando um soldado nosso, criado de Dom António de Lencastre, filho do Duque de Aveiro, a tirar uma bandeira do muro aos inimigos, e tornando eles a pôr outra, lhe tirou segunda vez outro soldado português, com não menor valor e bom sucesso.

Aos 8 de Abril, intentou o inimigo queimar a nossa frota, com três Navios de fogo, mas (pela pouca corrente do Rio) não fizeram efeito, antes da nossa Almirante lhe tomaram três peças de Artilharia e dois homens. Em recompensa, mandou o General Dom Manuel de Meneses lançar alguma gente em terra e fazer plataformas, em partes tão acomodadas, contra a Armada inimiga, que lhe meteu sete Navios no fundo.

Estando nesta bateria 90 soldados Portugueses, com o Alferes Inácio de Mendonça e João Loureiro, em 27 de Abril se chegaram os nossos a um Baluarte do inimigo, e ainda que sem ordem do superior, lhe deram o assalto, de maneira que (os que o defendiam) lhes pediram que se detivessem porque se queriam entregar. Subiram-se logo acima os dois nomeados, com seu sargento, e vindo o coronel holandês, lhes pediu se traziam ordem para fazer consertos, os nossos lhe responderam que não, mas que pois tratando de se render mandassem ao General Dom Fradique um tambor e que com ele podiam pleitear. Logo os Holandeses mandaram um tambor ao Quartel do Carmo, que por ordem do Mestre do Campo, António Moniz Barreto, foi levado a Dom Fradique, e lida a carta que levava, depois de algumas réplicas, foi

[Página 20]

acordado que entregariam a praça com todo o recheio, saindo os Capitães com Espada e os mais soldados sem armas, com uma trouxa às costas de fato de seu vestir, e que lhe dariam embarcação e mantimento até à Holanda à sua custa, para o que deixariam reféns.

Com estas condições renderam a Cidade, a 30 de Abril, onde entraram logo os soldados Castelhanos, que tiveram menos sofrimento. Porém, os Portugueses de António Moniz Barreto e os de Dom Francisco de Moura estiveram fora, em firme obediência, três dias, e assim ficaram sem participar do saque, o que os nossos estimaram tão pouco, que houve alguns capitães que nunca quiseram deixar os seus quartéis, entre os quais teve particular louvor Gonçalo de Sousa, filho do Governador de Angola, pelo desinteressado ânimo que nisso mostrou. Porém, o resto dos nossos entrou no dia da Invocação da Santa Cruz, que foi o mesmo em que o Capitão Pedro Álvares Cabral ilustrou esta Província com o vitorioso nome de Santa Cruz. Morreram dos inimigos passante de 300 e dos nossos 284 e foram 145 feridos.

Foi a presa da Cidade avaliada conforme a cobiça e inveja de cada um, mas os que julgaram as coisas em meio entendem que chegou a um milhão e mais, em que entrou a artilharia, armas, munições e mantimentos, com que puderam os cercados sustentar a praça muitos tempos, sem padecerem falta de nenhuma destas coisas. Acharam-se na terra alguns cristãos novos, que estavam lançados com os Holandeses, de que se fez justiça, e juntamente alguns escravos, que eram Capitães dos mais, que passavam de 400.

Entre as pessoas que cobraram liberdade, foi Dom Francisco Sarmiento, Governador que tinha sido de Potosi, que com uma nau sua, carregada de prata, entrando na Baía, sem saber que estava pelos Holandeses, foi cativo. Trazia este fidalgo sua mulher e filhas, e posto que as Barras de sua prata, que os Holandeses lhe tinham tomado, importavam muitos mil cruzados, ficou ele sem coisa alguma, e em tal estado que pediu esmola e ajuda para se vir a Espanha, de que compadecendo-se Dom Afonso de Noronha, com ânimo generoso, vendeu a Baixela e lhe deu 500 cruzados, ficando em estado que os outros fidalgos o socorreram até Portugal.

Deste modo se recuperou a Baía, e sempre se alcançarão semelhantes vitórias se da nossa parte se proceder com boa ordem militar, no assentar dos quartéis, fazer das trincheiras, na destreza dos artilheiros, e sobretudo na obediência dos soldados.

A 26 de Maio, chegou à Baía o socorro da Armada Holandesa, que os cercados esperavam. Eram 33 velas, que (não sabendo o que passava) lançaram ferro defronte do Forte S. António, saindo logo os nossos Generais a encontrá-la, indo na Vanguarda os Navios Portugueses. Porém, impedidos do vento Norte

[Página 21]

e da noite que sobrevinha, amainaram, tendo já tocado um Galeão castelhano, que procurou dar volta muito junto a terra. Vendo isto, os inimigos deram vela, favorecidos da noite, perdendo, ao sair, a sua almirante, e correndo a costa para o Norte. Vendo-se necessitados de água e com muitos enfermos, lançaram gente na Baía da Traição, porto da Paraíba, e se fortificaram nela, donde, guiados pelos Gêntios, fizeram duas entradas pela terra dentro, com pouco dano dos Portugueses. Foi avisado disto o Governador Matias de Albuquerque, e despachou logo, de Pernambuco, a Francisco Coelho de Carvalho, Governador do Maranhão, com sete companhias de Portugueses, para que resistisse ao intento do inimigo enquanto chegavam as nossas armadas da Baía, que já tinham recado do que se passava. Porém, o Governador Francisco Coelho se houve com eles com tanto valor, que escusou o trabalho a Dom Fradique, pois, vencendo o inimigo em várias escaramuças, o constrangeu a se retirar à frota, o primeiro de Agosto de 1625, com muitos mortos, e de todo deixar o posto, ganhando (sem perder soldado) gloriosa vitória de inimigo tão poderoso, que (saindo daqui) foi à ilha de Porto Rico, onde, desembarcando, se assenhoreou da Cidade.

Outra assinalada vitória tiveram os nossos, dos Holandeses, na Capitania do Espírito Santo, que se pode ter por milagrosa, vista a desigualdade das armas e gente, que os nossos eram muito inferiores em número.

Em dez de Março de 1625, apareceram à vista daquela costa oito velas de Holandeses, de que houve tão grande sobressalto na Vila como se não tivessem os inimigos por vizinhos havia menos de um ano. Começaram logo as mulheres e meninos a despejar as casas e a se acolherem ao mato, enchendo tudo de lastimoso pranto. Contudo, o Capitão Francisco de Aguiar fez juntar a gente, a qual era tão pouca e mal Armada que na estância do Governador, que era a melhor, se acharam só doze Espingardas, e os mais não tinham outras armas que Espadas, e Rodelas. Este abominável descuido com que os nossos Portugueses vivem, fora da barra, com tanta segurança como se estivessem no sertão de Portugal, os tem muitas vezes trazido às maiores misérias do mundo, pois pelejando sem armas, com inimigos armados, de força hão-de ser vencidos, ou escapar por milagre do Céu, e assim perdem as fazendas e liberdade, não por falta de valor, mas de instrumentos de sua defesa, na qual, se empregassem uma pequena parte do que empregam em outras mercadorias, não viriam, por poupar pouco, a perder tudo, e o que pior é, a honra e reputação do Reino. Quis Deus que nesta ocasião estivesse no Espírito Santo Salvador Correia de Sá, filho do Governador do Rio de Janeiro, com quarenta Portugueses bem armados e setenta Índios de Flechas, que levava de socorro para a Baía. Com esta gente, e com a da terra,

[Página 22]

fez o Capitão três estâncias, que pôs nas bocas das ruas que saíam para a Praia. Entretanto, entrou o inimigo, com todas as velas, pelo Rio acima, onde poderia, facilmente, ser destruído, se às quatro peças que havia na Vila as pusessem nos lugares que ficam sobre o Rio e estão fortificados para este efeito. Porém, como isto faltou, surgiram os Holandeses no Porto, com grande estrondo de Artilharia, e lançaram fora trezentos homens

mosqueteiros, que tomando terra, sem contradição, se vieram para a Vila, aberta por toda a parte, sem mais Muros nem Trincheiras que os peitos dos que a defendiam. Cometeram primeiro os nossos valorosamente, e entre todos se travou a peleja, que durou mais de um quarto de hora, até que, vendo o padre guardião de São Francisco, Frei Manuel do Espírito Santo, que andava na estância de Nossa Senhora da Vitória, animando os nossos, como os inimigos cometidos por um lado mostravam fraqueza, gritou vitória, vitória, a cuja voz, rendidos, eles deixaram logo as Armas e começaram a fugir. Vendo isto, os das outras estâncias apertaram com os contrários, de maneira que, em breve espaço, uns e outros viraram todos as costas, fugindo todos para as Lanchas. Seguiram os nossos o alcance. Porém, sendo tão pouca a gente, fez o Capitão sinal a recolher, para não acontecer algum desastre, contentando-se com ver o campo coberto de inimigos nossos e dos despojos de suas armas, sem faltar da nossa parte mais de um soldado. Tornaram os Holandeses, ao outro dia, a tentar de novo a fortuna, mas não lhes saiu melhor sorte, porque tomando terra em maior número, vendo morto um companheiro, de uma seta que lhe atiraram da Vila, se tornaram a embarcar, sem quererem, segunda vez, experimentar o valor dos nossos. À fama destes bons sucessos acudia muita gente do mato à Vila, querendo-se, até os cobardes, gloriar-se da vitória, o que sentindo os inimigos determinaram ir pelo Rio acima a assaltar o mato, que não tinha mais que mulheres. Para isto partiram em quatro embarcações, guiadas por um estrangeiro, que fora morador na dita Vila. Esta inesperada resolução causou tão grande sobressalto nos nossos (porque todos tinham suas famílias e fazendas fora, a que se acudissem desamparavam uma e outra parte) que ordenou o Capitão-mor a João de Azevedo que, com alguma gente, fosse à vista dos inimigos. Contudo, eles, que iam adiante, tomaram várias canoas e uma Caravela de Salvador de Sá, que estava quase despejada, e passaram a noite contentes com esta proeza. Os nossos se juntaram, entretanto, com Salvador de Sá, e saindo ao outro dia de uma emboscada, com três canoas, deram nos inimigos com tanta fúria, que lhe abalroaram a lancha principal, sem deixarem nela mais de dois com vida. As outras se recolheram com tanto dano, que em uma só quatro escaparam da morte, e assim ficaram os nossos senhores do campo, custando-nos a vitória dois homens e alguns feridos. Desesperados, os Holandeses de melhor sucesso

[Página 23]

deram à vela a dezoito de Março, deixando mortos mais de cem homens, em que entrou o seu almirante e o traidor Rodrigo Pedro, que era casado no lugar, e ainda que os dias que estiveram no Porto meteram mais de oitocentos e cinquenta pelouros na Vila, não fizeram dano de consideração.

Depois destas vitórias, permitiu Deus que padecessem as nossas armadas algumas adversidades na volta, para que não atribuíssemos a nós a glória de tantos vencimentos. Estava já a Baía (nesse tempo) bem fortificada e guarnecida de presidio de mil homens Portugueses, debaixo da obediência de Dom Francisco de Moura, pelo que se partiram as armadas a oito de Agosto de 1625, levando a rota de Pernambuco. Nesta viagem lhe deu uma grande tempestade com que todos se dividiram, ficando a nossa Real com quinze velas, entre portuguesas e castelhanas, e não podendo o General tomar Pernambuco, se fez na via do Reino, com tantos ventos, que só a catorze de Outubro chegou a Lisboa. Os outros Navios nossos tiveram diversas sortes, porque a almirante e o navio de Constantino de Melo foram presos de nove Galeões Holandeses, a que não puderam resistir, e o mesmo aconteceu ao de António Soares. O Galeão Santa Ana, Almirante Castelhana, em que vinha o Mestre do Campo

João de Orelhana, abalroando com um Holandês, tomou fogo, um e outro à vista da nossa Real, que estava combatendo com outras duas velas holandesas, e salvou alguns que deste miserável espectáculo escaparam.

Dom Fradique, com a outra esquadra, teve a mesma adversidade, afundando-se-lhe alguns Navios, perdendo outros, e padeceu tanto por falta de água e mantimento que esteve em grande perigo. Ultimamente, com a força dos ventos, entrou pelo estreito de Gibraltar e foi surgir a Málaga, com parte da Armada, tomando os restantes diversos portos. Em Málaga, desembarcaram, dos nossos, o Conde de Tarouca, Dom Lopo da Cunha, Senhor de Santar, João da Silva Tello, Dom Francisco de Faro, filho do Conde de Faro, e outros fidalgos, que (vindo para o Reino, junto a Sevilha) souberam como Cádiz estava cercada da Armada Inglesa, e logo lá se foram, sendo os que levaram a Vanguarda do socorro que nela entrou, onde assistiram até a retirada do inimigo. O mesmo fizeram Dom Afonso de Noronha, António Moniz Barreto, Enrique Enriquez e Dom Afonso de Lencastre, posto que, por os tomar a nova mais tarde, chegaram quando o inimigo se embarcava. Quando os nossos chegaram ao Reino, acharam que Sua Majestade, por uma sua escrita ao nosso Conselho, havia por bem, por estar informado do valor com que os Portugueses o serviram nesta ocasião, e que para morrer por seu socorro lhes não faltara vontade e sobejara o ânimo, mandava que a cada um se desse o que tivesse da Coroa para filhos ou herdeiros e lhes fizessem todas as mais

[Página 24]

mercês, que ele, por outro decreto seu, tinha concedido aos que morressem nesta Empresa, sem a nenhum ser necessário fazer sobre isto mais diligências, porque queria que soubessem os Portugueses que para lhes fazer mercês, não queria dessem mais passos que os dados em seu socorro. Magnificência tão grandiosa, que igualmente recompensou o ânimo desinteressado com que a nobreza deste Reino se embarcou para esta jornada, sem nenhum pedir satisfação alguma, e a que todos (fervorosamente) obrigava se empreguem no socorro de Príncipe que tanto se lembra de quem o serve.

A 21 de Novembro de 1625 (na Corte de Madrid) pariu a Rainha nossa Senhora uma filha. Por morte de Dom Diogo Brochero, vagou o Grão Priorado de Castela, e Sua Majestade se houve tão justificadamente, que o deixou a quem de justiça, por sua idade, tocava, que era o Bailio D. Rodrigo Tello. Fez Sua Majestade grandes as casas do Marquês de Liche, Alcanizes e Cárpio, e as pessoas do Marquês de Montes Claros e de Dom Agostinho Mexia. Também concedeu grandes privilégios aos oficiais que introduzissem em Espanha as artes mecânicas, que cá faltam, e com as quais levam os estrangeiros o dinheiro dela, como são tecer telas de ouro e prata, e passamanes do mesmo, lavar papel, de que (em Salamanca) se deu novo princípio, e em Burgos alfinetes, e assim de outros misteres semelhantes. Porém, sobretudo se viu a providência de Sua Majestade nas matérias de guerra, porque sendo cometidas em muitas partes pelos príncipes da liga contra as províncias de Sua Majestade, em todas foram rebatidas as forças inimigas, com outras iguais a elas. Para isto ordenou outra liga com a Casa de Áustria e seus aliados, em que entrava o imperador, Rei da Polónia, Duque da Baviera, Potentados de Itália, Duque de Cleves e Neburgo e o Eleitor de Saxónia. Para os exércitos de Alemanha, deu Sua Majestade 27500 homens, e nos de Itália entrou com a maior parte. Já vimos os preparativos de guerra que mandou fazer neste Reino. O mesmo fez nas mais costas marítimas de Espanha, contra a qual partiu de Inglaterra, nos primeiros de Outubro, uma poderosa Armada de 95 velas, era General Valors de Valoy, personagem que se tinha por de valor naquele Reino, e por adjunto o Conde de Leste, filho do que já ganhou Cádiz, os quais, vendo a vigilância com

que estava guardada a costa de Portugal, no primeiro de Novembro de 1625 foram surgir na Baía de Cádiz, cuidando o Conde de Leste que, nesta Ilha, tinha a fortuna dos Cepiões de Cartago. Estava na Cidade Dom Fernando Giron, Capitão de grande experiência, e como tal a tinha fortificada. Bateram, o outro dia, sete Navios o Forte do Pontal, que está em uma ponta da Ilha, longe da Cidade, e por não poder ser socorrido se rendeu ao terceiro dia, morrendo primeiro, na defesa, 60 soldados de 100, que o

[Página 25]

guardavam. Acudiu logo o Corregedor de Xerez, com muita gente, à Ponte de Cuaco, por onde a ilha se junta a terra firme, assim da Ponte, como de gente que levaram as Galês, entraram em Cádiz mais de 4000 homens, e de toda a parte rebateram, com muito valor, alguns esquadrões de inimigos que entraram pela terra dentro, e se retiraram às suas Trincheiras. De todas as cidades e lugares circunvizinhos acudia, todos os dias, gente sem número, e chegando a nova a Madrid, foi tal o sentimento que Sua Majestade mostrou que quis logo partir em pessoa, se o deixassem. Porém, esta mostra bastou para não ficar na Corte nenhum homem que pudesse tomar Espada, porque nobres e grandes senhores, todos saíram pela porta, e não havendo alugueres para tantos, correram muito em cavalos regalados, e à falta destes, os mais se foram a pé, e com tanto excesso, que foi necessário atalhar-se, o que vendo o inimigo, e que não só não surtia efeito seu intento, mas (se se detivesse) podia padecer perigo por mar e terra, elegeu por melhor partido ir esperar a frota da prata, e ali deixou a fortificação e se retirou com tanta pressa como se fugira, mostrando sua variedade, fraqueza e inconstância no feito, como em tudo, porque é nenhuma coisa esta nação, e muito menos na fé. Sua vileza natural e instabilidade, mostrou o Papa Bonifácio, advertindo a Igreja desta verdade, no celebrado texto que está no Decreto dist. 16 cap.: *Si gens Anglorum ficut per istas Provincias divulgatum est, et nobu in Francia, et in Italia improperatur, ex ab ipsis paganis improperium est, spretis legalibus connubis, adulterando, et luxuriando ad instar sodomitue gentis fedam vitam duxerit, de tali comistione meretricium estimandum est degeneres populos, et ignobolis, et furentes libidine fore procreandos, et ad extremum universam plebem ad deteriora, et ignobilia vergentem, e novissime, nec in bello seculari fortem, nec in fide stabilem, et nec honorabilem hominibus, nec Deo amabilem esse venturam, etc.* São estas palavras do Sumo Pontífice de tanto peso, que cada uma delas tem muito que ponderar acerca desta nação. Porém, há nela pessoas muito católicas e de consideração, a qual os nossos fizeram retirar com morte de 500 homens, em que entraram alguns afogados, porque os Castelhanos os seguiram, até pelejarem dentro da água.

Aos oito do mês saiu a Armada fora da barra, e se pôs na altura de 40 graus, onde lhe deu tão grande tormenta, que dividindo os Navios (depois das frotas das Índias serem salvas), dizem, chegaram a vários portos de Inglaterra cinquenta velas destroçadas e com muita gente morta, e a mais padeceu miserável naufrágio, junto a Salem, na Berbéria. Este infrutuoso fim teve-o a Armada Inglesa, com cujo poder imaginaram os inimigos assenhorar-se das Naus da Índia, frota da prata e da Armada que vinha do Brasil, e por isso saíram tão tarde, mas Deus pelejou por nós, trazendo tudo a salvamento.

[Página 26]

Consideram-se, neste sucesso, duas coisas notáveis, uma, que com tanta pressa e ânimo acudiram agora os castelhanos a defender Cádiz, quanto foi o medo e negligência com que, no ano de 1596, a perderam. Tal valor infunde nos vassallos o brio e vigilância do Príncipe.

A segunda se tem por manifesto milagre, porque tanto que os Ingleses aportaram em Cádiz, mandou Sua Majestade despachar mais de sessenta Caravelas, com grandes prémios, avisar a frota, para que viesse aportar a Lisboa ou Galiza, para não ser presa dos inimigos. Caiu uma destas Caravelas em mão dos Ingleses, e tendo por certo que esperando a frota naquela altura se fariam senhores dela, e assim partiram logo de Cádiz, a pôr-se em quarenta graus, mas foi Deus servido que nenhuma Caravela das nossas encontrou a frota, a qual chegou a Cádiz vinte dias depois da Inglesa a estar esperando na paragem por onde houvera de vir, se lhe deram o recado de Sua Majestade. Pelo que, reconhecido El-Rei de tão grande mercê, ordenou que em todas as províncias de Espanha se dessem graças públicas a Nosso Senhor por tão assinalado benefício, e em uma carta piíssima escreveu a seus povos a grande obrigação em que estavam de emendar as vidas, pois Nosso Senhor, com tão extraordinários benefícios, lhes mostrava a particular protecção com que os favorecia, e assim se vê hoje a Corte muito reformada.

Para castigo da Armada Inglesa, determinou Sua Majestade fazer outra muito maior, que manda ordenar por todos os portos de Espanha, em número de cem velas. E porque para os gastos era necessário dinheiro, assentou ir fazer cortes ao Reino de Aragão, que as pedia com muita instância, e juntamente receber os donativos ordinários que lhe fazem naquelas províncias nesses actos, para suprimento das despesas da guerra, e tornar logo por todo Maio a Lisboa, para melhor expedição da frota. Partiu de Madrid, a sete de Janeiro, tão aferrado, que não levava consigo mais de treze homens de cada guarda, e ele em uma mula de aluguer com que muitos recearam que em Aragão não fosse tão respeitado como devia, mas sucedeu, muito pelo contrário, porque entrando por Saragoça, vendo um Forte em que estava presidio de Castelhanos, disse que os presidios fossem para os confins de França, que ali não eram necessários. Foi este benefício tão agradável aos Aragoneses, que logo aquela Cidade lhe presenteou um presente de valia de oitenta mil cruzados, e todos os reinos daquela Coroa estão contentíssimos com a presença Real. Entretanto, se espera por El-Rei em Lisboa, para se despachar a Armada com muito cuidado.

Este ano de 1625, em Valladolid, faleceu o Cardeal Duque de Lerma, varão felicíssimo, pois além de governar a Monarquia de Espanha 20 anos, para grandeza de sua casa e família lhe concedeu Nosso

[Página 27]

Senhor mais cinco de vida retirada, eclesiástica, para se aparelhar para a morte, a qual teve em Companhia de religiosos de dezoito conventos que ele edificara.

Também Castela padeceu os danos das inundações deste ano, e com maior excesso em Salamanca, onde o Tormes derrubou quinhentas casas, em que entraram oito conventos, ainda que, em satisfação de tamanha perda, tiveram o milagroso sucesso de uma imagem de Nossa Senhora, que o Rio trouxe até à ponte, em pé, e sem ser molhada de água, por onde o Bispo e Cabido, com toda a Cidade, a levaram, em procissão soleníssima, à Sé, e daí por diante passou a inundaçào. Não teve também sucesso Sevilha, que se apoderou o Rio de quase todo o

povo, de cinquenta e três conventos e igrejas, e o mesmo padeceu Triana. Alguns dizem que chegou o número dos mortos a quatro mil, e os milhões que se perderam a pouco menos. Semelhantes infortúnios e trágicos sucessos passaram Valladolid, Talavera de La Reyna e outras diversas terras de Castela e Espanha, ainda que muito menos tiveram grandes perdas e ruínas, causadas da grande inundaçãõ e águas extraordinárias.

Ainda que as coisas de Berbéria não dão cuidado, pela divisãõ daqueles bárbaros Príncipes, contudo um Mohabito de grande reputaçãõ entre eles veio de Sale, com numerosa Companhia de gente vagabunda, a Mamora, mas sendo, em uma manhã, salteados de uma emboscada dos nossos, foram postos em súbita fugida, deixando no campo quatrocentos companheiros e as armas de outros muitos, que sem elas procuravam melhor conservar as vidas.

A esquadra Holandesa, que o ano passado aportou no Calhau, junto a Lima, depois de andar vagante por aquelas costas, sem outro efeito, veio ultimamente a lançar quinhentos homens perto da Conceiçãõ de Chile, para se refazerem dos trabalhos do mar, mas os da terra lhes deram nos aviamentos, de maneira que nem lugar tiveram de se refazer, digo recolher às embarcações, e assim morreram todos às mãos dos Castelhanos, com grande sentimento da sua frota, que espantada do caso deu à vela, segundo parece, para a pátria, porque não foi mais vista naquelas partes. A fortaleza de Porto Rico, que os Holandeses cercaram, foi socorrida pelos de Santo Domingo, e os inimigos se tornaram para Holanda com bem grande perda.

Pretenderam os Príncipes da Liga que El-Rei de Dinamarca entrasse pelo Palatinado. Os franceses, venezianos, saboianos e esguiçaros que fosse sobre a Bartolina e Génova. Os Holandeses e Ingleses socorressem Breda e a Baía e roubassem toda a costa de Espanha, e assim quase no mesmo tempo foram cometidas todas estas províncias, porém, em todas os nossos tiveram maravilhosas vitórias dos inimigos, acudindo Deus pela justiça da causa. E começando por Itália, esta foi a que padeceu maiores trabalhos, entrando a guerra nela

[Página 28]

pela Bartolina Região dos Esguiçaros, e única entrada da Alemanha.

Esta Província tinha posta Sua Majestade na mão do Papa, com consentimento dos franceses e venezianos, que mais se sentiram de a verem subordinada a Espanha. Porém, não contente com isto, vieram com um grande exército sobre ela, ao qual os romanos, que tinham as fortalezas, como não deviam abriram as portas, tendo prometido a Espanha de morrerem na defesa, e tendo-se por tão bastantes para ela, que não quiseram o socorro do governador de Milão.

No mesmo tempo entrou o Aldigueta, com um poderoso campo de franceses, no Genovesado, acompanhando o Duque de Sabóia, com sua pessoa e seus vassallos, os quais, com ímpeto francês, foram arrasando e abrasando lugares, até se porem à Vista de Saona, mostrando nos roubos e estragos que em toda a parte faziam não só ânimo alheio da religião católica, mas ainda de humanidade, não perdoando a coisa profana nem sagrada. Acudiu logo Espanha em favor da República de Génova, e chegando a seu porto o Marquês de Santa Cruz, com cinquenta Galés, lançou gente em terra, e fortificou os passos em que poder ter seu exército, de maneira que não ousou de passar mais adiante. Por outra parte, saiu o Duque de Feria, Governador de Milão, com outro campo, de que os franceses tiveram tal receio que, voltando atrás, em poucos dias desapareceram de Itália, mas o Duque, seguindo a empresa, recuperou para a República todos os lugares perdidos, passando a ferro grande parte dos presidios franceses, e os que melhor livraram tornaram sem armas para a França. Seguiu também o Marquês de

Santa Cruz a vitória, e não tendo inimigos na terra, destruiu muitos lugares na costa do saboiano, e lhe tomou a Ouelha, porto muito importante, e prendeu alguns baixéis de porte, de maneira que por Mar e terra ficaram os Espanhóis senhores do campo e os Italianos entenderam que do viço com que logravam a paz debaixo da protecção de Espanha lhes vinha appetite de deixarem franceses em Itália, de que em poucos dias se viram desonrados, roubados e cativos, em lugar da liberdade fingida que deles esperavam. Estes medos perturbaram tanto a Roma como se fora cercada de inimigos, porque sabendo o Papa o justo sentimento que Sua Majestade tinha dos seus soldados entregarem a Bartolina, e por outra parte o estrago que a crueldade e cobiça dos franceses faziam em Itália, forneceu de soldados a Cidade, onde tudo parecia guerra, devendo ela ser a mãe da paz, e não gastando para os gastos da Milícia os reidos da Datária, que com as guerras tinham quase cessado, foi necessário valer-se da Praça dos nobres e cardeais e usar de outros meios a que obrigaram semelhantes apertos. Porém, com a vitória de Espanha, tornou tudo a seu lugar, e Sua Santidade se uniu com Sua Majestade, e fez este ano muitas constituições

[Página 29]

de grande reformação para o eclesiástico, e proveu os Capelos vagos em personagens de muita reputação.

Em Flandres não foram menos venturosas as armas de Espanha, com se lhe render a Cidade de Breda, cabeça do estado do Conde Maurício, à vista do campo holandês, com que os Holandeses ficaram muito enfraquecidos, os quais com a mudança do Príncipe parece que mudaram também de fortuna, porque falecendo o Conde Maurício, elegeram por Governador o Conde de Nassau, seu irmão, muito inferior ao Maurício na suficiência, e tal que já se vêem princípios de novidades entre eles, procurando-se, por Inglaterra, que tenha este cargo o despojado Conde Palatino.

Padeceram os Holandeses, além disto, outra grande derrota sobre Dunquerque, perdendo (com uma tempestade que lhe deu) 40 Galeões, e ficando livre, com este sucesso, a saída dos nossos Galeões, que estavam no porto, e deram sobre as duas pescarias dos Arenques em que andavam os Holandeses, e com morte dos pescadores e prisão dos que escaparam deram de dano aos rebeldes quantia de mais de dois milhões, que estas pescarias lhes importam.

Em Alemanha teve a liga Católica outras vitórias não menos assinaladas, porque mandou o Imperador um exército sobre a Valtolina, que recuperou a importante força de Quiavena e tem reduzido muita parte dela a sua liberdade. Com outro exército foi Monsenhor de Tilly opor-se a El-Rei de Dinamarca, que (poderosamente) vinha sobre o Palatinado, e tendo este príncipe posto em grande cuidado aos católicos, por trazer consigo muita gente prática, foi vencido com menos custo, derrotado em batalha por Monsenhor de Tilly. A mesma fortuna seguiu El-Rei de Suécia, que (vindo à jornada com o Polaco) foi dele desbaratado. Por remate de tantas felicidades, alcançou o imperador, de Sua Majestade, a senhora Infanta Dona Maria por esposa de seu filho primogénito, que este ano se coroou por Rei da Hungria.

Em Inglaterra faleceu El-Rei Jaime, príncipe prudente, que (com muito cuidado) conservou a amizade de Espanha, sucedendo-lhe o filho, que estando mais obrigado a procurar concórdia, entrou na liga com tantas forças quantas temos visto. E porque os gastos que fez foram muitos, e o Parlamento lhe não quis dar dinheiro para eles, dizendo que a quebra com Espanha não fora feita com seu consentimento, mandou empenhar suas jóias a Amesterdão, para satisfazer as dívidas em que ficara. Concluindo-se o seu casamento com a irmã de El-

Rei de França, e poucos meses depois de chegada a Inglaterra, mandou (com pena de vida) lançar fora do Reino todos os católicos que consigo trouxera. Mostrou El-Rei de França sentimento do Inglês lhe faltar com a palavra em matéria tão grave. Houve sinais de querer romper com ele se lhe deram lugar os Huguenotes de La Rochelle, que (conspirando com os mais do Reino)

[Página 30]

tomaram alguns lugares a El-Rei, e o tem posto em muito cuidado, pelo que tem deixada a liga e (reconciliando-se com Espanha) tem já seu embaixador na Corte para este efeito.

No Império de Constantinopla continuam os revoltosos, pelo que, desejando o turco a paz do imperador, e entendendo que nesta ocasião seria melhor ouvida, a fez prorrogar por mais anos.

Partiu a Católica e Real Majestade de El-Rei Nosso Senhor (este ano de 1626) de Madrid, em Janeiro, aforrado e com pressa, para Aragão. Fez cortes aos aragoneses em Barbastro, e em tanto que se não concluíram, ficou presidindo nelas o Conde de Monterrey. Aos Valêncianos as celebrou em Monzón, e acabadas, um sábado, vinte e um de Março, deste presente ano de 1626, partiu de Monzón, tomando o caminho de Balaguer, Cidade de Catalunha. Nos limites desta e de Valência o esperavam o Bispo de Barcelona, Dom João Sentis, Vice-Rei e Capitão General daquele estado, com outros Prelados e títulos. Chegou Sua Majestade, de noite, a Balaguer, e a essa hora foi visitar a imagem do Santo Crucifixo, que é de muita devoção e está num convento de religiosas.

O recebimento dos jurados foi vistoso. Partiu-se para Barcelona, passando o Rio por uma curiosa e bem lavrada ponte de barcas. Era infinita (por todos os campos, e caminhos) a gente que o vinha ver. Mandou entrar na Cidade diante, em um coche, ao Infante Dom Carlos seu irmão. El-Rei subiu em um formoso e lindo Cavalo.

Os primeiros que chegaram a lhe beijar a mão foi a Universidade, com seu Reitor, que lhe fez uma breve e bem concertada prática e lhe deu os parabéns, beijando-lhe todos a mão, excepto os sacerdotes.

Em segundo lugar, chegaram os deputados com os três estados, Eclesiástico, Militar e Real, que representam o Reino. Cabeça do eclesiástico, o Bispo Delva, do Militar, Francisco Paris de Cadell, do Real, Pero Fruster, vieram com grande acompanhamento e realeza.

Em terceiro lugar, o Cabido com seu prelado, Dom João Sentis, Bispo daquela Cidade. Ultimamente, os Conselheiros, com seu ordinário e luzido acompanhamento, e (sem se apearem dos Cavalos) beijaram a mão a Sua Majestade.

Foi andando com todo este aparato o Duque de Cardona a pé, indo advertindo de algumas coisas e cerimónias, e o Conselheiro, que chamam em Capitão, ao lado esquerdo de Sua Majestade, única proeminência desta Cidade. Entrou El-Rei vestido de cor de rosa seca, chapéu e plumas pardas, sentilho de diamantes, e entre eles um de inestimável valor.

À primeira porta desceu um anjo de uma nuvem artificial, que dando-lhe

[Página 31]

a boa vinda, lhe ofereceu as chaves da Cidade. Daqui foi Sua Majestade levada debaixo de Paleo, que levavam os conselheiros. Ia diante a cavalaria de Perpinhão, com seu Capitão, e logo as guardas Espanhola e Tudesca. Seguiam-se os cavaleiros e títulos de Catalunha, e outros muitos senhores, Portugueses e Castelhanos. Chegando

à Rambla, por ser o Cavallo demasiado brioso, que atropelava os que levavam o Paleo, subiu Sua Majestade no do Conde de Olivares, e o Conde de Olivares no de El-Rei, único mimo e favor.

Na Praça de S. Francisco estava um teatro entoldado de muitos ricos e graciosos panos, onde o Rei, assentado em sua majestosa cadeira, tomou juramento, pelos Reinos ultramarinos, anexos a este. O qual juramento, por antigo costume, lhe deu o Guardião de São Francisco. Diante do teatro, deram os officiaes de todos os officios uma linda mostra de si. Com mil invenções, os barqueiros andando com seus barcos pelas ruas, deitando por elas peixes vivos, os hortelãos semeando e cultivando suas hortas, e todos os mais conforme a arte que professavam.

Na Sé entrou Sua Majestade no Cabido, onde lhe deram posse de um Canonicato. Ao outro dia (em forma de Cabido, com grande aparato e cerimónias) lhe levaram os cónegos e dignidades porção de cónego.

Para ter as cortes se fabricou uma formosa galeria de cantaria e madeira de muita arte e primor. Tinha de comprido quatrocentos e vinte e cinco pés, oitenta e sete janelas de formosíssima vista sobre o Porto e Mar, com suas portas verdes, gelosias e vidraças, muito capaz para o acto que nela se havia de celebrar.

Depois que El-Rei nosso Senhor chegou a Madrid, da Jornada de Aragão, e o Cardeal Barbarino, Legado Alatere e sobrinho do Papa Urbano oitavo, a Barajas, se determinou que a entrada do legado fosse Domingo, 24 do mês de Maio de 626, para cujo efeito se adereçou, ricamente, o real quarto de S. Jerónimo, onde entrou o Legado, acompanhado do Conde de Onato, às oito horas da manhã.

Às dez, veio (de parte de Sua Majestade) a lhe dar as boas vindas, o Duque de Sesla, acompanhado de todo o luzido daquela Corte, em meio do Duque de Albuquerque e Marquês de Liche, genro do Conde de Olivares, todos adornados de luzidias galas e ricos diamantes.

Pouco depois de uma hora, foi o sereníssimo Cardeal Infante, acompanhado de sua família, a visitar o legado, que (havendo entendido tão grande favor) o saiu a receber ao descanso das escadas. Tiraram-se os barretes, fazendo-se por ilustríssima e Alteza, despediram-se, e o Legado o acompanhou até

[Página 32]

ao coche.

Às quatro da tarde, foi o Legado, em Coche, à porta de Alcalá. E saindo Sua Majestade do Palácio, às seis da tarde, acompanhado dos cavaleiros, fidalgos, nobres, títulos e grandes, todos de negro, adornados de preciosos diamantes e curiosas galas, esmerados no asseio e concerto. Saindo Sua Majestade poucos passos da porta de Alcalá, encontrou com o Legado, que vinha em uma mula que a insigne Vila de Madrid lhe havia presenteado, adereçada de uma Gualdrapa de Terciopelo Carmesim, com franjas de ouro. Mula e guarnição valeriam três mil cruzados. Tirou Sua Majestade o sombreiro ao legado, e ele o barrete, recebendo-se com particular demonstração de amor e cortesia. Foi acompanhado (até a Igreja de Santa Maria, onde se despediram) de toda a grandeza da Corte, que foi notável e de grande majestade. Assim receberam o legado debaixo do Paleo, cujas varas levaram os Capelães de honra do Rei.

Acabadas as cerimónias e orações, saiu sua ilustríssima debaixo do mesmo Paleo, acompanhado de toda a grandeza da Corte, e entrou em seu aposento, que foi a casa do tesouro em seu quarto, cuja grandeza e riqueza de preciosas tapeçarias e curiosidades de brincos põem em esquecimento as dos insignes Romanos.

No mês de Agosto deste presente ano de 1626, foi nosso Senhor servido de dar ao exército Católico de Alemanha e a seu General, o valoroso Conde de Tilly, uma notável, e importante vitória contra o Rei de

Dinamarca, que tinha entrado, com suas gentes, em terras de Príncipes Católicos, em particular do eleitor de Maguncia, ao qual saiu o Conde de Tilly, e o fez retirar, e de poder a poder vieram a batalha, onde El-Rei de Dinamarca foi desbaratado e vencido. Crê-se de que os mortos passaram de oito mil, fora dois mil que se renderam, com vinte e nove bandeiras, e se ganharam outras sessenta, seis cornetas e vinte e duas peças de Artilharia, e outros muitos despojos. Deste General Tilly se diz, que tanto peleja com a oração como com a Espada. E com isto tenho satisfeito a curiosidade de vossa mercê e a minha obrigação.

Apêndice 3

Transcrição do segundo número das Relações, impresso em Évora.

[Página 1 – Capa]

Relação do Que Sucedeu em Portugal e Nas Mais Províncias do Ocidente e Oriente Desde Março de 1626 Até Agosto de 1627

Ordenada por Francisco de Abreu natural da cidade de Lisboa.

A Gil de Nicola Cavaleiro Francês.

A V. M. por curioso se deve a dedicação desta relação, e eu por obrigado não posso deixar de dedicar-lha, se se atenta o ânimo com que a ofereço, ainda que em si pequena oferta se avaliará por grande dádiva. Receba-me V. M. a vontade de lhe dar gosto, e terei por grande satisfação o tê-lo V. M. em sua leitura. Guarde Deus a V. M. etc.

Com todas as licenças necessárias.

Em Évora.

Impresso por Manoel Carvalho, impressor da Universidade. Ano 1628.

[Página 2]

O Padre Frei Tomás do Rosário que veja esta Relação.

Lisboa a 19 de Outubro de 1627.

O Bispo Inquisidor Geral.

Não tem esta relação coisa que impeça poder se imprimir. S. Domingos de Lisboa, 21 de Outubro de 627.

Fr. Tomás do Rosário.

Visto o parecer do P.M. frei Tomás pode-se imprimir.

O Bispo Inquisidor geral.

Pode-se imprimir. Évora 3, de Novembro de 627.

O Bispo de Fez.

Pode-se imprimir esta relação e não correrá sem tornar à mesa para se taxar. Em Lisboa, 17 de Novembro de 1627

D. de Melo Cabral.

Está conforme Com original pelo que pode correr.

Fr. Tomás do Rosário.

Taxam esta Relação em [espaço em branco] reis em papel.

[Página 3]

Estou tão empenhado no serviço de V. M. que não posso deixar de satisfazer as suas ordens. Mandou-me V. M. que, na conformidade do ano passado, corresponda a sua curiosidade e gosto, apontando, com o mesmo, todas as novas dos sucessos deste ano, vindas a esta grande Cidade de Lisboa, abreviatura do mundo, como Rios ao Mar Oceano, que se sabe é que ficaram tão quebrantados os Príncipes da liga contra Espanha das vitórias de Sua Majestade, que pedindo pazes não nos deram neste ano de 1626 até 1627 tão larga matéria para esta relação como no passado. Porém, os que ainda continuaram sentiram rigorosamente o castigo, e Portugal e suas conquistas, não menos favores do Céu que avisos para sua emenda, pelo que de uma e outra coisa temos nesta relação notáveis exemplos.

Portugal

Em Abril de 1626 alcançou o governador D. Diogo de Castro licença para ir a seus negócios particulares à Corte, conservando o título de governador. Foi bem recebido e ouvido de Sua Majestade e continua em Madrid até ao presente. Entretanto, ficou governando o Conde D. Diogo da Silva, até que, em Setembro, chegou o senhor Arcebispo então eleito de Lisboa, D. Afonso Furtado de Mendonça, a quem Sua Majestade tinha nomeado por governador, como já na relação passada toquei. Continuou o Conde D. Diogo da Silva no governo até 6 de Abril de 1627, em que as naus saíram pela barra fora, e no mesmo dia se retirou inesperadamente a Loures, onde esteve alguns dias no mosteiro dos Capachos d'Arrábida, da ordem de S. Francisco, e dali se foi para Condeixa, junto a Coimbra. Não puderam acabar com o Conde rogos de amigos nem parentes, nem outros maiores que não deixasse o governo. Tanto preza um ânimo generoso a liberdade que a antepõe aos supremos lugares, exemplo raro em nossos tempos, mais louvado e invejado do que seguido, e vergonhosa confusão dos ambiciosos.

Foi provido no Conselho de estado de Portugal o Conde de S. João e o de Castro d'Aire, Dom António de Ataíde, a quem Sua Majestade também fez Mordomo da Rainha Nossa Senhora, o qual nas Cortes dos Valêncianos assistiu por Sua Majestade com grande aceitação dos mesmos. Deu-se a chave ao Conde de Arcos, e o exercício dela a Dom Afonso, filho segundo do Duque de Aveiro, a quem Sua Majestade deu título de Marquês de Porto Seguro e do conselho de estado de Portugal e o fez general das galés do mesmo Reino. Casou com a Marquesa de Piouera, deu-lhe El-Rei Nosso Senhor seis mil e seis contos cruzados de renda neste Reino em três vidas, mercê grande em todo o tempo, quanto mais neste em que além das rendas Reais estarem tão empenhadas, tem o Reino grandes necessidades e Sua Majestade grandes despesas. A Dom Pedro Manuel, herdeiro da casa de Atalaia, fez El-Rei Conde dela.

[Página 4]

A lei contra os coches e mulas que o ano passado se tinha publicado esteve suspensa com várias réplicas da Cidade e governo até Novembro deste ano de 626, no qual resolutamente a mandou Sua Majestade executar. Sentiu-se com ela grande novidade em Lisboa, assim pela falta dos coches, como porque apareceram muitos homens em público, que até então não conhecia o povo de rosto, por andarem sempre (se se pode dizer) escondidos naqueles encantados carros. Espera-se que com este meio, se se levar adiante, tornem a ser prezados os exercícios de cavalo, com cuja falta a nobreza se criava efeminadamente.

Em Junho, levantaram-se alguns cativos Portugueses com um navio de Argel, e matando os Turcos, com bravo ânimo e ventura, sendo desiguais no número e sem armas, entraram com o Baixel em Lisboa, que era de grande porte, e reconhecendo a felicidade deste sucesso a Nossa Senhora, foram em procissão a sua casa de Penha de França, que está na mesma Cidade, onde por troféu deixaram pendurada a bandeira turca.

Aprestou-se tarde a nossa armada por falta de aparelhos e dinheiro. Foi por general D. Manuel de Menezes e por Almirante António Moniz Barreto. Os outros Capitães eram D. António de Menezes, filho de D. Carlos de Noronha, Gonçalo de Sousa, filho de Fernão de Sousa, Manuel Dias de Andrade, Cristóvão Cabral, Cavaleiro de S. João. Seu sucesso foi tão lastimoso como chorado e sentido neste Reino. Aconteceu nesta forma: ainda que de Goa partissem as naus em Março, coisa nunca ou raramente vista, de que teve a culpa a falta da pimenta do Canará, que por particular interesse não quis seu dono dar, e com saírem tão tarde tiveram tão boa viagem, que em Setembro chegaram à Ilha Terceira, ditosas elas se lhe faltara esta felicidade. Aqui acharam ordem de Sua Majestade que ou descarregassem na Ilha ou tomassem a Corunha, para se desencontrarem da armada Inglesa que se dizia as vinha esperar na altura de Lisboa. Foi este aviso fatal para perdição das Naus, porque entendendo-se brevemente que a Armada Inglesa não descia já a nossos mares, se tornou a mandar segundo recado às Ilhas por duas caravelas para que as naus viessem a Lisboa. Porém, permitiu Deus dar-lhe tais impedimentos, que quando chegaram às Ilhas acharam já as naus partidas para a Corunha com o primeiro recado, onde chegaram no fim de Outubro.

Mandou logo Sua Majestade que fosse lá ter a nossa armada, onde estiveram esperando vento para se vir a Portugal dois meses, com grande incomodidade de todos, por não irem providos para tamanha detença. Em Lisboa, também se fazia tempo para o apresto das naus que haviam de ir para a Índia, as quais em muita parte dependiam de chegarem as da Corunha, pelo que, movido o conselho destas razões, lhe escreveu que tanto que houvesse tempo se viessem a Lisboa. O general dom Manuel de Menezes, que estava em Ferrol, foi de parecer que em nenhum modo saíssem do porto até não passar a lua de Janeiro e segurar o tempo, por ser perigosíssima a costa de Espanha no Inverno.

[Página 5]

Porém, sem embargo deste voto, dali a alguns dias se resolveram os da Corunha em partir, sendo (segundo dizem) o principal deste parecer o Almirante António Moniz Barreto. É fácil coisa acusar um morto, e dar culpas a quem já se não pode descarregar delas. Não se pode crer que um fidalgo tão honrado quisesse, por particular paixão, aventurar tantas vidas. Porém, se ele tal fez, depressa o pagou com a morte, porque pecados de malícia contra o bem comum castiga Deus de ordinário pública e rigorosamente. Em vinte e um de Dezembro, estação mais

áspera de todo o ano, deram à vela, e passando por Ferrol, a Almiranta da Índia fez sinal a Dom Manuel com duas peças. Tanto que saíram ao mar lhe deu um vento sul que os espalhou a todos. Esperando Dom Manuel que melhorasse o tempo, deteve-se três dias, no fim dos quais partiu como desesperado a ver se podia remediar aquele absurdo. Porém, sendo levado da mesma tempestade, andou contrastando com os ventos, até que, crescendo cada vez mais, se resolveram em uma furiosa tormenta de muitos dias, no último dos quais, que foi a 8 de Janeiro, padeceram um dos mais miseráveis naufrágios que no mar Oceano se tem visto, se considerarmos a grandeza dos galeões, a Riqueza das naus, o número da nobreza que se perdeu, e o que mais é, a crueldade das mortes com que acabaram, pois os que se perdem no alto, não passam mais que um género de morte, e esse breve, porém aqui era pior que a mesma morte o temor dela, com que todos os elementos estão ameaçados. Os ventos lhe rompiam as velas, mastros e lemes, o mar os levava furiosamente à terra, e de terra os tornava a meter no profundo, a outros arrebatava das mesmas naus e navios, como aconteceu a dom António de Menezes, estando com um Crucifixo nas mãos animando seus soldados, como valoroso e pio capitão. As tábuas com que se abraçavam para segurarem as vidas, achavam armadas de cruéis pregos, que lhes rompiam as entranhas e os degolavam. Na terra tão desejada, acabavam uns feitos pedaços nos penhascos, do ímpeto das ondas, e outros enregelados do frio, desnudos e desamparados. Até o fogo os combatia do Céu com raios e coriscos. Alto e profundo é o juízo de Deus, pois nunca se viu milícia tão bem disciplinada, nem com tantas penitências, ladainhas e orações, parecendo mais Conventos de Religiosos que galeões de soldados, pelo que podemos ter piamente que estas mortes não foram menos prémio dos que as padeceram que castigo deste Reino.

A nau Capitânea da Índia se perdeu na ponta de Bordéus, dela escaparam poucas pessoas, perecendo as principais. A Almiranta se alagou em Bayona, de França, onde se afogaram trinta Franceses, que saíram a ver se podiam ajudá-la. Dos franceses escaparam só quatro, e da nau o contramestre e dois índios. Pelas cargas importou a perda destes dois vasos quatro milhões. A capitânea de dom Manuel de Menezes se perdeu em São João da Luz. Escaparam dela cento e oitenta pessoas e morreram trezentas. A Almiranta de António Moniz Barreto, em Bayona, sem se salvar dela mais que o mestre e outro homem do mar. Ao Almirante, um prego de uma tábua lhe atravessou a garganta,

[Página 6]

vindo nadando, e assim saiu morto à terra. Do de dom António de Menezes morreram quase todos. Do navio de Manuel Dias De Andrade escapou toda a gente. Do de Cristóvão Cabral, ele com outras vinte e quatro pessoas. Só o galeão de Gonçalo de Sousa escapou desta universal desventura que escolhendo com excelente acordo antes varar da costa de Espanha que as de França, foi ter a Biscaia e se recolheu num porto a salvamento. Este foi o miserável fim da armada Portuguesa, e das naus da Índia, em que este Reino recebeu tamanha perda que ainda se não sabe doutra semelhante que tivéssemos no mar. Dos fidalgos mortos nomearei os que pude saber: Dom António de Menezes, filho de Dom Carlos; Dom João de Menezes, o Roxo; Dom Lourenço d'Almada, filho herdeiro de Dom Antão d'Almada; Nuno da Cunha, filho herdeiro de João Nunes da Cunha; Fernão Álvares de Toledo, filho de Pedralves d'Abreu; António Gonçalves da Câmara; Pêro Lopes Lobo; Francisco de Moura, filho de Alexandre de Moura; Simão Mascarenhas Maltês; Dom João de Biveiros Coutinho; António Moniz Barreto, Almirante da armada; Martim Afonso de Távora, irmão do reposteiro-mor; Vicente de Brito de Menezes, Capitão-mor das naus da Índia; Dom Francisco Manuel, capitão que foi de Chaul; Nuno de Melo da

Silva; Luís Barreto Cerniche; Dom Francisco da Costa, filho morgado de Dom Gonçalo da Costa; Dom Manuel Lobo; Dom Diogo de Carcome; Francisco de Freitas; Dom António de Lima; Pêro de Mendonça Arrais; António de Sampaio, filho do Senhor de Vila Flor, Duarte Dias de Menezes, e outros muitos fidalgos e cavaleiros. Uma só consolação nos fica, e é não ser dado este castigo por mãos dos inimigos de Holanda ou Inglaterra, os quais, se fossem instrumento desta pena, haveriam de ficar ricos, reputados e animosos, e assim, pois nosso Senhor nos deu por sua mão este trabalho, com razão, pois podemos ter confiança que ele nos dará o remédio.

Os poucos que escaparam deste naufrágio não acharam igual acolhimento nos franceses, porque os Hereges do Território da La Rochelle esperaram na praia armados aos naufragos, para lhe tirarem do pescoço ou cinta alguma peça se com ela escapavam das ondas (mal pode entrar a piedade dos ímpios), e assim houve muitos dos nossos que despidos nas praias pereceram ao frio; outros buscaram remédio nas Aldeias que estavam à vista, onde acharam alguns dos moradores, em quem não pode tanto a avareza, e usaram com elas de mais misericórdia. Mas os que se perderam na costa de Bayona experimentaram a singular piedade Francesa com vivos e mortos. Cento e oitenta mortos saíram em São João da Luz num dia à praia, e a nenhum faltou mortalha, chegando muitas donas a tirar os capelos das cabeças para esta obra pia, e lavando os corpos como se fossem dos maridos, os enterravam com muita solenidade, missas e sufrágios, e aos doentes curaram até com pedras Bazares, e aos nus vestiam. Houve muitos que meteram os nossos das suas camas e ficaram dormindo em esteiras, sobretudo não somente lhe não aceitaram dinheiro, antes os detiveram em casa não os deixando ir se não são e reparados. Em Madrid

[Página 7]

(por onde os mais vieram), mandou Sua Majestade ao conselho se desse a cada soldado ordinário vinte cruzados, e aos nobres quarenta, para não chegarem a Lisboa mendigando, e ordenou que se mandasse maior socorro aos que se detiveram em França, os quais fizeram diligência com os governadores dos lugares onde as naus se perderam para que a fazenda que o mar em grande quantidade deitava fora ficasse depositada em nome de Sua Majestade.

Desta Armada, a vítima que veio a Lisboa foi Gonçalo de Sousa, que entrou a 4 de Maio, acompanhado da mesma boa fortuna com que escapou da tormenta, porque encontrando-se com uma esquadra Holandesa de que foi por vezes abalroado, ele se defendeu com tanto esforço que, com dano dos inimigos, os fez deixar a empresa, não saindo da batalha menos honrado com as feridas do rosto e perna que com a mesma vitória.

Está nomeado para Governador da Ilha da Madeira Dom Francisco de Sousa; para a Ilha de São Miguel, Dom Rodrigo Lobo; para Cabo Verde, João Pereira Corte Real, que o ano passado veio por Capitão-mor das naus da Índia. Em Setembro, faleceu Dom Jorge de Lencastre, Duque de Aveiro, personagem em quem floresceu o valor e cortesia. E na Corte, em Maio de 1627, o Marquês de Freilha, D. Duarte, irmão do Duque de Bragança, de um acidente de asma, e tão veemente que o levou em 26 horas, ainda que dantes andava já achacado. Deixou por herdeiros a seus netos, e pagos seus criados com grande largueza de dinheiro e tenças. Sua Majestade o mandou depositar no enterro dos Reis de São Domingos o Real. Levaram o ataúde seis Senhores do hábito de Alcântara. Foi geralmente sentida sua morte, por ser Príncipe excelente, dotado de grande piedade, zelo do bem público, e de uma singular prudência, que ilustrou com a notícia de todas as boas letras. El-Rei mandou dar os pêsames ao

Duque de Bragança por Diogo de Miranda Henriques, Deão de Évora. Em 21 de Julho de 627, levou Nosso Senhor para si a infanta Nossa Senhora.

No estado Eclesiástico, além das promoções da relação passada, onde vimos tantas mudanças causadas de uma só Sede vacante, foi provido no Bispado do Brasil o Doutor Miguel Pereira, Prelado que era de Tomar, e na dignidade de Dom Prior de Palmela, Dom Diogo Lobo, Inquisidor de Évora.

Entrou em Braga o Senhor Bispo D. Rodrigo da Cunha, a 10 de Junho de 1627, e foi recebido com tanto aplauso dos cidadãos que, por muitos dias, o festejaram, de maneira que se pode comparar este seu recebimento com as mais célebres festas que fizeram as Metrôpoles da Europa nas entradas de seus Príncipes. Demonstração bem devida a tão ilustre prelado. A fazenda da nau que se perdeu em Santa Helena chegou a Lisboa em alguns navios por Maio de 626. E para se prover nas coisas da Índia e companhia Mercantil, nomeou El-Rei em Madrid uma junta em que entraram o Presidente da mesa da Consciência, Nuno de Mendonça, que a seus requerimentos estava por acaso na Corte; D. Jorge Mascarenhas, Presidente da Câmara de Lisboa, que anda tratando o negócio da Companhia; Mendamota, conselheiro do Conselho

[Página 8]

de Portugal; Francisco de Lucena, secretário do estado; e outros ministros Castelhanos. Pouco depois mandou Sua Majestade chamar a Portugal, para o mesmo intento, a Dom Afonso de Noronha, ao Conde de Atalaia, a Dom Jerónimo Coutinho, Presidente do paço, a Garcia de Melo, a Antão de Mesquita, Desembargador do Paço, a Simão Soares, do conselho da fazenda, a Dom Pedro Coutinho, a Fernão de Crom e outras pessoas práticas do estado. Desta junta, que se celebra todos os dias num quarto do Conde Duque, se espera um eficaz remédio para a Índia, pois os que lho hão-de dar têm tanta notícia dela, tanto zelo e inteireza, quanta se requer em matérias de tanta importância.

CONQUISTAS DE PORTUGAL.

África

Em Tânger, o Conde de Linhares, Capitão de raro valor e esforço nestes nossos tempos em quem se vêem ressuscitados os brios Portugueses, Governador daquela praça, tem feito grandes entradas na terra dos Mouros, e de todas saiu vitorioso. Numa das quais, encontrando-se com dois Xeques e um Alcaide, os desbaratou, matando um dos Xeques, cativando muita gente e tomando-lhes 30 cavalos. Foi no fim de Junho sobre um Aduar, que trouxe uma grande cavalgada. Em vingança vieram os mouros correr a Cidade, e puseram fogo ao feno do campo, com que tão bem arderam as searas, do que os nossos receberam dano. Porém, o seu foi maior, porque se chegaram com o ímpeto tanto às muralhas, que fez neles a artilharia um grande estrago. Pouco depois, sabendo o Conde como em um porto aberto da costa se aprestavam dois Navios para sair em corso, mandou sobre eles duas fragatas, que investindo com o primeiro o fizeram varar em terra e ao segundo queimaram. Vindo D. Gonçalo Coutinho do governo de Mazagão para o Reino, o investiu um navio de força, e com o de Dom Gonçalo ser muito inferior, pelejou de maneira que fez fugir o inimigo. Para a Capitania de Tânger está nomeado Dom Fernando Mascarenhas. Em Maio de 1627, cercaram os Mouros a Mamora com um bom exército por terra e 18

velas por mar. Defenderam-se os nossos galhardamente, e a maior perda que houve foi a de duas galés que, tentando meter mantimentos na fortaleza, foram com tormenta comidas do mar, afogando-se 400 soldados, fora a chusma. Acudiu pouco depois Dom António de Oquendo e por terra a gente de Tânger para segurar o desembarque, com que os mouros levantaram o cerco.

Angola.

Em Angola, tiveram as coisas da Religião e estado feliz sucesso pela boa administração e justiça do Governador Fernão de Sousa, o qual depois que defendeu com notável esforço Luanda de duas esquadras de Holandeses, fortificou aquele porto com uma trincheira dobrada, que bóia meia légua, repartindo em quatro estâncias guarnecidas de artilharia, e na barra de Corimba fez outra trincheira com que aquela praça fica segura contra todo o poder dos

[Página 9]

inimigos.

Veio a Zinga Rainha de Angola com grande poder sobre o presidio de Ambaca, e mandando o Capitão João Carreiro uma companhia de socorro ao Sova nosso amigo, depois dos nossos fazerem retirar os contrários, nove soldados foram com parte da gente encontrar um socorro que vinha aos de Angola. Mas vendo os nossos negros que os inimigos eram mais, se puseram logo em fugida, deixando sós os nove Portugueses, que pelejando enquanto lhes durou a pólvora, foram finalmente dois mortos e os sete cativos. Ficou a Rainha tão soberba com esta proeza que ameaçava maiores coisas, e como aqueles bárbaros são inconstantes e amigos de novidades, muitos Sovas se mostravam já neutros, pelo que, obrigado o Governador do Magistrado, Capitães e principais de Luanda, posto que tinha determinado evitar todas as guerras com os naturais da terra, mandou ao Capitão-mor com bastante poder para castigar a Zinga, e pôr em seu lugar Airiquibange irmão seu, que estava em nosso poder, e tinha pedido o baptismo. Acompanharam a este exército os Padres Francisco Paconio e António Machado, da Companhia de Jesus, os quais foram o remédio daqueles pobres Etíopes, porque dando neles as bexigas, que naquelas partes é doença pestelencial, ficaram infinitos pelos matos, sem amparo ou remédio algum. Porém, os Padres, movidos da caridade Cristã, fazendo casas de Rama, recolhiam todos estes miseráveis, trazendo muitos deles às costas, e os remediavam, de sorte que muitos sararam, e os mais na alma, baptizando grande número e administrando os Sacramentos aos já baptizados. Com isto se reparou o mal e o nosso exército pôde combater com o contrário, a quem venceu com admiráveis sucessos, não sendo a menor causa a fama das virtudes destes padres, que animou nossos Etíopes e lhes persuadiu a fraqueza dos contrários e que suas flechas lhe não haviam de fazer nojo. Com a reputação desta vitória, se vieram fazer vassallos de Portugal muitos Sovas de novo, e se confirmaram os antigos. O Rei se tem mostrado muito agradecido, e o que mais vai muito devoto Cristão, e com seu exemplo se tem convertido grande número dos principais, com que se veja aberta esta porta que tantos anos esteve cerrada à pregação do Evangelho, e ainda que a morte do padre António Machado lhe tem sido de algum impedimento neste princípio, foi ela com tais finais que bem se pode esperar que depois de morto seja de muito maior proveito a esta celestial empresa.

Entre outras coisas reduziu o Governador a prática a opinião das minas de Cambambe, e fazendo os ensaios se achou que de sua arroba de terra se tiravam três partes mais de prata que da de Potosi.

Congo.

Em Congo houve duas grandes Perdas. A primeira foi a morte do padre Mateus Cardoso, Reitor do Colégio do Salvador, Religioso de inculpável vida e grande obreiro daquela Cristandade, em cuja língua converteu a cartilha da doutrina Cristã com incomparável fruto dos naturais da

[Página 10]

Terra, que depois da primeira conversão até aquele tempo nem as orações sabiam na língua própria, senão na latina. A segunda foi a presa da Cidade do Salvador pelo Duque de Sunne, que mal contente do Rei se rebelou e apoderado da Cidade fez matar o Rei fugido num porto do mar, ainda que coroou esta violência com não usurpar o Reino, consentindo que se fizesse a eleição em Dom Ambrósio, personagem do sangue Real, a quem coroaram solenemente e tem dado esperanças de Religioso e prudente príncipe.

Brasil.

Em Setembro de 1626, foi para o governo do Brasil Diogo Luís de Oliveira. Depois de chegado à Baía, entraram nela duas esquadras grossas de Holandeses, que surgindo no porto tomaram os mais navios que estavam à carga, com muita fazenda e açúcares, por lhes faltar a defesa, e não se puderam abrigar da artilharia da terra. Mas não foi isto tanto que não perdessem a Capitânea inimiga, com outro galeão grande, e morte de mais de quinhentos homens, além da presa das armas e artilharia, que importou muito mais que a nossa perda. Este sucesso tem posto em vigilância as outras capitâneas, de maneira que andando algumas velas Holandesas sobre a barra de Pernambuco, acharam sempre tão defendida a terra que não ousaram desembarcar, e se foram sem efeito de consideração. E no Espírito Santo, deitando gente em terra, degolaram os nossos 150 Holandeses por não perderem a posse em que estão de darem semelhantes castigos aos que se atrevem a desembarcar naquele porto de Nossa Senhora da Vitória.

Índia Oriental.

De Goa despachou o Conde Vice-Rei todas as armadas ordinárias e outras de socorro, que todas tiveram bom sucesso. O capitão-mor Nuno Álvares Botelho, chegando a Surrate com só quatro galeões, mandou desafiar os Holandeses por um quartel que nas portas da Cidade pregou animosamente o Capitão Simão do Quintal de Carvalho, e ainda que os Holandeses e gentios tiveram esta por grande injúria, não ousaram a se satisfazer dela. Depois deu o Capitão-mor caça a três galeões ingleses que com o favor da noite lhe fugiram estando quase rendidos, um dos quais foi depois dar no estreito Pérsico nas mãos de Rui Freire, que o entrou passando todos a espada, tirando um só por ter dele recebido benefícios quando foi preso naquela mesma nau. Ultimamente tomou Nuno Álvares Botelho uma nau de Meca com muito rica prosa.

Mandou o Achem seus embaixadores a Goa pedir pazes. O título de Rei e Reino de Mombaça se restituiu por ordem de Sua Majestade a Dom Jerónimo, contra cujo pai se levantaram os seus vassallos e o mataram.

Descobrimto do Catayo.

Chegou a alegre e desejada nova do descobrimto do Reino de Tibete,

[Página 11]

a que nós chamamos Catayo, feito pelo padre António de Andrade, da Companhia de Jesus, o qual da Corte do Mogor passou além das fontes dos Ganges, sobre cujas ribeiras viu os montes e vales cobertos da variedade de flores que referem os Geógrafos Gregos e Latinos. Porém, era tanta a aspereza daqueles sítios, que em muita parte lhe diminuía a formosura. Excede às forças humanas os trabalhos que teve nesta jornada, atravessando rios, passando desertos, subindo terras altíssimas, cobertas de neve, onde escassamente podiam chegar as aves. Porém, os mensageiros do Evangelho são como aqueles Anjos ligeiros que voam como nuvens, e podem todas as coisas Naquele que os conforta. Chegou à Corte do Rei, de quem foi benignamente recebido, e achou naqueles pontos grandes vestígios de Cristandade, porque reconhecem o mistério da Santíssima Trindade e o da Encarnação, confessando que o filho de Deus se fez homem e morreu, segundo seus cálculos, há mil e seiscentos anos. Veneram a imagem de sua santíssima mãe e são de confissão e água benta. Têm que há inferno onde os maus são atormentados, e há glória para os bons em companhia de Deus. Trazem relicários ao pescoço, escritas dentro certas palavras de seus livros. Os sacerdotes guardam castidade, e alguns vivem como religiosos, porém todos com boa fama e pobreza voluntária. Rezam e cantam nas Igrejas pela manhã, e à tarde usam nelas de pinturas e esculturas de metais ricos. Com este Reino continham outros muitos dos mesmos ritos, que sem dúvida são as províncias em que reinava aquele Príncipe Católico a quem todos os escritores Orientais chamam Preste João (nome que erradamente se tem dado ao Rei Abexins, estando este tão distante), o qual foi vencido pelos Tártaros não há muito séculos. O Rei deu licença para a pregação, e ele e a Rainha se quiseram logo baptizar, mas por ir o Padre só lhes deferiu o baptismo até tornar com mais religiosos e se poder continuar a conversão como convinha. Ido o Padre, lavrou tanto no coração deste príncipe aquele fogo da divina palavra que Deus veio acender na terra, que com amorosíssimas cartas solicitou o cumprimento da promessa que o padre lhes deixou feita de voltar, o qual lha cumpriu em Junho de 1625, tornando com outros companheiros ao Tibete por caminho melhor e mais conhecido. O Rei os mandou receber muitas jornadas antes da corte e os aposentou em um quarto do Príncipe, venerando-os como pais, e assim se espera muito depressa a conversão de todos aqueles estendidos Reinos.

Pérsia.

Na Pérsia vai em grande aumento a Cristandade pelos padres Carmelitas descalços, que no meio daquela nação pagã resplandecem com exemplo de maravilhosas virtudes. Fez o Xá retroceder os Cristãos de quarenta e seis aldeias, e aceitar violentamente a seita Maometana. Para confusão destes fracos Cristãos, quis Deus conceder sua graça a quatro

[Página 12]

Persas para pedirem o Baptismo, o que sendo sabido foram por isso justificados, padecendo glorioso martírio, e confessando até nas últimas palavras a verdadeira Religião Católica em que morriam. Tornando com este exemplo sobre si os Arménios, e animados dos padres Carmelitas, se reduziram outra vez à Igreja, e mandaram os principais que de sua parte dissessem ao Rei que a fazenda, filhos e vida eram suas, mas que a Fé era de Cristo, e que por ela estavam determinados a morrer constantemente. Admirado o Xá de tamanha resolução, lhes deu licença para viverem na lei que quisessem, com que os das aldeias ficaram muito consolados, juntamente com os da cidade de Chulsa, que também estava ameaçada, e procedem com grande fervor na união da Igreja Romana.

Informado o padre Prior de Haspão do grande número de Cristãos antigos, chamados de S. João, que havia na Arábia Feliz, mandou o Padre Frei Basílio de São Francisco, Português, natural de Santarém, à cidade de Bassorá, principal daquela província, para que os consolasse e animasse e reduzisse à união da Igreja Romana. Chegou o padre passando incomportáveis trabalhos e perigos, fazendo o caminho sem dinheiro nem outra ajuda humana, posto que nunca lhe faltou a providência divina. Apresentou-se em Bassorá ao Príncipe da cidade, que o recebeu alegremente, dando-lhe licença para edificar Igreja e Convento, e o filho do Príncipe se assinalou tanto nesta obra, que deu para a Igreja parte de sua própria casa. Afervorados com isto, os Cristãos, e principalmente alguns Portugueses que naquela cidade viviam (tão longe desterra os homens o desejo do descanso), levantaram em breves dias um vistoso templo, que o padre dedicou a nossa Senhora dos Remédios, e assim o ficou sendo dos Cristãos daquela província, dando-lhe Deus particular eficácia nas palavras e tanta facilidade, ou dom, nas línguas, que em seis meses pregou na Arábia e Turquesca, além da Pérsia. E é tal o resplendor da verdade, que muitos daqueles Reis Árabes (ainda que pagãos), afeiçoados da formosura das virtudes, lhe mandaram pedir fosse pregar e fundar Igrejas nas suas cidades, donde está com tanto ânimo que mesmo em Meca, cabeça da superstição Maometana, espera edificar Conventos e pisar os Áspides e Basílicos em suas próprias covas.

A instância do Sultão de Xirás, foram enviados outros dois padres Portugueses à mesma cidade, Frei João Tadeu e Frei Pedro de São Tomas, os quais, e seus companheiros, além do proveito que fizeram nos Cristão Arménios, foram de grande consolação para os Cristãos de Ormuz, que estavam em Xirás cativos, dos quais a uns confirmaram na Fé e a outros reduziram a ela, dando nosso Senhor tanta graça às obras de seus servos, que até dos mesmos Maometanos tem vindo grande número receber o baptismo, e não só na gente vulgar, mas nos seus Caciques e mestres se espera ainda maior fruto, porque comunicando os nossos Religiosos a uma congregação

[Página 13]

esclarecida o livro intitulado *Espelho da Verdade*, entrou o Padre Jerónimo Xavier, da Companhia de Jesus, em Persiano, e trata da verdade da nossa Fé e da falsidade da lei de Maomé, responderam com outro tratado em que apontaram as razões que por si tinham, e o mandaram ao padre Frei João, para que o enviasse a Roma, dizendo que se lhe davam resposta que os convencesse, não seriam necessários outros pregadores para se reduzirem à nossa Fé, pelo que Sua Santidade fez grande ponderação deste caso, e mandando traduzir o livro, o cometeu a uma junta de pessoas muito graves e doutras, e dando a cada um seu livro, mandou que todos respondessem de por si a ele, donde se espera que se abra uma nova porta na Pérsia para grande glória de Deus e sua Igreja.

Não menor efeito promete a redução de um Bispo Arménio, chamado Vertavier Moisés, que é o principal entre os Cristãos daquela província, o qual pretende reduzir toda a sua nação à obediência da Igreja Romana, de que tem começado a dar muitos bons princípios, porque mandou que todos os sacerdotes recebessem os nossos Padres em suas Igrejas com cruz alçada, e lhes concedeu o primeiro lugar como Legados Apostólicos. E vendo que os nossos Religiosos não quiseram acompanhar o enterramento do Embaixador Inglês, que morreu em Haspão, também ele o não quis fazer, e com censuras proibiu a seus sacerdotes que o fizessem. Ajuntou um Concílio dos Bispos, Religiosos e principais de sua nação, no qual mostrou que o uso que os Arménios tinham de excomungar nas suas festas o Papa Leão I pela desunião sucedida em seu tempo da Igreja Grega, era errôneo, porque o Sumo Pontífice, Vigário de Cristo, não pode ser excomungado, e com consentimento fez riscar de seus livros este princípio de todas as leis, mas para tirar de raiz o veneno que se dá aos Arménios na primeira idade, ensinando-os por um livro que compuseram dois hereges no tempo do Concílio Calcedonense, em que por modo de Diálogo falam a igreja Romana e Grega, e se introduz a sua doutrina da desunião, pediu aos padres que pela parte Católica respondessem para inserir nele a doutrina sã, e extinguisse a herética e ruim, do que se tem dado aviso a Sua Santidade, o qual vendo as grandes mercês que estão para madurar, e que para se cegarem é necessário serem mais os ministros, ordenou que a sacra Congregação de Propaganda da Fé escrevesse ao Grão-Mestre de Malta que lhe desse um lugar na Ilha para os padres Carmelitas aprenderem a língua Árabe, que falam os naturais da terra, e do mesmo modo alcançou da Senhoria de Veneza uma Igreja em Alepo, onde já estão dois Religiosos com grandes esperanças de muito cedo possuírem o Santo Monte Carmelo, solar conhecido e ilustríssimo desta Sagrada Religião, que lhe fica quatro jornadas distante, donde esperam sair mais animados para estas celestiais conquistas.

[Página 14]

Etiópia

Partiu o Patriarca da Etiópia, Dom Afonso Mendes, nas últimas três galeotas, com seis companheiros, a dois de Abril de 625. Entrara secretamente às portas do Estreito, e sem serem vistos das galés Turcas de Macua, tomaram o porto de Baylur, que é de um Régulo amigo do Preste. Dali atravessaram os desertos da Etiópia, ínvios e secos, onde tiveram grandes trabalhos e maiores merecimentos. Ultimamente os livrou Deus dos Galas, que em bandos assaltam continuamente aquelas paragens, e havia poucos dias que tinham degolado uma numerosa Cáfila, e assim mal lhe pudera resistir tão pequena companhia. Chegados à terra do Preste, tomaram novo ânimo com sua grande e resplandecente exalação que no Céu viram por largo espaço a modo de estrela, a qual dentro, em Fremona, que dali dista muitas jornadas, deu tão grande esplendor que até os que estavam dentro das casas ficaram atónitos de tamanha claridade e de um grande estrondo que juntamente com ela ouviram, sinal com que piamente podemos crer quis Deus significar àqueles povos lhe amanhecia a nova luz do Evangelho que lhe levavam aqueles novos Apóstolos, a quem o mesmo Senhor deu nome de Filhos do trovão. Tanto que estiveram na jurisdição do Vice-Rei de Tigre, se vestiu o Patriarca em hábito pontifical, por que até então ia no da Companhia, e por todo o caminho até chegar a Fremona foi presenteado dos fidalgos da Etiópia, e acompanhado de muitos descendentes dos Portugueses, em bons cavalos e lustrosamente vestidos. Em Fremona, fez o primeiro pontifical dia de S. Pedro, com grande admiração dos naturais da terra. Logo que chegou foram

pedir alviçaras ao Imperador, o qual, ouvindo-o, deu graças a Deus, dizendo como outro Semeão *Nune demittis feruum tuum Domine*. E mandando chamar os grandes e Capitães de sua Corte, se alegrou com eles dando-lhes a boa nova, e pelo seu secretário a mandou publicar a todo o exército, onde foi festejada com aclamações, salvas, carreiras e instrumentos de alegria. Concorre de toda a parte grande número de Cristãos a consolar-se com a vista do Patriarca e até reduzir e confirmar por sua mão, e ultimamente o mesmo Rei em Cortes gerais deu a obediência ao Sumo Pontífice nas mãos do Patriarca, de maneira que já está unida à Igreja Católica Romana aquela nobilíssima Etiópia de quem diz o salmista que foi a primeira entre todas as províncias do mundo a se antecipar e receber o Senhor.

Japão.

No Japão continua o rigor da perseguição igualmente com o valor dos Mártires, até que, vencido já o tirano, e vendo que por um Cristão que matava se levantavam centos, mandou cessar a perseguição, entendendo juntamente ser melhor servido, e com mais fidelidade, dos Cristãos que dos gentios. Feitas as diligências sobre o martírio dos seus Religiosos da esclarecida

[Página 15]

ordem do Padre São Francisco. Espanhóis e 20 Japoneses, em que entraram três Padres da sagrada Companhia de Jesus, que padeceram em Nagasaki, por mandado de Taycosama, anos atrás, averiguou a Sagrada Congregação dos Ritos, a 3 de Julho de 627, que tinham sido verdadeiros mártires, e Sua Santidade o declarou por um breve particular. Foi esta nova de grande consolação para a Religião Franciscana, para a Companhia e para este Reino, por ver já venerados por Santos na Igreja Católica os Japoneses, fruto cultivado com tanto trabalho dos Religiosos Portugueses e Espanhóis, quais foram estes Santos mártires Franciscanos. Na China, Conchinchina e Mogor vai a pregação do Evangelho cada vez mais florescente.

França.

Em França se aquietaram muitos rumores vendo El-Rei concertado com Espanha. As condições das pazes foram que as dúvidas do Duque de Sabóia com Génova se cometeriam a juizes árbitros nomeados pelas partes, e que a Valtolina se entregaria a Sua Santidade na forma em que dantes estava. O Aldiguetta Almirante de França, Capitão felicíssimo, morreu este ano, e Católico, que foi a maior de suas felicidades, por viver quase toda sua larga vida feito cabeça dos Huguenotes, aos quais persuadiu nesta derradeira hora que seguissem seu exemplo, e se sujeitassem à Igreja Romana, coisa que neles causou mais a admiração que efeito, porque pouco depois, desejosos de se isentarem de seu Rei natural, chamaram ocultamente o de Inglaterra com título de seu protector. É o Reino de França pretensão antiga dos principais Ingleses, que ainda hoje o trazem no seu título e assim com facilidade se inclinam a esta empresa. Fez o Inglês sua grande e poderosa armada, e com tanto segredo, que nunca se soube para onde a queria encaminhar, temia-se Espanha, e principalmente Lisboa, o que fez estar em Cascais a gente da ordenança e avisar os senhores das terras para acudirem onde se lhes assinasse, e estar tudo muito a ponto e fortificado. Porém, brevemente saímos deste cuidado, por dar toda esta armada em alguns portos

de França, e ultimamente na ilha de Re, sitio importante e fronteiro de La Rochelle. Aqni houve recontros de consideração entre Monsieur de Taras e o Duque de Buckingham, General da frota, sobre o desembarque, e todavia ficaram os Ingleses com a terra, com grande sentimento dos Franceses, que viam o dano que deste sitio se podia fazer a todo aquele Reino, a quem parece castigou Deus com as armas dos mesmos hereges que ele favoreceu contra Espanha. Contudo, levantaram os Ingleses o cerco no mês de Novembro de 1627 – com perda de 1660 homens, que lhe matou o Conde Chambert, um dos Marechais de França, entrando na Ilha por General do Rei Cristianíssimo com 1500 homens, ajudado

[Página 16]

de Monsieur de Toras, que saiu da fortaleza com 800 soldados valorosos. Afogaram-se 300 Ingleses, e de 300 de cavalo não se salvaram mais que cinco. Foram presos 400 e entre eles o General da cavalaria. Escapou o Duque de Buckingham muito ferido, tomaram-se-lhe algumas peças da artilharia e 45 bandeiras, colhendo os Ingleses de tamanho aparato, além da perda, descrédito e falta de reputação.

Itália.

Com as pazes de Sabóia, ficou Itália pacífica, e reconhecendo Génova sua liberdade à protecção de Espanha, concedeu ao Marquês de Santa Cruz, que a defendeu, o título de seu cidadão, dando-lhe no Senado públicas graças pelos beneficios recebidos e presenteando-lhe o privilégio num prato de ouro e pedraria de valor de dez mil cruzados. Faleceu o Duque de Mantua, e por lhe não ficarem filhos, sucedeu seu último irmão, de quem tão pouco há esperança que os tenha. Entraram também na paz com Espanha os Venezianos.

Holandeses.

Continuaram na liga herética os Reis de Inglaterra, Dinamarca, Suécia, o Gabor Transilvano, e os Holandeses. Contra todos estes não houve Espanha e a casa de Áustria menos assinaladas vitórias neste ano que no passado, porque os Holandeses perderam perto de cem baixéis, que os galeões de Dunquerque lhe tomaram do Canal para dentro, carregados muitos deles de ricas mercadorias. Os mesmos galeões lhe assaltaram as pescarias dos arenques, com uma perda incomparável. Na terra não padeceram menores danos, porque sendo o principal muro com que Holanda se defende de Flandres o rio Reno, que proíbe a passagem de nossos exércitos àquela ilha, e lhes serve de um rendoso comércio por toda Alemanha. Sua Majestade mandou sangrar este rio por uma cava em que trabalham oito mil homens, levando por ela a principal corrente do rio, caminhando por Flandres até o meter no mar. Com esta obra deixa Holanda de ser ilha, e a podem passear os exércitos Espanhóis, ficando o comércio do Reno só para socorro e comércio de Flandres, e inabilitados os rebeldes Holandeses para por ele se valerem de Alemanha. Contendendo estes em impedir esta obra com todas suas forças, foram duas vezes assaltados e derrotados, com perda de 4000 cavalos e de principais prisioneiros.

Na Frísia se perdeu a cidade de Grol, que os inimigos de Espanha tomaram por cerco, com condições honestas pelos nossos lhe não poderem acudir, por mais que o intentaram. D. Manuel, filho do Senhor D. António, que se reduziu em Abril de 1626 ao serviço de Sua Majestade, está em Bruxelas, muito respeitado da senhora Infanta,

que lhe mandou dar excelência e mil cruzados por mês de entretenimento. Trouxe consigo dois filhos, D. Manuel, que serve de Capitão de cavalos, D. Luís, a que Sua Majestade deu a comenda de Utreque de S. João, e ele se foi a Malta a servir a Religião.

[Página 17]

Alemanha.

O Rei de Dinamarca refez o exército da derrota que padeceu o ano passado, e tornou a entrar poderosíssimo no Palatinado, porque, dizem, trazia 80 mil homens, ainda que a maior parte era de gente bisonha. Saiu-lhe ao encontro Monsenhor de Tilly, Capitão valoroso e bem afortunado do Imperador, e sendo o seu campo muito menor fiado na prática dos soldados, em Deus nosso Senhor e na justiça da causa, lhe deu batalha, em que lhe degolou passante de 20 mil homens, coisa raríssima em nossos tempos, e indo seguindo a vitória, tomou muitos lugares importantes de Dinamarca, com que obrigou ao Rei formar novo campo e tornar a tentar a fortuna, porém não com melhor sorte, porque na relação do ano que vem se dirá o que sucedeu delas. O mesmo Conde de Tilly, como outro César Germânico, se fez Senhor do Albis, com maravilhosa dita e felicidade, ganhando com brevidade a ponte e forte real que Dinamarca tinha em Bezemburg e os demais passos e fortes que o Rei inimigo havia fabricado de uma e outra parte do Rio para impedir o passo aos exércitos Católicos, e se tem apoderado de todas as praças, castelos e fortes que o Rei da Dinamarca tinha da outra parte do Rio Albis até duas léguas da vila de Hamburgo. No rio Vesser não anda menos afortunado o Conde de Anholt, lugar tenente de Tilly, esmerou-se à imitação de seu General a sujeitar o Vesser, pondo sítio ao Castelo de Stolzinam, praça fortíssima situada na corrente do rio, onde achou brava resistência alguns dias, porém de Santiago pediram os cercados misericórdia, e se rendeu a praça, e logo foi o Conde a cercar a vila de Nemburg. Na Silécia, o Duque de Tridland recuperou três cidades, as quais tinha o inimigo: a primeira aos 22 de Junho, a segunda a 2 de Julho, a terceira a 11 de Julho, todas entregues por acordo, entregando as bandeiras e armas, e os oficiais que se pudessem ir com os passaportes a suas casas, mas sem servir seis meses contra o Imperador.

Pela parte de Hungria, entrou o Gabor Transilvano, a quem se juntou grande número de Húngaros mal contentes, com que se achou tão poderoso que quis constringer a jornada dos Capitães Imperiais, e estando já para se dar batalha, foi Deus servido de mover subitamente os corações dos Húngaros, e correndo se passaram todos à parte do Imperador. Desanimado o Gabor com tal sucesso, se veio também ao exército imperial e contratando firmes pazes se retirou para a sua província.

Boémia.

Em Boémia e no Palatinado, mandou o Imperador lançar fora todos os hereges, obra tão aceite por Deus, que no mesmo dia a premiou dando a seus capitães uma insigne vitória contra o Marquês de Brandemburgo, com que o despojaram de seu estado, e é de notar que no mesmo dia da data da provisão que foi o de Santo Inácio de Loyola fundador da Companhia tinham os Hereges

[Página 18]

poucos anos antes lançado fora de Boémia os Padres da Companhia. O bastardo de Mansfelt, que fugido do Palatinado militava com o Transilvano, se foi para Veneza, e no caminho morreu em Dalmácia, com grande sentimento dos Hereges.

Suécia.

Pior sucesso teve o Rei da Suécia na guerra que moveu ao Rei da Polónia, seu primo, porque em uma batalha foi desbaratado e preso pelos Polacos, com que se espera que a Coroa da Suécia torne a El-Rei da Polónia, seu natural senhor.

Turquia.

O Império Turco teve este ano grandes adversidades, porque o Paxá de Suria se levantou com aquela província, roubando as principais Cidades dela, de que em Jerusalém coube grande perda aos Cristãos. O exército que estava sobre a Babilónia foi derrotado pelo Persa, com cujas novas houve grande alteração em Constantinopla e tumultuando os Janízaros, atribuindo a perda a falta de provimento, pediram descomedidamente a cabeça da Sultana mãe, e com tanta arrogância, que foi necessário responder-lhes que chegassem os principais do motim ao conselho da Porta para se lhes dar satisfação, onde entrando trinta deles, foram presos e degolados. Com a vista destas cabeças se abateu por então o ímpeto dos Janízaros, mas não perderam por isso os brios com que se reconhecem por nervo do Império, e que têm na mão a vida ou morte do seu Príncipe. Tão pouco seguros vivem os tiranos, por poderosos que sejam.

Com isto me dou por desobrigado este ano. Para o que vem avisarei a V. M. do que suceder e das novas que trouxeram as naus da Índia que a 15 de Outubro de 1627 entraram em Lisboa na maré da tarde, e sendo assim que às oito da manhã se não sabia nova alguma delas, e estava a Cidade em grande desconfiança de poderem vir. Por ser tão tarde entraram inopinadamente, o que foi grande mercê de Deus, porque a se saber é possível que em ir e vir recados de como haviam de entrar, se detiveram, e sendo Inverno, por tal tempo inconstante se fariam ao mar, e não teriam depois tempo para entrarem. Chegaram duas, alentaram a Cidade, vinha mais um galeão que apartando-se dela foi forçado a tomar o porto da Baía.

LAUS DEO.

Índices

Índices do primeiro número das Relações

Nota: o número de página indicado (p.) é o da *Relação*. O número isolado é o número de ordem da notícia. Por exemplo, p.6, 7 refere-se à notícia com o número de ordem 7, inserida na página 6.

Índice de Notícias

1. Introdução, p.4
2. Novos membros do Conselho de Estado de Portugal, p.4
3. Novo membros do Conselho de Estado de Castela, p.4
4. Decisão do Conselho de Estado sobre criação de uma «Companhia das Índias», p.4
5. Decisão sobre abastecimento de pão, p.5
6. Indicação de várias fábricas reais em várias localidades, p.5
7. Ordenação do rei para a constituição de grupos de infantaria e proibição de utilizar cavalos sem autorização, p.5
8. Nomeação de vários coronéis e outros dignatários, p.5
9. Visita do Marquês de Hipojosa e das fortificações militares que mandou reforçar, p.5/6
10. Parada militar em Lisboa e sua discricção, p.6
11. Reforço da guarda militar e naval de Cascais por receio de ataques da armada inglesa, p.6
12. Confiscação de bens franceses em Castela, a propósito da guerra desta com a Dinamarca, e devolução dos bens aos comerciantes, p.6
13. Saída de uma armada inglesa de Plymouth, e da sua ida até Lisboa e Setúbal e da medidas que foram tomadas para a sua defesa, da surtida dos ingleses em Cádiz e do reforço de tropas portuguesas que prepararam para a defesa, p.6
14. Falecimento do arcebispo de Lisboa e nomeação do Inquisidor Geral para o lugar, o qual recusou, sendo nomeado o Arcebispo de Braga, e demais nomeações eclesiásticas, nomeação do governador do Brasil e do General da armada portuguesa e p.8
15. Eleição do Geral dos Franciscanos em Roma, sendo um português, p.8
16. Prisão do Auditor da Legacia, p.8
17. Canonização da Rainha Santa Isabel e das celebrações que houve no reino, p.8
18. Falecimento de um antigo vice-rei da Índia, p.10
19. Falecimento da Condessa de Tentúgal, p.10
20. Falecimento do Bispo de Lamego, p.10
21. Notícia do mau tempo e dos seus efeitos em várias localidades, p.10
22. Vitória sobre piratas mouros na Ilha do Corvo, p.10
23. Falecimento do Bispo de Angra e nomeação de novo bispo, p.11
24. Dos ataques ingleses às praças portuguesas do norte de África, p.11
25. Nomeação do bispo de Cabo Verde, São Tomé, p.12
26. Da tentativa de assalto a Luanda por parte dos holandeses, p.12
27. Notícia da evolução da pregação no Congo, p.12

28. Chegada e morte do bispo do Congo, p.12
29. Morte e sucessão do Rei de Angola, p.12
30. Das dificuldades e acidentes ocorridas com a armada vinda da Índia, p.13
31. Notícias da Índia e do afastamento dos ataques de ingleses e holandeses, p.13
32. Fortificação de Macau, criação da sua milícia e acolhimento dos jesuítas na corte imperial, p.13
33. Naufrágio do galeão São João na costa de Moçambique, p.14
34. Morte de missionário no Japão às mãos dos holandeses, p.14
35. Perseguição do tirano japonês aos católicos, p.14
36. Crescimento da missão da Conchichina por parte dos jesuítas;
37. Nomeação de novo vice-rei da Índia, que recusou o cargo p.14
38. Indicação de Capitão-Mor e da sua armada, e notícias de naufrágio ocorrido com nau holandesa, p.15
39. Viagem até Cabo-Verde, chegada à Baía e situação militar que encontrou uma armada portuguesa e castelhana, p.15
40. Relação da perda da cidade da Baía para os holandeses, p.16
41. Chegada da armada conjunta lusa-castelhana e da reconquista da Baía, p.18
42. Dos ataques e expulsão dos holandeses da capitania de Espírito Santo e regresso ao reino da esquadra portuguesa, p.21
43. Nascimento de infanta de Castela, p.24
44. Várias nomeações, p.24
45. Concessão de privilégio real a diversos artífices, p.24
46. Concretização de aliança militar com Alemanha e ducados de Itália, p.24
47. Ataque inglês a Cádiz, p.24
48. Morte do Duque-Cardenal de Lerma, p.26
49. Inundações em Castela, p.26
50. Ataque de mouros, p.27
51. Repellido ataque holandês na costa do Chile, p.27
52. Fim do cerco holandês a porto Rico, p.27
53. Das batalhas travadas na guerra de Itália, p.27
54. Vitória das armas castelhanas na Flandres e morte do conde Maurício, p.28
55. Naufrágio de galeões holandeses ao largo de Dunquerque, p.28
56. Vitória das forças da Liga Católica na Alemanha, p.29
57. Falecimento do rei James I sucedido por seu filho, p.29
58. Rebelião em Constantinopla, p.29
59. Realização de cortes de Aragão e visita do rei à Catalunha, p.29
60. Chegada do Legado Cardeal Birbarino, p.31
61. Vitória do Conde de Tilly sobre os dinamarqueses, p.31

Índice geográfico

África, p.11, 24; p.16, 40;
Alcala, p.31, 60; p.31, 60;
Alcântara, p.6, 9;
Alemanha, p, 24, 46; p.27, 53; p.29, 56; p.31, 61;
Alentejo, p.7, 13;
Algarve, p.7, 13; p.8, 14;
Amesterdão, p.29, 57;
Angola, p.12, 25; p.12, 26; p.20, 41;
Angra, p.19, 23;
Aragão, p.26, 47; p.26, 47; p.29, 59; p.31, 60;
Argel, p.10, 22;
Ásia, p.16, 40;
Áustria, p.24, 46;
Badajoz, p.8, 16;
Baía, p.9, 17; p.15, 39; p.16, 40; p.16, 40, p.18, 40; p, 18, 41; p.20, 41; p.20, 41; p.21, 41; p.21, 41; p.21, 41;
p.23, 43; p.25, 47; p.27, 53;
Barajas, p.31, 60;
Barcarena, p.5, 6; p.10, 21;
Barcelona, p.30, 59;
Barrolina, p.27, 53; p.27, 53;
Belaguer, p.29, 59;
Belém, p.5, 6;
Berbéria, p.27, 50;
Bilbao, p.29, 59;
Boavista, p.6, 9;
Bragança, p.5, 7;
Brasil, p.4, 3; p.5, 7; p.7, 13; p.15, 38; p.25, 47;
Breda, p.9, 17; p.27, 53; p.28, 54;
Burgos, p.24, 45;
Cabo, p.13, 30;
Cabo Verde, p.12, 25; p.15, 39;
Cádiz, p.7, 13; p.7, 13; p.23, 43; p.24, 47; p.24, 47; p.24, 47; p.25, 47; p.25, 47; p.26, 47; p.26, 47;
Calez, p.6, 12;
Calhao, p.27, 51;
Cambaya, p.14, 36;
Campo de Santa Clara, p.6, 10;
Campo de Santana, p.6, 10;
Capela de Santo António, p.9, 17;
Cartago, p.24, 49;

Cascais, p.6, 11; p.7, 13; p.7, 13; p.13, 30;
Castela, p.4, 3; p.7, 13; p.8, 17; p.15, 38; p.26, 49; p.27, 49;
Catalunha, p.29, 59; p.30, 59;
Ceuta, p.11, 24; p.11, 24;
Champa, p.14, 36;
China, p.13, 32;
Cidade Salvador, p.12, 27; p.12, 28;
Coína, p.15, 38;
Coimbra, p.5, 6; p.8, 17; p.10, 20; p.10, 21; p.10, 21; p.11, 23;
Conceição de Chile, p.27, 51;
Conchichina, p.14, 36;
Congo, p.12, 25; p.12, 27; p.12, 28;
Constantinopla, p.29, 58;
Convento do Carmo, p.18, 40;
Convento de Santa Clara, p.8, 14;
Corai, p.14, 36;
Corvo, p.10, 22; p.10, 22;
Cuaco, p.24, 47;
Dataria, p.28, 53;
Douro, p.4, 1; p. 7, 13; p.7, 13; p.10, 21;
Dunquerque, p.28, 55;
Elvas, p.8, 14;
Espanha, p.4, 1; p.4, 3; p.6, 12; p.6, 12; p.7, 13; p.9, 17; p.11, 24; p.15, 38; p.20, 41; p.24, 45; p.24, 47; p.26, 47;
p.26, 47; p.26, 48; p.27, 49; p.27, 53; p.27, 53; p.28, 53; p.28, 53; p.28, 53; p.28, 54; p.29, 57; p.29, 57; p.29, 57;
Espírito Santo, p.21, 42; p. 21, 42;
Etiópia, p.14, 32;
Europa, p.13, 31; p.13, 32; p.16, 40; p.16, 40;
Évora, p.10, 19;
Faro, p.19, 41;
Flandres, p.4, 3; p.28, 54;
Forte de Água dos Meninos, p.17, 40;
Forte do Pontal, p.24, 47;
Forte de Santo António, p.17, 40; p.21, 41;
Forte de São Francisco, p.17, 40;
Forte de Tapagipe, p.17, 40;
França, p.26, 47;
Galiza, p.26, 47;
Génova, p.6, 12; p.9, 17; p.27, 53; p.28, 53;
Gibraltar, p.23, 43;
Goa, p.13, 31;

Guadiana, p.10, 21;
Guiné, p.4, 3;
Holanda, p.4, 1; p.4, 3; p.7, 13; p.20, 41; p.27, 52;
Ilha do Mayo, p.15, 39;
Índia, p.4, 3; p.7, 13; p.10, 18; p.13, 30; p.13, 31; p.13, 31; p.13, 31; p.14, 37; p.15, 38; p.25, 47;
Inglaterra, p.11, 24; p.24, 47; p.25, 47; p.28, 54, p.29, 57; p.29, 57;
Itália, p.6, 11; p.24, 46; p. 24, 46; p.27, 53; p.28, 53; p.28, 53;
Japão, p.14, 34; p.14, 35; p.14, 35
Lamego, p.8, 14;
La Rochele, p.29, 57;
Leiria, p.7, 13; p.8, 14;
Lima, p.27, 51;
Lisboa,; p.4, 4; p.4, 4; p.5, 7; p.5, 8; p.5, 9; p.6, 10; p.6, 10; p.6, 11; p.6, 11; p.7, 13; p.7, 13; p.7, 13; p.7, 13; p.7, 13; p.8, 14; p.8, 15; p.10, 18; p.10, 21; p.13, 30; p.15, 38; p.15, 39; p.23, 43; p.26, 47; p.26, 47; p.26, 47;
Laveiras, p.13, 30;
Luanda, p.12, 26; p.12, 26;
Macau, p.13, 32; p.13, 32; p.13, 32;
Madrid, p. 23, 43; p.25, 47; p.26, 47; p.29, 59; p.31, 60; p.31, 60;
Maguncia, p.31, 61;
Maia, p.5, 6;
Malaca, p.14, 34;
Mamora, p.27, 50;
Manila, p.13, 32;
Maranhão, p.21, 41;
Málaga, p.23, 43;
Mazagão, p.5, 8;
Milão, p.27, 53;
Minho, p.4, 1; p.7, 13;
Miranda, p.8, 14;
Moçambique, p.14, 33; p.14, 33;
Monçom, p.29, 59; p.29, 59;
Mondego, p.10, 21;
Morro de São Paulo, p.16, 40
Natal, p.14, 33;
Nossa Senhora da Vitória, p.22, 42;
Oelha, p.28, 53;
Ormuz, p.13, 31;
Paço, p.6, 9;
Paraíba, p.15, 39; p.21, 41;
Peniche, p.7, 13;

Pernambuco, p.13, 30; p.15, 39; p.21, 41; p.23, 43; p.23, 43;
Platinado, p.6, 12; p.27, 53; p.28, 54; p.29, 56;
Plymouth, p.6, 13;
Pontal, p.24, 47;
Portas do Carmo, p.17, 40; p.19, 41;
Portas de São Bento, p.17, 40; p.19, 41;
Porto, p.5, 6; p.8, 14; p.10, 21;
Porto Rico, p.21, 41; p.27, 52;
Portugal, p.4, 2; p.5, 6; p.6, 11; p. 7, 13; p.8, 17; p.9, 17; p.9, 17; p.18, 41; p.19, 41; p.20, 41; p. 21, 43; p.24, 47;
Prestes João, p.14, 32;
Potosi, p.20, 41;
Praça de São Francisco, p.30, 59;
Quartel do Carmo, p.19, 41, p.20, 41;
Quartel de São Bento, p.19, 41; p.19, 41;
Quiauena, p.29, 56;
Rambla, p.30, 59;
Ribatejo, p.7, 13;
Ribeira, p.6, 9;
Rio de Janeiro, p.21, 42;
Rio Vermelho, p.15, 39;
Roma, p.8, 15; p.8, 17; p.28, 53;
Rossio, p.6, 10;
Salamanca, p.24, 45; p.26, 49;
Sale, p.27, 50;
Salena Berbéria, p.25, 47;
Santa Helena, p.13, 30;
Santo Amaro, p.10, 21;
Santarém, p.5, 6; p.6, 10;
São Domingos, p.27, 52;
São José, p.10, 21;
São Miguel, p.11, 23;
Saona, p.28, 53;
São Tomé, p.12, 25;
Saragoça, p.26, 47;
Sesimbra, p.7,13;
Setúbal, p.7, 13;
Sevilha, p.12, 26; p.23, 43; p.27, 49;
Talavera de La Reina, p.27, 49;
Tânger, p.5, 8; p.11, 24;
Tejo, p.7, 13; p. 10, 21,

Terreiro do Paço, p.6, 10;
Tormes, p.26, 49;
Torre de Moncorvo, p.5, 6;
Triana, p.27, 49;
Valadolid, p.26, 48; p.27, 49;
Valência, p.29, 59;
Valtolina, p. 28, 53; p.29, 56;
Veneza, p.4,1;
Vila Real, p.5, 6;
Viseu, p.5, 6;
Xerez, p.24, 47;

Índice onomástico

Agostinho Mexia, p.24, 44;
Afonso de Castelo Branco, p.8, 17;
Afonso Furtado de Mendonça. P.4, 1; p.8, 14;
Afonso Mendes S.J., p.14, 32;
Afonso de Lencastre, p.19, 41; p.23, 43;
Afonso de Noronha, p.20, 41; p.23, 43;
Alexandre, p.11.24;
Aldiguera, p.27, 53;
Álvaro de Abranches, p.7, 13;
Ana do Congo, p.12, 29;
António de Ataíde, p.4, 2;
António Cardoso, p.18, 40; p.18, 40,
António de Meneses, p.7, 13;
António de Mendonça, p.16, 39; p.16, 40; p.17, 40;
António Moniz Barreto, p.20, 41; p.20, 41; p.23, 43;
António Soares, p.23, 42;
António de Sousa, p.7, 13;
António Teles da Silva, p.7, 13;
António Telo, p.13, 30; p.13, 30;
António Teles da Silva, p.7, 13;
Arcebispo de Braga, p.8, 14; p.8,14;
Arcebispo de Lisboa, p.4, 1;
Arcebispado de Lisboa, p.8, 14;
Arcebispo Primaz de Espanha, p.4, 1;
Auditor da Legacia, p.8, 16;, p.8, 14;
Bento Banha, p12, 26;

Bernardino de Sena, (Fr.), p.8, 15;
Bispado de Viseu, p.8, 14;
Bispo do Algarve, p.8, 14;
Bispo de Angra, p.11, 23;
Bispo de Barcelona, p.29, 59;
Bispo de Coimbra, p.8, 17;
Bispo Delna, p.30, 59;
Bispo de Lamego, p.10, 20;
Bispo do Porto, p.8, 14; p.8, 14;
Bispo de Miranda, p.8, 14;
Bispo de Leiria, p.8, 14;
Brás Teles de Meneses, p.5, 8;
Caco, p.11, 22;
Camilo Constâncio, S.J. , p.14, 35;
Capitão Cachueira, p.17, 40; p.17, 40;
Cardeal Infante, p.31, 60;
Cardeal Birbarino, p.31, 60;
Conde de Atalaia, p.7, 14;
Conde de Castro D'Aire, p.4, 2;
Conde de Ericeira, p.4, 2; p.4, 3;
Conde de Faro, p.19, 41; p.23, 43;
Conde de Ficalho, p.9, 17;
Conde de Leste, p.24, 47; p.24, 47;
Conde de Linhares, p.11, 24;
Conde Maurício, p.28, 54; p.28, 54; p.28, 54;
Conde de Miranda, p.8, 13;
Conde de Monterrey, p.29, 59;
Conde de Nassau, p.28, 54;
Conde de Olivares, p.9, 17; p.30, 59; p.30, 59; p.31, 60;
Conde de Onato, p.31, 60;
Conde Palatino, p.28, 54;
Conde de Portalegre, p.4, 2;
Conde de Santa Cruz, p.4, 2; p.6, 10;
Conde de Tarouca, p.23, 43;
Conde de Tilly, p.31, 61; p.31, 61; p.31, 61;
Condessa de Tentúgal, p.10, 19;
Conde Vice-Rei, p.13, 31; p.13, 31;
Constantino de Melo, p.23, 43;
Corregedor de Xéres, p.24, 47;
Desembargador do Paço, p.8, 14;

Dinis de Mascarenhas, p.11, 24;
Dinis de Melo, p.8, 14;
Dom Carlos, p.7, 14;
Diogo Brochero, p.24, 44;
Diogo de Castro, p.4, 1; p.9, 17;
Diogo Luís, p.8, 14;
Diogo Luís de Oliveira, p.4, 3;
Diogo de Mendonça Furtado, p.16, 39; p.16, 40; p.16, 40;
Diogo de Meneses, p.4, 2;
Diogo da Silva, p.4, 1;
Duarde de Bragança, p.4, 3;
Duque de Albuquerque, p.31, 60;
Duque de Aveiro, p.7, 13; p.19, 41;
Duque da Baviera, p.24, 46;
Duque de Bragança, p.4, 3; p.5, 7;
Duque de Caminha, p.11, 24;
Duque-Cardenal de Lema, p.26, 48;
Duque de Cardona, p.30, 59;
Duque de Claves, p.24, 46;
Duque de Feria, p.28, 53;
Duque de Ixar, p.9, 17;
Duque de Nuremberga, p.24, 46;
Duque de Sabóia, p.4, 1; p.27, 53;
Duque de Sesla, p.31, 60;
Eleitor de Maguncia, p.31, 61;
Eleitor da Saxónia, p.24, 46;
Espírito Santo, p.18, 40;
Fernando de Faro, p.11, 24; p.12, 24;
Fernando Girão, p.24, 47;
Fernão Martins de Mascarenhas, p.8, 14;
Fernão de Sousa, p.12, 26;
Fradique, p.15, 39; p.15, 39; p.18, 41; p.18, 41; p.20, 41; p.20, 41; p.21, 41; p.23, 43;
Francisco de Aguiar, p.21, 42;
Francisco de Almeida Brito, p.16, 40; p.18, 40; p.19, 41; p.19, 41;
Francisco de Barros, p.17, 40;
Francisco Borges de Castelo Branco, p.13, 31;
Francisco de Bragança, p.8, 17;
Francisco Coelho de Carvalho, p.21, 41; p.21, 41;
Francisco da Cunha de Tovar, p.13, 31;
Francisco D'Eça, p.13, 30;

Francisco Dias de Avelar, p.17, 40; p.17, 40;
Francisco de Faro, p.19, 41; p.23, 43;
Francisco Fernandes, p.16, 40;
Francisco de Frias, p.16, 40;
Francisco de Mascarenhas, p.13, 32;
Francisco de Melo, p.6, 10;
Francisco de Meneses, p.8, 14;
Francisco de Moura, p.15, 39; p.18, 41; p.20, 41; p.23, 43;
Francisco Plaris de Cadell, p.30, 59;
Francisco Pereira, p.15, 38;
Francisco Sarmento, p.20, 41;
Francisco de Sousa, p.7, 13;
Francisco de Soveral, p.12, 26;
Francisco de Vasconcelos, p.15, 39;
Garcia Afonso do Congo, p.12, 27;
Gaspar de Teue, p.9, 17;
Gil de Abreu, S.J., p.14, 34;
Gonçalo de Sousa, p.20, 41;
Governador de Angola, p.20, 41;
Governador do Brasil, p.8, 14;
Governador de Milão, p.27, 53; p.28, 53;
Governador do Rio de Janeiro, p.21, 42;
Gualter, (Fr.), p.14, 35;
Henrico Angelis Siciliano, S.J., p.14, 35;
Henrique de Angelis S.J., p.14, 35;
Henrique Correia da Silva, p.5, 8;
Henrique Henriques, p.23, 43;
Henrique da Silva, p.4, 2;
Hércules, p.11, 22; p.11, 24;
Imperador, p.24, 46; p.29, 56; p.29, 56; p.29, 58;
Inácio de Mendonça, p.19, 41;
Infanta Dona Maria, p.29, 56;
Infante Dom Carlos, p.9, 17; p.30, 59;
Inquisidor Geral, p.8, 14;
Jaime I de Inglaterra, p.29, 57;
Jerónimo de Ataíde, p.7, 13;
Jerónimo de Azevedo, p.9, 18; p.22, 43;
João Azevedo, p.22, 42;
João Coutinho, p.8, 14;
João Furtado de Mendonça, p.7, 13;

João de Lencastre, p.10, 20;
João de Loureiro, p.19, 41;
João Manuel, p.8, 17;
João de Orelhana, p.23, 43;
João Pereira Corte-Real, p.13, 30;
João de Portugal (Fr.) OP, p.8, 13;
João Pimenta, p.11, 23;
João Sentis, p.29, 59; p.30, 59; p.30, 59;
João da Silva Telo, p.23, 43;
João de Valada (Fr.), p.8, 14;
Jorge Mascarenhas, p.5, 8; p.6, 11;
Lopo da Cunha, p.23, 43;
Lourenço de Brito Correia, p.18, 40;
Lourenço de Castro, p.9, 17;
Lourenço Garro, p.12, 25;
Lourenço de Távora (Fr.), p.8, 14;
Luís de Noronha, p.11, 24;
Manuel do Espírito Santo, (Fr.), p.22, 42;
Manuel de Meneses, p.7, 13; p.8, 14; p.15, 39; p.18, 41; p.19, 41;
Manuel Pereira, p.15, 38;
Mariana de Castro, p.10, 19;
Marquês de Aitona, p.9, 17;
Marques e Alcanizes, p.24, 44;
Marquês de Alenquer, p.9, 17;
Marquês del Carpio, p.9, 17; p.24, 44;
Marquês de Castelo Rodrigo, p.8, 17;
Marquês de Gouveia, p.4, 2; p.9, 17;
Marquês de Frechila, p.4, 3; p.9, 17;
Marquês de Hinojosa, p.5, 8;
Marquês de Liche, p.24, 44; p.31, 60;
Marquês de Malpica, p.4, 3;
Marquês de Montes Claros, p.24, 44;
Marquês de Santa Cruz, p.28, 53; p.28, 53;
Marquês de Valada, p.9, 17;
Martin Afonso, p.19, 41;
Matias de Albuquerque, p.21, 41;
Mestre de Campo, p.4, 3;
Miguel de Almeida, p.5, 8;
Miguel de Castro, p.8, 14;
Miguel de Noronha, p.11, 24;

Monsenhor de Telly, p.29, 56; p.29, 56;
Monteiro Mor, p.6, 10;
Morgado de Oliveira, p.15, 39; p.19,41; p.19, 41;
Nuno Álvares Botelho, p.13, 31; p.13, 31;
Nuno de Mendonça, p.4, 2; p.5, 8; p.14, 38;
Nuno Velho, p.14, 33;
Ordem de Cristo, p.12, 25;
Ordem de São Domingos, p.9, 17;
Papa, p.27, 53; p.28, 53;
Papa Bonifácio (IX?), p.25, 47;
Patriarca da Etiópia, p.14, 32;
Pedro Afonso do Congo, p.12, 27;
Pedro Álvares Cabral, p.20, 41;
Pedro da Costa, p.11, 23;
Pedro Manuel, p.7, 14;
Pedro Osório, p.19, 41; p.19, 41;
Pêro Casceiro da Rocha, p.18, 40; p.18, 40;
Pêro Fuster, p.30, 59;
Pêro Garcia, p.18, 40,
Pêro de Mendonça, p.7, 13;
Pêro Paulo, S.J., p.14, 35;
Prior de Palmela, p.8, 14;
Priorado de Castela, p.24, 44;
Rainha Santa Isabel, p.8, 17; p.8, 17; p.8, 17; p.8, 17; p.10, 21;
Rei de Angola, p.12, 29;
Rainha Ana de Angola, p.12, 29;
Rei da Dinamarca, p.4, 1; p.6, 12; p.27, 53; p.29, 56; p.31, 61; p.31, 61;
Rei D. Fernando I de Portugal, p.5, 5;
Rei da França, p.4, 1; p.29, 57; p.29, 57;
Rei da Hungria, p.29, 56;
Rei de Inglaterra, p.4, 1;
Rei da Polónia, p.24, 46;
Rei D. Sebastião I de Portugal, p.5, 7;
Rei da Suécia, p.4, 1; p.29, 56;
Reis de França, p.4, 1;
Rodrigo da Cunha, p.8, 14;
Rodrigo Pedro, p.24, 42;
Rodrigo Telo, p.24, 44;
Salvador Correia de Sá, p.21, 42; p.22, 42; p.22, 42; p.23, 43;
Santo Agostinho, p.9, 17;

São Domingos, p.27, 52;
São Francisco, p.9, 17; p.30, 59;
São Jerónimo, p.31, 60;
São Paulo, p.16, 40;
Sebastião de Matos, p.8, 14;
Senhor de Santar, p.23, 43;
Senhor do Vimieiro, p.11, 24;
Simão Japão, S.J., p.14, 35;
Simão Mascarenhas (Fr.), p.12, 28;
Simão de Melo, p.5, 8;
Sumo Pontífice, p.8, 17; p.24, 47;
Urbano VIII, p.31, 60;
Valors de Valoi, p.24, 47;
Vice-Rei da Índia, p.14, 37;

Índices do segundo número das Relações

Nota: o número de página indicado (p.) é o da *Relação*. O número isolado é o número de ordem da notícia. Por exemplo, p.6, 7 refere-se à notícia com o número de ordem 7, inserida na página 6.

Índice de Notícias

1. Introdução, p.3
2. Portugal: Mudança de Governador com a chegada do Arcebispo a Lisboa. Conde D. Diogo da Silva é substituído e retira-se para Condeixa, p. 3
3. Atribuição de títulos governativos por Sua Majestade e casamento da Marquesa de Piovera, p. 3
4. Implementação da lei dos coches, p. 4
5. Batalha entre Portugueses e Turcos e comemoração da vitória, p. 4
6. Chegada antecipada das naus que vinham de Goa à Ilha Terceira e indicação de Sua Majestade de partir para a Corunha para evitar a armada inglesa, p. 4
7. Preparação das naus, em Lisboa, em direcção à Índia e relato das dificuldades e ocorridas pela Costa de Espanha, p. 5
8. Naufrágio da Armada Portuguesa a caminho de Goa e das Capitánias da Índia, com número de mortos e sobreviventes e referência a alguns dos fidalgos mortos da armada portuguesa, p.5, 6
9. Retrato dos que escaparam do mar, vivos e mortos, p. 7
10. Regresso a Lisboa de uma das vítimas do naufrágio, p. 7
11. Nomeação de Governadores para a Ilha da Madeira, S. Miguel e Cabo Verde, p.7
12. Falecimento do Duque de Aveiro, p.7
13. Falecimento do irmão do Duque de Bragança e descrição do seu funeral, p. 7
14. Falecimento da Infanta, p. 7
15. Nomeação para o bispado do Brasil e Prior de Palmela, p.7
16. Recepção calorosa à chegada do Bispo D. Rodrigo da Cunha à cidade de Braga, p. 7
17. Chegada da “fazenda” da nau que se perdeu em Santa Helena, p. 7
18. Nomeação de El-Rei, em Madrid, de vários representantes do Estado, p.7, 8
19. Conquistas de Portugal: África: Das batalhas do Conde de Linhares contra os mouros, p.8
20. Nomeação para a capitania de Tânger, p.8
21. Cerco dos mouros a Mamora por terra e por mar, p. 8
22. Angola: Fortificação do Porto de trincheiras e artilharia, p.8, 9
23. Substituição da Rainha de Angola e intervenção de dois padres portugueses na cura dos etíopes, p. 9
24. Governador descobre método de extracção de prata, p. 9
25. Congo: relação das perdas em Congo, p.9,10
26. Brasil: Mudança de governador e relato da tentativa falhada de invasão das tropas Holandesas, p.10
27. Índia Oriental: Partida das armadas de Goa, p. 10
28. Confronto contra os Ingleses, p.10
29. Tomada de uma nau de Meca, p. 10

30. Pedido de paz a Goa, p.10
31. Restituição do título de Rei e Reino de Mombaça, p.10
32. Descobrimto de Catayo: relato do descobrimto do Reino de Tibete, com a chegada à corte de pregadores cristãos, p.10, 11
33. Pérsia: Aumento dos cristãos e da fé cristã na Pérsia, p.11, 12
34. Notícia da evolução da pregação do evangelho na Pérsia, p.12
35. Entrada de dois padres na instância do Sultão de Xirás e apresentação do Livro o Espelho da Verdade, p.12, 13
36. Bispo Arménio ensina a nação a obediência da Igreja, p.13
37. Etiópia: Notícia da partida e travessia do Patriarca D. Afonso Mendes para a tomada do Porto de Baylur, p.14
38. Japão: Cessaçãõ da perseguiçãõ aos cristãos, p.14, 15
39. Espanhóis e japoneses reconhecidos mártires, p. 15
40. Pregaçãõ do Evangelho aumenta na China, p. 15
41. França: Rumores em França, p. 15
42. Falecimento do Capitão Almirante de França com chamada do rei de Inglaterra, p. 15
43. Preparaçãõ da armada inglesa em segredo e reforço da guarda militar e naval de Cascais por receio de ataques, p.15, 16
44. Itália: Pazes em Saboya e concessãõ de privilégio real ao Marquês de Santa Cruz, p.16
45. Falecimento do Duque de Mantua e sucessãõ de seu irmão, p.16
46. Pazes entre os Venezianos e Espanha, p.16
47. Holandeses: Notícia da perda e danos das frotas Holandesas, p. 16
48. Tomada dos Espanhóis da cidade de Grol, p.16
49. Nomeaçãõ de D. Manuel, p. 16
50. Alemanha: Rei da Dinamarca ataca Palatinado sem muito sucesso e vitória do Conde de Tilly, p.17
51. Cerco à Vila de Nemburg, p.17
52. Relaçãõ da recuperaçãõ de três cidades, pelo Duque de Tridland, p.17
53. Desistênciã da batalha dos Húngaros, p.17
54. Boémia: Despejo dos herejes e vitória contra o Marquês de Brandemburgo, p.17, 18
55. Morte do bastardo de Mansfelt a caminho da Dalmácia, p.18
56. Suécia: Da batalha entre Rei da Suécia e seu primo, p.18
57. Relato das adversidades do Império, p.18

Índice Geográfico

África, p.8, 19;
 Alemanha, p.16, 47; p.17, 50;
 Alepo, p.13, 36;
 Angola, p.8, 22; p.9, 23;
 Arábia Feliz, p.12, 34;
 Arábia, p.12, 34;

Áustria, p.16, 47;
Babilónia, p.18, 57;
Baía, p.10, 26; p.18, 57;
Bassorá, p.12, 34;
Baxa de Suria, p.18, 57;
Baylur, p.14, 37;
Bayona, p.5, 8; p.6, 9;
Bezemburg, p.17, 50;
Biscaia, p.6, 8;
Boémia, p.17, 54; p.18, 54;
Bordéus, p.5, 8;
Braga, p.7, 16;
Brasil, p.10, 25;
Bruxelas, p.16, 49;
Cabo Verde, p.7, 11;
Cambambe, p.9, 24;
Canará, p.4, 5;
Capachos d' Arrábida, p.3, 2;
Cascais, p.15, 43;
Castelo de Stolzinam, p.17, 51;
Catayo, p.10, 31; p.11, 31;
Chaul, p.6, 8;
China, p.15, 40;
Chulsa, p.12, 33;
Coimbra, p. 3, 2;
Conchichina, p.15, 40;
Condeixa, p. 3, 2;
Congo, p.9, 25;
Constantinopla, p.18, 57;
Corimba, p.8, 22;
Corte de Mogor, p.11, 32;
Corunha, p. 4, 5; p.5, 6;
Dalmácia, p.18, 55;
Dinamarca, p.16, 47; p.17, 50;
Dunquerque, p.16, 47;
Espanha, p.3, 1; p.4, 6; p.6, 7; p.15, 41; p.15, 43; p.16, 44; p.16, 46; p.16, 47; p. 16, 48;
Espírito Santo, p. 10, 26;
Etiópia, p.14, 37;
Europa, p.7, 16;
Évora, p. 2;

Ferrol, p.4, 6; p.5, 6;
Flandres, p.16, 47;
França, p.5, 8; p.6, 8; p.7, 9; p.15, 41; p.15, 43;
Fremona, p.14, 37;
Frísia, p.16, 48;
Ganges, p.11, 32;
Génova, p.15, 41; p.16, 44;
Goa, p.4, 5; p.10, 27; p.10, 30;
Grol, p.16, 48;
Hamburg, p. 17, 50;
Haspão, p.13, 36;
Holanda, p.6, 8; p.16, 47;
Hungria, p.17, 53;
Ilha da Madeira, p. 7, 11;
Ilha de Re, p.15, 43;
Ilha de S. Miguel, p. 7, 11;
Ilha terceira, p.4, 5;
Índia oriental, p.10, 27;
Índia, p.4, 6; p.7, 18; p.8, 18; p.18, 57;
Inglaterra, p.6, 7; p.15, 42; p.16, 47;
Itália, p. 16, 44;
Japão, p.14, 38;
Jerusalém, p.18, 57;
La Rochelle, p.6, 9 ; p.15, 43 ;
Lisboa, p.2; p.3, 1; p.3, 2; p.4, 3; p.4, 5; p.4, 6; p.7, 9; p.7, 10; p.7, 18; p.15, 43; p.18, 57 ;
Loures, p. 3, 2 ;
Luanda, p.8, 22; p.8, 23;
Macua, p.14, 37;
Madrid, p.3, 2; p.6, 9; p.7, 18;
Malta, p.16, 49;
Mamora, p.8, 21;
Mansfelt, p.18, 55;
Mazagão, p. 8, 19;
Meca, p.10, 29; p.12, 34;
Mogor, p.11, 32; p.15, 40;
Mombaça, p. 10, 31;
Nagasaki, p.15, 39;
Nemburg, p.17, 51;
Ormuz, p.12, 35;
Palatinado, p.17, 50; p.17, 54; p.18, 55;

Pernambuco, p.10, 26;
Pérsia, p.11, 33;p.12, 34; p.13, 35;
Polónia, p.18, 56;
Portugal, p.3, 1; p.3, 2; p. 3, 3; p. 4, 5; p.8, 18; p.9, 23;
Potosi, p.9, 24;
Rio Albis, p. 17, 50;
Rio Reno, p. 16, 47;
Rio Vesser, p. 17, 51;
Roma, p.13, 35;
Sabóia, p.16, 44;
Salvador, p.10, 25;
Santa Helena, p.7, 17;
Santarém, p.12, 34;
Santo Monte Carmelo, p.13, 36;
São João de Luz, p.5, 8; p.6, 9;
Silécia, p.17, 52;
Suécia, p.16, 47; p.18, 56;
Surrate, p.10, 28 ;
Tanger, p.8, 19; p.8, 20; p.8, 21;
Tibete, p.10, 32; p.11, 32;
Tomar, p.7, 15;
Turquesca, p.12, 34;
Turquia, p.18, 57;
Venzeza, p.18, 55;
Vitória, p.10, 26;
Xirás, p.12, 35;

Índice Onomástico

Afonso (Conde de Arcos), p. 3, 3;
Afonso de Noronha (Conde de Atalaia), p.8, 18;
Afonso Furtado de Mendonça (Arcebispo), p. 3, 2;
Afonso Mendes, p.14, 37;
Airiqubangue, p.9, 23;
Aldigueta Almirante de França, p. 15;
Alexandre de Moura, p.6, 8;
Ambrósio, p.10, 25;
Antão d' Almada, p.6, 8;
Antão de Mesquita, p.8, 18;
António de Andrade (padre), p.11, 32;

António de Ataíde (Conde de Castro d' Aire), p. 3, 3;
António de Lima, p. 6, 8;
António de Menezes, p. 4, 6; p.6, 8;
António de Oquendo, p.8, 21;
António de Sampaio, p.6, 8;
António Gonçalves da Câmara, p.6, 8;
António Machado (padre), p.9, 23;
António Moniz Barreto (Almirante), p. 4, 6; p.5, 7; p.6, 8;
António, p. 16, 49;
Bispo de Fez, p. 2;
Carlos de Noronha, p. 4, 6; p.6, 8;
Conde D. Diogo da Silva, p.3, 2;
Conde de Anholt, p. 17, 51;
Conde de Chambert, p. 15, 43;
Conde de Linhares, p. 8, 19;
Conde de S. João, p. 3, 3;
Cristóvão Cabral, p. 4, 6; p. 6, 8;
Diogo de Carcome, p.6, 8;
Diogo de Castro, p.3, 2;
Diogo de Miranda Henriques, p. 7, 13;
Diogo Lobo (Dom Prior de Palmela), p.7, 15;
Diogo Luís de Oliveira, p. 10, 26;
Doutor Miguel Pereira, p.7;
Duarte (Marquês de Frecilha), p.7, 13;
Duarte Dias de Menezes, p.6, 8;
Duque de Aveiro, p.3, 3; p.7, 12;
Duque de Bragança, p.7, 13;
Duque de Buckingham, p.15, 43; p.16, 43;
Duque de Mantua, p. 16, 45;
Duque de Sabóia, p. 15, 41;
Duque de Sunne, p.10, 25;
Duque de Tridland, p.17, 52;
Fernando Mascarenhas, p. 8, 20;
Fernão Álvares de Toledo, p.6, 8;
Fernão de Crom, p.8, 18;
Fernão de Sousa, p.4, 6;
Fernão de Sousa, p.8, 22;
Francisco da Costa, p.6, 8;
Francisco de Abreu, p.1;
Francisco de Freitas, p.6, 8;

Francisco de Lucena, p.8, 18;
Francisco de Moura, p.6, 8;
Francisco de Sousa, p. 7, 11;
Francisco Manuel, p.6, 8;
Francisco Paconio (padre), p.9, 23;
Frei Basílio de São Francisco, p. 12, 34;
Frei João Tadeu, p.12, 35;
Frei Pedro de São Tomás, p.12, 35;
Frei Tomás do Rosário, p.2;
Gabor Transilvano, p.16, 47; p.17, 53;
Garcia de Melo, p.8, 18;
Gil de Nicola, p.1;
Gonçalo Coutinho, p.8, 19;
Gonçalo da Costa, p.6, 8;
Gonçalo de Sousa, p.4, 6; p.6, 8; p.7, 10;
Grão-Mestre de Malta, p. 13, 36;
Jerónimo Coutinho, p.8, 18;
Jerónimo Xavier (padre), p.13, 35;
Jerónimo, p.10, 31;
João Carreiro, p.9, 23;
João de Biveiros Coutinho, p.6, 8;
João de Menezes (o Roxo), p.6, 8;
João Nunes da Cunha p.6, 8;
João Pereira Corte Real, p.7, 11;
Jorge de Lencastre, p.7, 12;
Jorge Mascarenhas, p.7, 18;
Lourenço d' Almada, p.6, 8;
Luís (filho), p.16, 49;
Luís Barreto Cerniche, p.6, 8;
Manoel Carvalho, p.1;
Manuel (filho), p.16, 49;
Manuel (Ultreque de S. João), p.16, 49;
Manuel de Menezes (General), p.4, 6; p.5, 7;
Manuel Dias de Andrade, p.4, 6: p.6, 8;
Manuel Lobo, p.6, 8;
Marquês de Brandemburgo, p.17, 54;
Marquês de Santa Cruz, p. 16, 44;
Marquesa de Piouera, p.3, 3;
Martim Afonso de Távora, p.6, 8;
Mateus Cardoso (padre), p.9, 25;

Melo de Cabral, p.2;
Mendamota, p.7, 18;
Monsenhor de Tilly, p. 17, 50 ;
Monsieur de Toras, p.15, 43; p.16, 43;
Nuno Álvares Botelho, p.10, 28; p.10, 29;
Nuno da Cunha, p.6, 8;
Nuno de Mendonça, p.7, 18;
Nuno Melo da Silva, p.6, 8;
Papa Leão I, p. 13, 36;
Pedro Alves d'Abreu, p.6, 8;
Pedro Coutinho, p.8, 18;
Pedro Manuel, p.3, 3;
Pêro de Mendonça Arrais, p.6, 8;
Pêro Lopes Lobo, p.6, 8;
Rei Abexins, p.11, 32;
Rei de Inglaterra, p.16, 47;
Rei de Mombaça, p.10, 31;
Rei Dinamarca, p.16, 47; p.17, 50;
Rei Polónia, p.18, 55;
Rei Suécia, p.16, 47; p.18, 55;
Rodrigo da Cunha (Bispo), p. 7, 16;
Rodrigo Lobo, p. 7, 11;
Rui Freire, p.10, 28;
Santo Inácio de Loyola, p.17, 54;
Simão do Quintal de Carvalho, p.10, 28;
Simão Mascarenhas Maltês, p.6, 8;
Simão Soares, p.8, 18;
Sultão de Xirás, p.12, 35;
Vertavier Moisés, p. 13, 36;
Vicente de Brito Menezes, p.6, 8;
Vice-Rei de Tigre, p.14, 37;
Xá, p.11, 33;
Zinga Rainha de Angola, p.9, 23;